

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE - NUESTRA

**A QUANTAS ANDA O *ETHOS* CAMPONÊS? ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO
SOCIAL DE JOVENS RURAIS**

BRUNO LACERRA DE SOUZA

SÃO CARLOS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE - NUESTRA

**A QUANTAS ANDA O *ETHOS* CAMPONÊS? ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO
SOCIAL DE JOVENS RURAIS**

BRUNO LACERRA DE SOUZA

Tese de Doutorado apresentada como
requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em Sociologia no Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire
Aparecida Scopinho

Financiamento: Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (CAPES)

SÃO CARLOS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Bruno Lacerra de Souza, realizada em 17/12/2019:

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
UFSCar

Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti
UNESP

Profa. Dra. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
UNESP

Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso
UFSCar

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Depois que eu conheci o Sepé
Depois que eu vi que a juventude sonha
Depois que eu vi que a terra é boa
Depois que eu vi como se planta
Só agora que eu fui perceber
Cidade para quê?
Cidade para quê?

Prefiro estar no campo pois sei que eu vou colher! (CAJUS, 2016)

AGRADECIMENTOS

Agradecer as pessoas que fizeram parte de minha trajetória até este momento é um passo significativo, pois, é parte de um processo de reflexão e retomada dos principais momentos, alegrias, tristezas e conquistas que permitiram realizar e aprender muito com esta pesquisa.

Agradeço àquele que iniciou a minha caminhada, conduziu e que permaneceu a todos os momentos, observando, raciocinando e apontando o melhor caminho a seguir, meu mestre **Paramahansa Yogananda**, que me encheu de amor e gratidão para continuar a lutar por todos os ideais nos quais acredito.

Agradeço à minha família, minha mãe **Silvana** e a meu pai **Nivaldo**, que me ofereceram abrigo, compreensão, amor e educação, presentes que sempre carrego comigo e que sempre divido com todos que convivo. **Caroline**, obrigado por compartilhar e apreender este amor de forma harmoniosa, estaremos sempre entre irmãos.

Agradeço à minha esposa **Amanda** que desde os primeiros momentos sempre dividiu comigo todas as responsabilidades, sempre se envolveu em minhas pesquisas, participou das atividades de campo, conheceu os assentados e os jovens com os quais desenvolvi meus projetos, aprendeu comigo e me ensinou também tantos conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos. O que partilhamos são os mesmos presentes que ganhamos dos nossos pais, muito amor, compreensão e carinho, que nos meus momentos mais difíceis e mais alegres você soube compartilhar com a maior generosidade do mundo.

Aos meus grandes amigos da universidade e da vida, que juntos aprendemos a encarar com a maturidade necessária as agruras e prazeres da vida, que sempre estiveram presentes em momentos acadêmicos, também em momentos familiares, em viagens e nas pesquisas de campo, ofereço-lhes o meu carinho e o mais alto desejo de felicidade e realização a todos vocês.

Agradeço a minha orientadora **Rosemeire Scopinho** que com muito carinho me recebeu e colaborou para meu aprendizado, motivando sempre a produção de um trabalho de qualidade, atento e, ao mesmo tempo, humano. Além da trajetória acadêmica, dos muitos conselhos e sabedoria compartilhada para lidar com a academia,

ganhei também uma amiga, com a qual pude compartilhar sentimentos, projetos, experiências gastronômicas e etc. Tenho certeza que carregarei essa sabedoria por toda a minha caminhada.

Agradeço à professora **Mirian Simonetti**, que desde a graduação acreditou no potencial de meu trabalho e sempre abriu as portas de seu grupo de pesquisa e propiciou condições para realização de pesquisas, encontros e eventos. Agradeço também a professora **Silvia Fernandes** que, também desde a graduação, acompanha meu trabalho, sempre colaborando e acreditando no meu potencial

Aos amigos do CPEA, **Alex** que me ofereceu uma amizade sincera, divertida e sempre nova. Pelas parcerias no campo e na vida; compadres para sempre. **Claudinha**, que me ensinou muito sobre como viver a vida de forma mais leve, raciocinando sobre a realidade ao nosso redor e me ajudando a perceber que o que a gente leva da vida é a vida que a gente leva. **Thaylize**, que nos últimos anos me mostrou que a academia não pode ser vivida sozinha e que precisamos de amigos com tamanha força de vontade para todos os momentos.

Aos amigos do NUESTRA, **Thainara** pelas aventuras no campo e a dedicação sempre atenta à pesquisa e aos assentados sem nunca perder de vista a leveza e o jogo de cintura para lidar com as adversidades. **Rafael**, pelos conselhos e a sempre renovada alegria e presença no grupo. **Diana**, pelo apoio no início da pesquisa e os conhecimentos latinos partilhados.

A todos os colegas do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCAR que contribuíram em diversos momentos para a construção da pesquisa e para uma vida acadêmica mais leve e prazerosa.

Agradeço a todos os **Assentados** e todos os **Jovens** que colaboraram para esta pesquisa. Espero que tenha contribuído para que a chama da luta pela terra continue sempre acesa! Obrigado pelo abrigo, pelo amor, pela solidariedade e por tanto aprendizado.

Agradeço a todo o **Povo Brasileiro** que acredita no papel da universidade e que financia essa estrutura possibilitando recursos para desenvolver as pesquisas. Agradeço aos **Funcionários e Professores** da UFSCAR que possibilitaram a realização das atividades de pós-graduação com tanta dedicação e qualidade.

RESUMO

A pesquisa é parte dos estudos da Sociologia Rural Brasileira, com enfoque sobre as dinâmicas relativas à juventude rural dos assentamentos de reforma agrária. O objetivo é constatar de que forma um modo de vida, um *habitus* camponês, se apresenta nos projetos de vida e estratégias de reprodução social elaboradas pelos jovens rurais junto de suas famílias. O campo empírico constitui-se de dois assentamentos rurais localizados no Estado de São Paulo, o Reunidas – Promissão/SP e o Sepé Tiarajú – Serra Azul/SP, escolhidos em função de suas distintas características, respectivamente: um Projeto de Assentamento Federal (PA) e um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), localizados em diferentes regiões do Estado (centro-oeste paulista e nordeste paulista), com distintos períodos de ocupação, vinculação aos movimentos sociais, origem territorial de seus ocupantes, tamanho dos lotes e número de famílias assentadas. Nestes territórios, realizei entrevistas semiestruturadas, baseadas no método qualitativo, e também observações sistemáticas, registradas em diário de campo, gravações de áudio e fotografia. Em pesquisas prévias constatou-se que estamos frente a um mundo rural em transformação e que diversos arranjos e estratégias são criadas para a permanência dos jovens assentados no campo, essas estratégias modificaram as relações sociais e a forma pela qual se organizam os assentamentos nos últimos anos. A análise mostra que essas estratégias podem ser observadas no trabalho na cidade, nas feiras, no envolvimento com as cooperativas e com as instituições que promovem políticas de desenvolvimento rural, no trabalho em outros lotes, nos trabalhos informais (“bicos”) ou nos estudos que buscam uma colocação no mercado. A finalidade destas estratégias precárias, muitas vezes, coloca-se como possibilidade de manutenção da vida no assentamento, seja colaborando financeiramente para a manutenção da família, ou, migrando diariamente entre campo-cidade para obtenção de maior nível de renda. No entanto, observei que o vínculo com a terra e o território é o ponto balizador das estratégias. Em um contexto de constantes transformações do rural, surgem dinâmicas sociais específicas das quais a juventude rural é protagonista. São estas novas dinâmicas sociais que consolidam a juventude rural como categoria de estudos, possibilitando a análise de seu modo de vida e a compreensão de seus principais desafios.

Palavras Chave: Juventude Rural; Modo de Vida Camponês, Reprodução Social, Assentamentos de Reforma Agrária.

ABSTRACT

The research is part of Brazilian Rural Sociology studies, focusing on the dynamics related to rural youth in agrarian reform settlements. The objective is to analyze how a lifestyle, a peasant habitus, is presented in the life projects and strategies of social reproduction developed by rural youths with their families. The empirical field consists of two rural settlements located in São Paulo State. Reunidas - Promissão / SP and Sepé Tiarajú - Serra Azul / SP, chosen according to their distinct characteristics. Respectively: a Federal Settlement Project (PA) and a Sustainable Development Project (PDS), located in different state regions (center-west of São Paulo and northeast of São Paulo), with different periods of occupation, connections with social movements, territorial origin of its occupants, size of the land and number of settled families. In these territories, I conducted semi-structured interviews, based on the qualitative method, as well as systematic observations, recorded in a field diary, audio and photo recordings. In previous researches it was found that we are facing a transformation in the rural world and that different arrangements and strategies are created for the permanence of young people settled in the countryside, these strategies have changed the social relations and the way in which the settlements are organized in past years. The analysis shows that these strategies can be observed in work in the city, in fairs, in involvement with cooperatives and with institutions that promotes rural development policies, in informal jobs or in studies seeking a placement on the market. The purpose of these precarious strategies is often posed as the possibility of maintaining life in the settlement, whether by contributing financially to the maintenance of the family, or by migrating daily between countryside-city to obtain a higher level of income. However, I observed that the link with the land and the territory is the guiding point of the strategies. In a context of constant transformations in the rural areas, specific social dynamics arise, in which rural youth are the protagonists. This research focus in these new social dynamics that consolidate rural youth as a category of studies, enabling the analysis of their way of life and the understanding of their main challenges.

Keywords: Rural Youth; Peasant Lifestyle, Social Reproduction, Land Reform Settlements.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participação da Juventude nos Movimentos Sociais Rurais	43
Quadro 2 - Perfil dos Jovens Entrevistados	165
Quadro 3 - Terra, trabalho, família e estratégia (por assentamento).....	175

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Promissão no Estado de SP.....	109
Mapa 2 - O Assentamento Reunidas dividido em Agrovilas.....	123
Mapa 3 - Localização da Microrregião de Ribeirão Preto/SP	129
Mapa 4 - Localização do Município de Serra Azul/SP.....	129
Mapa 5 - A Divisão do PDS Sepé Tiarajú em Núcleos Familiares	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População Urbana e Rural em Promissão/SP segundo idade (Anos)	103
Gráfico 2 - População Urbana e Rural em Serra Azul/SP segundo idade (Anos)	104
Gráfico 3 - População Jovem na Área Rural de Promissão/SP por idade (Anos)	105
Gráfico 4 - População Jovem na Área Rural de Serra Azul/SP por idade (Anos)	106

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Uso da Água no Assentamento Sepé Tiarajú	142
Foto 2 - Vista do morro e reservas ambientais.....	145
Foto 3 - Aguinaldo e a Agrofloresta.....	145
Foto 4 - Sala de aula e momentos de debate do projeto “Cinema, Juventude e Ruralidades” no assentamento Reunidas	157
Foto 5- A técnica no audiovisual	157
Foto 6 - Elaboração de vídeos acerca da agricultura familiar.....	160
Foto 7 - Feira do Produtor Rural dos assentados do Sepé Tiarajú	162
Foto 8 - Montagem dos Estandes e consolidação da 1ª feira	162
Foto 9 - Emblema do CAJUS	194
Foto 10 - Camiseta utilizada pelo coletivo nas feiras	196
Foto 11 – Reunião dos CAJUS nas vivencias agroecológicas.....	198

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Carta Nacional da Juventude Camponesa apresentada pela PJR como resultante de Seu 3º Congresso.....	227
Anexo B - Principais Políticas Governamentais para a Juventude.....	229
Anexo C – Comparação Agronegócio e Camponato	232
Anexo D - Plano Camponês – Movimento dos Pequenos Agricultores.....	234
Anexo E – Características dos Projetos de Assentamento PAs x PDS.....	235
Anexo F - Questões Discutidas Nas Entrevistas	236

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCEPAR	Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CESP	Companhia de Energia Elétrica de São Paulo
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJTTR	Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPAs	Cooperativas de Produções Agropecuárias
CPEA	Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRARA	Comitê Regional de Apoio a Reforma Agrária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAESP	Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FAO	Órgão das Nações Unidas para Alimentação
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GLEP	Grupo Linense de Educação Popular
GUT	Grau de Utilização da Terra
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBS	Instituto Biosistêmico

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MA	Ministério Agrário
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPV	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
SAFS	Sistemas Agroflorestais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SRRP	Sindicato Rural de Ribeirão Preto
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TCU	Tribunal de Contas da União
UDR	União Democrática Ruralista
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Objetivos	18
Hipótese.....	19
Campo de pesquisa e Metodologia.....	19
Estrutura da Tese.....	25
1. TRAJETÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	28
2 PROBLEMÁTICAS DA JUVENTUDE RURAL	35
3 CAMPESINATO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA.....	54
3.1 Formação histórica da Questão Agrária brasileira	55
3.2 Campesinato: a construção de um conceito	74
3.2.1 Aproximações e referências sobre o campesinato.....	76
4 ASSENTAMENTOS RURAIS: A RECONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS.....	97
4.1 A formação fundiária da Região de Promissão – SP	108
4.2 A formação fundiária da Região de Ribeirão Preto - SP	128
4.3 Construção de relações e a abordagem metodológica	152
4.4 Relatos orais: juventude rural e o modo de vida camponês.....	171
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
ANEXOS	227

INTRODUÇÃO

A ideia central desta investigação, trazida a partir do cotidiano de trabalho, atividades de extensão e pesquisas realizadas em assentamentos rurais, é a de que, a partir de um olhar cultural, simbólico e também voltado para o sentido das ações dos sujeitos, é possível observar fragmentos de um modo de vida camponês entre a juventude rural destes territórios. Esta herança camponesa pôde ser percebida a partir das relações de segurança no plantar, morar e na qualidade de vida na terra, também, na liberdade e na autonomia de trabalho no campo e na estabilidade que as relações familiares propiciam para a construção do planejamento de vida dos jovens rurais.

Estas categorias, trazidas de forma sucinta, desembocam nas estratégias de vida destes jovens que não estão fadadas ao binarismo ficar ou sair do campo, mas, muito mais amplas do que isso, combinam idas e vindas da cidade, educação superior, cursos de formação, criação de canais de comercialização, uso de tecnologias, trabalho em instituições apoiadoras e etc., construindo relações complexas com as cidades, instituições e com o poder político, por assim dizer, com o mundo fora dos assentamentos. É exatamente a relação entre as heranças camponesas e o projeto de vida destes jovens, o objeto de investigação deste estudo.

Considero que a demanda por assentamentos de reforma agrária é consequência da questão agrária brasileira, fortemente marcada pela conflitualidade e problemas fundiários. Para esta polêmica discussão, incorporei no trabalho debates acerca da importância dos movimentos sociais, dos assentamentos de reforma agrária, da problematização acerca da propriedade da terra e sua função social, do ser camponês e do seu modo de vida; problemáticas que se encontram no bojo da questão agrária brasileira.

Ao mesmo tempo, entendo que a implantação dos assentamentos no Brasil não decorre de uma política construída para o atendimento das demandas efetivas da população rural camponesa, mas sim, em uma política que incorre em tentativas de diminuir e apaziguar os conflitos rurais no campo. Sendo assim, nos assentamentos que investiguei, conquistados pelo processo de luta pela terra, hoje, os assentados permanecem lutando para obter a infraestrutura produtiva e social necessária para a

reprodução de suas vidas (saúde, educação e transporte, assistência técnica, créditos e canais regulares de comercialização). Após a conquista do assentamento, inicia-se uma nova batalha, a luta pela obtenção de condições socioeconômicas que propiciem uma melhor consolidação dos assentados enquanto produtores rurais inseridos no mercado.

Apesar de todos os conflitos econômicos, políticos, sociais e processos de dominação pelos quais o campesinato brasileiro foi submetido, ele persiste, resiste e se reterritorializa¹ sob uma diversidade de formas de organização, trabalho produção e memória social. É sobre estas experiências que versam os estudos contemporâneos do campesinato na Sociologia Rural Brasileira, Antropologia e Geografia², buscando superar a visão do *agribusiness* sobre o mundo rural brasileiro, fundamentando uma análise dos conflitos, para consolidar o registro de uma outra história, que explicita a origem das desigualdades sociais, historicizando o rural brasileiro com a finalidade de legitimar a luta pela terra no Brasil.

Para desenvolver esta tese, adotei, então, a linha de análise sociológica sobre o campesinato que discute a sua permanência e a reprodução na economia capitalista. Esta perspectiva apresenta a sua capacidade de adaptação, de luta e de resistência, alicerçada em um conjunto de relações de produção não capitalistas e de ordem moral. Sendo assim, o modo de vida camponês compõe-se, justamente, destas relações de produção não capitalistas, baseadas no trabalho familiar e na terra. É no território (cultural e economicamente pensado como lugar de vida, trabalho e produção) que o camponês

¹ Entendo o território em uma dupla conotação, material e simbólica, vinculando-o à sua etimologia. Materialmente com a concepção de terra (*territorium*) e, simbolicamente, como o de terror, aterrorizar (*térreo, territor*), vinculado à dominação, social, jurídica e política da terra, inspirada pelo terror e pelo medo, sofrido por aqueles que estão impedidos de entrar no território por estes mecanismos de dominação. Inversamente, aqueles que têm o privilégio de usufruir do território apropriam-se dele. Como apontado, entendo como Haesbaert (2014), que o território é multidimensional (político, jurídico, econômico e cultural), e é no território que os agentes deslocam-se, entrando e saindo dos espaços (com pertencimento próprio e do outro), desempenhando processos de desterritorialização e reterritorialização. O território é, assim, uma síntese contraditória do processo e do modo de produção, de distribuição, da circulação, do consumo e das articulações dos agentes e suas mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) nas quais o Estado desempenha a função fundamental de regulação.

² Este esforço de reconstrução histórica acerca dos conflitos no campo e a diversidade da força de trabalho no meio rural pode ser observado na Coleção História Social do Campesinato organizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) pertencente ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Utiliza a compreensão de campesinato embasada por esta coleção somando-se também a colaboração de diversos pesquisadores da área para embasar a discussão desta tese.

desenvolve formas de sociabilidade específicas³, dentre as quais o trabalho familiar possibilita relativa autonomia econômica e cultural dessas comunidades. É no território que se estabelecem a subsistência, a produção, a habitação, a vida familiar, a troca de saberes, ou seja, é o território que propicia a existência de uma vida social intensa que caracteriza o modo de vida do campesinato como um gênero particular. *Terra, trabalho e família* serão então as categorias de análise norteadoras desta pesquisa, pois, como apresentado, entendo que há uma relação dialética de transformação e construção da realidade a partir destas categorias, que, se perfazem enquanto modo de vida camponês. (MARTINS, 1975; BRANDÃO, 2007; WOORTMANN, 1990).

Em contraposição aos teóricos que pensam o fim do campesinato, sustento, baseado em Brandão (2007) e Ploeg (2006), que os camponeses na atualidade possuem como identidade, a convivência entre o meio rural e urbano, a participação das lutas políticas junto aos movimentos socioterritoriais, a reprodução social em pequenas áreas de produção agrícola (baseados no trabalho familiar), visando o autoconsumo e a comercialização da produção nos mercados locais - mesmo que vendendo força de trabalho nas cidades como forma de complementar a renda para permanecerem inseridos em seu modo de vida, não sendo totalmente descaracterizados ou “expurgados” de seu modo de vida.

Ora ressignificado pela luta, ora pela racionalidade do campo técnico da agricultura, observamos o modo de vida camponês como elemento central, articulador de resistências no cotidiano e nas relações construídas, tendo como referência o território, a temporalidade, a autonomia e os saberes específicos que estes sujeitos mantiveram desde muito antes dos processos de reforma agrária, figurando como elemento de resistência e de luta.

As novas relações sociais decorrentes dos processos de assentamento nos contam sobre as articulações entre o Estado, o mundo rural e o mundo urbano, culminando na elaboração de uma política pública de reforma agrária que nem sempre é representativa das necessidades reais destes sujeitos ou que nem sempre foi negociada

³ A moralidade do campesinato pode ser observada na forma pela qual os camponeses estabelecem valores na troca, na compra de determinados produtos e pelo valor liberdade atribuído à não subordinação de seu trabalho a um patrão. Ser parente, vizinho, compadre e etc. exerce influência nas escolhas de como se troca, com quem se troca e porque se troca um produto fruto de seu trabalho (WOORTMANN, 1990).

de forma equitativa entre as partes, podendo ser entendida como uma política compensatória que possui seus avanços e retrocessos. Estas problematizações serão abordadas no texto da tese, questionando a forma pela qual o Estado interpreta e cria políticas públicas, partindo da crença em um sujeito do mundo rural tipificado, que acaba por desprezar os limites da realidade e das relações cotidianas que efetivamente constituem o campesinato.

Neste debate não quero prover um conceito cristalizado de campesinato, sobretudo, porque, o rural se constrói socialmente e, como construção social, está sujeito a mudanças históricas, territoriais e experimenta sucessivos processos de construção, desconstrução e reinvenção. De um lado, é possível pensar o campesinato como uma ordem social singular, autárquica, voltada para a produção agrícola. Mas, esse modelo pouco tem a ver com o rural dos processos de modernização agrícola que emerge nas décadas de 1950 e 1960. De fato, muito mudou no rural brasileiro e no mundo com o processo de modernização da agricultura, mas, somente esta constatação não comprova o fim do rural e do campesinato. É, justamente, a partir deste processo de modernização que aprofundo meus estudos para entender as novas configurações, ainda em construção, que vivenciam esses sujeitos que passam por processos de reconstrução sociodemográfica, de valorização cultural, de diversificação produtiva e ocupacional, de intensas trocas comerciais, culturais e sociais ao nível nacional e internacional, processos estes a partir dos quais é possível investigar rupturas e permanências com seus modos de vida (DURÁN, 1998).

Ao estudar como se apresenta o modo de vida camponês nos assentamentos rurais hoje, trato do debate acerca de um conceito polissêmico, um objeto de estudos que atravessa polêmicas sociais e intelectuais. O analiso, então, a partir de uma perspectiva processual histórica, recuperando, a partir de condições territoriais e temporais específicas, as características, as trajetórias das mudanças, rupturas e permanências deste grupo social, não implicando na renúncia da análise no plano da estrutura - com enfoque sobre as políticas e ações implementadas pelo Estado para gerenciar estes territórios. A partir do argumento apresentado, considero a discussão sobre o modo de vida camponês importante no campo da Sociologia rural, portanto, o questionamento

sobre como este modo de vida ainda está presente entre os jovens assentados é a problemática deste estudo.

Não obstante, é a importância do campo de estudos da juventude rural, agente social de nossa problemática, categoria-objeto de estudos nos campos da geografia, da história, sociologia e outras disciplinas. Os considero camponeses, herdeiros da bagagem histórica, conflituosa, mas, cheia de conquistas, configurando-se, hoje, como agentes nos territórios reconstruídos a partir de mobilizações das gerações passadas. Além da presença e do protagonismo dos jovens rurais em seus territórios, eles também são um importante setor político dentro dos movimentos socioterritoriais, organizados em coletivos e com representações em diversas instâncias políticas.

A juventude rural possui a marca de ser uma categoria socialmente construída, com contornos específicos em diferentes contextos históricos e sociais, perfazendo-se pela diversidade social, cultural, de gênero, de etnias e de territórios. Devido a sua composição adaptável e cambiante ao contexto, metodologicamente não trato apenas de uma juventude, mas sim, de jovens, agentes sociais, que experimentam e sentem a juventude circunscritos no contexto sociocultural do mundo rural dos assentamentos de reforma agrária no Brasil (BOURDIEU, 1983b; DAYRELL & REIS, 2007).

Em uma análise da literatura sobre a temática, detectei a necessidade de buscar formas de análise e interpretação dos problemas concretos da juventude rural, demonstrando as representações sociais, estruturas, comportamentos e construções que dão sentido à experiência coletiva da juventude em determinado momento histórico. Para isto, é fundamental analisar a demarcação de suas posições sociais em relação ao Estado, à família, à comunidade e a todos os agentes que interagem nesta relação, gerando expectativas e trocas que condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem (CASTRO et al., 2009).

Tendo isto em vista, utilizei nesta pesquisa uma compreensão para além dos recortes etários comumente utilizados por órgãos governamentais com finalidade censitária e tratei a juventude sob um olhar mais amplo, que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso⁴. Para Castro (2005), é

⁴ Como exemplo, uma parte das abordagens neste campo do conhecimento pensa a problemática em termos de “juventude, educação e lazer” como atributos inerentes à categoria. Este recorte descarta uma análise aprofundada e acaba por não se deter também sobre a juventude que trabalha nas cidades que

necessário articular diversas variáveis e atributos complexos que circundam e compõem a categoria para percebermos a juventude enquanto uma construção social. Neste sentido, o estudo de seu modo de vida, que perpassa a terra, o trabalho e a família, nos assentamentos rurais, busca dar robustez e contribuir para o escopo de estudos da juventude rural.

Há no debate contemporâneo importantes perspectivas de investigação, uma parte, relativas a constituição e a consolidação de uma juventude rural militante e organizada, estudada por meio da participação e engajamento nos movimentos sociais e, do outro lado, discussões que buscam consolidar e adensar o conceito de juventude rural também como uma juventude presente nos assentamentos mas que, não necessariamente, é engajada nos movimentos sociais, que possui demandas específicas e que precisa ser entendida em sua diversidade e complexidade (LACERRA, 2016).

É importante ressaltar neste trabalho a percepção já apresentada em produções anteriores, como Lacerra (2016), na qual a juventude rural aparece como uma categoria da prática, dinâmica, ou seja, além de uma categoria, ela é, sobretudo, um marco de estudos que versa sobre agentes do tempo presente da história social, que vivem e se relacionam no campo e que precisam de abordagens práticas que corroborem para a mudança de sua realidade e constante atualização das políticas públicas. As diferentes percepções sobre a juventude rural possuem importantes contribuições para o debate atual e necessitam ser tratadas em conjunto, demonstrando que são parte de uma juventude rural heterogênea, que possui diversos contornos, sujeitos e desejos.

Nesse sentido, para uma melhora na função social das políticas públicas voltadas para esses sujeitos, é necessário que elas estejam voltadas não somente para o aparente, ou seja, para o sujeito político organizado que aparece por meio dos movimentos sociais, mas que estejam voltadas também para aqueles jovens que residem nos assentamentos e que não possuem engajamento político. Acredito que este movimento pode ser feito por meio do resgate das falas e das percepções desses jovens⁵

circundam os assentamentos como forma de obter renda complementar. Esta estratégia indica um elemento complexificador desta categoria de análise para além dos fatores culturais e educacionais que, supostamente, impulsionam o êxodo rural.

⁵ Nesta pesquisa, assim como os já mencionados estudos conduzidos pelo NEAD, além de documentos, são utilizadas entrevistas com os próprios camponeses, jovens rurais, seguindo uma metodologia de história oral com uso de relatos orais. Sendo assim, o depoimento do camponês é extremamente

que experimentam e vivem efetivamente a realidade estudada, através das quais, possam nos dizer quais são suas necessidades, quais são os problemas enfrentados no campo, como se dá a sua educação, como se dá a sua relação com o assentamento, com as estratégias de vida, congregando diversas realidades específicas para compormos uma teoria, política e social mais democrática e abrangente. É este resgate que pretende esta tese, novamente, para o campo de estudos da juventude rural.

É nesse contexto que a preocupação central deste trabalho é a de entender como o modo de vida camponês, que parte da literatura nega existir e outra parte insiste em resgatar como se o tempo não tivesse mudado em nada as relações no mundo rural, exerce influência na juventude dos assentamentos de reforma agrária. Parafraseando parte do seu título, é procurar entender, *a quantas anda o ethos⁶ camponês*.

Objetivos

O objetivo geral desta tese foi o de analisar como o modo de vida camponês se apresenta nas estratégias de vida e de reprodução social de jovens rurais de dois assentamentos rurais localizados no Estado de São Paulo, o Projeto de Assentamento (PA) Reunidas (localizado no município de Promissão – SP) e o Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) Sepé Tiarajú (localizado no município de Serra Azul – SP). Os objetivos específicos foram:

- 1) Analisar os diferentes modelos de assentamento escolhidos como território de estudo com a finalidade de apontar as implicações destas diferenças na organização e gestão do trabalho e da vida social.
- 2) Analisar, em que medida as categorias terra, trabalho e família se perfazem em um modo de vida camponês nas estratégias de vida e de reprodução dos jovens dos assentamentos estudados.

importante para a compreensão da realidade em que ele vive, para que, ele mesmo possa reconhecer suas ações, não apenas o determinando como objeto de estudo.

⁶ A palavra *ethos* designa o conjunto de traços e modos de comportamento que conformam o caráter ou a identidade de uma coletividade. Na sociologia, figura como a síntese dos costumes de um povo, indicando traços característicos de um grupo humano que os diferem de outros sob o ponto de vista social e cultural, tratando-se então da identidade social de um grupo.

Hipótese

A hipótese desta tese é a de que, apesar das mudanças que se processaram no mundo rural e nos sujeitos que nele vivem e trabalham nas últimas décadas, traços deste modo de vida colaboram para a construção de estratégias de reprodução social por meio de saberes, de técnicas e *habitus*⁷ culturalmente herdados e de uma sociabilidade específica portada pelo campesinato. Ou seja, a partir das estratégias de reprodução social dos jovens rurais, construídas por meio de saberes, sociabilidades específicas, técnicas e *habitus* (BOURDIEU, 1974) culturalmente herdados e que possibilitam a própria sobrevivência e de suas famílias, observo as rupturas e as continuidades deste modo de vida (WANDERLEY, 2003) no meio rural, a despeito das mudanças que se processaram nos sujeitos que vivem e trabalham nestes territórios nas últimas décadas.

Essa hipótese apoia-se no debate sobre o campesinato existente entre os autores Martins (1975), Brandão (2007) Woortmann (1990), Ploeg (2006), Simonetti (1999) e demais utilizados no arcabouço teórico. Também me apoiei na concepção de Wanderley (1996) e Neves (2006) acerca da agricultura familiar presente nos assentamentos de reforma agrária, como uma forma particular do campesinato, que produz e vive em sociedade de forma específica e, em nossa sociedade moderna, adapta-se ao contexto social e econômico próprio desta sociedade, adaptando sua forma vida social e sua forma de produção, integrando-se ao mercado. Essas transformações não produzem uma ruptura total com as formas anteriores de organização do campesinato, ou seja, os agricultores familiares ainda são portadores de uma tradição e de uma moral camponesa, e é a própria tradição que possibilita a adaptação desses agricultores às novas exigências da sociedade moderna.

Campo de pesquisa e Metodologia

Esta pesquisa possui filiação ao método qualitativo, constituindo-se em um estudo de caso comparativo. O processo de construção da pesquisa foi elaborado em três

⁷ O conceito de *habitus* utilizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu tem o objetivo de dirimir a antinomia indivíduo e sociedade dentro da sociologia estruturalista. Ele está relacionado à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para o seu modo de ser — sentir, pensar, agir.

etapas. Na primeira, houve uma aproximação com o universo de pesquisa e com o corpo teórico que pudesse dar embasamento ao problema, buscando levantar elementos que subsidiassem a interpretação dos dados. Na segunda, foram realizadas disciplinas, estágios, participação dos grupos de pesquisa e atividades do programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) que contribuíram para o aprofundamento teórico e para a discussão do problema de pesquisa. Na terceira, foram realizadas as incursões em campo nos assentamentos rurais, as quais nos forneceram elementos empíricos para verificação da hipótese acerca dos jovens destes territórios.

Este processo não ocorreu de forma teleológica, cada uma das etapas foi articulada e apoiada na outra, o contato com o campo ocorreu para pensar no problema, voltei ao campo para pensar a hipótese, as disciplinas e as teorias ressignificaram o problema e a hipótese, ou seja, apresento aqui um todo que reflete uma pesquisa construída de forma orgânica, interagindo entre diversos elementos e problematizando diferentes perspectivas.

Ao propor analisar como as heranças e *habitus* de um modo de vida camponês ainda podem ou não estar presentes nos projetos de vida e estratégias de reprodução social entre os jovens rurais, escolhi, propositadamente dois assentamentos rurais localizados no Estado de São Paulo: o Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão e o Assentamento Sepé Tiarajú localizado no município de Serra Azul. A escolha destes territórios justifica-se pelos vínculos do pesquisador com os campos de pesquisa e pelas diferenças no formato e na organização de cada um deles.

O primeiro território de análise, o Projeto de Assentamento⁸ (PA) Reunidas, possui cerca de 17.000 hectares, é o segundo maior assentamento de todo o Brasil e abriga 637 famílias, uma população próxima de 5.000 mil habitantes. Está localizado as beiras da rodovia Transbrasiliana BR-153, importante canal de escoamento da produção para comercialização. O município de Promissão, localizado a noroeste do Estado de São Paulo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano

⁸ De forma sintética, o projeto de um assentamento rural é a organização do conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.

de 2010, possuía 37.570 habitantes dos quais 5.604 habitavam na área rural, em torno de 15% de toda a população.

O Assentamento Fazenda Reunidas foi instituído pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) em 1988. Sua formação pode ser considerada heterogênea, já que foi agenciada pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT) - formada por trabalhadores da usina hidrelétrica do tietê na região de Promissão/SP, também pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) – com trabalhadores da região de Campinas/SP. O Assentamento Reunidas é construído a partir da trajetória de diversos sujeitos: ribeirinhos que migraram devido às pressões pela construção das usinas hidrelétricas, trabalhadores da região de promissão que eram participantes da CPT e dos sindicatos, famílias de Campinas fortemente influenciadas pela CPT e MST e também o grupo de famílias convocadas pelo INCRA e inscritas por Sindicatos, conferindo uma diversidade de situações, formações e posicionamentos políticos (SIMONETTI, 1999).

Suas origens condizem com os processos de expansão da agricultura e as migrações dos trabalhadores rurais nas décadas 1950 e 1960, perpassando os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rondônia e até outros países como o Paraguai. Todavia, o ponto em comum entre todos são as migrações e a trajetória campo-cidade-campo (SIMONETTI, 1999). A base da organização social do Assentamento são as agrovilas, que podem ser comparadas, em algumas características, aos bairros rurais, e são divididas conforme a cidade de origem da família assentada. Estas características serão melhor exploradas no quarto capítulo da tese.

Santos (2007) faz uma análise crítica, da qual corroboro, acerca da formação deste território, ao afirmar que, no processo de formação do projeto do assentamento Reunidas, não foi discutido e elaborado um programa de desenvolvimento do assentamento junto às famílias, ou um diagnóstico da área, pensando em propostas e formatos de programas produtivos, discutindo os sistemas de produção que poderiam ser implantados e a viabilidade econômica desses sistemas de produção. Isto aponta que o processo de assentamento foi uma política desenvolvida em resposta a uma demanda e à pressão de movimentos organizados, uma política de compensação social, mas, sem respeitar as necessidades reais destes sujeitos para a continuidade de seus projetos.

O outro território parte do estudo é o Projeto de Desenvolvimento Sustentável⁹ (PDS) Assentamento Sepé Tiarajú, incorporado aos estudos desde o envolvimento com o doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e com os trabalhos no Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA) orientado pela Profa. Dra. Rosemeire Scopinho. O Assentamento Sepé Tiarajú é considerado um assentamento modelo pelo MST e também pelo governo federal por se tratar de um PDS. Esta modalidade de assentamentos propõe o aumento da oferta de alimentos, a produção dos mesmos de forma saudável, tanto para o produtor quanto para o consumidor, pensando na convivência harmônica entre o meio ambiente e o homem como parte da natureza. Também busca trabalhar a resistência das comunidades camponesas frente à aceleração das mudanças climáticas globais.

Ele está localizado na macrorregião de Ribeirão Preto – SP, em Serra Azul – SP, e é um projeto advindo da resistência à concentração fundiária pela monocultura da cana na região. O movimento de ocupação da área formou-se na região devido ao acampamento organizado pelo MST nos anos 2.000 para pressionar o governo do Estado de São Paulo a realizar a reforma agrária na antiga Fazenda Santa Clara em razão das dívidas trabalhistas e passivos ambientais por conta da monocultura da cana-de-açúcar. Após quatro anos de pressões do movimento, ocupações e desocupações, em 2004, o Estado, por meio do INCRA, adquiriu as terras e oficializou o assentamento (SCOPINHO, 2012; CONCRAB, 2004).

O Assentamento Sepé Tiarajú está organizado de forma coletiva, herança do período de acampamento e permanece no modelo que busca articular a ação individual e coletiva, a Comuna da Terra (como é denominada pelo MST), com 80 famílias que se dividem em núcleos de base nomeados: Chico Mendes, Dandara, Zumbi dos Palmares e Paulo Freire. O Assentamento conta com 797,75 hectares, dos quais 280 hectares são parte de reserva legal, 85,45 hectares são destinados a Área de Preservação Permanente (APP). As famílias contam, então, com 293,65 hectares para produção (em média 3,6 hectares para o lote individual), tamanho determinante para o que pode ser produzido pelas famílias (Figueiredo, 2009).

⁹ De forma sintética, os PDS, são projetos de assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais, como ribeirinhos, comunidades extrativistas e etc.

A origem populacional deste assentamento também é tida como diversa como foi observado por Scopinho (2012): chamavam atenção os sotaques, os diferentes modos de organizar as moradias, os animais e as plantas no entorno; a população beneficiada pelo projeto de assentamento advém principalmente dos Estados de Minas Gerais (18%), Paraná (16%), Bahia (11,4%), Pernambuco (5,7%), porém, a população advém de 20 diferentes Estados da Federação, movidas para a região de Ribeirão Preto, sobretudo, pelo processo de migração sazonal para as regiões de monocultura em busca de trabalho nos períodos de safra, ou seja, a população é majoritariamente migrante e possui uma trajetória de migração campo-cidade, cidade-cidade, cidade-campo, característica do trabalho precário na monocultura (SCOPINHO, 2012; SILVA, 1999).

Estas especificidades, colocadas de forma resumida, justificam um estudo comparativo, já que, em termos de projeto (PA x PDS), tempo de existência, origem dos assentados, envolvimento com os movimentos sociais, capacidade de gestão da produção e de comercialização os dois assentamentos são substancialmente diferentes. O Assentamento Reunidas, por sua vez, produz de forma tradicional e individual - familiar e em seu próprio lote (ao contrário dos anos iniciais do assentamento nos quais o cooperativismo teve seu espaço), com uso de adubos químicos e agrotóxicos, boa parte dos assentados vende sua produção para atravessadores e uma pequena parcela pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (LACERRA, 2016).

Já no Assentamento Sepé Tiaraju, com um projeto de desenvolvimento ligado à sustentabilidade, existem outras relações com o território, seja nas formas de produção agroecológicas, na organização do trabalho em cooperativas, na organização do trabalho familiar e na venda dos produtos (diretamente ao consumidor: feiras, entregas, cooperativas). Nesse sentido, investigar as características sociais e territoriais específicas destes assentamentos, é útil para efeitos de comparação entre as estratégias dos jovens, ou seja, existem nestes territórios diferentes formas de organização da juventude, no uso da terra, na organização do trabalho e da família que, como sugere a hipótese, pode compor diferentes manifestações de um modo de vida camponês em suas juventudes.

Para responder aos objetivos da pesquisa registrei, de forma qualitativa, as experiências dos jovens, a partir de entrevistas pautadas em um questionário

semiestruturado que abarcam relatos orais acerca do tema da pesquisa. Utilizei o gravador, um importante instrumento que possibilita conservar a linguagem com maior precisão (MINAYO, 1993). Muitas vezes o gravador pode parecer um elemento estranho e intimidador para o entrevistado, reação que presenciei em momentos da pesquisa, portanto, não desprezei também o uso do caderno de campo no qual, após o dia de trabalho de entrevistas, foram preenchidas informações importantes e esquemas de como se realizou o dia a dia de pesquisa de campo. Os relatos foram coletados por meio de entrevistas individuais, sob consentimento e no local indicado por cada jovem. Elas foram realizadas durante o trabalho de campo, junto à observação sistemática das atividades com os grupos de jovens e com a comunidade.

Dentre os anos de 2016 e 2019 foram feitas diversas participações nos eventos das comunidades e aproximações aos jovens. Foram priorizados momentos coletivos e de encontro entre os jovens e entre a comunidade, nos quais, geralmente, afloraram debates e conversas sobre a família, o assentamento, o trabalho, a cidade etc. Nestas aproximações, conversei de forma aleatória com os jovens sobre os temas explorados na literatura e, depois, ao partir para as entrevistas, por meio dos relatos e de suas experiências, busquei reinseri-los na história que eles mesmos construíram, constroem e estão inseridos. A perspectiva desta pesquisa é a de que homens e mulheres são sujeitos ativos de um mesmo processo histórico, parte de uma mesma estrutura que envolve diversos indivíduos, por outro lado, também os considero agentes, pois, dentro dessas estruturas, cada indivíduo age de acordo com a sua subjetividade.

Foram pontos de observação alguns eventos que envolveram as comunidades. No Assentamento Reunidas, participei do curso “Cinema, Juventude e Ruralidades”, implementado pelo Centros de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA – UNESP Marília) voltado para a formação cultural de jovens rurais. No Sepé Tiarajú, me engajei junto aos projetos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a organização de uma Feira do Produtor Rural, nas vivências organizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da execução do programa Reflexive Monitoring Action (RMA) implementado pelo Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA – UFSCAR). Estes eventos

serão melhor detalhados nos capítulos dedicados à trajetória do pesquisador e também na discussão sobre a construção da metodologia da tese.

Entre as estratégias de pesquisa, foram utilizadas: sondagem de campo – na qual busquei me envolver em atividades das comunidades e verificar se seria possível a execução desta pesquisa; observação participante – na qual, já imerso no campo, desenvolvi atividades junto aos assentados; diário de campo – no qual anotei a trajetória diária de pesquisa, percepções e informações adicionais; fotografia – pela qual registrei em formato visual as atividades e momentos relevantes para a construção metodológica e a entrevista – na qual, através de um gravador, um importante instrumento que possibilita conservar a linguagem com maior precisão, registrei as entrevistas semiestruturadas realizadas com jovens destes assentamentos.

Foram entrevistados nove jovens, dos quais, cinco são moradores do assentamento Sepé Tiarajú e quatro moradores do assentamento Reunidas. A escolha destes jovens deu-se primeiramente a partir da construção metodológica encontrada na discussão sobre juventude rural, ou seja, a partir de critérios estabelecidos nas relações sociais e percepções comunitárias que determinam quem se vê, é visto e se percebe como jovem, ou seja, a partir das relações estipuladas entre a comunidade e as famílias e dentro do próprio núcleo familiar (BOURDIEU 1983b). Não menos importante, foi a escolha dos jovens a partir das diferentes formas de entrada para o assentamento e as motivações para a construção de seus projetos de vida. Estes jovens perpassaram diferentes processos em suas infâncias, com suas famílias, no ambiente escolar, nos movimentos sociais e nos vínculos com os agentes externos – todos processos de socialização elementares para o aprendizado e a elaboração de diferentes estratégias de vida e planejamento futuro.

Estrutura da Tese

Após esta introdução, apresento no primeiro capítulo, um breve memorial sobre minha trajetória como pesquisador e as contribuições e influências que a mesma trouxe para a tese, colaborando para uma visão mais abrangente da pesquisa.

No segundo capítulo apresento o debate acerca da Juventude Rural, abordando as problemáticas centrais do tema, dando visibilidade ao campo de discussão sobre a juventude rural, que fornece uma importante contribuição teórica e empírica para os estudos da sociologia rural e do campesinato. A discussão sobre a juventude rural é de suma importância para este trabalho, já que, devido aos processos de envelhecimento rural e de sucessão geracional ela passa a ocupar lugar de protagonismo nos assentamentos de reforma agrária, envolvendo-se social e politicamente em novas esferas de relações sociais. Esta problemática foi o ponto de partida para a investigação de como um modo de vida camponês pode exercer influência dentre as escolhas dos jovens rurais destes assentamentos.

No terceiro capítulo, apresento a polêmica acerca do conceito de campesinato, problematizando a construção de uma teoria que versa sobre o fim do campesinato *versus* a produção teórica que busca dar conta de explicar os fenômenos contemporâneos que envolvem o campesinato, dando visibilidade para o modo de vida camponês, discussão que, no debate contemporâneo, aponta para a permanência do campesinato em uma realidade de intensas trocas com as cidades que circundam estes territórios. Essas concepções acerca do campesinato refletem a forma pela qual o Estado desenvolve e gerencia políticas para o setor agropecuário, o que desemboca em uma relação conflituosa, pois, descoladas da realidade, as políticas públicas buscam adequar os sujeitos à uma concepção ideal de agricultura voltada para o mercado e nos moldes do pacote tecnológico da revolução verde.

Farei também uma incursão na discussão acerca do campesinato e a questão agrária brasileira, para que, munido dessa discussão, possa entender a formação do campesinato brasileiro, ou seja, como a apropriação do território brasileiro, a partir do processo de colonização, determinou a configuração social do campesinato que se constituiu como o cerne da força de trabalho do sistema de produção escravista colonial (GORENDER, 1978). Esta configuração social do campesinato fundamenta construção de um modo de vida e fornece elementos centrais para o estudo da juventude rural e seus principais dilemas nos dias atuais.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro se fez de maneira desigual e contraditória, provocando inúmeros conflitos entre o Estado, proprietários de terra,

populações de indígenas, negros, camponeses e demais populações tradicionais que foram marginalizadas. Entre as discussões teóricas que perpassam a questão agrária e o campesinato, me interessa o processo de construção social dos agentes deste cenário, constituídos pelos movimentos de resistência exercidos pelas populações camponesas marginalizadas, ou seja, me preocupo em descrever as problemáticas que discorrem sobre a constituição dos movimentos sociais e dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

No quarto capítulo, realizo uma discussão sobre a formação fundiária dos territórios escolhidos para o estudo, os assentamentos Reunidas e Sepé Tiarajú, abordando o processo de exploração da terra nestas regiões, processos que provocaram expropriação, resistência, luta pela terra e, finalmente, a constituição e a construção dos projetos destes assentamentos de reforma agrária, atraindo diversos agentes sociais para estes territórios. Estes processos são importantes registros históricos da questão agrária brasileira e da história do campesinato brasileiro.

Embasado no levantamento dos capítulos anteriores, apresento elementos do desenvolvimento da pesquisa de campo, mostrando como ela foi construída e como se deu a inserção na comunidade, ou seja, como foi construído o método do trabalho. Neste item busquei articular e analisar os relatos orais dos jovens assentados, dando embasamento à argumentação observada na literatura estudada e discutindo a hipótese do trabalho. Apresento, no quinto capítulo, as conclusões, buscando reforçar as conexões entre os principais pontos levantados pela bibliografia discutida e os relatos coletados na pesquisa, apontando se, a partir dos resultados obtidos, nos aproximamos ou não da hipótese.

1. TRAJETÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Neste capítulo apresentarei a trajetória do pesquisador e a relação que ela possui com a construção do objeto de pesquisa e com as teorias por meio das quais faço a leitura e interpretação da realidade nas pesquisas de campo.

A temática da juventude rural tem sido abordada por mim desde a graduação, período no qual surgiram questionamentos relacionados à questão agrária brasileira e a vontade de entender os processos de formação do nosso território. O Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) - vinculado a Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), UNESP - *Campus* de Marília integrou a minha formação e me motivou a pesquisar questões relativas a assentamentos rurais durante a graduação e mestrado, como também, me ajudou a encontrar o tema de minha tese de doutorado. Ou seja, minhas reflexões seguem um *continuum*, um acúmulo de conhecimentos sobre os estudos rurais no que concerne à juventude rural. As discussões do referido grupo giram em torno da questão da sucessão das terras conquistadas na luta pela terra e pelos processos de reforma agrária, uma vez que os assentamentos mais antigos do Estado de São Paulo possuem por volta de trinta anos de existência, problematizando o processo de envelhecimento da primeira geração destas famílias.

Neste contexto, novos sujeitos surgem e ocupam os espaços de coordenação, de produção, de organização do lote, modificando as relações sociais e a reprodução dos assentamentos – salienta-se aqui a figura do jovem rural como um destes sujeitos. Foi neste contexto que eu me preocupei em entender um pouco mais sobre a juventude rural presente nos assentamentos de reforma agrária, produzindo a monografia - na área das Ciências Sociais - intitulada “*Juventude Rural: Um Conceito em Construção*” (LACERRA, 2013) que debateu os limites teóricos acerca da categoria juventude rural no Brasil. Realizei uma aproximação à bibliografia relativa à juventude rural e percebi que ela era uma categoria consolidada como objeto de estudos nas áreas da Geografia, da História e da Sociologia. Percebi também que existiam diferentes concepções com relação às pesquisas envolvendo a juventude rural: algumas versavam sobre a compreensão desta juventude como ator coletivo e representado nos movimentos sociais; outras, versavam sobre as dinâmicas específicas que os jovens vivenciavam nos territórios dos

assentamentos rurais, articulando trabalho, família e educação, construindo a análise a partir de dinâmicas reais que não apareciam na maioria dos estudos.

Foi neste sentido que busquei construir uma discussão teórica e metodológica que pudesse congregiar essas concepções e avançar no campo do conhecimento relativo à juventude rural durante o mestrado. Na sequência iniciei, no segundo semestre de 2013, o mestrado em “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” na área da Geografia, com sede no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP), em São Paulo, em um convênio com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e parceria com a Via Campesina e o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). O Programa é voltado para a formação de pessoas oriundas dos territórios camponeses, quilombolas, indígenas ou de outras populações tradicionais e daqueles que atuam para o desenvolvimento dessas comunidades - o que justificava minha inserção no recém-criado Programa. Tive a oportunidade de conviver e criar relações diretas com os próprios sujeitos investigados, colaborando com a formação dos quadros militantes, com a consolidação do Programa e, sobretudo, tive a oportunidade de vivenciar relações transversais ao meu campo empírico que enriqueceram a construção da pesquisa, dando-lhe profundidade teórica e maior validade científica. O curso foi um dos primeiros voltados para o desenvolvimento territorial das comunidades camponesas e contava com apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Deste envolvimento surgiu a dissertação de mestrado “*A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: Os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP*” (LACERRA, 2016) na qual, a partir de um trabalho de campo e da análise de relatos de jovens rurais moradores do Assentamento, busquei comprovar que os jovens rurais organizam suas trajetórias de formas coletivas e também individuais, ou seja, nem sempre estão organizados em coletivos e podem ser pensados a partir destes; existe um jovem rural que é invisível aos olhos do Estado e da comunidade científica, que elabora as mais diversas estratégias para continuar morando

e trabalhando nestes territórios. Neste trabalho de mestrado, inúmeras questões teóricas, que estavam além da análise pretendida, foram trazidas pela minha vivência no campo empírico. A que mais se destacou, concerne ao tema de trabalho desta tese de doutorado: como se apresenta o modo de vida camponês nos assentamentos rurais.

Em muitos depoimentos dos jovens, elementos de vínculo e de pertencimento a terra permeavam as perspectivas de vida dos mesmos e, mesmo em uma realidade de profundas trocas com as cidades e de idas e vindas do Assentamento, o vínculo com a terra aparecia como determinante na elaboração dos seus projetos de vida (LACERRA, 2016). Por esta temática não ter sido aprofundada na dissertação de mestrado surgiu, então, o desejo e a aproximação a uma nova agenda de pesquisa.

Como salientei anteriormente, diversos acontecimentos e fatores contribuíram na construção da problemática desta pesquisa. A minha participação como professor no projeto “Cinema, Juventude e Ruralidades” foi um destes acontecimentos. Neste sentido, a construção da tese foi fortemente influenciada, nos anos de 2015 e 2016, por minha atividade como docente bolsista e coordenador pedagógico do curso técnico e pós-médio em multimeios voltado para o desenvolvimento da juventude rural do Assentamento Reunidas. O curso Cinema Juventude Ruralidades foi desenvolvido pelo CPEA – Unesp Marília e financiado pela chamada Fortalecimento da Juventude Rural - 19/2014 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em parceria com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Este curso nasceu do envolvimento do CPEA com as ações de residência agrária promovidas pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe e também do envolvimento com as necessidades dos assentamentos nos quais o grupo atua. A dissertação de mestrado que estava em processo de escrita deu base teórica e corpo para a elaboração e para a execução do projeto, discutindo, a partir da necessidade real dos sujeitos, um projeto de extensão que desse conta de tratar das questões subjetivas vivenciadas por jovens rurais por meio do audiovisual. Entre os anos de 2015 e 2017 aconteceram encontros mensais com a turma de jovens para tratar do uso de narrativas, da importância da comunicação, formação da

operação técnica dos equipamentos audiovisuais, produção, divulgação etc. O curso visava a formação técnica de jovens assentados, possibilitando uma futura inserção profissional - foi também trabalhada a organização dos jovens enquanto coletivos, de acordo com a pedagogia da alternância¹⁰, modelo educativo adotado pelo PRONERA. Também foram realizadas atividades de entrevistas com a comunidade e com seus familiares, saraus com exposições de reflexões sobre a memória do Assentamento e rodas de contação de histórias dos mais velhos para os jovens.

Se nas pesquisas, baseadas em relatos e experiências dos jovens, despontavam elementos de vínculo com a terra, vínculos estes balizadores para a elaboração de estratégias de reprodução social, surge então uma aproximação à pergunta desta pesquisa: quais são as heranças recebidas pelos jovens rurais no processo de reprodução social, quais as estratégias criadas a partir desta tradição? De que forma, um modo de vida camponês, um vínculo com a terra ainda está presente nos projetos de vida e estratégias elaboradas entre os jovens rurais? Tornou-se preponderante, então, entender de que forma o modo de vida camponês participa das estratégias individuais e coletivas elaboradas pelos jovens para dar continuidade aos seus projetos de vida.

Para a construção de uma tese de doutorado, coloca-se como basilar a comunicação e o registro da relação entre a trajetória do pesquisador e a construção do objeto de pesquisa. Considero que a produção de conhecimento não se dá de forma neutra e é fortemente condicionada aos contextos históricos, territoriais e matrizes teóricas às quais estão vinculados os pesquisadores. Pensando nas demandas trazidas pelo campo de pesquisa em nosso tempo histórico, considero que a posição do pesquisador deve ser sempre de responsabilidade e compromisso social para com os sujeitos e com os territórios onde atua e pesquisa, seja nos espaços da universidade (onde constrói relações com os grupos de pesquisa, funcionários, professores) seja nos espaços onde apresenta para a sociedade o que está sendo produzido (nos congressos,

¹⁰A Pedagogia da Alternância é uma metodologia de ensino voltada para a formação de jovens do campo, consistindo na organização do processo de escolarização de forma diferenciada, no qual os estudantes articulam conhecimentos científicos e tácitos, construídos na relação entre o período letivo (nomeado de tempo escola) e o tempo passado na casa da família e na comunidade rural (nomeado de tempo comunidade). O objetivo é que os conhecimentos apreendidos na escola possam ser levados e problematizados junto às famílias, aproveitado na produção, na solução de problemas, levado à comunidade e depois retornar para a sala de aula para discutir as percepções, enfrentamentos e problemas que foram observados.

nas mídias sociais, nos formatos audiovisuais, nos formatos escritos...) e, principalmente, nos territórios onde desenvolve suas pesquisas de campo, pois, é sobre ele que o pesquisador intervirá e produzirá discursos e saberes que podem contribuir para a transformação dos contextos de cada território.

É importante demonstrar as relações que transcorreram entre os diversos sujeitos que estiveram envolvidos na construção desta pesquisa e como busquei me ater a essas percepções elaborando um texto construído em um processo de alteridade, entendida como uma relação permanente com a diferença, construída em determinado contexto, em determinada cultura e que busca corresponder à soma das diversas vozes dos sujeitos que participaram desta investigação e que estão em diálogo na realidade social. Nesse sentido, é importante o dado de que as demandas investigativas desta reflexão sempre me foram apresentadas pela própria dinâmica da pesquisa e pelos atores vinculados à reflexão.

A fragilidade da reprodução social dos jovens nos assentamentos de reforma agrária, repleta de precariedade, transitoriedade, insegurança e preconceito é a demanda central para repensar o modo de vida destes jovens, analisando a interseções das estratégias de vida da juventude com o modo de vida camponês – herança de seus familiares, buscando dar significado a este modo de vida frente ao mundo do trabalho, à educação, às políticas públicas e tudo o que interage com a vida social nestes assentamentos.

Foi neste cenário que surgiu o interesse pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desde 2011 acompanhei o evento “Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente” e muito me interessava o debate acerca do rural conduzido pelo Programa, sobretudo, a possibilidade de contato com os professores e pesquisadores que o compõem. Além do evento, outras relações foram muito importantes para ampliar meu interesse pelo Programa: participei de bancas de qualificação e de defesa de discentes e pude conhecer mais a fundo o debate realizado sobre o rural.

O principal interesse circundou a produção da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho sobre a temática da juventude rural e as discussões do Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA), por ela coordenado, que busca

compreender as transformações estruturais do mundo do trabalho na sociedade contemporânea e analisar os impactos psicossociais e culturais para os trabalhadores. Estas transformações estruturais são organizadas a partir de mudanças tecnológicas, econômicas e políticas, gerando processos de inclusão-exclusão precária de muitos trabalhadores no sistema produtivo e a precarização crescente das relações e condições de trabalho. Neste contexto é que emerge o jovem rural, assim como outros agentes e movimentos coletivos, que reconfiguram identidades sociais, as formas e os instrumentos da sociedade civil, organizada ou não, para o enfrentamento dos problemas, sejam eles de ordem política, econômica, social ou ambiental.

A produção teórica e metodológica da Profa. Dra. Rosemeire Scopinho foi de suma importância para a conclusão de minha dissertação de mestrado (LACERRA, 2016), porque, forneceu categorias e ferramentas de análise e colaborou para a construção de uma discussão sobre os desafios e as perspectivas enfrentadas pelos jovens do Assentamento Reunidas no seu cotidiano, bem como permitiu avançar na análise específica de dinâmicas de migração, de arranjos de trabalho e familiares que compõe um cenário bem mais heterodoxo do que as pesquisas sobre juventude rural nos mostravam, até então, como naturalizadas – supondo a inexorável saída do campo, ou o retorno, como momentos cristalizados, que compõe um binômio sair-ficar como problema para a juventude rural. A necessidade de continuar esta reflexão demandada pelo campo, como apresentada anteriormente, culminou na elaboração do projeto pesquisa desta tese, que foi apresentado para a seleção do doutorado 2016, sendo indicada a Profa. Dra. Rosemeire Scopinho como orientadora.

A partir de 2018, também participei, especificamente, das atividades relacionadas a execução do programa Reflexive Monitoring Action (RMA), programa implementado no assentamento Sepé Tiarajú pelo NUESTRA, que avaliou os avanços e retrocessos na implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em uma perspectiva longitudinal, a partir de dinâmicas reflexivas dos membros da comunidade. O programa é resultado do intercâmbio de uma das estudantes do grupo na Universidade de Wageningen – Holanda, na qual participou de ações de monitoramento reflexivo que discutiam programas implementados pelas políticas públicas e organizações não governamentais. A execução do programa e a elaboração dos materiais resultantes

foram importantes para a observação e investigação do campo empírico para esta pesquisa¹¹.

Saliento também a importância e a colaboração deste trabalho para a linha de pesquisa *Tecnologias, ambiente e ruralidades* do PPGS, já que o seu objetivo é o de promover estudos de configuração socioespacial das atividades humanas, analisar o uso dos recursos ambientais, as dinâmicas dos movimentos e atores sociais contemporâneos nos meios urbano e rural, para abarcar as novas ruralidades, os novos processos de urbanização, de segregação, de exclusão socioespacial, que estão refletidos nas políticas públicas. Estes processos geram novas formas de sociabilidade, decorrentes de novos modos de articulação urbano-rural, impactando na noção contemporânea de desenvolvimento e na construção/renovação das políticas públicas.

A discussão sobre o modo de vida camponês e a juventude rural está totalmente imersa nesta problemática, pois, a partir de um estudo socioespacial, aborda novas identidades e sociabilidades presentes na articulação entre o urbano e rural, além do que busca demonstrar que saberes específicos do modo de vida camponês impactam nas escolhas e nas estratégias dos jovens no que concerne ao trabalho, à produção, à preservação ambiental, aos estudos etc. Buscam-se argumentos para questionar as políticas públicas para este setor que, de forma geral, versam sobre o binômio da permanência ou da saída destes jovens e buscam atender aos interesses do capital e do mercado financeiro, centradas nos financiamentos e na noção de desenvolvimento preconizada pelo Banco Mundial. Estas questões serão aprofundadas ao longo do texto nos capítulos específicos sobre juventude rural e trabalho de campo. É importante salientar que esta pesquisa possui uma cota de bolsa do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde dezembro de 2016, o que possibilitou as idas ao campo, gravações, entrevistas, idas aos congressos e a participação das atividades de extensão.

¹¹ Esta produção ainda se encontra em processo de finalização, pode ser visitada em sua versão preliminar em: <https://www.youtube.com/watch?v=743zFtl0poU> (será atualizado para publicação em biblioteca). Direção e edição por Bruno Lacerra, Thainara G. Melo e Rosemeire Ap. Scopinho (2019).

2 PROBLEMÁTICAS DA JUVENTUDE RURAL

Considero que a juventude rural é composta por agentes sociais que vivenciam os dilemas, do tempo presente, no campo brasileiro, culminados pela bagagem histórica da questão agrária brasileira, que contempla um misto de conflitos e conquistas. Ela é protagonista e agente nos territórios reconstruídos a partir dessas mobilizações camponesas. A juventude aparece como um importante setor dos movimentos socioterritoriais, organizados em coletivos e com representações em diversas instâncias políticas. É sobre este agente que me deterei agora, afim de aprofundar a análise acerca desta categoria.

Os estudos relacionados à juventude têm gerado grande interesse para a produção científica, com um foco maior para a manutenção e o desenvolvimento de uma juventude urbana, com estudos voltados para a criação de políticas públicas, programas sociais, acesso à escola entre outros. Entretanto, a mesma atenção não tem sido dada à juventude rural, mesmo ela sendo representada por um terço da população rural total do país, o equivalente a 8 milhões de jovens brasileiros, aproximadamente, que moram no campo¹².

Segundo dados do IBGE/Pnad (2007), cerca de 29,9 % de toda a população do campo brasileiro encontra-se no corte etário de 15-24 anos, considerados como jovens pelos organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse tipo de recorte busca homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos e máximos de idade, em uma compreensão de que a juventude é um momento de transição da adolescência para o mundo adulto, formulações que estipulam padrões comportamentais para os jovens e buscam demonstrar como esses padrões são transitórios.

Porém, essa compreensão tem sido amplamente questionada e discutida desde a década de oitenta, como em Bourdieu (1983b) em "*A Juventude é apenas uma palavra*". Para Levi e Schimitt (1996), por exemplo, este tipo de classificação só pode ser

¹² Dados obtidos do censo de 2010 a partir do site do IBGE:
<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1766>

considerado em uma perspectiva histórica de longa duração e que, portanto, é transitória. Essas compreensões de recorte etário aparecem principalmente em pesquisas da década de 1960 e servem como facilitadoras para análises estatísticas relacionadas, principalmente, à entrada no mercado de trabalho, ao atendimento de saúde e a formação educacional. Thévenot (1979) considera que o uso de termos como jovem e velho é arbitrário, pois, parte de uma definição de juventude construída *a priori* e pretende somente elencar os sujeitos ativos e inativos em relação ao mundo do trabalho.

Para Margulis, M. e Urresti, M. (1996), a categoria juventude apresenta-se associada a adjetivos de vanguarda, transformadora, questionadora, o que sugere que a juventude é considerada um sujeito com potencial transformador, mas que, por outro lado, também está associada a adjetivos, segundo Foracchi (1972), como em formação, inexperiente e sensível. Bourdieu (1983b) sugere que há uma categoria pré-construída e genérica, que busca a construção de um paradigma, baseado na consolidação da juventude como objeto e conceito. Esse paradigma é o ponto de partida da maioria das perspectivas de construção da categoria de juventude, baseada nos recortes etários, geracionais e comportamentais, partindo de contextos históricos.

As perspectivas de construção dessa categoria reforçam a juventude enquanto momento de transição, incapaz de produzir a sua própria cultura, percepção esta que limita o conceito enquanto objeto de análise. Para a literatura atual, a juventude é pouco levada a sério e tratada como adultos em potencial, categorização que gera implicações objetivas, como a dificuldade para obter um primeiro emprego, como também invalida a participação em espaços de decisão nos movimentos sociais e na sociedade civil (CASTRO, 2005; CASTRO et al., 2009).

As relações de dominação e de hierarquia, que organizam as posições sociais, marcam a definição das fronteiras entre juventude e velhice que, para Bourdieu (1983), são objetos de disputa em todas as sociedades. Deste modo, a categoria juventude perde a sua essência, se destituída das relações sociais as quais lhes agregam significado. Para Bourdieu (1983), classificar é ordenar e impor limites e, portanto, a construção de um conceito está atrelada a existência de relações sociais de poder e de dominação.

Nessa classificação etária para a categoria, penso também como observa Dayrell & Reis (2007),

[...] a juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos históricos e sociais distintos, é marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vem ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem. (DAYRELL & REIS, 2007, p. 4).

A partir de Dayrell & Reis (2007) entendo que o objeto de estudos desta tese, a juventude rural, é uma categoria socialmente construída a partir de seu contexto socioterritorial, os assentamentos de reforma agrária. Também afirmo que, no meio rural, coexistem uma diversidade de jovens rurais: quilombolas, fundos de pasto, indígenas etc., compartilhando de semelhanças e diferenças entre seus modos de vida. Trato, então, de um agente específico, jovens que vivenciam o cotidiano dos assentamentos de reforma agrária, marcados também por suas diferentes origens familiares, condições sociais, culturais, de gênero, etnia etc. São estas particularidades que traduzem o contexto sociocultural no qual estão inseridos e são elas que abrem caminhos para a investigação de um modo de vida entre estes jovens.

Os questionamentos e as discussões encontradas na literatura, acerca da juventude enquanto categoria analítica, sugerem a necessidade de buscar novas formas de análise e interpretação dos problemas concretos a ela relacionados, para desconstruí-la e demonstrar as representações sociais que a constroem. Essa desconstrução deve considerar as diferentes visões sobre os jovens (como demarcam suas posições sociais, seu posicionamento na família) como também as dimensões históricas e estruturais. As juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural e uma identidade relativa ao lugar que ocupam na sociedade, mas, os jovens a vivenciam de formas distintas, pois, variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem (CASTRO et al., 2009).

Em termos brasileiros, sob uma ótica bourdieusiana, Novaes (1998) mostra-nos que, para além dos cortes etários, falamos agora de “juventudes”, olhar mais amplo e que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso. Ao pensar em “juventude, educação e lazer” (atributos constantemente estudados por diversas

perspectivas teóricas) como inerentes à categoria, pensa-se, segundo Abramo (1997), em uma juventude em processo de formação, que ainda não está inserida no mercado de trabalho e, conseqüentemente, é retirada das análises parte da juventude que trabalha nas cidades que circundam os assentamentos, como forma de obter renda. Para Castro (2005) essa é uma importante contribuição para perceber a juventude enquanto uma construção social.

Em uma pesquisa sobre a produção bibliográfica sobre o tema Juventude Rural, Castro et al (2009) apontaram que existe uma tendência à expansão dessa produção e, até o ano de 2007, identificaram 197 obras. Entre os anos de 1960 e 1999, a produção foi considerada pouco expressiva e correspondeu a 19 referências (corresponde a menos de uma obra por ano), a partir de 2000 foi identificado um crescimento que atingiu a média de 22 trabalhos ao ano, com maior concentração em 2006 (40 trabalhos) correspondente a 20% de toda a produção na área.

Castro et al. (2009) também elencaram as principais construções sociais sobre a categoria jovem rural presente nos trabalhos acadêmicos desde 1985. Entre os anos de 1960 e 1995, as categorias estudadas foram: “Jovens Rurais”, “Trabalho infante-juvenil” e “Educação Rural”; trabalhando as problemáticas e temas associados a evasão escolar, êxodo rural e trabalho rural. Já entre os anos de 1995 e 1999, seguiu-se a produção pouco expressiva do período citado anteriormente, tendo como categorias estudadas: “Jovens do Interior”, “Jovens Assentados”, “Jovens Sem-Terra”, “Juventude e Agricultura Familiar”, “Aluno Trabalhador Rural”, “Êxodo Rural” e “Pluriatividade”. Entre essas categorias foram trabalhadas as problemáticas e temas associados a mudança social, assentamentos rurais, MST, crise dos padrões sucessórios, agricultura familiar e relação campo-cidade, o que demonstra um aumento de interesse tímido com relação a produção científica relacionada a juventude rural.

Entretanto, no período entre 2000 e 2007 observa-se, no levantamento feito por Castro et al (2009), um aumento expressivo da produção bibliográfica concentrando nesse período o maior montante de referências relacionados ao estudo da juventude rural. Entre os anos de 2000 e 2007 as categorias estudadas foram: “Jovens Rurais”, “Adolescentes do MST”, “Filhos de Agricultores Familiares”, “Jovens Agricultores”, “Jovens Assentados”, “Juventude Camponesa”, “Juventude no Meio Rural”, “Jovens do

Interior”, “Jovens Migrantes”, “Jovens Rurais Militantes”, “Geração”, “Gênero”, “Sucessão Hereditária”, “Alunos Assentados”, “Educação de Jovens e Adultos” e “PRONERA”. Já as problemáticas e temas estudados estavam associados a migração, êxodo rural, assentamentos rurais, MST, crise dos padrões sucessórios, agricultura familiar, relação campo-cidade e geração. Esta expansão reflete a intensificação do debate e das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, juventude rural, movimento sociais e também do fomento à pesquisa, em diversas áreas, promovida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao fim desta pesquisa, devido à assunção conservadora da sociedade e da política brasileira, a partir do contato com uma rede de discentes e docentes da área, presenciei o cerceamento dos financiamentos das mesmas pesquisas, bem como, o congelamento das verbas voltadas para a juventude rural nos órgãos INCRA e PRONERA, porém, ainda não é possível mensurar o quanto estes cortes influenciaram nestas produções. O fato é que, boa parte dos estudantes que estudam esta temática, são jovens advindos de populações rurais, que passaram por diversas formações educacionais e que buscam consolidar um campo de estudos e de vida. Desarticular politicamente e economicamente este campo de estudos é também uma forma de fragmentar e aniquilar o campesinato brasileiro.

Apesar do aumento expressivo dos estudos sobre juventude no Brasil observei que o foco está na juventude urbana que se encontra nas grandes metrópoles; a categoria “Juventude Rural”, até então, foi pouco discutida na historiografia brasileira, mas ganhou vulto nos últimos dez anos. Castro et al (2009) percebeu esse crescimento nos trabalhos de Abramo e Branco (2005); Abramovay e Castro (2006); Castro e Carneiro (2007). Nilson Weisheimer (2005) também realizou um levantamento da produção bibliográfica sobre o tema da juventude rural no Brasil e concluiu que as questões da “migração” e da “invisibilidade” são as mais presentes nos estudos, apontando que boa parte dos estudos caminham no sentido de construir ações, políticas públicas e ações dos movimentos sociais que possam impedir a juventude de completar o seu “destino”: a migração do campo para a cidade e evitar o conseqüente fim do meio rural e da agricultura familiar. Para mim, estas percepções preocupam-se com a superpopulação

urbana, causada pelo êxodo rural e não estão efetivamente preocupadas com a qualidade de vida das populações rurais.

Para Wanderley (2007), a categoria Juventude Rural não acompanha há muito tempo o debate acadêmico. Não é uma categoria alvo de discussão e nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre questão agrária. Nas palavras de Eliza Guaraná de Castro,

[...] a juventude rural é percebida como uma categoria específica, e não na perspectiva de jovens e rurais. É uma categoria minoritária “dentro” da juventude. Quando retomamos os dados da PNAD¹³ essa análise faz algum sentido. Os dados apontam que a população de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas e representa 27% da população. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. No entanto, ainda que pareça pouco no universo total, estamos falando de 8 milhões de pessoas. Isso sem entrarmos na problematização da própria definição de rural e urbano. Assim, se fossemos pensar a juventude rural como categoria específica e de pouca expressão numérica na sociedade brasileira, mesmo esse eixo deveria ser revisto. É uma população de 8 milhões de jovens! Nesse sentido, a invisibilidade que marca a juventude rural deve ser problematizada. (CASTRO, 2007, p. 129).

Para Wanderley (2007), a categoria deve ser pensada em um duplo enquadramento: enquanto jovens e rurais. De um lado, esta juventude enfrenta os preconceitos do imaginário urbano acerca do mundo rural. É associado ao atraso, ao arcaico, ao caipira preguiçoso. De outro, na relação com a família enfrenta o preconceito por ser muito urbano. Essas relações revelam uma condição de subalternidade desses jovens que são percebidos como inferiores, seja nas suas relações na cidade, seja nas suas relações familiares e nas relações com a comunidade.

Paradoxalmente, as famílias dos jovens e os movimentos sociais constantemente afirmam a importância desses jovens para a reprodução da economia familiar. Entretanto, com as mudanças das estratégias de reprodução, junto às crises dos processos sucessórios, os jovens deixam de serem observados somente na condição de filhos de agricultores. Agora, passam a ser associados a outras problemáticas como o êxodo rural,

¹³ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil.

migração e participantes de movimentos sociais, ou seja, estes elementos indicam a consolidação da juventude rural como ator político (CASTRO et al., 2009).

Sendo assim, a juventude rural é um importante ponto de entrada para os estudos rurais e, já que, ela é parte dos processos de migração e também participante da reprodução familiar camponesa. Ela é crucial para o futuro da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que vive o dilema dos trânsitos constantes entre o campo e a cidade, sofrendo diretamente as transformações sociais percebidas no meio rural.

Ao realizar um balanço acerca da temática da migração da juventude rural no Brasil, Brumer (2007) identificou duas variáveis: os atrativos da cidade e do novo ambiente e os aspectos negativos do lugar de origem. Os aspectos negativos estariam ligados à maneira como ocorre a divisão do trabalho nas unidades familiares rurais de produção expressados pelas relações de hierarquia e de conflitos geracionais. Em muitos casos a saída dos jovens é entendida como expressão de seus questionamentos sobre o mundo rural (STROPASOLAS, 2002). Compreender como a juventude constrói e ressignifica suas representações sobre o rural e o urbano tem sido a grande tarefa das atuais pesquisas, as quais lidam ao mesmo tempo com a desvalorização do campo (lugar atrasado, desinteressante) e em outros processos com a valorização do campo (local seguro, local da luta pela terra e não mais somente local de trabalho).

Para Andrade (1998), a especificidade dos assentados consiste no saber social diferenciado e elaborado a partir da vivência política da luta pela terra. Isso implica também na formação de jovens militantes nas organizações camponesas. Ser militante destaca-se também como uma forma de acesso a determinados bens culturais (viagens, cursos, palestras, encontros, leitura, filmes...), o que promove uma diferenciação entre o jovem militante e os demais jovens assentados e acampados (SCOPINHO, 2013).

Mesmo com o engajamento político de grande parte dos jovens no processo de reforma agrária, os pesquisadores identificaram uma baixa inserção nas atividades agrícolas e nas instâncias políticas (coordenações e associações). Para Castro, E. G. (2005), esses jovens mudaram de atuação em relação ao período do acampamento ficando restritos aos afazeres domésticos: antes eram agentes participativos e, após a estruturação do assentamento, pouco se envolveram com os desafios que o trabalho nos lotes proporcionavam. Isso demonstra, segundo Castro et al (2009), haver uma distância

entre os processos dos movimentos sociais, dos atores governamentais e organizações não governamentais (ONGs) e a realidade vivida nos assentamentos.

Haviam poucas referências relacionadas a juventude rural até o ano de 1995. As poucas existentes nesse período estão relacionadas aos temas educacionais e ao trabalho como, por exemplo, as especificidades das experiências das escolas agrícolas e a pedagogia da alternância. Nesse período começaram as reflexões sobre o êxodo rural e, conseqüentemente, as discussões sobre a crise no campo, o que acarretou na instituição da juventude rural como uma parcela específica da sociedade que necessita de programas sociais e conhecimentos científicos para a intervenção junto aos mesmos.

Conseqüentemente, no período seguinte ao ano de 1995, é possível observar um crescimento das discussões relacionadas ao tema juventude e uma maior visibilidade dos jovens rurais, conquistada através dos movimentos sociais. Nesse período, as pesquisas se expressam em termos como “Jovens Sem Terra”, “Jovens Assentados” e “Juventude e Agricultura Familiar”, que estão relacionados aos processos de intensificação da luta pela terra e da modernização do campo. Observo que, nos anos subsequentes, os temas se expandiram ainda mais, mas, permaneceram ligados aos estudos dos jovens filhos de agricultores e relacionados aos pares de oposição, “rural-urbano”, “campo-cidade”.

Castro et al (2009) indicam que as pesquisas não compreendem o rural para além dos jovens residentes nos assentamentos de reforma agrária, se esquecendo dos jovens das populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas, seringueiros e quebradeiras-de-coco que também estão “invisíveis” nessas pesquisas. Sendo assim, compreender o universo de pesquisa relacionada a juventude rural perpassa pela revisão e identificação de como essa categoria está sendo construída, quais problemáticas estão relacionadas a ela e, sobretudo, quais são as questões específicas que os jovens vivenciam em distintos espaços rurais. Os estudos sobre juventude rural enfrentam dificuldades para se colocar além do referencial urbano sobre o tema, dificuldade essa explicada pela forte influência da produção científica e das políticas públicas criadas para o setor da juventude que ocupa espaços urbanizados.

Ainda para Castro et al (2009), é preciso perceber as transformações da noção de juventude para entendermos as práticas e significados do que é ser jovem em distintos contextos e grupos sociais, o que revelaria um panorama abrangente do que é ser jovem

e rural e que, ao mesmo tempo, seria uma investigação significativa para entender o papel dos jovens em diversos espaços e instituições. As autoras demonstram também a clara emergência de expressão da juventude rural enquanto ator político presente no cenário nacional seja nos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), nos movimentos sociais que são parte da via camponesa, MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e também na Pastoral da Juventude Rural (PJR) movimento consolidado desde 1983.

Segue abaixo um quadro que demonstra as principais organizações de juventude nos movimentos sociais rurais, suas instâncias e regiões de atuação:

Quadro 1 - Participação da Juventude nos Movimentos Sociais Rurais

Organizações Sociais	Instância de participação da Juventude	Ano de Início	Região de atuação
PJ e PJR	Pastorais dos Estados e Regiões	1983	Nacional até Municipal
CONTAG	Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	2001	Nacional até Municipal
FETRAF	Coordenação Nacional de Juventude	2001	Nacional até Municipal
MMC	Não possui	2003	Estadual
MPA	Não possui	2003	Estadual
MAB	Coletivo Nacional	2003	Nacional
MST	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional e Estadual
Via Camponesa Brasil	Coletivo Nacional de Juventude	2006	Nacional

Legendas: Pastoral da Juventude (PJ); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fonte: Castro et al (2009)

A juventude rural também possui comissões municipais e estaduais nos movimentos sindicais. A Pastoral da Juventude consiste em um movimento que possui como eixo central a juventude rural em suas diversas instituições (sindicatos, partidos e comunidades). Com o intuito de organizar politicamente esses sujeitos, ela é dividida em coordenações estaduais e nacionais. Segundo Castro et al. (2009), a Pastoral da Juventude ganhou força no cenário dos movimentos sociais quando ela se afiliou à Via Campesina Brasil, ganhando importância tanto nacional quanto internacionalmente. Sendo assim essa aliança entre as duas instituições favoreceu a consolidação do coletivo nacional da Juventude da Via Campesina Brasil.

Já nas organizações dos movimentos camponeses integrantes da Via Campesina, nem todas possuem coletivos de juventude (somente o MST e MAB). Porém, a Via Campesina articula todos esses movimentos por meio do seu Coletivo Nacional de Juventude, que foi criado em 2006 devido à necessidade de articulação dos jovens durante o I Seminário, realizado também em 2006, como parte do programa de formação para a juventude da mesma instituição (CASTRO et al., 2009).

No nível federal, os jovens se organizam na Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNJTTR) na CONTAG e na comissão Fetraf-Brasil e suas respectivas secretarias de Juventude que compõem a parte executiva na federação. Castro et al (2009) observaram que existe uma intensa disputa nas esferas de decisão dessas organizações e que o principal objetivo desses coletivos de juventude é o de renovar o movimento sindical através das políticas afirmativas de participação nos espaços de decisão.

As agendas de discussão abordadas nos congressos realizados pelos coletivos de juventude são reveladoras das demandas sociais e das formas pelas quais os jovens rurais veem-se no processo de construção da sociedade brasileira. Elas abordam problemáticas relativas ao acesso à terra, agroecologia, soberania alimentar, agronegócio, modelo agropecuário, créditos para a juventude rural, uso de transgênicos, educação e etc.

A Carta Nacional da Juventude Camponesa (ANEXO A), apresentada pela PJR como resultante de seu 3º Congresso, revela raízes tradicionais camponesas fortemente religiosas e, ao mesmo tempo, um atualizado debate acerca das problemáticas do

agronegócio e suas implicações. A carta ainda demonstra consciência por parte do coletivo da PJR de que as juventudes são compostas por um cenário diverso, no qual a articulação entre o campo e a cidade é crucial para o fortalecimento e a consolidação dos desejos e expectativas das juventudes compostas por quilombolas, ribeirinhos, fundos de pastos, indígenas, assentados e jovens urbanos.

A PJR também enfatiza na carta que é necessário prestar atenção aos jovens que querem permanecer na terra, trabalhando de uma forma ecológica e respeitando a natureza. Essa é uma percepção importante, pois, na literatura, os trabalhos discutem mais questões relativas ao êxodo rural e a importância da permanência no campo, mas, não discutem formas de desenvolver programas e medidas que melhorem as condições de vida no meio rural.

Esses coletivos de juventude passaram a exercer grande força política por meio de suas reivindicações fazendo com que o Estado criasse programas para atender essas demandas. Para Castro et al. (2009), não é possível afirmar se existe um direcionamento claro quanto a uma política de Estado voltada para a juventude rural nas últimas décadas, mas, é possível constatar que a juventude rural como público alvo de políticas públicas não tem sido priorizada, como deveria, nos ministérios e seus programas. Porém, a intensificação de programas a partir de 2003 foi um indicativo de uma tentativa de mudança de cenário. Estas políticas foram frustradas pela descontinuidade dos programas sociais após o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e com a já mencionada incursão conservadora da sociedade brasileira.

Os primeiros programas voltados à juventude rural deram início em 1990, sendo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) aquele que lhe deu maior visibilidade como público alvo. A partir de 2003 houve um aumento de programas concentrados na esfera da educação e também de crédito rural. Esses programas estiveram concentrados primeiramente no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e seguidos pelo Ministério Agrário (MA), Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (CASTRO et al., 2009).

Os programas de Residência Agrária e Residência Jovem, como o projeto Cinema, Juventude e Ruralidades – já citado no início do trabalho (voltado especificamente para a Juventude Rural), financiado pelo CNPQ, INCRA, PRONERA e MDA, são

representações desta política e testemunho de como estas foram intensificadas a partir do ano de 2003. Devido, às já citadas mudanças políticas, diversos foram os contingenciamentos financeiros. Os cursos de Residência Jovem que encerraram suas atividades no ano de 2017 não receberam até a presente data parcelas restantes de bolsas e verbas de custeio, o que prejudicou o encerramento, a sistematização e o registro da memória produzida por estes programas que tanto impactaram o cotidiano dos assentamentos de reforma agrária.

Apesar destes investimentos e um aumento nas discussões e nas políticas públicas para os Jovens Rurais, esses programas foram considerados como de menor importância nos órgãos de fomento, pois, na maioria das vezes houve atrasos para o pagamento. O contato com os responsáveis da chamada foi de difícil estabelecimento e extremamente burocratizado. Esta realidade não condiz com a experiência dos jovens e dos assentados, já que eles possuem um reduzido ou difícil acesso aos meios de comunicação, como Internet ou telefonia móvel, sobretudo, da relação existente entre os pagadores, os responsáveis e os idealizadores das chamadas.

Para exemplificarmos essa questão, anexamos, na última seção desta tese, informações que ilustram as políticas públicas e os programas para a juventude criados até 2013 (ANEXO B), o qual fornece elementos para a análise das posições que a sociedade organizada tem dado para a questão da juventude brasileira, organizado por Scopinho (2013).

Observa-se que, no período analisado pela autora e, ainda hoje, que os jovens urbanos são prioridade nos programas de políticas públicas. Já os jovens rurais, têm acesso somente as políticas com foco na educação e na qualificação profissional, sendo que os únicos programas relativos ao trabalho rural (Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem) são concessões de crédito. Essas concessões são relativamente baixas perto do valor necessário para investimentos na produção e nos insumos e não resolvem o problema da dependência dos jovens com relação à renda familiar. Entre os assentados é comum existir um endividamento precoce e, jocosamente, o Programa passou a ser apelidado de “nossa primeira dívida”. As políticas não apresentavam de modo claro as concepções de juventude que as embasavam e não conseguiam contabilizar quem, quantos eram e como viviam os beneficiários. Elas eram medidas notadamente de caráter

focal e paliativas para os que se encontravam em situação de vulnerabilidade social (SCOPINHO, 2013).

As políticas públicas e os programas sociais voltados para a Juventude não abrangiam os principais problemas expostos pelos assentados, como a ausência de infraestrutura mínima para produção (água e energia), o excesso de burocracia na liberação dos créditos, falta de assistência técnica, ausência de canais de comercialização, falta de escolas, assistência à saúde e lazer, problemas que impedem o desenvolvimento de uma economia fundamentada na cooperação, no trabalho familiar e na agroecologia e acabam por agravar a questão da inserção e da manutenção destes jovens nos assentamentos rurais (SCOPINHO, 2013).

Ao comparar o trabalho ANEXO B de Scopinho (2013) com a realidade atual é possível inferir que as políticas voltadas para a juventude rural sofreram grande baixa a partir da desarticulação do MDA no governo de Michel Temer, continuando sua derrocada no governo de Jair Bolsonaro com a vinculação dos assuntos fundiários à bancada ruralista. Entre os programas elencados, os únicos que estão atualizados e mantem-se como ativos em seus sites são o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Jovem¹⁴ e o Nossa Primeira Terra¹⁵, que, entre as conversas com os jovens entrevistados na pesquisa não apareceu como horizonte para o financiamento da produção ou para realizar a compra de um imóvel rural. Em pesquisas anteriores, como em Lacerra (2016), o acesso ao Pronaf Jovem foi percebido como de maior relevância entre os jovens assentados e como possibilidade de planejamento e de investimento.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) transformou-se na Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e o Ministério da Cultura (MC) transformou-se também em uma secretaria, Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania. Todos os programas vinculados a estas não foram encontrados em seus respectivos sites e não possuem informações sobre sua continuidade.

Os programas vinculados a cultura (cinema, arte, música e literatura) para a juventude e para comunidade como um todo, nos territórios rurais, foram os primeiros a serem abandonados, repentinamente. A articulação entre o governo, movimentos sociais

¹⁴ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

¹⁵ http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/cred_fundiario/saiba_mais.asp

(sobretudo o MST e MAB) e juventude, que fortalecia a execução destas políticas, também teve seu elo fragilizado pela hostilidade das políticas conservadoras e seus representantes. Também já foram mencionadas a desarticulação e falta de verbas para os programas do Ministério da Educação (MEC) e PRONERA.

Ao investigar a inserção de jovens em assentamentos rurais, na região de Ribeirão Preto – SP, Scopinho (2013) também problematizou a relação da juventude com o trabalho no meio rural para além da organização dos coletivos de juventude presentes nos movimentos sociais. A diferença entre ser um jovem militante ou não foi ressaltada pela autora, apontando que a inserção em um movimento social possibilitava o contato destes jovens com outra realidade, o que gerava uma distinção entre os jovens dentro dos assentamentos. Sobre essa relação dos movimentos sociais com a juventude, Scopinho (2013) faz referência ao MST:

Compondo elementos bem ao gosto dos jovens, o MST tem trabalhado com a utopia política de construir um mundo melhor, tem utilizado linguagens diversificadas e estimulado a aprendizagem, para coloca-los em outros espaços e em contato com outras visões de mundo. No âmbito deste movimento social paira a incerteza sobre se juventude é idade ou estado de espírito ou uma relação de dependência, porque o patriarcalismo é um valor muito presente nas relações sociais no campo. No ideário do MST, o jovem não é problema, é solução: de continuidade da luta pela terra, pela educação, pela saúde, pelo trabalho decente, pela preservação do patrimônio histórico e ambiental, entre outros direitos humanos fundamentais e, como os dirigentes fazem questão de deixar claro, por 'outra' sociedade. A preocupação com a formação política dos jovens alimenta a ideia de jovem como "força revolucionária", concepção classista e não geracional de jovem (SCOPINHO, 2013, p. 10).

Scopinho (2013) concorda com Castro et al. (2009) no fato de que as principais causas para a migração dos jovens é a falta de trabalho, renda e escola e que, se melhores condições de vida existissem, os jovens permaneceriam no campo. As análises de Castro et al. (2009) são majoritariamente baseadas em entrevistas realizadas com jovens integrantes de organizações sociais, o que, supostamente, reflete um ideário pautado na continuidade de um movimento de luta pela reforma agrária, ou, como aponta Scopinho (2013), uma concepção classista de juventude. A autora aponta que há uma tendência a homogeneização da condição juvenil por parte dos movimentos sociais e dos programas governamentais, consolidados em discursos tipicamente institucionais que

inspiram a elaboração de programas para jovens abstratos, estes jovens idealizados são diferentes dos observados empiricamente.

Scopinho (2013) dá importante contribuição ao analisar as pesquisas que se referem a um novo rural, moderno, tecnificado em sua base produtiva, incluindo serviços de lazer e turismo, na tentativa de manter os trabalhadores no campo e supostamente resolver os problemas da superpopulação urbana, causados pelo êxodo rural. A diversificação de atividades favorece ainda mais a precarização do trabalho rural, pois, ao concentrar esforços em outras atividades além da agricultura, acaba por deixar de fora o debate e a continuidade de questões centrais como a reforma agrária, o crédito rural, a melhoria da infraestrutura produtiva, a reforma dos canais de comercialização, a educação, os serviços de saúde e etc., questões que devem seguir na pauta para a continuidade do desenvolvimento rural e a diminuição das disparidades sociais entre campo e cidade.

Entre as representações sociais que os jovens possuíam acerca do trabalho no campo, este simbolizava a não dependência de um patrão; na cidade, o trabalho simbolizava a independência financeira da família e a possibilidade da entrada no mundo do consumo. De forma dicotômica, mesmo permanecendo desempregados, os jovens correlacionavam o trabalho à liberdade, ou seja, as expectativas de vida e suas representações não eram condizentes com o cotidiano e às condições materiais (SCOPINHO, 2013). Refletindo o preconceito introjetado pela concepção urbana, os jovens ressaltavam que não trabalhavam na roça, pois, encaravam o trabalho rural como pesado, sujo e não qualificado. Nesse sentido, eles declaravam que ajudavam com os afazeres dentro de casa.

Acerca do futuro profissional, os jovens que frequentavam os cursos ofertados pelo MST eram mais otimistas com as expectativas, o que sustenta uma diferenciação entre os jovens militantes ou não. Acerca das políticas públicas voltadas para a juventude rural, os militantes mostravam-se contrários. Devido às dívidas geradas e à dificuldade em suprir as necessidades econômicas e sociais, eles apontavam como saída a criação de créditos paralelos e mercados alternativos mediados pelo movimento social, o que, segundo Scopinho (2013), requer uma alta capacidade organizativa e mobilizadora das bases sociais dos assentamentos já existentes, capacidade esta não atendida pelo MST.

Para a autora, a construção de possibilidades de inserção profissional e social destes jovens só será possível quando eles forem protagonistas de projetos produtivos condizentes com a realidade de seus assentamentos (SCOPINHO, 2013).

O emprego na cidade era visto como algo mais seguro, devido às leis trabalhistas, acesso aos bens de consumo e lazer das cidades, concepção que incentiva o abandono dos estudos para a inserção no mercado de trabalho. De forma paradoxal, o trabalho na cidade também era uma estratégia de acumulação de capital para investimento na produção do estabelecimento familiar, ou, como renda complementar ao estabelecimento, pois, o lote era o local da família e da segurança, o território de pertencimento a ser preservado (SCOPINHO, 2013). Neste sentido, de forma dicotômica, as estratégias demonstravam que, mesmo frente aos diversos fatores que motivavam os jovens a migrarem para as cidades, as suas estratégias tinham por finalidade preservar e consolidar os laços familiares e de preservação do território.

O raciocínio de Scopinho (2013) endossa a concepção de Souza (2017) que analisa as estratégias de reprodução social camponesa da juventude rural no vale do Juari – TO. Para os jovens investigados, as experiências vivenciadas na cidade e no assentamento permitiram uma revalorização simbólica do ser camponês, ou seja, a partir da exploração vivida nas cidades houve uma revalorização das experiências vivenciadas junto aos pais no assentamento, no qual, o acesso à luz, créditos, meios de comunicação (televisão e internet), veículos, acesso às políticas públicas e etc., ofereceram condições objetivas de vida melhores que as das cidades.

Nesse sentido, o modo de vida camponês e o desejo de permanecer na terra não advém somente dos conhecimentos apreendidos através da família e da comunidade, mas também das condições objetivas que a vida na terra proporciona. Para Souza (2017) o patrimônio fundiário, a possibilidade da produção e geração de renda, o crescimento profissional, a independência no trabalho, o acesso a direitos, a educação, a dignidade enquanto cidadão, dentre outros fatores, são fatores propiciados pelos assentamentos aos jovens e definem o que é ser camponês para as novas gerações.

A autora constata, assim como Scopinho (2013) e Lacerra (2016), que diversas estratégias são criadas para permanecer no campo e estão orientadas pelas condições objetivas das famílias: investimentos no estudo, apoio financeiro à compra do “direito de

lote”; a migração dos jovens como forma de acumular capital econômico para comprar o lote ou pagar por benfeitorias e retornar ao campo, novas ocupações de terras pelos/as jovens com apoio e orientação paterna para garantir a apropriação do patrimônio fundiário. Estes cálculos estão baseados em duas situações prováveis: na construção de um futuro melhor, com crescimento profissional, trabalho e escolarização na cidade e, ao mesmo tempo, em um futuro melhor, com a possibilidade da conquista do patrimônio fundiário, a possibilidade da geração de renda e o acesso às políticas públicas. Estas são as condições que viabilizam o modo de vida camponês e não o projetam somente como uma herança subjetiva (SOUZA, 2017).

Nesta via de mão dupla, também se constituem, como define Scopinho (2013), os assentamentos-dormitórios, nos quais os jovens, que geralmente já passaram por periferias urbanas marginalizadas, encontram um local seguro para morar. Os assentamentos, mesmo com as deficiências estruturais, foram a melhor contribuição que a reforma agrária pôde proporcionar a estes agentes, demonstrando que campo e cidade não se constituem em mundos dicotômicos, mas, são complementares aos jovens rurais, que os exploram do modo mais conveniente. Scopinho (2013) observa nestes jovens a construção de um movimento entre assentamento-cidade-assentamento, como “andorinhas”, que migram diariamente em busca de trabalho e moradia, construindo estratégias de sobrevivência, que possuem uma configuração particular, para além do tradicional êxodo rural.

Os jovens enfrentam grandes distâncias para se locomover até as escolas nas cidades e enfrentam preconceitos quando são taxados de “sujos”, “baderneiros” e “pé vermelho”, fazendo com que, mesmo os estudos figurando como importantes para a juventude rural, a escolha dos mesmos acabe sendo o trabalho. Existe, por parte das famílias, o desejo de possuírem escolas nas comunidades, facilitando os intercâmbios entre os agricultores e os professores e também promovendo trocas de conhecimentos específicos nos territórios. A escola, mesmo sendo parte de uma estrutura precária, significava espaço de lazer e sociabilidade, possibilitando aos jovens conhecer pessoas, realizar atividades físicas (jogar vôlei e futebol), assistir vídeos etc. Os jovens também demonstraram interesse em ter no assentamento o mesmo que na cidade: sorveterias,

bares e lojas, o que, para Scopinho (2013), demonstra uma noção de lazer centrada no consumo.

Construí esta revisão bibliográfica acerca da temática da juventude rural, setorizando os principais debates e perspectivas de investigação. Estes versam acerca da constituição e da consolidação da juventude rural militante e organizada, engajada nos movimentos sociais e que demanda políticas públicas. Além destas, outras propostas estão atentas para analisar os processos sociais vivenciados por parte desta juventude rural que não está engajada em processos de militância, mas que, cotidianamente, experimenta os impasses dos projetos de reforma agrária. Ressalto que as pesquisas científicas e os investimentos através de políticas públicas são necessários para toda a juventude rural, pois, ambas são importantes para a constituição e para o desenvolvimento do território camponês com mais igualdade e democracia.

Bourdieu (1983a) expõe suas concepções com relação à Sociologia, enfatizando que os questionamentos sobre a cientificidade desta advêm do fato de que ela se encontra em uma posição de questionamento dos valores sociais e que seus temas são objeto de lutas e de disputa. Nesse sentido, minha concepção de juventude vai de encontro a Bourdieu, buscando construí-la a partir das relações sociais que a produzem. Os jovens rurais são aqueles jovens que se veem e são vistos como jovens perante a sua comunidade devido a comportamentos, formas de vestir, agir etc., e que, constituem-se nesta relação e são produto de uma relação de quem vê e é visto.

Ou seja, busco formas de desconstruir esta categoria, para reconstruí-la através das diferentes visões sobre os jovens, mostrando como eles demarcam suas posições sociais, junto às dimensões históricas, estruturais e identitárias, vivenciadas distintamente entre os diferentes jovens a partir das categorias de gênero, etnia e classe. Ou seja, essa categoria é produto da relação entre indivíduo e sociedade e, nesse sentido, o objeto de estudos desta tese é sociológico.

A juventude rural constitui, então, um denso campo de pesquisa e uma complexa demanda para as políticas públicas, já que, é múltipla e diversa dentro dos assentamentos de reforma agrária, levando em conta também os diferentes jovens camponeses, quilombolas, fundos de pasto e etc., devendo ser observadas também suas

particularidades de modo de vida, gênero e etnia, para o desenvolvimento das políticas voltadas para um território camponês com mais igualdade e democracia.

3 CAMPESINATO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA

Neste capítulo apresento uma discussão acerca da construção do conceito de campesinato demonstrando as diferentes concepções que ele abarca, definindo, portanto, o ponto de análise desta tese a partir das mesmas. Abordo também o processo de apropriação e de desenvolvimento do território brasileiro a partir da colonização, para pensar, de forma reflexiva, como este processo determinou a vida dos camponeses que constituíram força de trabalho basilar de nosso país. Este desenvolvimento deu-se de forma conflituosa, em um intenso processo de expropriação territorial e desenraizamento dos indígenas, dos negros e dos migrantes europeus, provocando fortes mobilizações no meio rural. O surgimento de movimentos sociais de luta pela terra demonstra a resistência e a mobilização das populações camponesas. A criação de uma política de reforma agrária e assentamentos rurais foram, respectivamente, consequência da organização destes trabalhadores rurais e uma resposta do Estado brasileiro para conter e refrear conflitos sociais; por parte dos trabalhadores rurais, a constituição de uma política de reforma agrária, apesar de uma política de compensação social, passou a figurar como a possibilidade de liberdade, de viver junto de suas famílias e de dar continuidade aos seus projetos de vida.

3.1 Formação histórica da Questão Agrária brasileira

É importante para esta tese de doutorado, retomar, mesmo que de forma resumida, alguns aspectos da formação agrária brasileira, pois, a partir deste debate, será possível aprofundar a análise, de forma específica, acerca da formação fundiária da região do município Promissão - SP, na qual localiza-se o assentamento Reunidas e, também, na análise da formação fundiária da região de Serra Azul – SP na qual localiza-se o assentamento Sepé Tiarajú.

A discussão sobre o campesinato e, conseqüentemente, a questão agrária brasileira são importantes, pois, conduziram meu raciocínio para a observação dos processos de ocupação territorial que ocorreram nas regiões supracitadas. Estes processos possuem questões específicas que configuraram a distribuição de terras nestes territórios sobretudo porque, foram eles que produziram a organização dos agentes coletivos os quais investigamos.

O problema da distribuição desigual de terras é histórico no Brasil e possui suas raízes no processo de colonização que, a partir de 1500, com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias, controlava a distribuição de terras com a chancela da coroa portuguesa, cedendo, para aqueles que tivessem condições de produzir e pagar uma quantia desta produção à coroa, uma porção generosa de nosso território. Essa lógica de apropriação e divisão do território foi a responsável pelo processo de formação dos latifúndios, propriedades agrícolas de grande extensão com exploração intensiva de recursos (BOXER, 2002).

Neste processo, os portugueses incorporaram algumas das tribos nativas, enquanto outras foram escravizadas e exterminadas por contágio de doenças europeias para as quais não possuíam imunidade, além do que também foram exterminadas em longas guerras travadas nos dois seguintes séculos de colonização e em batalhas entre os grupos indígenas rivais e seus aliados europeus. A partir do século XVI, a cana-de-açúcar tornou-se o mais importante produto de exportação do Brasil e os portugueses iniciaram a importação e a incorporação da força de trabalho de escravos africanos, comprados nos mercados de escravos da África ocidental, trazidos para lidar com a crescente demanda internacional do produto, parte do chamado ciclo da cana-de-açúcar (BOXER, 2002).

A partir de 1822, após a independência do Brasil, agravaram-se ainda mais os conflitos relativos à posse e ao uso das terras. Em 1850 surgiu a Lei de Terras como iniciativa no sentido de organizar a propriedade no Brasil. Até então, não havia nenhum documento específico que regulamentasse a posse de terras e, com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo viu-se pressionado a organizar esta questão. Frente às pressões para o fim da escravatura, os grandes fazendeiros e políticos latifundiários organizaram-se com a finalidade de impedir o acesso dos negros à terra, dificultando a apropriação das mesmas.

Em um contexto de transição da força de trabalho escrava para a assalariada, na qual os primeiros trabalhadores imigrantes vieram para o Brasil, fizeram-se necessárias a regulamentação e a fiscalização governamental da posse e do uso da terra, para que os negros e estrangeiros não se tornassem proprietários e concorressem com os grandes latifundiários. A lei estipulava que só poderiam adquirir terras pelo processo de compra, venda ou por doação do Estado, ou seja, a posse da terra não poderia mais ser dada pelo processo de usucapião. Esta lei contribuiu para a consolidação de uma estrutura fundiária desigual e estabeleceu privilégios aos velhos fazendeiros que concentraram a posse das maiores e melhores terras.

Mesmo com a instauração da República em 1889 e, com a libertação dos escravos em 1888, nada melhorou no perfil da distribuição de terras: o poder político continuava nas mãos dos latifundiários. Foi com o processo de industrialização do país, nas décadas de 1950 e 1960, que houve a retomada da questão fundiária, já que a sociedade brasileira passava por um rápido processo de urbanização. O aumento da produção agrícola, a partir dos anos 50, passou a ocupar o centro do discurso das classes dominantes, discurso permeado pela ideologia desenvolvimentista, condenando o atraso no campo, a fraca produtividade e a miséria dos trabalhadores. Essa ideologia foi embasada pelos estudos e diagnósticos realizados nos cafezais paulista em 1957 realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), buscando justificar as mudanças nas relações de trabalho. Estas ações tiveram como consequência a erradicação dos cafezais e a diversificação das culturas agrícolas nas décadas de 1960 e 1970 (SILVA, 1999).

É neste contexto que surgiram o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, e o Estatuto da Terra (ET), em 1964, uma das primeiras leis criadas pelo sistema de governo da ditadura militar no Brasil, disciplinando o uso, a ocupação e as relações fundiárias no Brasil, incumbindo ao Estado a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Com o objetivo de amortizar as pressões populares sobre a questão da terra no Brasil, o Estatuto conferiu função social e econômica à propriedade rural, evitando uma possível revolução camponesa e, ao mesmo tempo, deu respaldo aos grandes proprietários de terra. O Estatuto de Terras tornou institucional o dever do Estado de garantir aos trabalhadores rurais o acesso à terra, executando a reforma agrária e desenvolvendo a agricultura, porém, o que se pôde constatar no decorrer dos anos, foi que a reforma agrária ficou apenas no papel, enquanto a agricultura capitalista empresarial desenvolveu-se em grandes proporções.

Concordo com Silva (1999) que o Estatuto do Trabalhador Rural estabeleceu uma situação de conflito entre a maioria dos trabalhadores rurais, já que, na definição de empregados rurais, não foram enquadrados na regulamentação os trabalhadores volantes e os boias-frias. Somente os trabalhadores permanentes (sob os quais os empregadores deveriam contribuir com 27% da jornada de trabalho em impostos para o Estado) estavam contemplados. O Estatuto não pode ser entendido como um mecanismo que melhorou as condições de vida dos trabalhadores; ao contrário, ele representou a regulamentação da intensificação de exploração da força de trabalho (SILVA, 1999).

Por parte das classes dominadas, o ETR fragilizou a sua organização política e as submeteu ao Estado. Já, por parte das classes dominantes, os estatutos impuseram o “sacrifício econômico” aos proprietários de terras sem, contudo, ameaçar o seu poder político, ou seja, os proprietários garantiram a dominação política em troca da aceitação da modernização agrícola.

O debate sobre o rural esteve fortemente presente na academia brasileira neste período, com um forte enfoque para pensar o rural como subsidiário do processo de industrialização, um debate carente de entendimento sobre a estrutura fundiária brasileira e sobre as relações sociais presentes no meio rural. Para Delgado (2001), existiram diferentes interpretações acerca do papel da agricultura no desenvolvimento do país: uma, construída no período da modernização conservadora, com a revolução verde entre as

décadas de 1960 e 1980, e outra, na década de 1990, com a adesão de um paradigma liberal, a criação do agronegócio e forte mecanização.

Um dos importantes intelectuais que endossaram o debate sobre a questão agrária no Brasil, foi Caio Prado Júnior (1969), em suas obras “Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil” e “Nova Contribuição à Questão Agrária no Brasil”, que discutiu a possível contribuição da reforma agrária para elevar os padrões de vida da população rural e para proporcionar condições de vida mais humanas. Para o autor, o processo de reforma agrária deveria implantar uma extensão dos direitos sociais incorporados pela consolidação das leis trabalhistas, para os trabalhadores rurais, e criar mecanismos de proteção legal, assim como a lei prevista para os trabalhadores da indústria e do comércio. O autor entendia que os direitos sociais possuíam a função de corrigir a extrema concentração da propriedade fundiária, garantindo o acesso à terra, posse e a utilização das mesmas pelos trabalhadores rurais (PRADO JÚNIOR, 1969).

Ignácio Rangel (1957), com a “Questão Agrária Brasileira”, também deu importante contribuição para a análise dos Complexos Agroindustriais (CAIs), pensando a crise agrária vinculada à superprodução e à escassez crônicas de produtos agrícolas, o que acarretava um problema para a comercialização de produtos no exterior, além da questão da superpopulação rural que não era totalmente absorvida pelo mercado de trabalho urbano. Para o autor, estes eram importantes problemas da questão agrária e, para sua solução, uma mudança na estrutura agrária com o intuito de expandir as atividades no mundo rural para além das primárias (agricultura, pecuária e extrativismo), incluindo as secundárias (industrialização – transformação de matérias primas) e terciárias (comércio e serviços) do complexo rural, reduziria o excedente dos bens agrícolas e geraria outras fontes de renda. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da qual Celso Furtado era membro, também endossou o debate da questão agrária, observando, em seu Plano Trienal 1963 – 1965, pouca oferta de alimentos para atender a demanda urbana, o que decorria do problemático setor agrícola brasileiro.

No Brasil, o debate acerca da estrutura agrária e a função da agricultura no desenvolvimento do país estavam conectados ao pensamento econômico-conservador, na análise das funções da agricultura, pensando-a para a liberação de força de trabalho para a indústria, gerar oferta adequada de alimentos, suprir matérias primas para

indústrias, elevar as exportações agrícola e transferir renda real para o setor urbano, ou seja, ao equalizar essas funções, sanar-se-iam os problemas estruturais do setor primário no Brasil.

Neste momento, intelectuais da Universidade de São Paulo (USP), notadamente Delfim Neto, foram destaque. Essas análises dos problemas da estrutura agrária e da função da agricultura, pensadas para o desenvolvimento econômico do país, desconsideravam as questões éticas e sociais presentes na discussão da questão agrária no Brasil, país com trajetória colonial, marcado pela escravidão e pelo sistema do colonato, com sérias implicações para a população camponesa. O Estatuto da Terra, elaborado com base nas referidas produções teóricas, buscou disciplinar a função da agricultura capitalista e a sua integração com o capital industrial e urbano, ao mesmo tempo em que coibia e abafava as manifestações das organizações camponesas - estas serão abordadas adiante.

Concordo com Delgado (2001), de que esse perfil de pensamento, explícito nas teses da década de 1960, notadamente nas produções da USP, correspondia a uma proposta de modernização sem reforma, para corrigir setores ineficientes da estrutura agrária. Expressões como “crise agrária” e “questão agrícola” apareciam em debates de intelectuais mais à esquerda e também aos vinculados à Igreja. Estes intelectuais eram contrários à análise da agricultura por meio de suas funções, pois, estas análises escamoteavam a verdadeira crise em que vivia o setor primário. O debate conservador solidificou-se a partir do golpe de 1964, a partir do qual, debates à esquerda passaram a ser cerceados, fato que embasou o movimento de modernização conservadora da agricultura.

A Igreja Católica teve importante contribuição na mudança de mentalidade de parte de seus fiéis com relação à Reforma Agrária. Com influência da Doutrina Social¹⁶ da Igreja, os Bispos e Padres passaram a denunciar as injustiças e a exclusão social presente na realidade agrária. Este movimento se dava por meio das pastorais e das

¹⁶ A Doutrina Social da Igreja, representa um conjunto de ensinamentos contidos na doutrina da Igreja Católica inseridos na tradição multissecular, com origens nos primórdios do cristianismo. Fixa princípios, critérios e diretrizes a respeito da organização social e política dos povos e das nações. Tem por finalidade levar os homens a agirem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis pela própria sociedade.

cartas de manifestação pública. Neste contexto histórico, evidenciou-se a polarização política entre Igreja e esquerda - protagonizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esta polarização deu-se pelo protagonismo da Igreja na organização dos trabalhadores rurais e em defesa da Reforma Agrária, atividade que antes era organizada pelo partido.

Neste momento, a Igreja contribuiu para a organização do sindicalismo rural brasileiro e deu importante contribuição na área do direito, a partir das bases da Doutrina Social, o que permitiu a conceituação da propriedade fundiária no código brasileiro. Esta contribuição foi dada, sobretudo, na elaboração do Estatuto de Terras, já citado anteriormente, no qual o princípio da função social da terra está, de forma legal, garantido, o que deu início a um processo transformação da velha tradição da Lei de Terras de 1850.

Apesar dos avanços simbólicos do Estatuto da Terra, ficou claro o posicionamento do governo militar em dismantelar os movimentos revolucionários, as revoltas camponesas, o partido comunista e a Igreja, reprimindo as manifestações da sociedade civil em resposta à crise agrária. Como resposta organizada do Estado para essas manifestações criaram-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), institutos, considerados por intelectuais, como os promotores da contrarreforma agrária do governo militar, já que, como apontado por Oliveira (2007), eles estiveram envolvidos em escândalos de corrupção, grilagens, compra e venda de terras por estrangeiros, tendo estes fatos circulado fortemente pela imprensa nacional e internacional.

Em uma análise do ponto de vista político, foi na década de 1950, sobretudo no governo de Juscelino Kubistchek, que os novos atores da política brasileira e os camponeses passaram a impor no debate político a luta pelos direitos sociais e pela terra, passando a ocupar cenários urbanos e judicializar as tomadas de decisão sobre as ocupações de terra. Porém, essa mobilização na esfera da política não ocorreu sem a construção da história social destes movimentos, a qual demonstra que os processos de ocupação e territorialização sempre foram marcados pela conflitualidade e pela violência.

É importante salientar que a análise desta tese concentra esforços na questão agrária recente, motivada pelo avanço do capitalismo no campo, o qual fez ressurgir a questão camponesa no interior dos movimentos sociais de luta pela terra. Porém, a

despeito de um recorte conjuntural, a semente da resistência camponesa é intrínseca ao surgimento do Brasil. Ela já existia quando os primeiros indígenas se revoltaram contra a mercantilização e apropriação da natureza, por parte dos invasores portugueses. Até aquele momento, a terra era um bem coletivo, provido pela natureza.

Friso, como exemplos de resistência, o guerreiro Sepé Tiarajú, o povo Guarani e a sua busca pela Terra sem Males¹⁷, a luta coletiva dos Quilombos¹⁸, Canudos¹⁹, Contestado²⁰, Trombas e Formoso²¹, as Ligas Camponesas e o Movimento de

¹⁷ Sepé Tiarajú, indígena brasileiro, de origem Guarani, nascido no século XVIII até hoje é considerado santo e herói em todo Brasil. Sua luta foi a liderança das rebeliões contra o tratado de Madri resistindo aos espanhóis e portugueses no período colonial. Outras lutas e mobilizações indígenas foram desencadeadas, pautadas também, na busca pela Terra Sem Males, que, nada mais é do que um modo de vida, um jeito de ser e uma concepção de mundo do povo Guarani. A terra sem mal é o território no qual a terra é bem comum, em que a reciprocidade, a paz e o convívio acontecem de forma harmoniosa, inspirados pelo divino e por suas leis da natureza.

¹⁸ Da reprodução do sistema escravista colonial surgiram as lutas de escravos contra os senhores fazendeiros, nos quilombos, terras livres e de trabalho coletivo. Os quilombolas são descendentes de escravos negros que, no período da escravidão, fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar, das fazendas e das pequenas propriedades nas quais realizavam trabalhos braçais. Nos dias de hoje, existem mais de duas mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro.

¹⁹ A revolta de Canudos foi um confronto entre o movimento religioso liderado por Antônio Conselheiro e o exército da república entre os anos de 1896 e 1897. Objetivados pela crise econômica dos latifúndios improdutivos no interior baiano, os sertanejos contestavam os impostos cobrados pelo regime republicano e as mazelas da seca, da fome, da pobreza e da violência social. Conselheiro, misturando elementos religiosos e políticos, afirmava ser um enviado de Deus com a missão de acabar com as injustiças sociais e com a cobrança de tributos. Com o fim da escravidão, grupos de ex-escravos e sertanejos que vagavam excluídos do acesso à terra agruparam-se em torno do discurso do peregrino Conselheiro que viajava pelo sertão. Os conflitos mobilizaram cerca de doze mil soldados de diversos Estados brasileiros distribuídos em quatro expedições. Em 1897, na derradeira expedição, militares incendiaram o arraial, mataram grande parte da população e degolaram centenas de presos. Estimativas calculam cerca de 25 mil mortos, ou seja, dizimou-se toda a população de canudos (MONIZ, 1978).

²⁰ A guerra do Contestado foi um conflito armado entre a população sertaneja e os representantes dos poderes estadual e federal, na região de fronteira e de disputa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, dentre os anos de 1912 e 1916. Migrantes foram contratados para as obras de construção da malha ferroviária que ligava o Rio Grande à São Paulo e os nativos e caboclos que ocupavam a região há séculos foram expulsos violentamente. O monge peregrino José Maria, curandeiro da região, ajudou na instituição de núcleos com autonomia política, que lutavam pela volta da monarquia, contestando a autoridade da república, fato que deu nome ao movimento. Os conflitos duraram até 1916; com os revoltosos derrotados, um acordo entre os Estados e um saldo de 20.000 mortos (VINHAS DE QUEIROZ, 1966).

²¹ No Estado de Goiás, 400 km ao norte de Goiânia, tivemos a revolta de Trombas e Formoso, dentre os anos de 1950 e 1964, um embate entre camponeses sem terra e grileiros. Atraídas pela política de expansão da fronteira agrícola muitas famílias migraram para a região. A partir de 1954, militantes do PCB passaram a ocupar a região junto aos camponeses, organizando associações de lavradores e conselhos, defendendo o território contra a ação dos pistoleiros e da polícia. A partir de 1960, a resistência progredia, porém, a questão dos títulos das propriedades estava pendente. José Porfírio atuava como deputado estadual, pressionando o governo para que promovesse a legalização das terras. Em 1962, 20 mil títulos de propriedade foram concedidos aos posseiros. O movimento Trombas e Formoso progredia, até 1964, quando, com os avanços da ditadura militar foram dissolvidas as associações e conselhos dos trabalhadores de Trombas e Formoso. Coagidos e perseguidos, os líderes foram obrigados a fugir. Foram presos e

Agricultores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes são sementes da luta pela democratização da terra e da sociedade brasileira. Ao analisar estas mobilizações percebo quão escassas são as fontes que remetem ao passado histórico dos camponeses no Brasil. Quantas revoltas e resistências ocorreram, que não são lembradas e que, infelizmente, não podem ser prestadas a devida referência e homenagem?

É neste contexto de judicialização da questão agrária que as Ligas Camponesas foram também símbolo desta memória de resistência, já que, durante os anos 1950 e 1960 do século XX, muitas de suas lideranças foram assassinadas no Nordeste brasileiro. A Liga Camponesa da Galileia constituiu-se no movimento de luta dos arrendatários do engenho da Galileia contra seu proprietário que queria aumentar o tributo pago pelos camponeses pelo uso da terra; aqueles que não pagassem seriam expulsos. O advogado Francisco Julião interviu e promoveu um acordo político e, após diversas manifestações dos trabalhadores rurais, as famílias foram remanejadas para áreas compradas pelo Estado. Organizada pelo PCB nos anos 1945 e composta por pequenos agricultores, sem terras, assalariados e diaristas, as Ligas balançaram a correlação de forças no campo brasileiro, pressionando a execução dos processos de reforma agrária (WELCH, 2006).

No mesmo contexto, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Do Brasil (ULTAB) foi criada pelos trabalhadores agrícolas dos Estados de São Paulo e do Paraná para lutar pela melhoria das condições de trabalho nos territórios rurais. Ligada ao PCB, a ULTAB mobilizava-se também para o aumento do salário mínimo e a extensão desta garantia para os camponeses. Em 1956, aconteceu o primeiro congresso de trabalhadores rurais, no qual marcou-se o posicionamento contrário à bandeira das ligas camponesas (a reforma agrária), levantou-se a bandeira da luta pelo atendimento da elevação do piso salarial da categoria, a qual foi obtida com as greves dirigidas pela organização que ocorreram no período, sobretudo, com a greve dos trabalhadores das fazendas de café de São Paulo. A ULTAB deu continuidade à sua projeção política no

torturados também lavradores. A Revolta de Trombas de Formoso foi uma das poucas lutas camponesas vitoriosas no Brasil republicano e, portanto, é emblemática. Ainda nos dias de hoje os camponeses temem falar sobre a revolta, tamanha perseguição que sofreram no período. José Porfírio foi caçado, preso e torturado pelos militares e está desaparecido, desde a década de 1970 (DOURADO, 2017).

congresso dos trabalhadores agrícolas de 1961, rivalizando dentro do movimento camponês frente às propostas de reforma agrária das Ligas Camponesas. Em 1963, pressionou o Ministério do Trabalho e colaborou para a aprovação o Estatuto do Trabalhador Rural e, a seguir, em 1964, elegeu Nestor Vera, importante líder da ULTAB, como diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) (CUNHA, 2004).

Outra importante mobilização neste momento foi a do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), um movimento de pequenos agricultores, surgido no Estado do Rio Grande do Sul (RS) no final dos anos 1950, ligado a lideranças do antigo Partido Trabalhista (PTB) e do PCB. Dentre as principais vitórias do movimento estiveram a ocupação das fazendas, Sarani, no município de Ronda Alta – RS e Banhado do Colégio no município de Camaquã – RS, territórios os quais, até os dias de hoje, apresentam resultados satisfatórios com relação à produtividade e número de lotes, ou seja, a reforma agrária teve efeito e se consolidou (TREZZI, 2003, p. 42). Durante a gestão do governo estadual nas mãos de Leonel Brizola, entre os anos de 1959-1963, o movimento ainda possuía articulações políticas, pleiteando conquistas, porém, com o início da ditadura militar, o movimento entrou na clandestinidade (CORONEL, 2005). O nascimento do MST começa com o declínio das atividades do MASTER²², e possui, em essência, raízes distintas, já que o MASTER era composto majoritariamente pelo PCB e PTB. Já o MST, até os dias de hoje, é composto majoritariamente por movimentos da Igreja Católica e do PT.

Além das reivindicações pela distribuição de terra, foram marcantes as manifestações contra a construção de barragens na década de 1970, construções viabilizadas sem estudos de impacto social e ambiental nas comunidades locais. Com a bandeira de lutas frente a estas consequências, surgiu o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), lutando por indenizações respectivas às terras e a reconstituição dos modos de vida e de trabalho das populações que foram expulsas pela construção destas

²² Além da questão política estrutural que colaborou para a extinção do movimento, existem opiniões, como a de Stédile e Mançano (2001), que endossam o declínio do MASTER devido à falta de projetos definidos e concepções específicas sobre a reforma agrária e a falta de institutos educacionais que qualificassem o movimento, ou seja, o mesmo não possuía personalidade própria e estava fortemente ligado às identidades partidárias do PTB e PCB.

barragens. Processos de reassentamento foram encabeçados pelo MAB, buscando atender uma totalidade de sujeitos afetados pelas barragens, pequenos produtores, arrendatários, assalariados, pescadores, indígenas e pequenos e médios agricultores, reforçando a importância do reconhecimento dos direitos sociais, da manutenção dos modos de vida e evitando a discriminação dos que sofreram a expulsão de seus territórios, dando lugar à grandes lagos artificiais.

Seguindo em uma perspectiva colonizadora, buscando expandir as fronteiras do Brasil que ainda não havia se urbanizado e não estava sob forte chancela do Estado, o governo militar, nos anos 1970, por meio do decreto Nº 1.110, fundiu os institutos INDA e IBRA, criando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como o próprio nome indica, o instituto possuía a missão de colonizar novas áreas de fronteira do território brasileiro, o que alavancou a expansão econômica, sobretudo na região Amazônica.

Na região Norte e Nordeste, as instituições de colonização geraram forte impacto e conflitos nas décadas de 1960 e 1970, englobando os conflitos de posseiros, índios, colonos e grileiros. Neste contexto surgem o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na defesa dos índios e, na defesa dos posseiros e colonos, nasce a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), envolvendo padres, advogados e sindicalistas (OLIVEIRA, 2011).

Muitos migrantes passaram a ocupar as margens da rodovia Transamazônica, através da qual, muitas empresas passaram a circular subsidiadas por incentivos fiscais voltados para grandes projetos agropecuários. Neste sentido, a estratégia do governo foi a mesma empregada há muito tempo: programas de colonização; cooptação da força de trabalho para uma região onde era escassa até então, esta foi a estratégia dos processos de assentamento, de colonização e de expansão executados durante o regime militar. Estes projetos tinham a finalidade de construir uma estrutura rural nos territórios onde não haviam cidades, obtendo organização das áreas rurais próximas, consolidando agrovilas e centralizando o poder o Estado (OLIVEIRA, 2007).

A expansão da pecuária extensiva, incentivada pelo governo militar, também ganhou espaço na Amazônia Legal, concorrendo, no Estado do Acre, com o extrativismo dos seringueiros. Este embate ganhou novos contornos somente na década de 1990, devido a luta dos extrativistas representada no Conselho Nacional do Seringueiros

(CNS), após toda batalha preconizada por Chico Mendes. Até os dias de hoje, as reservas extrativistas são uma importante alternativa de desenvolvimento social, econômico e ambiental (OLIVEIRA, 2007).

No período de ditadura militar, os movimentos sociais de pequenos agricultores entraram na clandestinidade, só vindo a tomar novo alento no processo de abertura política, em 1979. Observo que, nas décadas de 1950 e 1960, os movimentos envolvidos com a questão agrária pautaram e fortaleceram a construção e a utilização dos dispositivos jurídicos para fins de reforma agrária junto aos outros movimentos de esquerda, e que a resposta do Estado foi a de encerrar a democracia, suspendendo o congresso com o decreto do Ato Institucional Número 5 (AI-5). Com a constituinte em 1988 e a reabertura democrática, estas pautas reapareceram e levaram em conta as demandas destes movimentos para a construção de um novo pacto social.

No período de declínio da ditadura militar, no fim da década de 1970, as mobilizações dos movimentos sociais de base, sindicatos, feministas e setores da Igreja passaram a ganhar vulto e organização na oposição ao regime militar, na luta pela democracia em nosso país. Neste momento surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que agregaram, em uma proposta socialista, o movimento sindical do ABC paulista, no qual despontou como líder Luiz Inácio Lula da Silva. Na Igreja, a Teologia da Libertação ganha fôlego ao organizar os movimentos sociais do campo, junto das Comissões Pastorais da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que realizava a Campanha da Fraternidade pedindo reforma agrária e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), consolidando uma frente de mobilização social. É neste contexto que os movimentos sociais aparecem publicamente, reivindicando direitos e sua execução. Uma das demandas apresentadas, que concernem a este trabalho, era a da reforma agrária (SADER, 2001).

Se havia conflito, havia luta e resistência e os movimentos sociais são fruto dessa contradição. No ano de 1984, posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores - todos trabalhadores rurais que protagonizavam lutas pela democracia e que viam-se desprovidos de seu direito de produzir alimento - encontram-se em Cascavel – PR para o primeiro Encontro Nacional, no qual fundam o MST, com as bandeiras da luta pela terra, reforma agrária popular e mudanças sociais

no país e o lema “Sem Reforma Agrária não há democracia”. O encontro tinha o objetivo de construir um Plano Nacional de Reforma Agrária, afim de organizar os trabalhadores rurais na base, dedicando-se à formação de lideranças e à construção de uma direção política dos trabalhadores para os trabalhadores, articulando os camponeses brasileiros com os trabalhadores da cidade e com os camponeses de toda a América Latina, objetivos presentes até os dias de hoje no movimento (FERNANDES, 1999; PEREIRA, 2015).

A sua forma de reivindicar a realização da reforma agrária é a ocupação de grandes latifúndios, com a finalidade de negociar e pressionar o governo, ocupações com desdobramentos conflituosos e violentos. Para Fernandes (1999), o MST nasce devido à conflitualidade do processo de modernização conservadora. É o resultado da resistência contra a política agropecuária implementada no regime militar, política amparada no capital estrangeiro e que subsidiou financeira e politicamente grandes proprietários de terras e empresas multinacionais.

O movimento nasce da ocupação de terras e ela é seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e as políticas voltadas para o grande capital. Seu funcionamento se dá através de redes, conjuntos de ocupações, assentamentos, secretarias e cooperativas em todo o território nacional, organizando-se de forma vertical, iniciando nos núcleos de famílias acampadas e assentadas chamadas de brigadas, seguidas das direções regionais, estaduais e nacionais (FERNANDES, 1999).

Para Oliveira (2011), as contradições presentes no interior da estrutura agrária e nas transformações da agricultura brasileira são prerrogativas para a luta pela reforma agrária. Elas revelam que há uma relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia, conquista consumada na terra, na identidade camponesa e na cidadania. O MST possui o território como condição de existência, o que o designa como um movimento socioterritorial, ou seja, um movimento que, em sua reprodução, produz espaços políticos, especializando-se e territorializando-se, ocupando propriedades privadas, reivindicando terra e moradia, buscando superar com esta estratégia a condição de excluídos da sociedade (FERNANDES, 2005). O MST é o movimento socioterritorial rural mais organizado no final do Século XX e início do Século XXI e possui uma importante participação na luta camponesa no Brasil.

Com a constituição de 1988 e a Nova República, ocorreu a reinserção da discussão sobre a questão agrária no debate político, econômico e social. A partir do decreto nº 97.776 de 1985, instituiu-se o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), pensado de forma utópica, prometeu assentar 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de hectares até 1989. Cumpriu ínfima parte de sua proposta, assentando 82.689 famílias em 4,5 milhões de hectares. Mesmo frente às dificuldades de implementação e execução, o I PNRA reverberou na estrutura política do país, incomodando a União Democrática Ruralista (UDR)²³ que passou a confrontar o governo Sarney, os camponeses sem-terra e posseiros, articulando-se para inviabilizar a implantação do plano nacional (OLIVEIRA, 2007).

Os dados referentes ao I PNRA demonstram a demagogia do governo Sarney em relação à Reforma Agrária. Como citado anteriormente, o mesmo pretendia, no período de quatro anos, assentar 1.400.000 famílias em uma área de 43.090.000 hectares. Dividindo-se em regiões, no Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha, no Nordeste 630.000 famílias em 18.900.000 ha, no Centro-Oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha, no Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.000 ha e no Sul seriam 140.000 famílias em 2.180.000 ha. Os resultados do I PNRA demonstram que foram assentadas apenas 89.950 famílias, o que corresponde à 6,4% da meta, em uma área de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão (OLIVEIRA, 2007).

Para Oliveira (2007), a distribuição regional dos resultados seguiu os desejos da UDR, pois, na região Norte foi contemplada com a maior parte dos assentamentos com 41.792 famílias (46,5% do total assentado no País), seguido da região Nordeste com 24.385 famílias (27,1%) e do Centro-Oeste com 12.775 famílias (14,2%), ou seja, estava em execução o processo de colonização e de implementação da força de trabalho nas respectivas regiões de fronteira do território brasileiro.

²³ A criação da UDR em 1985 se deu em Goiânia na ocasião de um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre os latifundiários, com o objetivo de lutar contra a reforma agrária do I PNRA e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra. Tamanha era a força e influência política dos integrantes da UDR que conseguiram barrar no Congresso Nacional a proposta de Reforma Agrária, ampla e irrestrita e inscreveram na nova Carta constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964. Na década de 1990 iniciou-se o declínio de sua atuação em consequência das elites que detinham o poder e seus quadros passaram a integrar postos nos ministérios e nos órgãos de administração, fazendo valer na prática seu poder e ação contra a reforma agrária.

Na continuidade política, assume, na década de 1990, Fernando Collor de Melo, com a meta de assentar 500 mil famílias em quatro anos, entre 1990 e 1994. A proposta de seu governo era apenas 35% do proposto por seu antecessor e, após dois anos de governo, menos de 30 mil famílias haviam sido assentadas, uma redução expressiva de metas e execução para a reforma agrária, demonstrando a decisão política de não promover a reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007). No governo sucessor, Itamar Franco, chama a atenção a aprovação no Congresso Nacional, as Leis nº8.629 e a Lei Complementar nº 76, ambas em 1993, estabelecendo os procedimentos de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária no Brasil. Este foi um fato importante para os movimentos de luta pela terra.

Na presidência de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, foi lançada uma proposta de reforma agrária ainda menor que a de seus antecessores: a de assentar no primeiro mandato, um total de 280 mil famílias, ou seja, menos de 60% da previsão para governo Collor e 20% da previsão do I PNRA do governo Sarney. Foram criadas metas de assentar 40.000 famílias no primeiro ano, 60.000 no segundo, 80.000 no terceiro e 100.000 no quarto e investir em infraestrutura, porém, não estava posta a prioridade de desenvolver um novo plano nacional de reforma agrária.

Concordo com a ideia de que o governo Fernando Henrique agiu dentro dos princípios da lei e da ordem, mesmo admitindo que os conflitos agrários no Brasil são consequência de uma condição histórica da qual as políticas públicas não foram capazes de intervir, ou seja, as intervenções foram feitas de forma conservadora (OLIVEIRA, 2007). Mesmo frente a essas condições as metas foram audaciosas, já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20.000 famílias assentadas. É importante salientar que a maioria dos assentamentos implantados no governo Fernando Henrique não possuíam infraestrutura para a sobrevivência dos assentados na terra. Uma porcentagem de 90% não possuía acesso à água, 80% não possuíam estradas e energia elétrica, 57% não possuíam acesso aos créditos de habitação e serviço de assistência técnica, ou seja, fatores que dificultaram a reprodução do trabalho e da família camponesa, inviabilizando a comercialização de seus produtos (ANDRIOLI, 2003).

Dentre os assentamentos criados, 62 % foram regularizações de posseiros e 27% eram regularizações de projetos idealizados em governos anteriores, ou seja, não de fato a criação de novos assentamentos, além do que, o custo da política de assentamentos foi o mais alto da história brasileira, cerca de R\$ 20 bilhões de reais, cerca de R\$40.000 por família assentada. Não posso deixar de mencionar que o alto custo desta reforma estava correlacionada aos Títulos da Dívida Agrária (TDA), que se tornaram um importante mecanismo de capitalização para os latifundiários, pelo meio do qual os mesmos vendiam suas terras improdutivas ao Estado por preços muito superior ao de mercado, recebendo pagamentos à vista, um ótimo negócio para a classe latifundiária. Entendo que criação desses assentamentos foi uma tentativa de integração à chamada reforma agrária de mercado consolidada através das orientações do Banco mundial e da criação do Banco da Terra pelo governo FHC (ANDRIOLI, 2003)

O Governo Lula herda esta situação e, nos anos 2000, reestrutura o projeto de modernização conservadora da agricultura brasileira. Com grandes incentivos financeiros, nos governos do PT de 2003 a 2016 (Lula e Dilma), o agronegócio consolidou-se como um dos maiores setores da economia brasileira. Este processo realizou-se pela reprimarização do comércio exterior brasileiro, por meio das *comodities*, articulando a produção agroindustrial, a grande propriedade fundiária e o Estado. Todos esses processos ocorreram em detrimento da agricultura familiar (DELGADO, 2014).

Ao mesmo tempo, em 2003, já no primeiro mandato de Lula, durante a conferência da Terra, em Brasília, gestou-se a formulação de um II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), o qual constituiu-se a partir de um amplo diálogo social, entre servidores técnicos do INCRA, movimentos sociais e academia, combinando, segundo posicionamento institucional do Incra (2012), uma inovadora qualidade, eficiência e transparência para a aplicação de recursos públicos, integrando participação social à ações governamentais.

Apesar da aparente coesão demonstrada pelo INCRA, a construção do II PNRA foi permeada por fortes disputas internas dentro do PT, já que, em uma ala, representada por Miguel Rosseto, havia o entendimento de que a reforma agrária era uma política social compensatória que dava continuidade às políticas do Governo FHC, como, o Bolsa Família, Fome Zero, dentre outros. Por outro lado, a ala representada por Plínio de Arruda

Sampaio possuía metas mais ousadas, buscando assentar 600.000 mil famílias a mais da proposta original. O II PNRA definiu metas (400.000 mil famílias) que não davam cabo do montante da população que pleiteava estas políticas. Se as conseguisse atingir, hoje, teríamos uma notável diferença na paisagem das grandes extensões de terra localizadas em nosso território (PEREIRA, 2015).

A bandeira da reforma agrária foi uma importante proposição na campanha de Lula, porém, o que se constata nos anos de Governo Lula é o fato de que o II PNRA não saiu do papel e não correspondeu às expectativas dos movimentos socioterritoriais. Ao fim de seu primeiro mandato, a secretaria do INCRA divulgou os dados referentes à reforma agrária. Estes foram duramente questionados pelos movimentos sociais, institutos de pesquisa e pela academia. Os dados divulgados demonstravam que, entre os anos de 2003 e 2007, haviam sido assentadas 448.954 mil famílias, porém, na realidade, foram apenas cerca de 220.000 mil famílias. Estes dados foram construídos e manipulados a partir do reconhecimento de assentamentos antigos, regularização fundiária e reassentamento de atingidos por barragens, ou seja, como nos outros governos, observo a não realização da reforma agrária e a publicização de uma realidade que não foi de fato executada, mesmo sendo a reforma agrária uma forte bandeira levantada pelo governo do PT. Além deste fato, destacam-se as medidas provisórias MP 422 e MP 458, sancionadas em seu segundo mandato, que regulamentaram áreas de regularização na Amazônia legal, consolidando o desejo da bancada ruralista (PEREIRA, 2015).

No balanço final dos governos Lula, foram assentadas 640.860 famílias, sendo que, 413.471 mil advinham dos 3.630 projetos de assentamentos criados em seu governo, ou seja, somente 65% deste índice corresponde, de fato, a novos assentamentos. Para Oliveira (2011), Lula deu sequência à política vigente dos governos anteriores, dando vazão à legalização da grilagem, promovendo uma contrarreforma agrária. Ainda sob a chancela do PT, Dilma Rousseff, a partir de 2010, governou sem um novo plano de reforma agrária, sendo que, em seu primeiro mandato, assentou 75.000 mil famílias, segundo as informações fornecidas pelo INCRA. Ao analisarmos os dados de regularização fundiária e reassentamentos, chegamos ao índice de apenas 20.000 famílias assentadas em novos programas.

Este ritmo, que já era baixo, caiu drasticamente a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff, no qual foram assentadas somente 26.335 em 2015 e somente 1.686 famílias no ano de 2016, devido aos processos já iniciados anteriormente a deposição. A decisão do governo de Dilma era a de que não se criassem novos assentamentos com o intuito de melhorar os que já existiam no país, investindo em políticas de desenvolvimento, recursos para crédito da agricultura familiar, deixando de lado programas com destinações de áreas específicas para assentamentos.

Após o processo de *impeachment* ocorrido no mês de agosto de 2016, com o governo ilegítimo de Michel Temer, no ano de 2017 foram assentadas somente 1.205 famílias, o menor número desde 1995, quando os assentamentos passaram a ser contabilizados pelo Incra. Este fato deveu-se ao acórdão 775/2016 do Tribunal de Contas da União (TCU), entre abril de 2016 e setembro de 2017, que suspendeu o assentamento de novas famílias, devido a identificação de 578 mil indícios de irregularidades em projetos de assentamentos. A lei 13.465, de 11 de julho de 2017, também alterou os parâmetros de cadastro e seleção de famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Esta decisão foi suspensa pelo ministro Alexandre de Moraes em setembro de 2017. Ao mesmo tempo, ocorreu a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a sua incorporação na Secretaria da Casa Civil a partir de 2016, prova da falta de vontade política e, ao mesmo tempo, sinal da incorporação de uma outra orientação política, que necessita de centralização política, sob o comando direto da presidência e não mais de ministérios.

No ano de 2018, com a revogação do acórdão, o governo de Michel Temer conseguiu assentar 8.872 famílias, provavelmente, por processos de regularização fundiária. Estes dados foram obtidos pela lei de acesso a informação, e não se encontram claramente expostos na seção de transparência do website do INCRA, algumas seções estão desatualizadas desde 2015 o que não permite uma precisão clara de como este dado foi construído.

A partir de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, observo a paralisação da reforma agrária no País e ameaças severas às garantias constitucionais fundamentais em todos os setores da sociedade, uma verdadeira ameaça à democracia. Foram colocados em postos-chave do setor fundiário pessoas autodeclaradas inimigas da

democratização do acesso à terra, o governo também cortou recursos para impedir a reforma agrária no País. Uma das sinalizações mais claras neste sentido foi a nomeação do ex-presidente da UDR, Luiz Nabhan Garcia como Secretário de Assuntos Fundiários do governo federal, órgão responsável pela demarcação de terras e a reforma agrária. O secretário já foi investigado por ligações com milícias privadas criadas para combater o MST. O INCRA foi transferido do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura, comandado pela deputada licenciada Tereza Cristina, uma das comandantes da bancada ruralista na Câmara. Não me aprofundarei de forma detida sobre este governo, pois, entendo que uma robusta análise de conjuntura deve ser feita para avaliar as mudanças ocorridas, já que estas perpassam o questionamento e a distorção dos principais estatutos que estabilizam e dão legitimidade à construção democrática brasileira.

Observo no decorrer destes anos, que os governos não tinham o interesse em realizar a reforma agrária. Antes, haviam sérias restrições orçamentárias que esbarravam na questão, agora, não há vontade política alguma para a criação de novos assentamentos e o reconhecimento de direitos sociais. Enquanto isso, multiplicam-se os acampamentos, alguns, aguardando há mais de dez anos pelo seu assentamento. Além de não acampar famílias, o governo também deixa de lado o planejamento e as ações que possam dar condições estruturais para os assentamentos já criados. Segundo a dirigente do MST, Kelly Maffort, existem assentamentos criados, com mais de dez e até vinte anos, e que ainda não possuem acesso à água potável, estradas, saúde e educação. O MST também tem registros de assentamentos que ainda não têm casas, por falta de acesso à política de habitação.

A partir desta breve análise, constato que os governos brasileiros têm desrespeitado as obrigações constitucionais vigentes a partir de 1988, e que a não realização da reforma caracteriza crime de responsabilidade política, fato que possibilita a execução legal e penal dos mandatos e cargos dos políticos eleitos. A constituição de 1988 garante que a propriedade privada da terra deve cumprir a sua função social, ou seja, o direito sobre ela não é absoluto se não forem cumpridos os preceitos que a regem: aproveitamento racional da terra (ser produtiva), utilização adequada dos recursos e a preservação do meio ambiente, correta disposição das relações de trabalho, realizando

uma exploração benéfica tanto para os proprietários quanto para os trabalhadores (BRASIL, 2015).

Caso não seja cumprida a função social, a desapropriação por interesse social pode ser executada, observando-se o artigo 184 da constituição, que garante este dispositivo. Está delimitado, na Constituição, a prerrogativa de que o Estado deve destinar para fins de reforma agrária terras públicas e devolutas. Sendo assim, esta é uma obrigação do Estado, não uma questão política que pode ser gerenciada a partir dos posicionamentos dos governos, ou seja, a desapropriação por interesse social é um instrumento jurídico, que pertence aos cidadãos.

Nesta perspectiva de análise, posso afirmar que, nos dias de hoje, ainda são emergentes as questões estruturais do meio rural no Brasil. Ao olhar para o campo brasileiro sob a ótica das relações de trabalho, inverte essa lógica de análise e, constato que, mesmo após um processo de intensas transformações técnicas no campo, nada mudou na estrutura agrária. Pelo contrário, a vida dos trabalhadores camponeses, a distribuição de renda no meio rural e a questão ambiental mostram as graves implicações deste processo de modernização conservadora, hoje chamada de agronegócio.

O processo de expansão agrícola é frequentemente avaliado por imagens de satélite, através dos quais os ambientalistas observam a falta de critérios para a conservação e manejo de recursos hídricos e perda de biodiversidade frente à monocultura (como exemplo os dados sobre o desmatamento e queimadas na Amazônia veiculados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que foram questionados pelo governo – o que culminou na troca, imposta de forma autocrática, da presidência da instituição). Sem contar os impactos que são observados no adoecimento dos trabalhadores volantes, questões com fortes implicações humanas, sociais e políticas, são ignoradas pelo Congresso, estão amparadas por favores políticos e relações corruptas, agenciadas pela própria bancada ruralista no congresso nacional. Constata-se um retrocesso na sociedade brasileira, sobretudo, no contexto pós-golpe, no qual consolidou-se o agir político da elite ruralista, referendando como normais suas práticas de caráter colonial.

3.2 Campesinato: a construção de um conceito

Os estudos acerca da categoria e do conceito de camponês e campesinato já foram exaustivamente debatidos no interior das Ciências Humanas, debates controversos e não consensuais, que questionam a existência deste sujeito social no universo agrário brasileiro, tal e qual existiu na Europa medieval, ou, indagam a plausibilidade da utilização do conceito para a análise e compreensão de certos temas atuais e problemas da realidade agrária brasileira.

A questão mais cara destes debates para esta pesquisa é a de pensar o campesinato como uma categoria de análise que possibilite o entendimento deste agente social para além de um núcleo familiar rígido, voltado para a produção de subsistência e com forte aversão ao capital (o qual o ameaça com a possibilidade da aniquilação de sua existência). É a permanência e a reprodução do campesinato na economia capitalista que interessa a este trabalho, para demonstrar que, mesmo envolvido no contexto da questão agrária brasileira (marcado pelos diversos processos de dominação, conflitos sociais, mecanização e a revolução verde), o campesinato resiste sob uma diversidade de formas de organização, trabalho, produção, moralidade e memória social. É a luta pela terra o símbolo da resistência e o que dá movimento e motivação para a resignificação e a reterritorialização do campesinato.

Para Neves (2008), os processos sociais são pensados a partir de uma visão linear e evolutiva dos processos históricos e, consecutivamente, são elencados os protagonistas e as contradições específicas de cada momento histórico. Os que não são tidos como protagonistas são postos como atrasados ou residuais. Esta foi, durante muito tempo, a concepção imputada para o campesinato no Brasil: residual, pensada a partir de um modelo europeu que não reconhece a presença histórica do campesinato. Apesar dos atuais projetos de reordenação social (a reforma agrária, por exemplo), nos quais o campesinato é reconhecido socialmente e se apresenta como uma forma eficaz e legítima de apropriação de recursos produtivos, o campesinato muitas vezes ainda é pensado a partir das polarizadas relações senhor-escravo e, posteriormente, capital-trabalho.

Neves (2008) sustenta que apesar das diferentes perspectivas das disciplinas e contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas diferentes sociedades,

existem princípios mínimos para o diálogo das reflexões que buscam demonstrar a presença da forma, do modo de vida ou condição camponesa. Parto, nesta tese, do conceito de campesinato sintetizado por ela: o campesinato como categoria de análise e histórica, constituído por poliprodutores (cultivadores, agricultores, extrativistas etc.) integrados à correlação de forças sociais do mundo contemporâneo. No Brasil, a partir de sua história social, a categoria é reconhecida por sua produção para o mercado, variável em modo e em grau (mercados locais, mercados em redes, nacionais e internacionais). As condições desta produção são fundamentadas na alocação ou no recrutamento da mão-de-obra familiar, ou seja, é na organização familiar que se dá a condição de existência desses trabalhadores e a reprodução do patrimônio material, produtivo e sociocultural. A capacidade de produção é variável a partir da composição e do tamanho da família, o que determina formas de alocação dos trabalhadores e o balanço entre o que se produz, o que se vende e o que se consome (CHAYANOV, 1974).

Sendo assim, para mim, mesmo que sob processos de tutela, de dominação e de inserção no mercado, o camponês brasileiro é aquele que se adapta, que se envolve nos processos de luta e de resistência e alicerça-se em um conjunto de relações familiares de produção não capitalistas e de ordem moral para a sua reprodução. Estes agentes sociais, em conjunto, constituem o campesinato brasileiro, uma diversidade de agentes que, um dia foram expropriados e que, hoje, estão engajados na luta pela terra, ou, estão na terra e resistem por melhores condições para nela permanecer. Esta adaptação e engajamento dá-se sobremaneira baseada no território, no qual o camponês vive, trabalha e produz, sob a égide do trabalho familiar. Esta conjuntura propicia um modo de vida relativamente autônomo econômica e socialmente, constituído por uma relação dialética entre a terra, o trabalho e a família, categorias transformadoras e construtoras da realidade. (MARTINS, 1975; BRANDÃO, 2007; WOORTMANN, 1990).

3.2.1 Aproximações e referências sobre o campesinato

Em uma aproximação bibliográfica sobre o tema, identifiquei, em linhas gerais, três perspectivas de análise sobre o campesinato brasileiro influenciadas, em parte, por matrizes teóricas estrangeiras: a primeira, versa acerca da desintegração e do desaparecimento do campesinato mediante a inserção e o desenvolvimento da competição capitalista no campo (LENIN, 1985; KAUTSKY, 1986); as outras versam acerca da adequação e da metamorfose camponesa mediante a integração à lógica de produção do agronegócio, incluindo a adequação aos nichos de mercado da agricultura familiar, voltados para os alimentos orgânicos e o turismo rural (ABRAMOVAY, 1992) e também sobre a permanência e a sobrevivência do campesinato enquanto grupo social na economia capitalista do momento presente, dada pela sua capacidade de adaptação, luta e resistência, alicerçada em um conjunto de relações de produção não capitalistas (CHAYANOV, 1974; MARTINS, 1975; WOORTMANN, 1990) . Estas linhas são abstrações, feitas para delimitar as análises, pois, no campo das produções bibliográficas, elas possuem pontos de trocas e de intersecção de ideias. Nos deteremos sobre elas nas próximas páginas.

Karl Marx (1996), em *O Capital*, critica o processo de subordinação da agricultura à indústria e a expropriação camponesa gerada por esse processo. Na Inglaterra, na esfera da agricultura, a grande indústria aniquilou o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado (Marx, 1996, p. 132). No processo de desagregação do sistema feudal, o dinheiro passou a ter mais importância que o número de súditos sob proteção dos senhores, fazendo com que os camponeses migrassem em massa para as cidades como proletários livres. As terras de lavoura, tornaram-se pastagens de ovelha, pois, a lã era o produto valorizado no momento. A propriedade comunal não existia mais, e em seu lugar, brotavam o latifúndio e a burguesia agrária. Logo, no raciocínio de Marx, não existia mais a presença do modo de produção camponês. A obra de Marx não se detém especificamente sobre o tema da terra, porém, teve grande influência na obra de outros autores. De forma geral, para o autor, o fim do campesinato era tido como condição especial para o pleno desenvolvimento das forças capitalistas no campo e, conseqüentemente, para a transição para o socialismo.

Embebido no raciocínio de Marx, Vladimir Lênin, principal líder da revolução russa e pensador do capitalismo e suas contradições, avançou, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia (1889)*, no debate acerca de como o capitalismo, fase transitória para o socialismo, transforma as relações sociais na agricultura. Lenin entendia que o capitalismo acelerava as contradições na comunidade camponesa, destruindo-a e liberando os camponeses para a formação de um proletariado urbano. Essas contradições geravam uma diferenciação entre o campesinato, decorrente da criação de um mercado em um território onde antes não havia penetrado. Surgiam então os camponeses *ricos*, aqueles que empregam a força de trabalho dos camponeses pobres – estes sim poderiam tornar-se capitalistas, os camponeses *médios*, aqueles que podem ou não empregar outros camponeses, mas que, possuem retorno financeiro para sustentar sua família e, os camponeses *pobres*, aqueles desintegrados, que não conseguem se reproduzir e transformam-se em proletariado. Em uma construção teleológica, o autor concluiu que parte de todos esses camponeses tornar-se-iam patrões e parte operários, produzindo uma agricultura com mais eficiência e produtividade (LENIN, 1985).

No mesmo período histórico, Kautsky, teórico marxista alemão, em sua obra *A questão agrária (1899)*, sistematizou uma discussão sobre como o capitalismo penetrava na agricultura, buscando validar a tese de que o desaparecimento do campesinato era a condição *par excellence* para o socialismo. Para o autor, o grande estabelecimento agropecuário tem superioridade em relação ao pequeno como relação à produtividade. Como a Alemanha era fortemente industrializada, Kautsky desenvolveu a tese de que o desenvolvimento da agricultura seguiria o da indústria e que, com o apoderamento da agricultura pelo capital, revolucionar-se-iam as insustentáveis e arcaicas formas de produção, o que favoreceria o grande estabelecimento (KAUTSKY, 1986).

Mesmo pensando os grandes estabelecimentos como superiores aos pequenos, o autor analisa as mazelas provocadas pelos mesmos, como a concentração fundiária, a expropriação e a submissão do camponês. Neste processo de desintegração do campesinato pelo capitalismo, o camponês não desaparece, mas recria-se (via arrendamento, compras etc.), ou seja, não há o desaparecimento do campesinato e sim uma recriação de sua organização. Para o autor, existe uma coexistência no capitalismo,

uma convivência no mundo rural, de duas formas de produção, a capitalista e a camponesa. Para o autor, o camponês é o trabalhador que vende produtos agrícolas, mas não emprega força de trabalho assalariada (ou pequeno número), ele é um trabalhador que não vive da renda que traz a sua propriedade (renda da terra). Ele vive do seu próprio trabalho.

Baseado na análise de Kautsky, Alexander Chayanov avançou no raciocínio, olhando para a realidade russa, propondo uma forma de análise do campesinato na contramão de seu desaparecimento. Para o autor, as análises de Lênin e Kautsky pensavam a realidade social em termos capitalistas. Este raciocínio relegava aos tipos de economia não capitalista um sentido insignificante. Isto ocorria também com a economia camponesa. Para ele o modo de produção capitalista era predominante, mas, não o único, portanto, a economia camponesa deve ser tratada como um sistema econômico não capitalista.

Podemos tomar como exemplo o lucro: não é possível pensar o lucro no modo de produção camponês, já que o trabalho camponês ocorre de acordo com as necessidades materiais de sua reprodução. O camponês é o sujeito que cria sua existência em um equilíbrio entre trabalho e consumo, na medida para satisfazer as necessidades de sua família. Ou seja, o campesinato não está fadado ao desaparecimento ou é transitório. Ele é um sistema econômico com leis próprias de reprodução e desenvolvimento. O camponês é flexível, conta com trabalho acessório e, quando precisa de dinheiro, vende sua força de trabalho sem deixar de ser camponês (CHAYANOV, 1974). Esta linha de raciocínio corrobora com a investigação do modo de vida camponês ora investigado por esta tese.

O conceito de campesinato no Brasil difere da realidade da idade média europeia, por ser o nosso campesinato, criado em uma sociedade formada à margem do capitalismo e baseada no latifúndio escravista. Em contraste ao enraizamento territorial do camponês europeu, a trajetória de nossos camponeses é marcada pela mobilidade espacial e a posse precária da terra, o que resultou em uma instabilidade estrutural, motivando estes agentes a construir estratégias de reprodução social que perpassam a busca de novas terras. Concordo com Wanderley (1996), de que, mais do que a terra,

o modo de vida do campesinato brasileiro é o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre as gerações.

Durante muito tempo, nas análises brasileiras, o camponês recebeu denominações específicas e próprias referentes a história e região de origem, como exemplo, os caipiras em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; os caiçaras no litoral paulista; os colonos ou caboclos na região Sul – em função de ser imigrante ou não etc. Foi na década de 1950, com a emergência das Ligas Camponesas que o debate sobre o campesinato ganhou destaque nas ciências sociais, momento em que a grande concentração de terras, desigualdades sociais e mudanças das relações de trabalho provocaram a emergência da Liga, firmando uma identidade política em nível nacional²⁴. Nesse sentido, definiu-se um posicionamento ideológico, no qual a academia, movimentos socioterritoriais e religiosos passaram a reconhecer, reforçar e investigar esta identidade camponesa. Neste mesmo processo, em oposição, definiu-se o conceito de latifundiário, antes conhecido como estancieiro, senhor de engenho etc. (MARTINS, 1981).

Neste momento, discutiu-se o desenvolvimento do capitalismo no campo, junto da industrialização e modernização da agricultura a partir de diferentes perspectivas. No interior de uma tradição marxista, existiam aqueles que consideravam o campesinato como fadado à extinção, o qual daria lugar a uma realidade dividida a partir do binômio trabalhadores assalariados e capitalistas (SILVA, 1982; ABRAMOVAY, 1992), enquanto outros estavam voltados para uma análise voltada para a observação da permanência do campesinato no interior da agricultura capitalista (MARTINS, 1981, WOORTMANN, 1990).

No início da década de 1980, a complexidade das análises acerca do mundo rural brasileiro aumentou, já que novos agentes de movimentos socioterritoriais (como os atingidos por barragens, os trabalhadores rurais sem-terra, os seringueiros etc.) entraram em cena, evidenciando a permanência e a recriação de relações camponesas, não esgotadas com a expropriação e a migração destas pessoas para as cidades. Marques (2008) observa que, neste período, nas ciências sociais, houve uma preferência pela não

²⁴ A identidade do campesinato, neste contexto, constituía-se então, justamente, pela expropriação e o desenraizamento do campesinato que buscava, através da luta pela terra, se reterritorializar.

utilização de conceitos sínteses - como o de camponês -, há sim, uma preferência pelo uso de categorias descritivas e empíricas, como sem-terra, assentados e etc.

Em termos brasileiros, as análises que tomam o campesinato como residual e ignoram a sua presença e importância histórica, pensando-o a partir do desenvolvimento econômico da agricultura via Complexos Agroindustriais (CAIS) e via agronegócio, ignoram as diferenças sociais e econômicas entre diversos atores sociais que compõem o universo rural brasileiro. Estas compreensões endossam o campesinato como sinônimo de atraso, economicamente frágil, politicamente dependente, tecnicamente ineficiente, resultante do tradicionalismo e da aversão ao risco (WELCH, 2009). Nesta compreensão, pesquisadores entendem que o capitalismo penetrou de forma irreversível no universo agrário brasileiro, consolidando o paradigma moderno via agronegócio, em oposição ao campesinato, entendido como atraso do campo ou entrave para a consolidação de outros paradigmas. Esta é a linha de raciocínio que Neves (2008) considera como vinculada ao pensamento evolucionista, que ignora o caráter da especificidade histórica, territorial e dialética das formações sociais. Na realidade, o que se verifica neste modelo de desenvolvimento é o aumento da concentração fundiária, da desigualdade social e a permanência de relações trabalhistas que beiram a escravidão, demonstrando qual é a verdadeira face do agronegócio em nosso país.

Alguns pesquisadores têm optado por utilizar o conceito de agricultura familiar²⁵ e de pequena produção, em detrimento do uso do conceito de camponês, para atribuir identidade singular ao campesinato como sujeito político e agente de sua própria história. A categoria agricultura familiar surgiu a partir da implantação do Programa Nacional de

²⁵ O conceito de agricultura familiar passou a ser elaborado e propagado especialmente a partir da década de 1990, no decorrer do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelos pesquisadores do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural), vinculado ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que desenvolveu uma série de pesquisas em todo o país, para orientar as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento rural do país, sob a orientação do Banco Mundial. O reconhecimento e a criação de instituições de apoio a este modelo de agricultura se deu a partir da criação de políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares, como o PRONAF em 1995, e com a criação de secretarias de governo orientadas, exclusivamente, para trabalhar com a categoria, como a Secretaria da Agricultura Familiar criada em 2003. O marco legal da categoria agricultura familiar, somente foi dado pelo Governo de Luís Inácio Lula da Silva, por meio da Lei da Agricultura Familiar n.11.326 de 24 de julho de 2006, reconhecendo-a como profissão no mundo do trabalho e estabelecendo conceitos e princípios norteadores das políticas públicas, definindo o que seria, a partir daquele momento, um agricultor familiar. Em resumo, a classificação do agricultor familiar perpassa a condição de não deter um território maior do que quatro módulos fiscais, utilizar de forma majoritária a força de trabalho própria e da família residente no estabelecimento, sendo a renda familiar a predominante e as decisões tomadas no módulo familiar.

Fortalecimento da Agricultura Familiar²⁶ (PRONAF), como uma tipologia para classificar os beneficiários em função de sua aptidão e quantidade de trabalho que poderiam gerar, baseada no modelo europeu, que define como modelo de estabelecimento agrícola o estabelecimento familiar composto por, no mínimo, duas unidades de trabalho - um casal (WANDERLEY, 2003).

Para Wanderley (2003), a categoria remete à camada de agricultores que são capazes de adaptar-se às modernas exigências do mercado, ou seja, agricultores consolidados fomentados pelas políticas públicas para este setor. O agricultor familiar é o agente social da agricultura moderna, pois, ele é resultante da própria atuação do Estado no equacionamento da questão agrária.

Ao mesmo tempo, Marques (2008) aponta que muitos agricultores estão excluídos da agricultura familiar, devido às dificuldades de acompanhar as exigências de modernização, ou seja, para o autor, ela é um paradigma excludente, demonstrando que, outra racionalidade e outro modo de vida imperam sobre parte deste todo social. A capacidade de inovação e o papel preponderante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, somando-se à incorporação de tecnologias e da integração ao mercado, são características imputadas aos agricultores familiares pelos teóricos para distingui-los dos camponeses.

Para Abramovay (1992), predominam na agricultura capitalista moderna, a agricultura familiar e a agricultura patronal (agronegócio), o que atribui ao agricultor familiar uma profissão, diferentemente do campesinato, que consiste em ser um modo de vida. A agricultura familiar é constituída por uma unidade de produção, sendo o trabalho familiar responsável pela totalidade da produção; já na agricultura patronal, as famílias não participam do processo produtivo, contratando força de trabalho assalariada para o seu desempenho (ABRAMOVAY, 1992).

²⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia e regulamenta projetos individuais e coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Com baixas taxas de juros, o acesso ao Pronaf inicia-se no planejamento familiar sobre a necessidade de crédito, seja para o custeio da safra ou outra atividade agroindustrial, investimento em maquinário ou infraestrutura. Com o apoio dos sindicatos rurais, das Assistências Técnicas e Extensão Rural (ATER), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e das Unidades Técnicas Estaduais (UTE) os agricultores obtêm a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida de acordo com a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito.

O conceito de agricultor familiar associa-se a sua colocação no mercado, como pequenos empresários do setor agrícola, encontrando-se altamente integrados ao mercado e, portanto, menos “selvagens” segundo a classificação de Lamarche (1993). O autor cria um tipo ideal de análise do desenvolvimento da agricultura familiar, que varia de acordo com o grau de integração no mercado, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o "Modelo Original" e, do outro, o "Modelo Ideal". Ele analisa o processo de transformação do camponês em um produtor moderno como determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, complementado pelo projeto Estatal e da sociedade para esses agricultores, observando os distintos níveis de inserção destes ao mercado, como referência à transformação do camponês em agricultor familiar (LAMARCHE, 1993).

Neste debate, entendo que o agricultor familiar é um agente social do mundo moderno, e que, como aponta Jollivet (2001), há nele um camponês adormecido, ou seja, ao mesmo tempo em que possuem uma herança camponesa subjetiva, também são atores de um projeto de sociedade e não somente objetos de intervenção do Estado, sem história e sem agência. Não quero dicotomizar o camponês, sobretudo na condição de agricultor familiar, mas sim, diante das mudanças históricas, de compatibilizá-los nesta integração com o mundo moderno.

Entendo, com base em Wanderley (2003), que a agricultura familiar também pode ser utilizada como conceito pertinente para a compreensão do agente social que buscamos entender, já que, mesmo sendo uma identidade atribuída pelo Estado para os camponeses, a agricultura familiar aponta para qualidades positivamente valorizadas, como o trabalho familiar e é também uma identidade, na maioria dos casos, incorporada pelos próprios agricultores²⁷. A categoria inclui, portanto, a diversidade de situações pelas quais manifesta-se o campesinato (WANDERLEY, 2003).

²⁷ Nesse sentido Wanderley (2003) aponta que a agricultura familiar é vista como uma dimensão político-ideológica que o campesinato assume, a partir de uma identidade social, que representa uma posição crítica em relação ao modelo dominante da agricultura moderna. Colocam-se como portadores de uma outra concepção de agricultura, em oposição ao modelo da agricultura moderna, fortemente criticada por seus efeitos econômicos, sociais e ambientais. Questionando a agricultura como um simples campo de investimento de capital, esses agricultores defendem um modelo fundado na qualidade dos produtos, com base orgânica e agroecológica, propondo um pacto social entre os produtores e consumidores. Com esta finalidade articulam, um saber técnico (técnicas de plantio em sistemas agroflorestais, análise de solo, irrigação, uso de estufas, controle biológico e etc.) e um saber relacionado ao conhecimento da terra e da atividade agrícola herdado das gerações anteriores (manejo, combinação de culturas, períodos de plantio, formas de adubação, plantio em curva de nível, acesso à água e etc.), constituindo uma competência profissional. A tradição camponesa, a partir desta articulação, é ressignificada, pois, a imagem do

A partir dos dados de Censo Agropecuário, realizado em 2006, constatei que existem 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários caracterizados como agricultura familiar no Brasil, ocupando uma área de 80 milhões de hectares e gerando trabalho para 12 milhões de pessoas. A agricultura familiar detém 84% de todos os estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 24% do território nacional. Mesmo com os índices de êxodo rural, precarização do trabalho no campo e a subordinação dos pequenos produtores ao agronegócio, a média era a de 30 milhões de pessoas que viviam no campo no Brasil no ano de 2006.

Até o momento de conclusão desta pesquisa, somente resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017 foram divulgados pelo IBGE. O Censo de 2017 demorou para sair. Foram veiculadas informações e notícias na mídia de que não havia interesse político e pressões para a não realização visando não revelar o cenário do campo brasileiro. A primeira versão de aplicação do questionário foi muito frágil, não abordava informações sobre agrotóxicos, não havia a discriminação entre a agricultura familiar e outras categorias, ou seja, não permitia o reconhecimento dos assentamentos rurais como unidades de moradia e produção agropecuária. Devido à pressão social, algumas questões foram reincorporadas, como a identificação dos assentamentos rurais e a agricultura familiar, porém, estes dados ainda não foram apresentados nos resultados preliminares do Censo.

De qualquer forma, ao observar os poucos dados divulgados pelo Censo 2017²⁸ observo o agravamento dos problemas estruturais no campo. De 2006 para 2017, a população economicamente ocupada na agricultura passou de 16.568.205 para 15.036.978, eliminando-se aproximadamente 1,5 milhão de postos de trabalho no período de dez anos, reflexo da expansão do agronegócio mecanizado, com uso de agrotóxicos e que elimina cada vez mais empregos no campo. Houve um aumento da quantidade de pastagens destinadas à alimentação do gado (45% de todos os

campeinato antes parecia ter uma conotação negativa (a de atraso e do caipira) agora, diante da aplicação da ciência, de novas tecnologias e de uma publicização midiática, torna-se agora algo valorizado em nosso contexto moderno. O agricultor se apresenta como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas, os animais, comprometendo-se com o respeito e a preservação da natureza recriando um “afeto da terra” (Brandão, 1999), sendo assim, através dos movimentos que lutam pela agroecologia, agricultura familiar, meio ambiente e produção orgânica, o conceito de camponês é ressemantizado.

²⁸ Informações obtidas em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> acesso em setembro de 2019.

estabelecimentos rurais), a intensificação do uso de agrotóxicos, aumento da produção individual com grandes quantidades de terra, a masculinização do campo, dificuldades de acesso às políticas de crédito (provavelmente vinculadas à agricultura familiar) e baixa escolaridade dos produtores rurais.

Concordo com as abordagens teóricas recentes que investiram na análise de nossa sociedade pensando o desenvolvimento do capitalismo no campo como para Oliveira (1999), a partir de um movimento desigual e contraditório, no qual as desigualdades sociais e a diferenciação econômica entre o campesinato e os donos de terra é que proporcionam o desenvolvimento de uma economia monopolista. Neste contexto, o campesinato encontra-se como agente social específico e inerente à própria contraditoriedade do capital, pois, mesmo integrados ao mercado, produzindo com insumos e tecnologias, ainda cultivam produtos agropecuários por meio de relações não capitalistas, como, por exemplo, através das relações de trabalho familiar (MARTINS, 1981).

Este campesinato não pode ser caracterizado somente pela sua inserção no mercado, mas, a partir do conjunto de seu universo cultural, pela possibilidade de ter o controle do processo produtivo e certa autonomia frente a sociedade global. A agricultura capitalista objetiva a produção da mais valia²⁹, enquanto, a agricultura camponesa, busca objetivar em primeiro lugar a sua reprodução enquanto classe social³⁰. Ou seja, o acesso aos créditos agrícolas, assistência técnica e participação do mercado não define o campesinato nem indica a perda de sua condição camponesa; o que o define é um certo

²⁹ Mais valia é o termo empregado por Karl Marx para designar a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, o que constitui a base do lucro no sistema capitalista.

³⁰ Refiro-me ao campesinato enquanto classe na percepção de Thompson (1987), para o qual a classe acontece quando homens, organizados a partir de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam seus interesses entre si, em face de outros homens cujos interesses dos seus diferem. A experiência enquanto classe é engendrada pelas relações de produção das quais participam os homens (voluntária ou involuntariamente) e a consciência de classe é formada pela qual a experiência é tratada em termos culturais, a partir de tradições, valores, ideias e formas institucionais. As lutas sociais e a formações dos sujeitos políticos podem ser vistas como experiências e percepções, mediadas por questões materiais, que organizam agentes enquanto classe. Nesse sentido, a classe não pode ser compreendida como uma categoria-analítica que se aplica aos grupos sociais somente como decorrência direta de sua posição no interior das relações de produção. Este recurso é útil aplicado à análise do campesinato, que pode se apresentar ligado à terra, seu principal meio de produção, por diferentes formas de relação (a partir tradição e da cultura) sendo que seus valores e visão de mundo, frequentemente são conflitantes com a ideologia dominante na sociedade moderna capitalista.

grau de autonomia, de liberdade e, sobretudo, de agência e de controle sobre o tempo e o espaço em que estão inseridos (BRANDÃO, 2007).

Entendo, então, que existem dois mundos rurais distintos que coexistem no universo agrário brasileiro: o do camponês, que se vale, predominantemente, da força de trabalho familiar, que habita o campo e produz alimentos para vendê-los no mercado e, o tido como ruralista, que, geralmente, reside nas cidades, que se vale da contratação de força de trabalho assalariada e precária, que domina o mercado e possui relações de poder com o legislativo e os demais poderes (WHITAKER, 2009). Nesta distinção entre o tipo ruralista (agronegócio) e o camponês, Queda et al 2009 constrói um quadro (ANEXO C) esquematizando as principais diferenças entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa, para ele, não só são marcantes a forma de produção e organização destes tipos de agricultura, é contemporânea a dimensão das questões ambientais e de preservação dentre os camponeses.

Marques (2000) aponta que a luta pela terra e a conflitualidade são consequências da oposição entre capital e campesinato ilustrada por Queda et al (2009), já que é o agronegócio que expropria os trabalhadores de seu território, de seus direitos e de suas identidades. É na resistência, no interior dos movimentos sociais, que são gestados os acampamentos e assentamentos, projetos de recriação do território e do modo de vida camponês, demonstrando a capacidade de organização e de enfrentamento deste setor da sociedade.

Para Ploeg (2006), este processo de gestão e criação de novos territórios se configura em um processo de recampesinização, entendido como um conceito que une duas dimensões, uma qualitativa e outra quantitativa. Qualitativamente, trata-se de camponeses recolocando-se no território rural após terem sido expropriados ou migrado entre campo-cidade-campo durante anos, vivenciando diversas experiências de trabalho. Ao mesmo tempo, novos agentes sociais acabam engajando-se no processo, tornando-se também camponeses, estas são pessoas que entram na condição e no modo de produção camponês por necessidade e por ideais políticos, mesmo que em sua trajetória pessoal não tenham nascido, vivido ou trabalhado no campo anteriormente. Este é o caso de trabalhadores urbanos, moradores de rua, militantes e intelectuais que podem, ou não, ter vínculos com uma trajetória rural (individual ou familiar) anterior.

Quantitativamente, este processo é visível no número de camponeses na luta pela terra, que está aumentando (o MST é um exemplo no Brasil). Tornar-se camponês não é entendido por Ploeg (1977) como momento isolado, mas sim, um fluxo contínuo ao longo do tempo, mensurado por uma série de graus e fatores: a dependência em relação ao mercado e seus agentes, a coerção extra econômica, a autonomia obtida, o controle dos recursos gerados, os níveis de produtividade; tudo isto é relevante para a percepção do grau de campesinidade. Esta recampesinização é observada na emergência das cooperativas, na agricultura familiar, no processo de desenvolvimento rural endógeno Europeu e, no Brasil, pelo MST e a luta pela terra de outros movimentos socioterritoriais camponeses (PLOEG, 1977).

Esta pesquisa corrobora com a análise de Ploeg (2006), entendendo que o estudo do campesinato é atual e importante pela relevância do modo de produção camponês frente aos problemas globais: desemprego, fome, escassez de alimentos, insustentabilidade, precariedade de energia e, sobretudo, frente a quantidade de jovens que estão se reconstituindo socialmente como camponeses. Em seus textos o autor analisa a forma pela qual os agricultores europeus estão passando por um processo de recampesinização, com a criação de uma nova autonomia, com novas formas de desenvolvimento e novos valores agregados de rentabilidade que lidam e abarcam diretamente os problemas globais.

A tendência verificada nos agricultores em diversos países da Europa foi a de diversificar a suas atividades a partir de novos produtos e serviços: com a criação de novos mercados, com distanciamento em relação os principais mercados de insumos, baseando o processo de produção sobre recursos outros que não controlados pela agroindústria, na reconexão da agricultura com a natureza, com a pluriatividade, com novas formas de cooperação local, propiciando uma reconexão e redução da dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro industrial e, também, a reintrodução da artesanidade (artífice orgânico), permitindo o controle direto do processo de produção e a geração de tecnologias baseadas na habilidade técnica.

Ploeg (2006) afirma que, na atualidade, o processo de recampesinização não se confunde com o retorno ao passado, mas, ao contrário, é uma reconstituição ativa de relações e elementos, velhos e novos, materiais e simbólicos que conferem identidade a

agentes rurais. À ciência social cabe, portanto, remover este processo de invisibilidade destes agentes no campo científico - material e simbólico - e demonstrar os seus potenciais. É importante interligar o processo, mostrando pontos em comum, reconceitualizando o camponês a partir de uma firme elaboração teórica do processo de recampesinização.

Como aponta Simonetti (1999), a realidade do campesinato brasileiro é muito mais complexa. As modificações nas relações de produção dos anos de 1960 não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses transformando-os em proletários, eles transformaram-se em desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários, população sobrando, que, mesmo habitando as cidades, mantém vínculos de trabalho com o campo, no trabalho volante, como boia-fria, morando junto aos pais em pequenos sítios e trabalhando como parceiros e rendeiros em várias regiões do país.

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não representa uma ruptura total de seus vínculos com a terra. O acesso à terra se apresenta como possibilidade para os pobres do campo e da cidade assegurarem sua sobrevivência mantendo a dignidade como trabalhadores, sendo as relações familiares e os vínculos territoriais os orientadores de uma ordem moral e uma lógica tradicional (MARQUES, 2000).

Simonetti (1999), em sua tese, *A longa Caminhada: a reconstrução do território camponês em Promissão*, dá significativa contribuição para pensar o modo de vida camponês nos assentamentos, para a autora, estes territórios simbolizam:

A expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim, seu universo simbólico (SIMONETTI, 1999, p.70-71).

Brandão (2007), aponta para a existência deste universo simbólico mencionado por Simonetti (1999) ao analisar a vivência e a percepção cultural de diversos tempos e espaços no mundo rural brasileiro. O autor sustenta que as comunidades tradicionais são

analisadas pela lente da cultura, enquanto as comunidades de áreas de conflito agrário, pela história e pelo tempo, sendo que, estas dimensões não existem em separado, tanto na natureza quanto na sociedade.

Assim sendo, quando o capital e suas tecnologias, aplicadas na pecuária e na monocultura, com sua ciência, lógica e ideologia, invadem o campo rural e os outros campos da vida (reflexão no sentido de campo Bourdiesiano), propondo e impondo uma ética específica de criação de saberes (valores, sentimentos e sociabilidades modernos, submetidos a essa nova racionalidade), tanto na cidade quanto no campo, diversas esferas da vida são acionadas, além das associadas ao capital e trabalho, enquadrando-se na lógica racional (espaços, corpos, poderes, propriedades, classes sociais e etc.), coexistindo, por outro lado, uma resistência dos grupos e comunidades expropriados por ela, movido por outras racionalidades e contra-racionalidades do mundo da cultura e do trabalho que se opõe a essa lógica (BRANDÃO, 2007).

Entendo, então, que estamos diante de um múltiplo e não uniforme e globalizado mundo rural. Somos alimentados por grãos, frutas e folhas, que provém da variedade da agricultura familiar, típica do campesinato tradicional e também da expansão de novas alternativas de produção e gestão do ambiente e dos bens da terra, como agricultura orgânica, a permacultura e etc. Coexistem também a experiência dos povos da floresta, exemplos de uma contra-racionalidade. As comunidades indígenas passaram a ampliar suas áreas de reservas homologadas, integrando uma economia regional de excedentes, mesmo sob fortes pressões governamentais para que não o façam. Comunidades negras rurais quilombolas conquistam direitos em suas terras ancestrais, comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem transformando o necessário para que o essencial de suas formas de vida não se perca, acampamentos de reforma agrária cobrem de lonas pretas as beiras das estradas. Este é o Campesinato moderno, em parte cativo, em parte livre, diante do agronegócio, sobrevivendo e se reproduzindo com sabedoria.

Nessa perspectiva, onde o capital apresenta-se uniformizado, crescente e irreversível, deparamo-nos com uma crescente e fecunda diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo. Ao mesmo tempo em que uma racionalidade dominante passa a imperar, do ponto de vista dos atores não beneficiados,

se dá a instalação das contra-racionalidades, localizadas entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias, dentre as quais a experiência de escassez é a base da adaptação criadora da realidade existente.

Desta forma também pensa Martins (1975) considerando a unidade camponesa tradicional, como não marginal a expansão do capital agrário, nem como uma experiência social em extinção. Configura-se como orgânica e essencial para a expansão do capitalismo no campo brasileiro. Agricultura tradicional não é só uma agricultura de consumo, mas uma agricultura de excedente. Ela produz tanto bens de consumo familiar quanto, em muitos casos, o excedente é destinado a troca, a venda nos mercados vicinais, locais, regionais e feiras.

Esta agricultura rústica, camponesa ou familiar, ou como possa ser denominada, pode ser situada em diferentes pontos em uma linha de alternativas de produção, em unidades familiares ou coletivas de produção para o consumo (indígenas, quilombolas, camponeses tradicionais – quase isolados), produção de excedente (caipiras, sitiantes agregados, parceiros, pequenos produtores camponeses modernizados, lavradores e assentados), ou, unidades empresariais que produzem para o mercado (agronegócio – pequenos produtores cativos, especializados, condutores de equipamentos, volantes e etc.), não existindo um tipo puro ou ideal de camponês que possa ser analisado (BRANDÃO, 2007; MARTINS, 1975). Martins (1975) assinala que, exceto as comunidades indígenas e algumas comunidades isoladas, as outras comunidades constituem diferentes modalidades, em tempos e espaços diferentes, produtores³¹ de economia de excedente.

O que caracteriza as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas regionais semi-isoladas, é que, entre elas, o tempo é mais “comida” do que dinheiro e o transcorrer da vida se passa ainda em uma natureza pouco socializada. Quase a totalidade do que se obtém para o sustento da família é obtido a partir da natureza (coleta, caça e pesca) e é trocado entre os membros da comunidade, e o tempo é calculado pela

³¹ Ao olharmos os homens da terra ao invés dos senhores do poder e do capital temos uma diversidade de agentes: famílias e comunidades de povos indígenas e quilombolas, agricultores e pecuaristas, agricultores camponeses, produção familiar, pequenos proprietários, sitiantes, parceiros, agregados, moradores, meeiros, arrendatários, expropriados, diaristas, volantes, peões, acampados, assentados e homens pobres da terra.

semana de colheita, extração da seringa etc. Há uma múltipla racionalidade de diferentes padrões, complexa, cada etnia é um caso e cada cultura é um caso (BRANDÃO, 2007).

As trocas de produtos, ou de mercadorias por dinheiro são ricas e vivas nas comunidades camponesas ainda tradicionais, mas, já são integradas ao mercado como economia de excedente (MARTINS, 1975). Nestas comunidades o trabalho na terra já é dirigido para produzir para além do consumo, criando um excedente comercializável. Planta-se, coleta-se, cria-se para viver e vender. Troca-se, vende-se, compra-se trabalho por bens, bens por bens, trabalho e bens por dinheiro. E assim se vive a vida na roça, no meio caminho entre uma vida na cidade (lutando por recursos e a inserção nos mercados regionais), configurando lugar central no sítio, pequena propriedade ou posse camponesa: caipira, sertaneja, rústica, tradicional, patrimonial (nova racionalidade) e modernizada.

As trocas, vendas e compras são regidas por sistemas de valores morais³², princípios étnicos, identitários e éticos de interação. As intertrocas econômicas que parecem ser apenas comerciais, na verdade, são afetivas, sociais e simbólicas antes de serem relações mediadas pelo dinheiro. Nem tudo o que se produz ali é consumo e nem tudo o que se troca é mercadoria. No que se consome, troca, ou vende, coisas passam de mão em mão, mesmo que envolvidas com dinheiro, variando com quem se troca, aquilo que se troca e outras variáveis particulares. Ser parente, vizinho, compadre, comadre etc., determina o sentido do valor da mercadoria, bem mais do que ela mesma (BRANDÃO, 2007, WOORTMANN, 1990).

Este raciocínio observado pelos autores demonstra que própria economia é uma das dimensões de uma cultura, o que é trocado nos diferentes tempo-espacos dos diversos mercados são símbolos e significados, valores e sentidos de vida. Há uma ética

³² Parto da definição de Moral (do latim *moralis*, maneira, caráter, comportamento próprio) como a diferenciação subjetiva da intenção dos sujeitos, o ato de decidir e agir, distinguindo o que é próprio e impróprio. É importante ressaltar que a palavra moral, etimologicamente, originou-se da tradução Romana para o conceito Grego de *êthica*. Porém, *êthica* para os gregos era uma palavra que possuía dois sentidos complementares que compunham um só conceito, primeiro, derivado de *êthos*, ela é referente a aquilo que gera uma ação humana e que brota a partir de um sujeito moral, remetendo ao âmago do agir, para a intenção, o sentido da ação, segundo, derivado de *éthos*, remetendo aos hábitos, costumes e regras que se materializam na assimilação social dos valores. Na tradução latina de *êthica* para *moralis* privilegiou-se mais o sentido comunitário da atitude valorativa (SPINELLI, 2009). Entendo que a ética encontra-se com a moral, pois, não existem costumes e hábitos sociais que não estejam pautados a partir de uma ética individual. Porém a ética individual é apreendida e construída a partir de valores coletivos, mas, ressignificada subjetivamente a partir de modos de ser, sentir, pensar e agir.

e uma estética que resiste a uma entrega completa ao mundo dos negócios- atribuindo ao atraso quem não a adere (BOURDIEU, 1977b). Ao mesmo tempo, os horizontes da vida rural tradicional tornam-se cada vez mais voltados para o mundo da cidade, sendo entrecortados pelas grandes cidades e seus canais de conexão que perpassam o rural. Os espaços urbanos são cada dia mais o destino dos filhos da terra. A chegada da luz, dos meios de comunicação, TV e internet, intensificam a entrada da cidade e sua racionalidade moderna nos últimos ranchos de pau-a-pique (BRANDÃO, 2007).

Bourdieu (1977b e 1963) também aponta a própria economia como uma dimensão da experiência dos agentes em seus trabalhos sobre os Cabilas na Argélia, nos quais desenvolve o conceito de capital simbólico. Ele mostra que a economia pré-capitalista nega aquilo que consideramos ser a própria economia, ou seja, repousa sobre o rechaço ou a censura ao interesse econômico³³. Mesmo assim, essas práticas não cessam de obedecer a um cálculo econômico, já que, se orientam por apostas não-materiais e dificilmente quantificáveis, acumulando outros capitais, como honra e prestígio. Estes capitais simbólicos podem ser observados nos casamentos, já que, o capital simbólico (nome e prestígio de uma família) se converte em capital econômico (trabalho coletivo, clientela e território) herdados através do dote.

Foi estudando a Argélia, em plena guerra de independência em 1955, que o autor questionou os efeitos sociais do desenraizamento das sociedades tradicionais através da penetração do capitalismo e da confrontação dos indivíduos com a lógica de economia de mercado. Em suas análises da conduta econômica, ele percebeu que, há a possibilidade de aparição de um projeto pessoal e familiar, ou revolucionário (de insurgências e rebeliões à imposição colonial), que toma frente, em relação a

³³ Para o autor, as condutas econômicas, tais quais conhecemos, só fazem sentido no tempo do capital, são uma adaptação de uma ordem econômica e social e supõem um conjunto de saberes empíricos transmitidos por uma educação difusa ou específica. Ou seja, há no mundo rural um outro tempo e uma outra conduta econômica. Analisar a desconstrução das práticas tradicionais e, a sua reconstrução no mundo capitalista, é reconstituir universo tradicional, evidenciando as relações econômicas que não são tidas ou constituídas enquanto tais (regidas pela lei do interesse), mas que, permanecem dissimuladas sobre o véu das relações morais de prestígio e honra. Para o camponês Cabila a ausência compatibilidade (função específica de trabalho) era um dos aspectos constitutivos da ordem econômica e social da qual ele participava e o trabalho era o modo de cumprir suas obrigações com o grupo. A função econômica nunca estava isolada, mas, dotada de uma pluralidade de funções. Moral e honra denunciavam o espírito calculista, se ele existisse, estava a serviço da equidade e se opunha ao espírito do cálculo fundado no lucro.

racionalização do comportamento econômico, o que coloca em evidência, na sociedade tradicional, de formas análogas àquelas que podemos encontrar no sistema capitalista (BOURDIEU, 1963).

Foi o conceito de capital simbólico que permitiu ao autor, além de explicar a economia do campesinato argelino, analisar, posteriormente, setores das economias ditas capitalistas que não funcionam segundo a lei do interesse como busca da maximização do proveito monetário (distinguindo-se do economicismo neoclássico e marxista), estes setores são formados por pequenas ilhas de economias pré-capitalistas (ex: mercado da arte, academia, literatura e etc.). Bourdieu (1963) denuncia através destes textos uma forma muito particular de etnocentrismo que credita aos agentes uma aptidão para a atitude econômica racional, fazendo desaparecer as condições econômicas e culturais do acesso a tal aptidão.

O *habitus* e a história incorporada estão presentes desde seus primeiros textos como, respectivamente, um princípio gerador de estratégias, inspirando condutas e determinando opiniões e, um conjunto de saberes empíricos transmitidos pela educação (difusa ou específica), de saberes acionados ou implícitos (semelhante ao manejo da língua materna) - mais do que concebidos explicitamente e solidários com uma sabedoria que não é constituída e unificada enquanto tal. Porém, foi em *Le sens pratique*, que Bourdieu (1980) elabora um conceito geral da ação, rompendo com o estruturalismo, reatribuindo aos agentes uma espontaneidade condicionada. A estratégia³⁴, gerada pelo *habitus*, é a chave que restitui aos agentes uma margem de criação e de improviso à realidade, ajustando as condutas às chances objetivas.

Para Bourdieu (2000), o conceito de *habitus* é mais profundo do que uma tradição familiar, pois, o *habitus* é menos invariável e rígido do que as tradições, não significando apenas uma forma de dominação do presente pelo passado³⁵. O conceito de *habitus*,

³⁴ Por esta razão a proposta desta pesquisa (A quantas anda o *ethos* camponês? Estratégias de reprodução social de jovens rurais) é a de analisar, dentre as estratégias dos jovens rurais (partindo de um constructo bourdiesiano e incorporando outros referenciais que dialogam com o autor), em que medida estão presentes *habitus* de um modo de vida camponês.

³⁵ Para o autor, há uma variabilidade no *habitus* que o distingue do conceito de hábito no senso comum. Nas palavras de Bourdieu: “O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na ideia de que o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de

desenvolvido pelo autor, visa dirimir a antinomia indivíduo e sociedade na sociologia estruturalista, analisando como o capital cultural é incorporado e reproduzido em uma determinada estrutura social, sendo também incorporado por seus agentes em disposições no modo de ser, sentir, pensar e agir. Os *habitus* conferem então aos indivíduos, tendências de organização, percepção e de reação ao mundo social, adquiridos através de *mimesis*³⁶, atuando como um conjunto unificador ou separador de práticas, pessoas, escolhas e gostos.

Constituindo práticas distintas e distintivas, o *habitus* determina: o que se bebe e como se bebe, o que se come e como se come, o que se escuta, o que se veste e assim por diante, criando esquemas classificatórios para o que é requintado e vulgar. Os esquemas classificatórios dão-se de forma relacional, já que, o que é um bom comportamento ou gosto para um, pode ser tido como vulgar ou vexativo para outrem, organizados em termos de classe social, religião, nacionalidade, etnia, educação, profissão - nos campos³⁷, local empírico de socialização. Sendo assim, o *habitus*, representa a modelação executada pela cultura de um grupo e da história pessoal sob o corpo e a mente dos agentes, desenrolando então a ação social no presente.

"O *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas — o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferente sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996, pg. 22)"

nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos" (BOURDIEU, 1983a, p. 105). Grifo do autor.

³⁶ Conceito relativo à Imitação, representação, mímica, *imitatio*, a receptividade, o ato de se assemelhar, o ato de expressão e a apresentação do Eu. Aristóteles (2000), Platão (2004).

³⁷ A noção de campo, proposta Bourdieu, representa um espaço simbólico, no qual os agentes determinam, validam e legitimam representações a partir de sua ação. Nele é que se estabelecem os signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores. Como exemplo, na arte, nas disputas simbólicas determina-se o que é erudito, ou, o que pertence à indústria cultural. Estipulando valores e rituais de consagração dentro de cada estrutura. No campo, local empírico de socialização, o *habitus* constituído pelo poder simbólico surge como todo e consegue impor significações datando-as como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, na noção de prática, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida BOURDIEU (2000).

Neste sentido, para Bourdieu (2000), mesmo o indivíduo ocupando diferentes posições nos diversos campos, há a possibilidade de existência de uma classe social, fruto da mediação do *habitus*, pois, é ele que fundamenta as formas de agir e pensar dos mais variados campos, conferindo-lhes unidade enquanto *habitus* de classe. Sendo assim, mesmo com a existência de *habitus* dos agentes, existiriam disposições gerais, tidas como um estilo, ou uma história incorporada capaz de produzir um *habitus* de classe, conferindo uma identidade aos grupos. Portanto, é o *habitus* de classe que organiza e unifica o agir e o pensar dos sujeitos nos campos, conferindo identidade, criando a classe provável, a que possui maior condição de se organizar, identidade que permite a leitura relacional entre estes campos (ALMEIDA, 2004).

Se existe uma história incorporada que confere identidade aos agentes, mesmo que eles ocupem diferentes posições em diferentes campos, o conceito de *habitus*, é útil para pensar o processo de recriação da classe camponesa através de luta pela terra e de seu modo de vida assim como Bourdieu observou nas sociedades Cabilas. É através da posição de classe que se criam os processos de ruptura e continuidade do *habitus*.

Fazendo um aporte ao raciocínio de Wanderley (2003), é através do *habitus* de classe camponesa que os agricultores organizam suas relações sociais, no trabalho na agricultura, nos acampamentos, nos assentamentos de reforma agrária, nos movimentos socioterritoriais e no mercado. Dizer que o campesinato brasileiro possui um *habitus*, seja nos acampamentos, nos assentamentos, nos quilombos e etc., não significa dizer que há uma total homogeneidade dentre esta classe, mas, significa dizer que, é o sentido de classe que organiza a recriação do modo de vida camponês.

Ser camponês nesta acepção, como aponta Almeida (2005), é:

Ser camponês, portanto, é ser uma pessoa por inteiro e única que no acampamento/assentamento é reconhecido pelo nome, pelo apelido, pelo *habitus*, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação. Portanto, a luta pela terra empreendida pela classe camponesa não conhece apenas um formato. Na luta por um pedaço de chão eles cortam cercas, ocupam terras, acampam, marcham pelas estradas; outros esperam cultivando o sonho da terra. No entanto, todos guiados pelo *habitus* de classe camponesa. Na beira das estradas, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro, enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho. Por sua vez, a teoria do *habitus* elaborada por Bourdieu permite entendermos a luta pela terra e, portanto, a permanência camponesa como um aprendizado do passado, como herança, porém dotada de criatividade que permite ao sujeito inovar, transformar sua prática social na busca da sua realização como agente criativo (ALMEIDA, 2005, p. 05).

Como exemplo, partindo da noção de um modo de vida camponês como um *habitus* de classe, observo que, empiricamente, no Brasil, os próprios movimentos socioterritoriais mobilizaram este capital simbólico e o formalizaram em categorias acerca de seu modo de vida, reafirmando sua identidade como campesinato, a partir da elaboração de um Plano Camponês. Este é o exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com sua proposta de desenvolvimento agrícola alternativo para o campo brasileiro, realizado a partir de estudos, debates e da formação de seus militantes nas discussões sobre a realidade agrária brasileira, que visa a reafirmação do campesinato como sujeito histórico e político, envolvido em ações econômicas, políticas e culturais que assegurem a reprodução do modo de vida desta classe camponesa. De forma ilustrativa, pode ser observado uma síntese deste plano elaborado pelo MPA em 2012 no ANEXO D.

Sejam chamados camponeses, agricultores familiares, pequenos agricultores, ou quaisquer categorias de classificação, o fato é que estes agentes têm uma história camponesa, raízes camponesas e não são somente uma invenção moderna do Estado. Ao mesmo tempo, esses agricultores vivenciam um processo de adaptação às condições modernas de produção agrícola e da vida social. Sua lógica tradicional (moral ou econômica) é afetada pela relação de integração econômica e social.

O formato de organização do capitalismo que se desenvolveu no setor agrícola brasileiro, antes ou depois do processo de modernização, sempre teve como base sua vinculação com a propriedade da terra, sendo assim, o camponês parte então de uma categoria de negação deste desenvolvimento, o de sem-terra, uma posição de subalternidade que exige do campesinato a elaboração de estratégias de reprodução social que driblem esta subalternidade, para que alcancem condições mínimas de reprodução. Estas estratégias de reprodução perpassam a posse da precária terra, a migração, a venda da força de trabalho e a agricultura itinerante. O campesinato consegue resistir, pois, pode recorrer à sua bagagem camponesa, adaptando-se aos desafios de novos conhecimentos, demonstrando uma capacidade de resistência e adaptação às transformações da sociedade (WANDERLEY, 1996).

A partir desta análise do campesinato brasileiro, questões são colocadas como instigadoras para esta pesquisa: Como a juventude rural lida com estas transformações do campesinato? Como o modo de vida camponês, um *habitus* de classe, articula-se no cotidiano dos jovens rurais? Como as transformações gerais da sociedade transformam este campesinato redefinindo seu espaço de reprodução social da juventude rural? Como os jovens percebem estas transformações e orientam suas estratégias de adaptação? De forma sistemática, abordarei estas questões permeadas às análises dos trabalhos de campo.

A proposta central deste capítulo foi a de realizar uma síntese acerca das principais compreensões que versam acerca do campesinato, bem como, apresentar qual a concepção de campesinato e de modo de vida camponês que irá guiar as análises posteriores da pesquisa. É crucial entender que a questão agrária recente foi motivada pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro, e que, foi a partir dela, que a questão camponesa ganhou fôlego no interior dos movimentos sociais de luta pela terra, gerando também, uma contrapartida por parte do Estado brasileiro.

4 ASSENTAMENTOS RURAIS: A RECONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Este capítulo busca apresentar uma reflexão teórica acerca dos territórios de estudo, o Assentamento Reunidas e o Assentamento Sepé Tiarajú, descrevendo os processos de constituição destes territórios e analisando suas especificidades dentro da política de reforma agrária. A partir desta discussão apresento uma reflexão acerca da construção do trabalho de campo, debatendo a premissa: em que medida podemos observar a formação de um modo de vida camponês dentre os jovens entrevistados nesta pesquisa? Para esta reflexão, abordo a construção da trajetória de pesquisa, os recursos utilizados para as atividades de campo e as reflexões advindas deste processo, estas informações são ponto crucial da pesquisa, pois, junto às entrevistas constituem o nexo desta análise.

O modelo de campesinidade discutido no capítulo anterior é recriado em novas condições no contexto dos assentamentos de reforma agrária, com diferentes estratégias e recortes (geracionais, de gênero e de raça), baseados nas novas experiências adquiridas por estes agentes em suas passagens pela cidade, na vivência da luta pela terra, na organização dos movimentos socioterritoriais e organizações políticas e religiosas. Assim como um agricultor familiar é uma construção social, um assentamento de trabalhadores rurais também o é. Ele é fruto de um processo conflituoso e complexo de reafirmação da condição camponesa, um processo não natural, social e classista.

A partir dos entraves colocados pela estrutura agrária nacional, concentradora de terras, capitais e das pressões decorrentes dos movimentos socioterritoriais pela melhoria das condições de vida no campo é que, em 1960, as políticas fundiárias se organizaram como resposta às pressões sociais. Neste período, passou-se a utilizar o termo assentamento como referência à organização da população rural em unidades de produção agrícola que ordenam o uso da terra a partir de diretrizes e políticas governamentais em benefício dos trabalhadores rurais, disciplinando o uso adequado da terra, seus recursos naturais e incentivando a vida social comunitária, gerando empregos e renda a partir de um modelo de desenvolvimento agrícola com bases sociais equitativas (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Além das questões estruturais que demandam a elaboração de uma política de reforma agrária, particularidades regionais e de modelo de organizativo configuram a

viabilização social e econômica dos assentamentos. Órgão das Nações Unidas para Alimentação (FAO), em um estudo realizado no ano de 1994, constatou-se que a renda de trabalhadores de assentamentos da reforma agrária no Brasil era em torno de 3,7 salários mínimos por família, montante superior à média de outros trabalhadores rurais, demonstrando um avanço na melhora de obtenção de renda e de qualidade de vida desses trabalhadores.

Outra constatação do estudo foi a de que, regionalmente, e condicionada por questões estruturais como: transporte, comunicação, canais de comercialização, saúde e educação, a média salarial dos trabalhadores variava, sendo maior na região sul do país e menor na região nordeste. Ou seja, este estudo dá importante colaboração para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária, já que demonstra como a política agrícola precisa ser elaborada a partir de um conjunto de fatores condicionados por questões estruturais, territoriais, econômicas e sociais específicas, visando o desenvolvimento social e regional, consolidando nos territórios dos projetos de assentamento, o sistema de saúde, educação, previdência e transporte (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Até o ano de 2019, o INCRA reconheceu mais de 10 mil projetos de assentamento em todo país, criados por meio de portarias, publicadas em Diário Oficial da União, no qual são declaradas a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e as fases para implementação. Após a criação, o INCRA inicia a instalação das famílias no território, concedendo crédito e investindo na porção estrutural, nas estradas, habitações, saneamento e energia. Os projetos de assentamento podem ser divididos em projetos de reforma agrária criados de forma tradicional, via INCRA e projetos de assentamentos que possuem reconhecimento do INCRA, mas que, são criados por outras instituições governamentais que também pleiteiam o acesso às políticas públicas propiciadas pelo PNRA (INCRA, 2019).

A quantidade de lotes (também chamados de glebas e parcelas) em um assentamento é pensada na proporção possível para atender a capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas, sendo que o tamanho e localização dos lotes são determinados pelo terreno e suas condições produtivas. As moradias são construídas em agrovilas, ou nos próprios lotes nos quais os assentados desenvolvem

suas atividades. Além das unidades produtivas e de moradia, os assentamentos contam com áreas comunitárias e espaços para construção de igrejas, centros comunitários, sedes de associações e locais de reserva e proteção ambiental. Os lotes, são considerados unidades de agricultura familiar dos respectivos municípios e demandam benefícios governamentais para sua reprodução, escolas, estradas, créditos, assistência, saúde e etc., que são subsidiadas pelo INCRA em parceria com os governos locais e instituições públicas (INCRA, 2017).

Até o ano de 2017, contabilizavam-se no Brasil 972.289 famílias assentadas distribuídas em 9.374 assentamentos em todo o país, ocupando uma área de 87.978.041,18 hectares³⁸ entre os Estados brasileiros, também distribuídos nos Territórios da Cidadania, Semiárido e Amazônia Legal e beneficiados com políticas específicas de desenvolvimento pensadas para contemplar as carências específicas regionais. Dentre os projetos de reforma agrária que já foram criados pelo INCRA, até o ano de 2017, constam: os Projetos de Assentamento (PAs) - considerados projetos tradicionais, visam a obtenção da terra, o projeto e a seleção dos beneficiários sob custódia do INCRA e créditos de apoio a instalação, produção, infraestrutura básica e titulação sob a responsabilidade da União.

Baseados neste modelo, derivam os projetos ambientalmente diferenciados³⁹: Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) – com características iguais aos dos PAs, porém, com atividades e prerrogativas ambientalmente diferenciadas -, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)⁴⁰ - com características iguais aos PAs, porém,

³⁸ Última atualização do órgão. Site em que podem ser encontradas as informações:

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Verificado em 25/09/2019

³⁹ Além destas modalidades usuais existem os Projetos de Assentamento Casulo (PCA) – voltados para o desenvolvimento de atividades agrícolas em territórios periurbanos, os Projetos Descentralizados de Assentamento Sustentável (PDAS) – visando o desenvolvimento de atividades agrícolas pelos trabalhadores rurais sem-terra, para a produção de hortifrutigranjeiros para os centros urbanos. Também existem os modelos de assentamento já desativados: os Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Colonização Particular (PAP), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e os Projetos de Assentamento Conjunto (PAC), estas modalidades caíram em desuso a partir da década de 1990 (INCRA, 2017).

⁴⁰ Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) passaram a ser implementados pelo INCRA, experimentalmente no final da década de 1990, voltados para os seringueiros do Estado do Acre. Com a Portaria INCRA 477 de 04 de novembro de 1999 e na Norma de Execução nº 93 de 19 de julho de 2010, os projetos de desenvolvimento sustentável tentaram ser uma alternativa de salvação à uma política de reforma agrária que se mostrou fracassada nas análises do I Censo da Reforma Agrária no Brasil, devido à constatação do não cumprimento das metas e da baixa qualidade de vida dos projetos de assentamentos rurais desenvolvidos até então. As RESEX (Reservas Extrativistas), advindas dos embates liderados pelo

voltado para atividades ambientalmente diferenciadas, como agroecologia e cooperação, dirigidas para populações tradicionais, com financiamento do PRONAF⁴¹, com titulação coletiva e de responsabilidade da união; os Projetos de Assentamento Florestas (PAF) – uma modalidade voltada para o manejo de recursos florestais, para a produção familiar comunitária e sustentável, administradas pelos produtores florestais assentados via associações e cooperativas às quais são cedidas os Termos de Concessão de Uso, seguindo as regulamentações do INCRA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Outras instituições também podem acessar a política de reforma agrária, como as unidades da federação e os municípios⁴².

O modelo de trabalho associado e em cooperativas é muitas vezes adotado pelos assentados e é uma tentativa de superação da dependência de recursos técnicos e econômicos para a produção agrícola. Geralmente apoiadas pelo MST, Igreja e Governo, as formas de organização e produção em cada assentamento são influenciadas pelas trajetórias dos agentes envolvidos na construção do território, rumando em geral, para traços solidários. Um exemplo de prática solidária entre os agricultores é o mutirão, no qual, com a ajuda de parentes, vizinhos e amigos, os assentados trocam dia de trabalho entre si, visando o beneficiamento da produção de todos, executando a colheita e o

seringueiro Chico Mendes, constituíram-se como projetos de conservação ambiental reconhecendo as áreas de interesse familiar como projetos de assentamentos rural. Essas experiências de reservas extrativistas foram basilares para a criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável e outras modalidades de assentamento ambientalmente diferenciados. Apresento no ANEXO E um quadro sintético, baseado nos dados do INCRA (2006), demonstrando as principais diferenças entre os projetos PA e PDS, desde o processo de implementação até a sua consolidação.

⁴¹ O Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, para a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

⁴² Dentre estes estão: os Projetos de Assentamento Estadual (PE) – com a criação, projeto, recursos, seleção de beneficiários e titulação via Unidade Federativa e possibilidade de participação de recursos e infraestrutura da União; os Projetos de Assentamento Municipal (PAM) – seguem os mesmos trâmites dos estaduais, porém, as responsabilidades invés de serem das unidades federativas, são dos municípios envolvidos; o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCT) – projetos de assentamento criados pela União com a participação dos conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), no qual a obtenção da terra se dá por compra e venda, recebendo financiamento específico para implantação da infraestrutura básica, sendo direcionado para áreas de difícil obtenção de terras pelo sistema de desapropriação; as Reservas Extrativistas (RESEX) – projetos de assentamento em reservas extrativistas viabilizando direitos básicos às populações tradicionais, sendo viabiliza por órgãos federais ou estaduais, a depender da viabilidade dos recursos; os Territórios Remanescentes Quilombolas (TRQ) – projetos de assentamento que regularizam o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos, com financiamento da União e parceria com a Fundação Palmares e outras instituições; o Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP); o Reassentamento de Barragem (PRB); Floresta Nacional (FLONA) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), estas últimas voltadas para a conservação do meio ambiente (INCRA, 2017).

plântio em pouco tempo. Dando continuidade aos mutirões, as associações são a expressão dos resultados dos acordos construídos entre os integrantes, estes acordos são colocados em papel e estão sob juízo coletivo, viabilizando a compra de insumos e a aquisição de maquinários, normalmente tornando-se entidades registradas e formais do ponto de vista legal.

No universo dos assentamentos rurais, as Cooperativas de Produções Agropecuárias (CPAs) ganharam espaço com o intuito de articular diversas associações para a realização de atividades comerciais que exigem maior capital e articulação política. Com este fim, a gestão do trabalho cooperado passa a ser organizada de outra forma, focado na divisão do trabalho e na melhora das habilidades técnicas dos participantes - através de cursos de formação e capacitação. A partir da década de 1990, as cooperativas ganharam maior representatividade e organização política ao organizarem-se junto à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA (CONCRAB).

Mesmo com a demonstração de que o trabalho cooperado é capaz de ampliar a capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária, de promover o aprendizado de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra, dar possibilidade de melhorar a infraestrutura produtiva, entre outras vantagens, por outro lado, o trabalho cooperado não elimina as desigualdades e as relações de subordinação. Ou seja, cooperativismo não é a representação institucionalizada da cooperação espontânea praticada no cotidiano dos assentamentos, que dá conta de lidar com os momentos de escassez e demandas concretas da comunidade, através de trocas, favores, execução de mutirões etc.

Como aponta Scopinho (2007), no Brasil, o cooperativismo rural ora tem sido visto como mecanismo de modernização da agricultura e estratégia de crescimento econômico, ora instrumento de mudança social, sendo que alguns autores consideram as faces popular e institucional do cooperativismo, questionando seu caráter contestatório e colocando em questão o seu caráter de controle social. Nesta pesquisa, entendo que o cooperativismo perpassa a construção de um sujeito, que não corresponde, necessariamente às dinâmicas cotidianas vivenciadas por eles. Assim como, a construção e o pertencimento a categoria de agricultor familiar impõem a

assunção de determinadas competências e identidades para a população rural, o cooperativismo também impõe sanções para aqueles que engendram suas instituições.

Para Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais representam uma conquista parcial, pois, o acesso a políticas públicas e a cidadania representam a continuidade da estratégia de desenvolvimento social e econômico do rural brasileiro⁴³, ou seja, o acesso à terra não significa a viabilização destes projetos. Reféns do descaso do poder público, os assentamentos necessitam de políticas de infraestrutura, comercialização, educação e cuidado com o meio ambiente.

A partir destas condições precárias é que figuram as mais diversas estratégias de reprodução social presentes nos assentamentos de reforma agrária, estratégias solidárias e coletivas que perpassam os mutirões, a cooperação, as trocas alimentares, a criação de cursos de formação e a viabilização de canais de comercialização. Apesar de possuírem modelos de desenvolvimento diferenciados, os assentamentos rurais assemelham-se no fato de que são resultantes da resistência dos trabalhadores rurais frente à expropriação e a separação da propriedade e do uso da terra, lutando pela construção da cidadania e pela diminuição da exclusão social em busca de um novo modelo social e econômico de desenvolvimento para o Brasil.

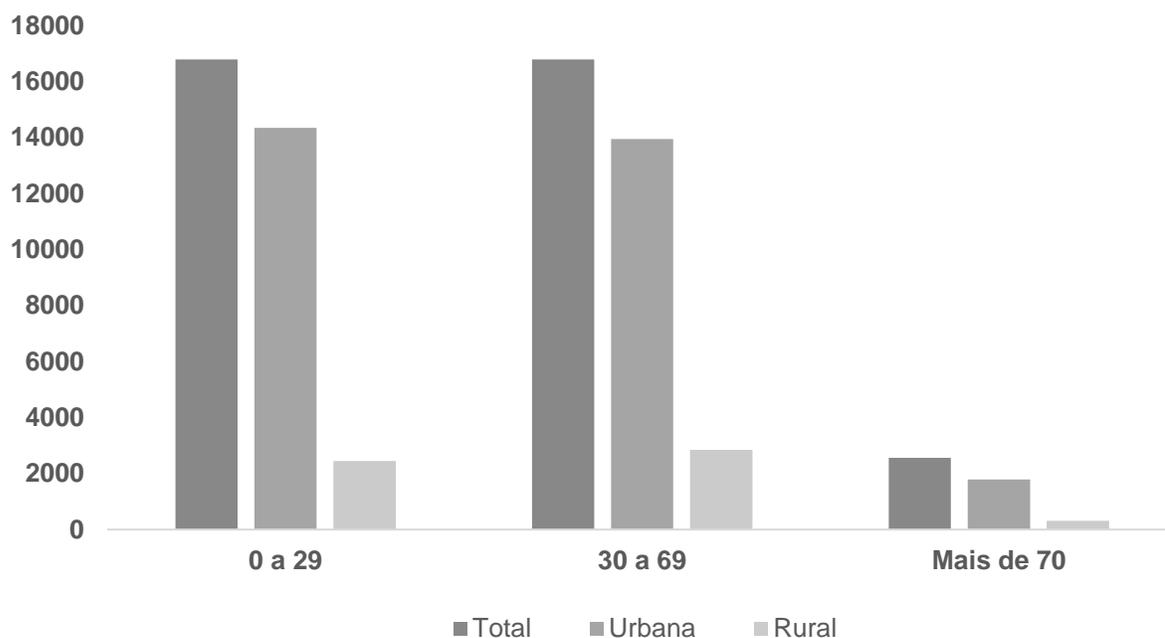
Portanto, enquanto a reforma agrária não se realiza, os conflitos pela terra continuam a marcar o campo. Para Sader (2001), esse aumento na conflitualidade provoca o surgimento de novos movimentos sociais, trazendo à cena novos personagens na política brasileira, tornando-se os movimentos socioterritoriais parte constitutiva da modernidade e introduzindo novas práticas, ações, signos e sinais.

Apresento a seguir algumas informações, observações e dados que, inicialmente, fundamentam a discussão sobre o campo empírico desta pesquisa. Segundo dados do censo demográfico realizado pelo IBGE, no ano de 2017 a população total do município

⁴³ Ao retomar os dados da pesquisa da FAO, observo que os assentados que se integraram aos projetos nos assentamentos, logo nos primeiros anos de execução, conseguiram alcançar uma maior faixa de renda e uma maior participação do sistema de mercado. A outra parte dos assentados, voltaram-se para as atividades de autoconsumo e venda de excedentes, conseqüentemente possuíam baixa renda, porém, estavam fora dos índices da fome e déficit de habitação que tanto afligem os brasileiros, possibilitados, então, em dar continuidade ao seu modo de vida. Mesmo com as dificuldades para acessar recursos econômicos e assistência técnica é inegável que a reforma agrária e os seus assentamentos trouxeram uma expressiva melhora na qualidade de vida da população rural (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

de Promissão - SP era de 39.506 habitantes dos quais 5.604 habitavam na área rural do município, em torno de 15%⁴⁴ de toda a população, como representado no gráfico 01. Já em Serra Azul, segundo dados do mesmo censo, a população total do município de Serra Azul - SP era de 11.256 habitantes dos quais 3.239 habitavam na área rural do município, em torno de 29% de toda a população, como representado no gráfico 02. A correlação, em porcentagem da população rural, é maior no município de Serra Azul – SP, mesmo possuindo uma população em menor número, com somente um assentamento. Considero que isto deve-se ao grande número de pequenos estabelecimentos rurais e, sobretudo, aos trabalhadores que se fixam no município devido a safra da cana-de-açúcar, laranja e amendoim, importantes culturas da região.

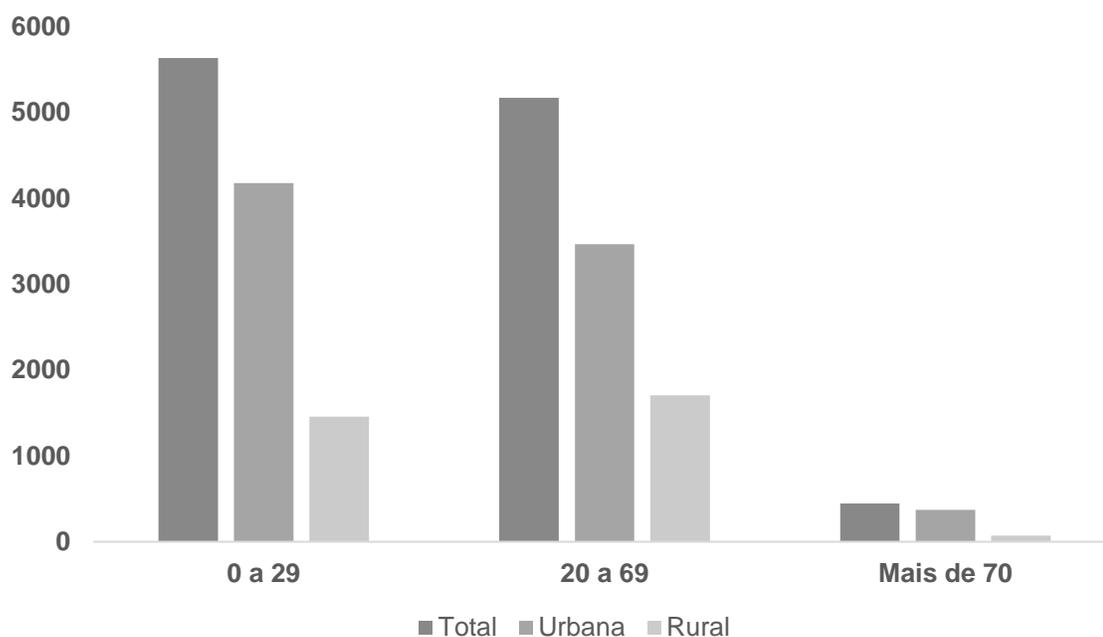
Gráfico 1 - População Urbana e Rural em Promissão/SP segundo idade (Anos)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010/ acesso: 2019.

⁴⁴ Os Censos do IBGE dos anos de 2010 e 2017 podem ser consultados em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/promissao/pesquisa/23/24304?detalhes=true>

Gráfico 2 - População Urbana e Rural em Serra Azul/SP segundo idade (Anos)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010/ acesso: 2019.

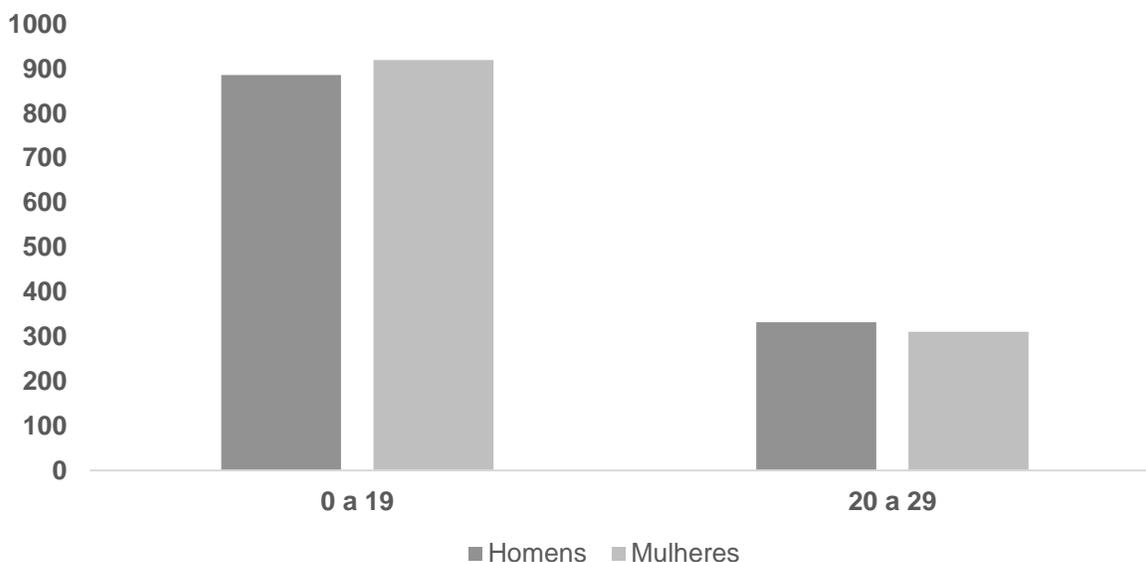
Com relação ao número de jovens, em Promissão – SP, da população de 37.570 habitantes, temos, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE e segundo os recortes etários estabelecidos pela ONU e OMS⁴⁵, dos 5.604 habitantes da zona rural, o número de 2.449 Jovens Rurais em Promissão, número correspondente a aproximadamente 6,2% de toda a população do município (dos quais 1.218 jovens do sexo masculino e 1.231 do sexo feminino), como representado no gráfico 03. Estes Jovens residem em diferentes assentamentos e também em pequenas propriedades rurais. Além do Assentamento Reunidas, temos também em Promissão o Assentamento Dandara com duzentas e três famílias, juntos, correspondem quase à porcentagem total de habitantes na zona rural.

A distribuição mais equitativa entre jovens do sexo masculino e feminino na zona rural de Promissão pode ser pensada a partir da amplitude de municípios que fazem parte do assentamento e das relações sociais que ele abriga, já que, na agricultura familiar os

⁴⁵ Para fins de análise foram utilizadas aqui as já mencionadas categorias de classificação dos órgãos censitários. Elas nos ajudam a pensar o campo empírico com um olhar abrangente, quantitativo, mas não restringem o caráter subjetivo desta pesquisa, pelo contrário, corroboram as informações obtidas.

dois gêneros desempenham atividades em seus lotes ativamente, organizadas no escopo das relações familiares.

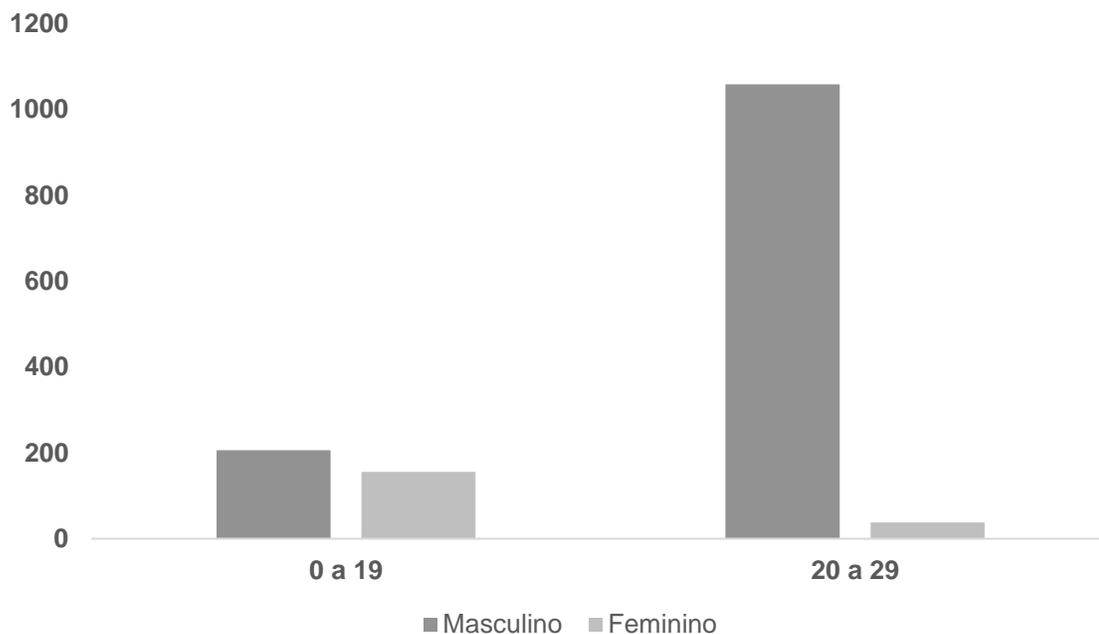
Gráfico 3 - População Jovem na Área Rural de Promissão/SP por idade (Anos)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010/ acesso: 2019.

Com relação ao número de jovens, em Serra Azul – SP, da população de 11.256 habitantes, temos, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE e segundo os recortes etários estabelecidos pela ONU e OMS, dos 3.239 habitantes da zona rural, o número de 1.459 jovens rurais em Serra Azul, número correspondente a aproximadamente 12,96 % de toda a população do município (dos quais 1.265 jovens são homens e são 194 mulheres), como representado no gráfico 04. Como apontado anteriormente, estes jovens residem em diferentes estabelecimentos rurais, sendo que boa parte pode ser considerada como trabalhadores do corte da cana. Posso sustentar esta afirmação a partir da análise do quadro 04, no qual 1.059 do total de 1.459 jovens rurais, são homens, na faixa etária dos 20 aos 29 anos, fase na qual, a maior parte dos trabalhadores rurais são contratados, devido ao desempenho e força física.

Gráfico 4 - População Jovem na Área Rural de Serra Azul/SP por idade (Anos)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / 2010

Para a composição destes dados busquei informações, além dos dados do Censo do IBGE, em outros órgãos que gerenciam questões econômicas e sociais nos assentamentos de reforma agrária no Estado de São Paulo, como o INCRA, Fundação do Instituto de Terras (ITESP) e o Instituto Biosistêmico (IBS), porém, deparei-me com um cenário extenso de fichas comparativas de diversos anos, correlacionando a produção e os arranjos familiares, o que dificulta a manipulação e a obtenção de dados quantitativos precisos quanto ao número de jovens que residem especificamente nos assentamentos estudados. Para mapear o número de jovens seria necessário, primeiro avaliar os arranjos familiares que foram modificados entre um determinado período censitário, contabilizando os jovens que saíram, os jovens que vieram para o assentamento (que vieram de fora e passaram a compor a família – agregado, primos e etc.), os jovens que permaneceram, sem contar a dificuldade em mapear os “jovens andorinhas”, conceito que pauta um arranjo familiar para a permanência de jovem do jovem que transita entre campo-cidade-campo. Porém, como esta pesquisa foi construída em uma abordagem qualitativa, entendo que, para fins de comparação, é útil setorizar a

população rural por faixa etária, ajudando na análise da dimensão populacional do recorte de estudo nos municípios.

4.1 A formação fundiária da Região de Promissão – SP

O Assentamento Reunidas, fundado no ano de 1988, está situado no município de Promissão, à Noroeste do Estado de São Paulo, entre a Mesorregião de São José do Rio Preto - SP e a Microrregião de Lins -SP, distante 463 Km da Capital Estadual e nas proximidades das cidades de São José do Rio Preto - SP, Marília - SP, Bauru - SP e Araçatuba -SP. A área na qual está localizado o assentamento, até o início do século XX, ainda era considerada região de Sertão, ocupada pelos indígenas e, em 1885, inicia-se a exploração com a finalidade de expansão da fronteira agrícola, dos mercados e da modernização, abrindo caminho para a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. O processo de expansão do capitalismo nesta região dizimou os seus ocupantes originais, os índios Caiagang, que morreram frente a violência e as epidemias levadas pelos agentes estatais da “frente pioneira” de expansão (ARBAROTTI, 2014; SIMONETTI, 1999).

Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo de violência pois, há mais de quinhentos anos, vem sendo submetidos a um verdadeiro genocídio histórico de sua etnia. Seguem as palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007):

Os povos indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações. A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas, a sociedade brasileira capitalista mundializada, insiste na sua capitulação. As terras indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, têm sido em parte, demarcadas, porém, muitas vezes desrespeitadas. (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

O MAPA 1 abaixo apresenta os limites da cidade de Promissão/SP localizada à noroeste do Estado de São Paulo.

Mapa 1 - Localização de Promissão no Estado de SP



Fonte: Abreu (2006).

As estratégias usadas desde a colonização se repetiram com os Caiagang, armas de fogo e micróbios aos quais os indígenas não eram resistentes. Os agentes deixavam na beira dos trilhos de trem roupas contaminadas com varíola gerando uma grande epidemia entre os indígenas. Muitas mulheres e filhos indígenas eram decepados pela cabeça e tinham suas casas queimadas, eram tidos como selvagens pelos agentes das frentes pioneiras. Segundo Simonetti (1999), os dados mostram a truculência exercida sob esses indígenas que em 1912 já estavam reduzidos a 700 indivíduos e em 1916 foram dizimados para apenas 200 indígenas habitantes nesta região.

A Ferrovia, caminho da modernidade no Estado de São Paulo, tornou-se, portanto, a referência para o desenvolvimento dos pequenos povoados no interior do Estado, a região de Promissão foi uma das atingidas por este movimento de expansão. Com a estratégia de doação de terras para a construção das cidades, os fazendeiros valorizavam as suas propriedades nas cercanias para, posteriormente, explorar e vender a preços exorbitantes, entre os anos de 1880 a 1900, houve então, uma forte especulação

financeira e a ocupação de terras nesta região, tornando a terra mercadoria (ARBAROTTI, 2014).

O desenvolvimento desta região se deu de forma acelerada. Com apenas quinze anos a estrada de ferro já transportava 3,27% de toda a produção de café do Estado de São Paulo e, em 1935, a região colaborava com 23,92% da produção estadual. Esse crescimento esteve envolvido com os fluxos migratórios de fazendeiros, grileiros, migrantes e imigrantes, sendo que, em 1940, a região de Promissão já possuía uma população rural de cerca de 19.960 pessoas. Os trabalhadores migrantes ocupavam em sua maioria o sistema de colonato nas lavouras de café, apoiados no trabalho familiar, recebendo pagamentos fixos, vendendo sua parte para obter renda e também cultivando espaços de plantio para subsistência (ARBAROTTI, 2014; NORDER, 2004; SIMONETTI, 1999).

Neste contexto, muitos imigrantes portugueses, espanhóis, alemães e japoneses compunham a força de trabalho das lavouras, sendo que, os fluxos migratórios desta região corresponderam a 26,6% de toda a imigração ocorrida no Estado de São Paulo. Esses imigrantes formaram as primeiras colônias Japonesas na região com a compra de pequenas porções de terras impróprias para a produção de café e introduziram outras culturas como algodão e cereais. A configuração fundiária que marcou as primeiras décadas do século XX foi a predominância de pequenas propriedades, com menos de 50 hectares, sendo que a única e maior concentração de terras (22.000 hectares) estava nas mãos da família Ribas, descendentes de portugueses (ARBAROTTI, 2014; SIMONETTI, 1999).

Até os anos de 1950, a cultura do café resistiu na região noroeste paulista, porém, com a política nacional de erradicação do café, as lavouras de café foram substituídas pela pecuária, implicando em fluxos migratórios e na expropriação das famílias camponesas que ali viviam. Na década de 1960, com o Estatuto do trabalho Rural e o Estatuto de Terras, o processo de expulsão destes trabalhadores rurais foi intensificado, assim como apontado no capítulo anterior deste texto. As normatizações das relações trabalhistas no campo provocaram uma violenta reação dos fazendeiros que expulsaram os trabalhadores devido aos gastos sociais que estas contratações gerariam, este

processo desembocou na informalidade, ou seja, na contratação de força de trabalho temporária no sistema de boia-fria (ARBAROTTI,2014; STÉDILE, 2005; SILVA, 1999).

O processo de formação da Fazenda Reunidas deu-se com a participação de José Corrêa Ribas, imigrante português que veio trabalhar na lavoura de café no ano de 1912. Como muitos migrantes que vieram para o Brasil, José Ribas trabalhou puxando terras dos fazendeiros da região, no trabalho de meeiro, comercializava parte da produção para os compradores da Estrada de Ferro Noroeste. Com a crise do café, Ribas investiu em pequenas porções de terra para a pecuária de corte, abriu um açougue no município de Promissão e chegou a engordar cem mil bois - no auge de sua produção (ARBAROTTI, 2014; SIMONETTI, 1999; LACERRA, 2016).

Segundo relatos dos colonos, a acumulação de capital de Ribas constituía-se na compra dos sítios no entorno de determinada propriedade, cercando os camponeses, soltando bois para destruir toda a roça, obrigando-os a vender ou largar a roça. Havia bois até dentro das igrejas da fazenda. Também era ateado fogo nas plantações e nas matas das propriedades. Ou seja, não foi somente comprando terras e trabalhando nelas que José Ribas conseguiu reunir 22.000 hectares: foi através de intimidações, assédios e ameaças. Neste período, que durou cerca de 35 anos entre as décadas de 1930 e 1960, provocou o desaparecimento de 500 pequenas propriedades no município de Promissão e foi fortemente marcado pela crise e o aparelhamento da política no município, sendo que, em dado momento, todos possuíam dívidas e negócios com a família Ribas. (ARBAROTTI, 2014; SANTOS, 2007; SIMONETTI, 1999)

Todo esse processo vivido pelos camponeses não aconteceu sem que houvesse revolta e resistência desses sujeitos. Como apresentado anteriormente, várias pressões por reformas sociais vindas de setores da esquerda e dos movimentos sociais e urbanos também impulsionaram a luta pela terra e pela conquista do Assentamento Reunidas. O assentamento é fruto de um movimento de luta que teve início em 1983, envolvendo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos rurais, junto à organização de trabalhadores rurais buscando alternativas frente as precárias condições de vida nos municípios próximos à promissão e 32 famílias vindas da ocupação da Companhia de Energia Elétrica de São Paulo (CESP), expropriadas pela construção da Usina Sérgio

Motta no município de Rosana – SP. Inicia-se aí o acampamento em Promissão (LACERRA, 2016).

Com a mobilização do Grupo Linense de Educação Popular (GLEP), a Faculdade de Serviço Social de Lins, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Promissão, os partidos políticos e setores da igreja católica, formou-se o Comitê Regional de Apoio a Reforma Agrária (CRARA), que discutia demandas para a desapropriação e ocupação da fazenda Reunidas baseado nas normativas do I PNRA (ARBAROTTI, 2014; NORDER, 2004; SIMONETTI, 1999). Com base no interesse social da propriedade, foram desapropriados 17.138,26 hectares da Fazenda Reunidas em 30 de junho de 1986, passando à organização de 990 famílias da região de Promissão pelo INCRA. A reação da família Ribas foi a de resistência ao decreto, solicitando novas vistoriais para comprovar a produtividade da propriedade, postergando, e fazendo o esforço em arrendar hectares a preços ínfimos para outros 29 produtores com o intuito de aumentar o número de cabeças de gado. A emissão de posse, dada a favor INCRA, ocorreu em outubro de 1987 quando já existiam 44 famílias no acampamento (ARBAROTTI, 2014; NORDER, 2004; SIMONETTI, 1999).

Neste ano, articuladas pela CPT e pelo MST, 350 famílias advindas da região de Campinas desembarcaram as margens da rodovia BR-153, juntando-se ao grupo dos 44 para ajudar na pressão para a instalação do acampamento. Mesmo frente às ameaças e capangas da família Ribas, em novembro de 1987, o grupo dos 44 cumpriu a primeira autorização para o uso das terras, ocupando 140 hectares de áreas provisórias. As outras famílias acampadas articularam então, em março de 1988, ações conjuntas para exercer pressão sobre o poder local, realizando a “quebra da porteira” da fazenda Reunidas e a marcha até a cidade de Promissão exigindo a retirada do gado do local.

A ocupação da sede do INCRA em São Paulo e a caminhada de 156 KM de Limeira – SP até a Capital foram estratégias do grupo de 350 famílias para conseguirem pleitear o processo de assentamento, já que não atendiam ao critério básico para a concessão – ser da região de Promissão. Com estas pressões conquistaram uma área de 300 hectares na qual esperaram pelo assentamento até 1990, após tentativas fracassadas do INCRA em transferi-los para áreas provisórias em Araraquara – SP.

Destas 350 famílias, somente 130 resistiram ao tempo de acampamento (POKER, 1999; SIMONETTI, 1999).

Nesse mesmo ano, através de um acordo firmado entre as partes envolvidas na organização e na instalação do assentamento (INCRA, ITESP, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e representantes dos acampados) foi realizado o sorteio de demarcação dos lotes, contemplando 629 famílias, 502 delas inscritas pelos Sindicatos Rurais e 127 provenientes dos acampamentos citados. De forma geral, o assentamento é constituído, em sua maioria, de meeiros de café, pequenos arrendatários, trabalhadores das fazendas e também de trabalhadores da indústria e do comércio, porém, os mesmos possuem um passado ligado ao trabalho no meio rural e às atividades agropecuárias. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) é o órgão que, desde este período, fornece a assistência técnica⁴⁶ e os serviços de extensão rural aos assentados, em um formato de parceria com o INCRA, visando o desenvolvimento social e econômico das famílias (LACERRA, 2016).

Tendo em conta o processo de luta e de constituição do Assentamento Reunidas, constatei que ele é construído a partir da trajetória de diversos sujeitos: ribeirinhos que migraram devido às pressões pela construção das usinas hidrelétricas, trabalhadores da região de Promissão que eram participantes da CPT e dos sindicatos, famílias de Campinas fortemente influenciadas pela CPT e MST e também o grupo de famílias convocadas pelo INCRA e inscritas por Sindicatos, conferindo uma diversidade de situações, formações e posicionamentos políticos. Esses fatores tornam possível verificar as várias práticas simultâneas relativas à reprodução social desses trabalhadores no interior do assentamento (POKER, 1994; SIMONETTI, 2011; LACERRA, 2016).

Simonetti (1999) aponta que, entre a preparação e a entrada na terra, foram seis longos anos de luta que, somados ao tempo da longa caminhada de cada um, envolveu:

⁴⁶ A assistência técnica sempre foi uma importante bandeira para a manutenção das atividades produtivas agrícolas nos assentamentos. Nos últimos onze anos de pesquisa (vinculado ao CPEA desde 2008), no assentamento Reunidas, constatei que a assistência técnica passou por um momento de forte consolidação entre os anos de 2012-2016, com a parceria entre o município, ITESP e Instituto Biosistêmico (IBS). Os assentados relataram uma contribuição significativa e uma forte presença dos técnicos, que orientavam tanto para o uso de insumos convencionais e também para práticas orgânicas. Alguns jovens assentados que cursavam agronomia foram contratados para a prestação de assistência gerando ao mesmo tempo renda e envolvimento entre a comunidade, a partir de agentes que vivenciavam os problemas cotidianos do assentamento. Esta expansão teve seu declínio no ano de 2017 afetada pela crise política e econômica.

a desterritorialização, as migrações em busca de terra, a vida na cidade e a nova luta pelo assentamento. Essas trajetórias refletem as mais variadas situações que formam o assentamento hoje, sobretudo, a composição e os valores familiares carregados por cada jovem. Alguns assentados envolveram-se na luta pela terra durante toda a vida, outros em momentos pontuais. Para alguns esta foi a primeira vez: alguns envolvidos com as CEBs, outros com os sindicatos; uma variedade de situações. A partir dos depoimentos, a autora verificou que as trajetórias dos sujeitos faziam parte do longo processo de formação do campesinato brasileiro, corroborando com os fluxos migratórios dos últimos 80 anos no país, e que, apesar da diversidade de trajetórias, o que os uniu em direção à luta foi o desejo de reconstrução de suas vidas como camponeses, de retorno à terra.

Alguns vieram ainda crianças, a maioria, enquanto outros trouxeram famílias já constituídas. Havia mineiros, migrantes recentes e antigos expropriados de suas terras, com passagens pela produção de cana em São Paulo e pelos cafezais paranaenses. Há os que deixaram seus locais de origem...para trabalhar como parceiros e arrendatários nas áreas de frente de expansão da agricultura nos anos 50 e 60...Estes que tiveram experiências como pequenos agricultores na região Sudeste do país, vieram para a cidade quando o avanço tecnológico da agricultura substituiu o arrendamento e a parceria pelo trabalho assalariado...Alguns já participaram de outras lutas pela terra nas décadas de 50 e 60, como as Ligas camponesas... mostrando que o desejo pela terra tem sido uma constante em suas vidas. Acumularam a experiência da luta pela terra (SIMONETTI, 1999 P.107).

De forma geral, a busca da terra para plantar, colher, viver e morar, como alternativa ao agravamento da situação vivida, foi a aspiração que moveu estes migrantes à luta pela terra na fazenda Reunidas. Esta luta e o envolvimento com os movimentos sociais foram o espaço político de transformação destes agentes em sujeitos políticos, lutando por seus direitos, dando início a reconstrução do território camponês em Promissão. Em comum, possuíam a recente experiência do trabalho explorado pelo processo de produção capitalista e uma bagagem de lutas e resistências, uma história de expulsão, pela seca, pelo patrão, pelo governo, pelo progresso na agricultura etc., ou seja, a desterritorialização.

Constatei que o assentamento Reunidas alterou a configuração territorial do município de Promissão, garantindo a criação de espaços rurais com uma grande diversidade de cultivos para além da monocultura. Esta observação corrobora com os dados da caderneta do ITESP referente a safra 2010/2011 que apontam para a

diversidade produtiva nas áreas de assentamento: vegetal, leiteira, florestal, animal e derivados, produção que ultrapassa o valor de 24 milhões de reais comercializados.

Porém, de forma contrastante, observei, nos entornos deste território, a forte presença de uma usina ao fundo e o cultivo da cana-de-açúcar - que invade as fronteiras entre as agrovilas e os estradões que conectam o assentamento à rodovia. Também foram observadas a presença da pecuária e a usina hidrelétrica, organizações que influenciam na dinâmica do assentamento, seja através das ofertas tentadoras para a contratação dos assentados como força de trabalho precária e temporária, ou, segundo relatos dos assentados, através do empobrecimento do solo e um alto impacto na disponibilidade hídrica da região.

Arbarotti (2014) nos fala sobre essa reconfiguração territorial:

É possível perceber que o Assentamento realmente proporcionou uma reconfiguração na localidade (...) homens e mulheres que se encontravam marginalizados e explorados tiveram a oportunidade de serem protagonistas e agora essa responsabilidade é passada para a segunda geração. A terra que foi banhada com o sangue dos índios Caiagang, que foi palco da violência contra pequenos proprietários, que foi marcada por medo e destruição, agora é novamente revigorada em uma localidade onde histórias, trajetórias, vividos sonhos e esperanças reflorescem. (ARBAROTTI, 2014, p. 73).

Observei empiricamente os contrastes do assentamento frente à monocultura, o que me conduziu a observar o assentamento como território de reprodução da família camponesa. Nele as famílias, puderam organizar-se econômica, social e culturalmente (através das trocas, do trabalho familiar, da manutenção de uma cultura popular e fortemente baseada na luta pela terra e etc.) de forma diferenciada, no qual, agora, imperam a diversidade, a cultura, os sujeitos, vozes e movimento no lugar do marasmo da monocultura.

O vínculo e o envolvimento com os movimentos sociais foram basilares para esta transformação do território e também refletiram na transformação pessoal dos assentados. A maioria dos jovens (alguns já são 3ª geração) não se lembra do período do acampamento, mas, se lembra da entrada na fazenda e do início da divisão dos lotes e das primeiras casas da agrovila. Eles apontaram ser um momento de muita união e de coletividade, na qual as crianças brincavam juntas, faziam cirandas e contavam histórias junto aos mais velhos ao redor do barracão da agrovila campinas. No geral, a percepção

é a de que os pais sofreram e lutaram por um bem maior, a terra, a qual propicia a segurança das famílias até hoje.

Para a 2ª geração, o período do acampamento é lembrado por um período de lutas e de estranhamento com relação à saída da cidade e a chegada a um lugar permeado por dificuldades e precariedade. Há o relato de que Adriano, filho de Benê e Alice (assentados que sempre nos receberam com carinho e acolhimento durante dez anos de pesquisa), chutava as paredes do barraco e afirmava: *“quero voltar para a casa com parede dura, não quero ficar aqui!”*. A 1ª geração, ao lembrar estes casos, fica bastante emocionada e reitera que a necessidade da terra foi que os motivou ao acampamento e ao engajamento na luta dos movimentos sociais e sindicatos, porém, o sentimento principal é o de conquista e papel cumprido e de que faria tudo novamente para chegar onde chegou. Nesse sentido, existem diferentes representações e motivações sobre um mesmo fato, alteradas a partir da necessidade e da experiência coletiva de determinado período histórico.

Alguns jovens ainda afirmam ter vínculos com o MST, mas este vínculo é sempre regulado pelo pertencimento de algum parente que permanece vinculado a alguma instância do movimento. O MST aparece no assentamento, sobretudo, nos momentos em que ocorre a organização de grandes festas e celebrações, geralmente, junto à Igreja católica (por exemplo o aniversário de 30 anos do assentamento). Não observei o MST desempenhar nenhuma função articuladora ou de promoção de políticas sociais no momento presente do assentamento. Alguns jovens relataram que nunca foram veiculadas informações sobre o PRONERA e cursos de formação para os jovens (os quais são difundidos pelo movimento em outros territórios e a partir de suas secretarias). As informações que obtém são veiculadas pelos agentes externos (universidades e assistência técnica).

A maioria da comunidade frequenta as missas, as procissões e festas católicas (que são realizadas nas igrejas e barracões presentes em todas as agrovilas), que são os eventos que envolvem o maior número de assentados. Nestes momentos, as místicas e a evocação dos personagens que foram importantes para a construção do assentamento são mobilizadas. Também aparecem os santos: Nossa Senhora da Aparecida, Virgem Maria, Santo Antônio, São José e São Jorge. Elementos camponeses

como facção, enxada, sementes, frutos e legumes são colocados como decoração e passados de mão em mão. Músicas que envolvem a luta são entoadas em coro, pequenas procissões e cavalgadas são realizadas entre as agrovilas para lembrar as lutas, trajetórias de migração e as grandes caminhadas que mobilizaram os assentados no período da conquista do território, lembrando e acionando um sentimento coletivo de campesinidade.

Nestes momentos coletivos, observei a presença das bandeiras da via campesina e do MST. A Igreja Católica, associada à Teologia da Libertação aproxima-se dos assentados com o objetivo de engajá-los no processo de transformação da sociedade, porém, concordo com o observado por Aquino (1997), que o papel da igreja progressista está tencionado e “misturado” com a busca das velhas formas de conceber o rural. Observei uma tendência maior para “tradicionalismo” dos assentados, como o compadrio, reunião da vizinhança nas missas, rezas e quermesses, tudo isto vinculado a uma produção de subsistência aliada à comercialização. Este fato também me conduziu a inferir que o tradicionalismo foi o fator impulsionador para a diminuição das relações e da presença dos movimentos sociais nas atividades do assentamento.

Ao mesmo tempo, as igrejas protestantes também despontaram em grande número nos últimos anos no assentamento Reunidas. Observei que, seja na casa, ou carregada embaixo dos braços dos “crentes” (como se autodenominam), a bíblia é sempre colocada em local visível, como um ornamento, fonte de poder e ensinamento de Deus. Entre os jovens, este poder simbólico da bíblia é menos visível e é mais comum nas gerações mais velhas.

No geral, são ex-católicos que abandonaram o engajamento com a Igreja Católica local, buscando uma nova identidade social, um estilo de vida rígido, no qual uma nova moral obtida, graças ao poder de Deus, é traduzida em novos *habitus* grupais: como vestir-se, comportar-se, administrar os negócios e se relacionar com os vizinhos. O que é comum para todos é a reforma moral⁴⁷: deixar de fumar, de beber, jogar, divertir-se, condições essenciais para serem aceitos na comunidade religiosa e serem batizados.

⁴⁷ A reforma moral é motivada pela doutrina do fim do mundo, na qual, muitos crentes acreditam que o fim do mundo (o arrebatamento) está próximo. Essa crença motiva a criação de estratégias de vida voltadas para a correção pessoal perante Deus e, enquanto aguardam o paraíso, muito trabalho deve ser desempenhado, sempre voltado para Deus.

Essas características comportamentais já são mais comuns aos jovens e foram percebidas na não participação das confraternizações, ou, no sair mais cedo e não se engajar nas atividades mais politizadas do curso ou da comunidade.

O trabalho voltado para Deus pode explicar uma maior consolidação econômica dos pentecostais, já que, eles relatam que tinham maiores dificuldades de manter o lote e a sobrevivência da família. A conduta do “crente” ao cumprir as normas religiosas possibilita uma maior possibilidade de mudança na vida do assentado. Abandona-se os vícios, adota-se um novo estilo de vida, investe-se em um arquétipo honesto, trabalhador, cumpridor de obrigações e respeitador da ordem. Todo o processo de trabalho, nesse sentido, toma forma de uma obra realizada em nome do Senhor, com a finalidade de atingir a salvação⁴⁸ e a vida em uma sociedade mais justa.

Também é muito interessante perceber que, as igrejas protestantes localizam-se nos lotes individuais, construídas em uma parte do lote cedida pelo fiel. Já as igrejas católicas localizam-se nos espaços coletivos, destinados ao convívio público. Entendo que esta configuração pode ser explicada devido a vinculação da Igreja Católica à Teologia da Libertação e ao engajamento para a construção de atores coletivos para a transformação da sociedade. Já o protestantismo figura-se como um projeto individual, focado na esfera familiar vislumbrando a prosperidade material.

O Assentamento destaca-se pelo seu tamanho: 17.000 ha e pela quantidade de famílias, 637 distribuídas em 10 agrovilas, tornando-se um dos maiores assentamentos de todo o território nacional. A partir do sistema de agrovilas, o INCRA dividiu as famílias priorizando a manutenção dos agrupamentos dos respectivos municípios de origem: Agrovila São Pedro, Agrovila de Penápolis, Agrovila de Birigui, Agrovila de José Bonifácio, Agrovila de Campinas, Agrovila Central, Agrovila dos 44, Agrovila de São Bento, Promissãozinha e Agrovila dos 12 (SIMONETTI, 1999).

Considero que a implementação e o sucesso do Assentamento Reunidas não decorreu de uma política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas sim em uma tentativa de diminuir os conflitos rurais no campo,

⁴⁸ Muitos abandonaram a Igreja Católica, pois, esta não vai mais de acordo aos seus anseios de vida. O discurso salvacionista encontra-se como uma forma de defesa contra os problemas cotidianos. Na ênfase na guerra contra o diabo, sob fortes pregações e lideranças, fortalece-se uma teologia da prosperidade material, anseio mobilizado por grande parte dos assentados após a conquista da terra.

uma resposta às pressões dos movimentos sociais e dos grupos organizados, principalmente a partir dos anos 1980. Nesta perspectiva, obter a terra não significou e não significa necessariamente acessar a infraestrutura social (saúde educação, transporte) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletricidade e apoio a créditos) necessários para a reprodução do modo de vida dos assentados que conquistaram suas terras. A partir da conquista e do assentamento, iniciou-se uma nova batalha, a luta pela obtenção de condições socioeconômicas que propiciem uma melhor consolidação desses assentados enquanto trabalhadores rurais.

A viabilização do território foi dada com precárias condições de infraestrutura de moradia, estrada, acesso à água, energia, escolas e transporte⁴⁹. Estas condições foram superadas a partir da articulação coletiva, perpassando a construção em forma de mutirões, das casas e dos barracões onde se realizavam as reuniões e a escola, abrindo estradas no meio da mata e cavando poços para a retirada de água, trabalho coletivo que possibilitou a reprodução da vida no assentamento (ARBAROTTI, 2014; POKER, 2011; SIMONETTI, 1999).

Ao adentrar e circular pelo assentamento, nos dias de hoje, é notável a expansão das condições de infraestrutura. A cada mês, casas novas às beiras do estradão despontavam seu esqueleto, mostrando a velocidade dos acontecimentos e mudanças de rural cada vez mais veloz. Os carros, motos e vans escolares circulavam durante o dia todo e até tarde da noite para aqueles que estudam ou trabalham na cidade neste período. Apesar de periodicamente a prefeitura “passar a máquina” para corrigir as imperfeições da estrada, a parte que conta com melhores condições encontra-se à beira dos terrenos de propriedade da usina com as plantações de cana. É notável o descaso ao adentrar no território do assentamento. No período da pesquisa, vi carros atolados e guinchados, alguns completamente submersos em crateras de lama provocadas pela chuva. Isso ocorre nas mesmas estradas pelas quais trafegam, todos os dias, as vans

⁴⁹ Ao mesmo tempo em que a coletividade criava novos espaços e dava significado para o modo de vida dos recém-assentados, a família Ribas pleiteava na justiça o pagamento do valor equivalente R\$ 385,5 milhões de reais pela desapropriação da fazenda, valor quinze vezes superior à estimativa do INCRA. Norder (2004) nos mostra interessante comparativo, sendo que, se o valor estimado pelo INCRA R\$ 25,8 milhões, fosse distribuídos entre as famílias assentadas, cada uma contaria com R\$ 40.000 mil para aplicar na produção e na habitação, este valor é cinco vezes superior aos créditos recebidos nos dez primeiros anos de assentamento (NORDER, 2004).

escolares que transportam as crianças para a escola da Agrovila Central, ou, para as escolas e faculdades de Promissão-SP e Lins-SP.

A pequena escola de ensino infantil, localizada ao lado da igreja e do barracão na agrovila Campinas, que contava com uma estrutura de quatro salas, cozinha, banheiros e parquinho foi fechada em 2016, segundo informação dado aos assentados, devido à redução de custos por parte da prefeitura. Porém, a constatação que eles fizeram era a de que, agora que a prefeitura era do PMDB e não mais do PT, não haveria mais investimentos “nas terras” (como eles se referem carinhosamente ao assentamento). Este fato obriga as crianças a viajarem horas em estrada de chão batido para chegar a escola. Um fato que surpreendeu a comunidade foi o de que, no ano de 2019, foi implementada uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na mesma escola, porém, a professora é da cidade – algo que incomoda os assentados por gerar um distanciamento da realidade do assentamento.

Ao mesmo tempo que a estrutura da escola de ensino infantil da Agrovila Campinas está sendo subutilizada, me surpreendeu a grande estrutura da escola da Agrovila central, às margens da rodovia transbrasiliana, a qual atende crianças do Ensino infantil e fundamental. O curso Cinema, Juventude e Ruralidades foi desenvolvido inteiramente nesta escola. Recebemos apoio total da direção da escola e também da prefeitura, que inclusive nos cedeu dias de trabalho da assentada Zenilda que cozinhava nos dias de aula da turma. Contamos com amplas salas, limpas e organizadas, com cadeiras, carteiras, lousa, bebedouros e banheiros, tudo extremamente organizado e limpo.

O espaço também conta com quadra coberta, recinto para festas da comunidade e internet de altíssima qualidade⁵⁰ (o que muito facilitou o desenvolvimento do curso). A escola atende grande parte dos estudantes do assentamento, mas, mesmo localizada dentro do assentamento, está muito distante de algumas agrovilas. Alguns jovens relatam que demoram uma hora (às vezes uma hora e meia quando chove) de van para chegar

⁵⁰ As Agrovilas também contam com pontos de retransmissão de Internet de alta qualidade para as casas dos assentados. Com preços populares, podem ser comprados receptores e os assentados conseguem acessar velocidades de até 15mb/s. Isto ocorreu a partir do programa Internet para todos dos Governos Dilma em convenio com a prefeitura de Promissão – SP. A implementação desta infraestrutura também movimentou financeiramente a vida dos jovens que possuíam conhecimento de informática, pois, eles passaram a fazer instalações para outros assentados, como também outros serviços de informática.

à escola, o que desmotiva o aprendizado (às vezes os pais permitem a falta devido às dificuldades de se chegar à escola). O ensino médio só pode ser realizado no município de Promissão – SP.

Apesar das fortes mudanças estruturais e da melhoria da qualidade de vida relatada pelos assentados que acessaram as políticas públicas de financiamento para a produção através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), moradia, comercialização (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) e saúde (postinho), eu e outros membros e professores do CPEA presenciamos moradias com condições precárias e insalubres, algumas com esgoto a céu aberto. Em alguns lotes, os filhos foram trabalhar na cidade e acabam visitando os familiares esporadicamente. Nestes casos, os moradores são mais idosos e as condições de estrutura e saúde são mais precárias. Essas políticas minguaram após o golpe e com a crise financeira.

Há também um posto de saúde na agrovila central (que segue os moldes do programa de saúde da família, no qual o médico acompanha o prontuário familiar, conhece todos os membros da família e as possíveis doenças), ao lado da escola, no qual diariamente os assentados podem consultar-se com um médico concursado e enfermeiros que se dedicam a saúde do assentamento. O posto é bem cuidado, com instalações limpas, dispõe de farmácia com remédios básicos (para pressão arterial, diabetes, anti-inflamatórios e analgésicos).

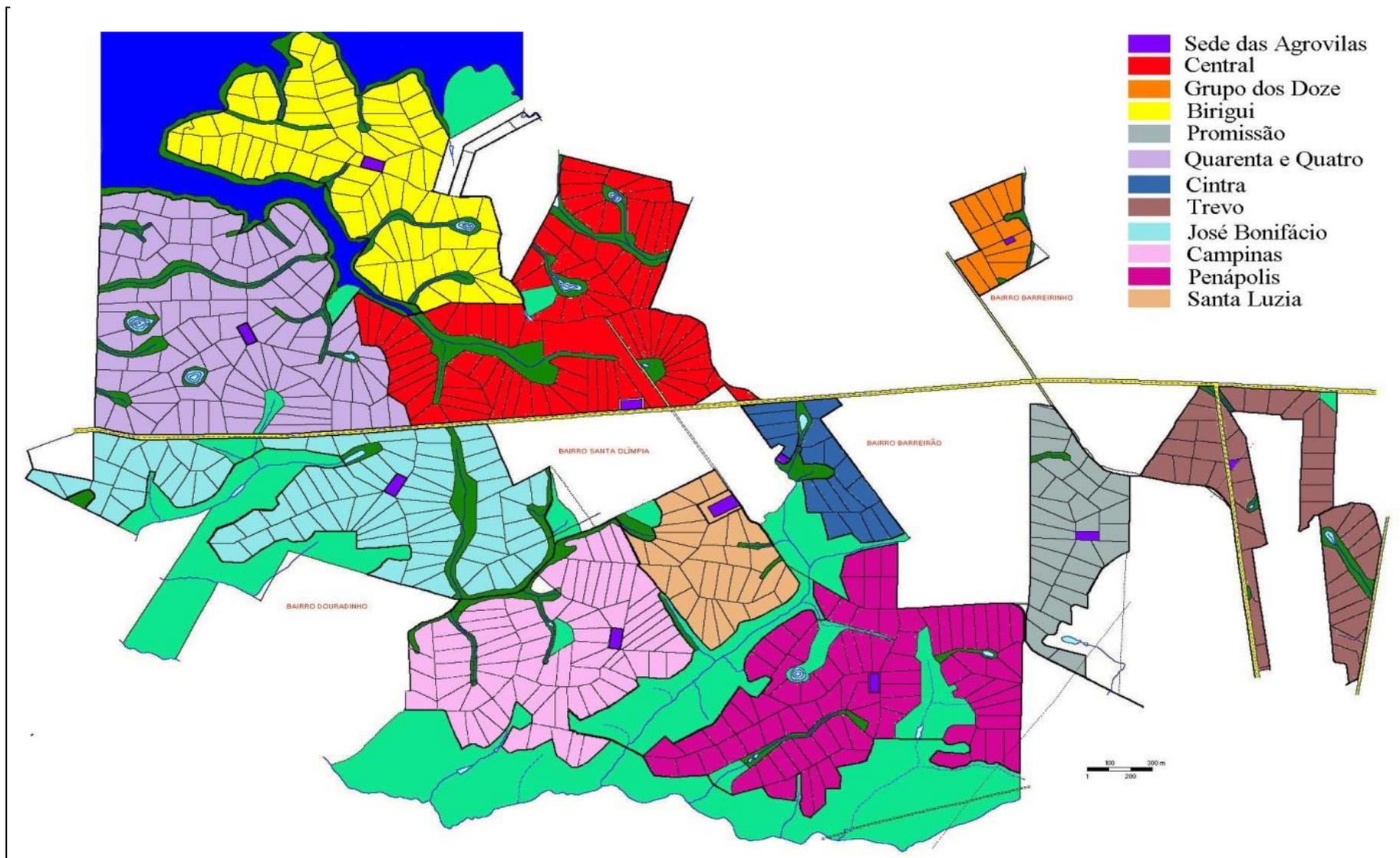
Por ele, o trânsito dos assentados é constante, desde pequenas consultas para medir a pressão até para as consultas de rotina. Os assentados que possuem maior condição aquisitiva e possuem condução usam o plano de saúde combinado ao posto: ora vão à cidade (para consultar os especialistas) e ora vão ao posto para consultas de rotina. Por se tratar de um posto baseado no programa de saúde na família há também o trabalho de casa-a-casa dos enfermeiros que colhem informações e orientarem os assentados a buscar ajuda do médico para possíveis sintomas que passam despercebidos.

A partir do trabalho de Santos (2007), constatei que a trajetória do Assentamento pode ser dividida em três distintas fases, que, modificaram a organização e a inserção deste assentamento de reforma agrária na sociedade brasileira e na economia. A

primeira fase, a de implementação e execução das políticas, aplicação de recursos, custeio e infraestrutura, foi concretizada pelas mobilizações dos assentados, que buscaram realizar piquetes nos bancos e nos órgãos municipais exigindo financiamento agrícola, saúde, educação e transporte, contrapartida obrigatória do município. Já nos primeiros anos de assentamento houveram significativas mudanças sociodemográficas na região, uma delas foi a reversão da dinâmica demográfica rural - em queda na sociedade brasileira - em Promissão, entre 1980 e 1991 houve um aumento de 35 % da população rural, de 4.345 habitantes para 5.888, gerando renda e uma movimentação na economia local (ARBAROTTI, 2014; SANTOS, 2007).

Segue abaixo o mapa elaborado por Simonetti (1999), que representa a distribuição final das agrovilas e dos lotes, dada por meio de sorteio e também a localização em relação à Rodovia Transbrasiliana (BR – 153), importante acesso para a comercialização:

Mapa 2 - O Assentamento Reunidas dividido em Agrovilas



Fonte: SIMONETTI (1999).

O processo de territorialização do assentamento provocou profundos impactos no município, os quais puderam ser notados pelo aumento da produção agropecuária, em uma região antes voltada para a monocultura da cana de açúcar, baseada no trabalho volante e tecnologias agrícolas, que, a partir dos anos 1990, diversificou-se com a produção de hortaliças, frutas, legumes e leite. Segundo Arbarotti (2014, p.71) “[...] isto se deu graças ao acesso a terras que essas famílias que eram assalariadas e que moravam precariamente nas periferias das cidades puderam proporcionar”, ou seja, o acesso à terra foi o fator determinante para a consolidação de condições mais justas de inserção no mercado e também para um aumento na qualidade de vida destas pessoas.

O cumprimento de metas sociais através das políticas públicas para assentamentos, caracterizaram a segunda fase da trajetória do assentamento, perpassando os anos de 1994 a 1999. Estas políticas sociais consolidaram-se no Projeto de Assentamento (PA), um conjunto de ações destinadas a reforma agrária, planejadas de forma interdisciplinar e multisetorial, para pensar o desenvolvimento territorial e regional. Baseado em diagnósticos do público beneficiado e da área a ser trabalhada, o projeto de assentamento visa organizar o uso racional dos territórios e dos recursos naturais, promovendo a produção sustentável, a função social da terra e o desenvolvimento social, econômico e cultural dos trabalhadores rurais.

Entre (1992-1999), com os vínculos e influências do MST, algumas tentativas de produção cooperadas surgiram, como é o simbólico caso da Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josímo Tavares (COPAJOTA), localizada e organizada pelos membros da Agrovila Campinas. Simonetti (1999) aponta que foi a primeira cooperativa no Estado de São Paulo em que se adotaram práticas coletivizadas de produção, comercialização e da vida familiar (creche, cozinha comunitária, moradia, trabalho conjunto etc.). Em sua pesquisa, a autora observou que ocorreu uma resistência por parte dos assentados ao tipo de associativismo desenvolvido pela cooperativa, na qual, havia o controle do tempo e do tipo de trabalho desempenhado, reproduzindo o trabalho cativo já vivenciado em outros momentos da vida, contrário à opção de produzir junto com a família e exercendo controle vertical do tempo – a motivação de luta pela terra foi justamente fugir disso. A partir destas resistências, a cooperativa enfrentou uma progressiva evasão e hoje encontra-se desativada. Para Arbarotti (2014) e Santos (2007), existia uma falta de

cultura cooperativista, muita força de trabalho, falta de capital e baixo conhecimento técnico para a produção e para gerenciamento financeiro.

Quando conversei com ambas as gerações que estiveram envolvidas com a cooperativa (pais e filhos) todos lembraram em algum momento do controle da vida social que era exercido pela cooperativa. A maioria dos relatos tangencia o argumento de que a luta pela terra e o assentamento tinham, como objetivo, justamente, não ter mais patrão, e que, a cooperativa, na maior parte de sua atividade, figurava como esse patrão que impunha limites, padrões e formas de viver e trabalhar. Alguns assentados relataram deixar filhos e esposa durante dias, só voltando para dormir, envolvendo-se em assembleias e trabalho coletivo. Alguns filhos e netos também relatam memórias da ausência dos pais, ou de, passarem o dia brincando nos arredores com as outras crianças das famílias também envolvidas com a cooperativa. Outros, que eram jovens naquele período (tinham entre 12 e 16 anos), relatam terem sido contratados pela cooperativa e recebiam por suas horas de trabalho, porém, havia uma distinção, já que, os mais velhos recebiam o mesmo valor dos adultos, sócios da cooperativa.

Apesar do enfraquecimento da trajetória cooperativista do assentamento Reunidas, observei o engajamento de dois jovens: o primeiro, com uma associação, a Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas (ACCEPAR) e a Cooperativa de Produtores Familiares de Leite da Região Noroeste (COOPLÉNOR). A ACCEPAR, localizada na agrovila Campinas, foi criada em 2010 para ajudar os produtores a acessarem as políticas do PAA e do PNAE, adequando-os aos requisitos e ajudando a submeter os projetos. Além do caráter comercial, durante os governos progressistas, a associação também esteve envolvida com as políticas de promoção cultural para o meio rural, envolvendo-se com as atividades itinerantes do Museu da Imagem e do Som (MIS). Acompanhei as atividades da associação por, pelo menos quatro anos, e verifiquei a decadência destas políticas a partir do último ano do governo de Dilma Rouseff. O entrevistado, Rodrigo, que esteve na liderança da associação, afirma que não há um caráter coletivista na associação, e que, geralmente, a maioria das associações que são criadas no assentamento possui a finalidade de ser instrumento de acesso às políticas públicas, mas que, geralmente é monopolizada por pequenos grupos, não envolvendo assim produção ou trabalho coletivo e parcerias.

A COOPLÉNOR, localizada na agrovila central, foi criada em 2010, com a finalidade de realizar atividades de apoio à agricultura (como palestras e cursos de formação), transporte e comercialização (no varejo) de laticínios e frios. A princípio, a cooperativa englobava outros produtores que não assentados, inclusive de outros municípios (constituindo-se de uma rede de amigos e compadres), porém, na medida em que os produtores assentados conseguiram se capitalizar e ganhar controle político (assumindo a presidência), passaram a investir mais e colaborar mais com a entrega do leite na cooperativa. Segundo a entrevistada Erika, hoje, cerca de 80% dos produtores da cooperativa são do assentamento.

Concordando com Rodrigo, Erika afirma que não existem outras cooperativas e associações que estejam aglutinando e fomentando trabalho coletivo dentre os assentados. Ela afirma que isso é mito, e que todas as tentativas nesse sentido acabaram por criar associações das próprias famílias, que acabam comprando a produção de outras por um preço menor e revendendo a um preço maior, ou, também vendendo para atravessadores.

A maioria dos assentados ainda mora junto de suas famílias em lotes de 18 hectares, lembrando pequenos sítios dos antigos bairros rurais. Os lotes são diversificados em forma e conteúdo. Em alguns a casa fica no centro do lote, com pomar e hortas ao redor das casas, geralmente com um pequeno jardim. A produção de grãos, vegetais e frutas para a comercialização ficam ao fundo e próximo à casa. Alguns lotes os cultivam em estufas (que permitem maior profilaxia contra agentes externos). Alguns lotes possuem galinhas, patos, cachorros e gatos que geralmente circulam livremente ao redor da casa. Animais de grande porte como, cavalo, boi, vaca e porco, para consumo de leite, corte da carne ou montaria, ficam ao fundo, junto à área de pastagem. Algumas casas possuem ainda condições precárias estruturais e até de saneamento (foram observadas casas com esgoto ao céu aberto), outras, possuem modernas instalações, com parabólica, eletrodomésticos de última geração, churrasqueira, varandas para receberem amigos.

Pautada pelo II PNRA, a terceira fase constituiu-se na inserção do assentamento no mercado e a extinção das linhas de crédito. Esta fase deu-se, sobretudo. Dentre os anos 2000 e 2006, durante os governos do PT, porém, observei o que também constatou

Arbarotti (2014), que este é o processo que prevalece até os dias de hoje, pois, o assentamento ainda busca inserir seus produtos no mercado, via atravessadores, comercialização direta, feiras e etc.

4.2 A formação fundiária da Região de Ribeirão Preto - SP

O Assentamento Sepé Tiarajú, fundado no ano de 2003, é um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) situado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, à nordeste do Estado de São Paulo, na microrregião de Ribeirão Preto. A área que o assentamento ocupa está a 40 quilômetros de distância, aproximadamente, do município de Ribeirão Preto, sede dessa microrregião. Ele está localizado às margens da Rodovia Abraão Assed (SP – 333) entre os quilômetros 28 e 31. O PDS Sepé Tiarajú, implementado pelo INCRA, foi o primeiro nesse novo modelo de assentamento de reforma agrária no Estado de São Paulo, o qual promove a aliança entre conservação ambiental e desenvolvimento, entre a soberania alimentar e a geração de renda para os assentados (BORELLI, 2014).

O mapa 3 apresenta os limites da microrregião de Ribeirão Preto/SP localizada à nordeste do Estado de São Paulo e o mapa 4 os limites do município de Serra Azul - SP. Segundo dados do IBGE (2017), a microrregião está dividida em 16 municípios⁵¹, sendo que dois destes são os municípios de Serrana e Serra Azul. Em 2017, a estimativa populacional da microrregião foi de 1.164.184 habitantes, ocupando uma área total de 6.007,036 km² (IBGE, 2017). Essa microrregião possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 40,9 bilhões (IBGE, 2010) e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,744, considerado alto, de acordo com o Ranking de IDH dos municípios publicados em 2013⁵².

⁵¹ Segundo dados do IBGE de 2017 os dezesseis municípios que compõe a microrregião de Ribeirão Preto/SP são: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa-Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho.

⁵² Os dados de IDHM podem ser consultados em: <https://atlasbrasil.org.br/2013/>

Mapa 3 - Localização da Microrregião de Ribeirão Preto/SP



Fonte: Abreu (2006)

Mapa 4 - Localização do Município de Serra Azul/SP



Fonte: Abreu (2006)

Entretanto, os índices de IDHM da região são contraditórios e não refletem a configuração populacional da região como um todo. Quando analisadas áreas específicas da região, como as periferias urbanas do município de Ribeirão Preto por exemplo, o IDH é considerado médio (0,584). Mesmo com elevados índices sociais e econômicos, a análise dos dados gerais subestima a desigualdade social presente nessa microrregião, as áreas rurais também apresentam IDH médio, similar à periferia urbana, como é o caso do PDS Sepé Tiarajú que possui um IDH de 0,599, fato que me leva a um questionamento dos índices oficiais de desenvolvimento humano da região (BELLENTANI, 2010).

Mesmo com os elevados índices sociais e econômicos, com os altos níveis de produtividade e sendo considerada uma das regiões mais ricas do Estado de São Paulo, a região de Ribeirão Preto vem se tornando palco de grandes conflitos fundiários. A partir da década de 1980, os conflitos se intensificaram, devido ao elevado índice de desemprego, consequência da crescente mecanização do trabalho no campo (mecanização do corte de cana-de-açúcar e da colheita de laranja), fechamento de usinas e a presença organizada de movimentos sociais camponeses. Esses elementos em conjunto contribuíram para uma maior incidência de famílias acampadas em ocupações de áreas públicas e em terras improdutivas, com um apelo a questão ambiental, que vem sendo um dos grandes problemas causados pelo agronegócio sucroalcooleiro na região.

Devido ao processo de territorialização e monopólio do capital agroindustrial, a região de Ribeirão Preto tornou-se um centro de concentração de extrema riqueza, oriunda da instauração das monoculturas de cana-de-açúcar e laranja. Esse processo de concentração de riqueza fez com que os municípios que compõem a microrregião se tornassem, na maioria deles, “cidades dormitórios”, colocando o município de Ribeirão Preto no centro de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços. Essa concentração de serviços no município possui uma área de influência que ultrapassa os limites da macrorregião de Ribeirão Preto, exercendo influência até mesmo fora do Estado de São Paulo, atingindo cerca de 3 milhões de pessoas em 85 municípios (INCRA, 2005).

No início do século XIX, Ribeirão Preto passou a ser conhecido nacionalmente como a “Capital do Café”, devido ao desenvolvimento agrícola na região que transformou o município em um significativo produtor e exportador de café no Estado de São Paulo. Mesmo com a crise da superprodução de 1929, a produção na região não foi abalada e a produção de café persistiu na região até a década de 1960, conjuntamente com a policultura e a intensificação gradativa do setor comercial e de serviços no município (TONETTO, 2007).

Já em meados da década de 1980, houve uma intensificação da substituição da cultura do café pela cultura da cana-de-açúcar e da laranja. Devido a essa nova monocultura que começou a se expandir pela região, o município de Ribeirão Preto atraiu um movimento migratório de milhares de trabalhadores rurais provenientes das regiões mais pobres do país, como da região Nordeste e do Vale Jequitinhonha. A partir do mês de março, início da safra da cana-de-açúcar, estima-se que cerca de 50 mil migrantes, predominantemente jovens, se deslocavam todos os anos para a região e permaneciam lá, em pensões ou alojamentos nas “cidades dormitórios”, até o fim da safra no mês de dezembro. Esses migrantes são chamados de “migrantes temporários”, mesmo que esse processo de migração se caracterize como permanentemente temporário, já que ele existe desde o início dos anos 60 com a cultura do café (SILVA, 1999).

Com a instituição do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), a partir de 1980, foi implementado, na região de Ribeirão Preto, o modelo de desenvolvimento agrícola que permite a promoção de atividades agrícolas com elevado valor comercial, principalmente nos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, às custas de graves impactos sociais e ambientais (GONÇALVES; SCOPINHO, 2009). As condições de trabalho análogas à escravidão, são um dos principais impactos sociais que esse modelo produz. Os trabalhadores do corte de cana, denominados pejorativamente de boias-frias possuem péssimas condições de trabalho e moradia, com alta carga de trabalho⁵³ sob altas temperaturas, baixos salários, má alimentação e sem equipamentos de segurança (CARVALHO, 2008; SILVA, 2008).

⁵³ A produtividade exigida na década de 1980 era de 5 a 8 toneladas de cana-de-açúcar cortada por dia, na década de 1990, passou a ser de 8 a 9 toneladas, já nos anos 2000, passou para 10 e em 2004, passou para uma média de 12 a 15 toneladas de cana-de-açúcar cortadas por dia (SILVA, 2008).

Era e é comum, até os dias de hoje, encontrar nessa região um agravamento das condições de trabalho, perda dos direitos trabalhistas, casos de escravidão por dívidas, registro de mortes ocasionadas por exaustão e uso de drogas estimulantes durante o horário de trabalho. Essas condições de barbárie representam um verdadeiro retrocesso histórico para a classe trabalhadora, devido ao descaso das autoridades estatais e dos usineiros com esses trabalhadores rurais. Essa é a lógica de exploração do capital agroindustrial nessa região, que associa o uso de insumos e tecnologias avançadas ao aumento da exploração do trabalhador rural e a violação de direitos humanos e sociais, constituindo, assim, o alicerce do modelo lucrativo do agronegócio paulista (CARVALHO, 2008).

Motivada por estas condições, em maio de 1984, foi deflagrada a revolta dos trabalhadores canavieiros, na chamada Revolta de Guariba, com a greve dos “boias-frias” que eram contra a exploração dos usineiros, que almejavam elevar a produtividade do corte da cana sem nenhum ganho real para os trabalhadores, intensificando a exploração da força de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar. Essa revolta demonstrou a tensa relação entre os usineiros e os “boias-frias”, caracterizado por rupturas, explorações e principalmente sem perspectiva nenhuma de futuro para estes trabalhadores rurais (BARONE, 1996).

A Revolta de Guariba ganhou grande repercussão nacional e internacional, favorecendo a inserção na pauta governamental de políticas emergenciais, com a finalidade de promover para esses trabalhadores, o acesso à terra e a viabilização da produção de alimentos, por exemplo. Os ganhos dos “boias-frias” com a greve foram: um acordo coletivo de salário no meio rural brasileiro, a definição do corte manual de cinco ruas de cana-de-açúcar, a obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos de proteção individual por parte da empresa contratante, o estabelecimento de um piso salarial mínimo para a categoria, entre outras conquistas. Essas estratégicas políticas foram tomadas com a finalidade de conter emergencialmente as manifestações dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar (CAMPO; FERRANTE, 2006).

Já na década de 1990, o agronegócio sucroalcooleiro passou por um período de crise com o desamparo de políticas públicas estatais direcionadas para esse setor, devido a extinção do Proálcool no ano de 1991. Entretanto, o agronegócio sucroalcooleiro

se recupera nos anos 2000, passando por um novo momento de expansão no interior de São Paulo, por conta da elevação dos preços das 'commodities' agrícolas no mercado internacional, entre os anos de 2003 e 2004. Esse aumento nos preços das *commodities* está relacionado à alta demanda pelo álcool como combustível, por ele ser considerado, em termos ambientais, uma fonte de energia mais limpa do que os combustíveis derivados do petróleo e também por conta, da criação dos automóveis 'flexfuel' ou multicompostíveis (BORELLI, 2014).

Sendo assim, a partir de 2002, o município de Ribeirão Preto passou a ser considerado, oficialmente, um dos centros mais significativos de produção de açúcar, álcool e suco de laranja concentrado do país. Com o crescimento da agroindústria canavieira, ocorreu também um aumento na inovação das tecnologias para o campo, o que levou a mecanização da colheita da cana-de-açúcar, sendo que essa inovação não significa, necessariamente, um avanço em termos ambientais, podendo gerar um maior índice de desemprego e uma maior incidências dos conflitos fundiários nessa região (BORELLI, 2014).

Em resposta ao aumento dos conflitos fundiários na região, o PDS Sepé Tiarajú foi criado como consequência de uma política agrária de amenização desses conflitos e não como resultado de uma política estrutural de reforma agrária desenvolvida pelo INCRA. A implementação do assentamento foi resultante de uma longa trajetória de luta política liderada pelo MST na Microrregião de Ribeirão Preto, por intermédio de manifestações, atos políticos e ocupações de prédios e latifúndios. Essa trajetória foi iniciada em 1999, quando membros chegam a Ribeirão Preto, sem um local para acomodar as lideranças do movimento e prontamente são recebidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), representada pelo seu assessor Francisco Vannerom, mais conhecido como Padre Chico. Foi ele quem providenciou uma residência para ser instaurada a sede do movimento sem-terra no município (TONETTO, 2007).

A partir de então o movimento passou a realizar visitas periódicas às periferias urbanas de Ribeirão Preto para cadastramento de famílias, dando início à espacialização do MST na região. Com esse processo de espacialização, a luta pela terra se intensificou e se consolidou na territorialização de assentamentos, gerando novas lógicas e formas de apropriação da terra na região. A trajetória de lutas do movimento iniciou-se no

município de Restinga, em 1998, conquistando o uso da Fazenda Boa Sorte destinado a reforma agrária. Em seguida, o movimento se desloca para Matão, em 1999, quando ocuparam a Fazenda Bocaina e reuniram 1200 famílias no acampamento provisório. Posteriormente, o movimento desloca-se para Barretos, quando finalmente, no dia 17 de Abril de 2000, chegam na área de influência do município de Ribeirão Preto (BORELLI, 2014).

Com a chegada do movimento na região, ocupa-se estrategicamente a Fazenda Santa Clara, localizada entre os municípios de Serrana e Serra Azul. Trinta famílias oriundas dos municípios de Matão, local onde o MST recrutou o maior número de famílias na região, Barretos e da periferia urbana do município de Ribeirão Preto, ocuparam a fazenda sob a liderança do MST. Eles reivindicavam a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária, dando início a um longo processo de luta, com sucessivas ordens judiciais de despejo e novas ocupações da terra (BORELLI, 2014).

Com relação às características das terras da Fazenda Santa Clara, essa era uma área com histórico de degradação ambiental, devido às atividades insustentáveis, do ponto de vista ecológico e ambiental, do agronegócio local. A produção canavieira gerou um histórico de uso do solo da fazenda durante os anos de 1962 a 2003, que causou o desmatamento de mais da metade da quantidade de mata nativa que ainda existia na região, restando somente 5% dela em 2003. Na propriedade, foi implementado o modelo de desenvolvimento agrícola fundamentado na monocultura extensiva, o que tornou os solos potencialmente frágeis e inadequados para o uso agrícola convencional (RAMOS FILHO; PELLEGRINI, 2007).

No decorrer do processo de ocupação da Fazenda Santa Clara, o acampamento chegou a contar com um número de cerca de 100 famílias, pois o MST adiantou-se ao INCRA e antes mesmo que o Instituto indicasse famílias para o assentamento – incluindo outros movimentos na região, o MST já havia encaminhado para a fazenda outras 34 famílias. Sendo assim, o PDS Sepé Tiarajú foi constituído por três grupos de origens distintas: onde 46 famílias eram oriundas do processo de ocupação da área, 25 famílias do acampamento Mario Lago do município de Ribeirão Preto e nove famílias do acampamento Terras Sem Males do município de Campinas, totalizando as atuais 80 famílias assentadas (SCOPINHO et al, 2005).

Um perfil dessas 80 famílias assentadas foi traçado pela pesquisa realizada por Scopinho (2012), demonstrando que as famílias eram marcadas por uma ampla diversidade de origens, sotaques, costumes, tradições e modos de organização. Elas eram formadas predominantemente por uma população adulta, com núcleos familiares que possuíam de duas a cinco pessoas, sendo que o número de homens sozinhos foi significativo. Esses homens se separaram de seus familiares nos processos de migração e de procura por emprego e terra. Havia poucos jovens e adolescentes, sendo que entre eles, alguns eram moradores de rua e em algum momento de suas vidas tiveram ligação com o tráfico organizado de drogas. Havia também poucas mulheres sozinhas e normalmente o motivo era a separação do marido ou por viuvez. Os principais motivos que levaram as famílias a participarem do MST, segundo Scopinho (2012), foram: a fuga da pobreza e da violência urbana e a busca de segurança social.

Em 20 de setembro de 2004, após forte pressão exercida pelo MST desde o ano 2000 e após duas tentativas frustradas de reintegração de posse em agosto de 2003, deu-se início ao processo de assentamento das 80 famílias. As 20 famílias remanescentes das 100 que deram início ao processo de ocupação das terras e de organização do acampamento foram deslocadas pelo MST para o projeto de assentamento Mário Lago no município de Ribeirão Preto. O PDS Sepé Tiarajú conta com uma área total de 798,00 hectares, ocupados por 80 famílias (cerca de 320 pessoas) em lotes familiares de 3,6 hectares (36 mil m²) para a construção de moradias e para a produção individual e 3 hectares de área coletiva, totalizando 6,6 hectares por núcleo familiar e 3 hectares destinados para o desenvolvimento de um espaço social (BORELLI, 2014).

As terras da Fazenda Santa Clara pertencentes à antiga Usina Nova União foram confiscadas pelo Estado como forma de pagamento de dívida fiscal contraída pela usina na época. Por serem terras pertencentes ao Estado e sem o uso adequado, deu-se o início do processo de ocupação e resistência dos trabalhadores rurais sem-terra. Eles levaram seis anos, desde a primeira ocupação das terras até a definitiva regulamentação do assentamento e mapeamento das famílias. Vários embates judiciais foram travados no decorrer do processo de regulamentação que só teve um fim, quando o INCRA arrematou as terras da fazenda em um leilão (NOVAES; RIBEIRO, 2008).

O Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria do Meio Ambiente, mediou as discussões entre o MST e o INCRA, elaborando novas alternativas e novos padrões de produção agrícola durante a implementação do PDS Sepé Tiarajú. Foram articuladas ideias de produção agrícola social e ambientalmente sustentáveis, planejando as formas de produção agrícola que deveriam necessariamente passar por novas formas de organização da propriedade rural, como, por exemplo, a implementação de uma política de reforma agrária que cumpra com a função social e ambiental da terra, respeitando o meio ambiente, as relações de trabalho e concedendo o imóvel rural sob a garantia de benefícios não só para o proprietário, mas também para a sociedade (INCRA, 2008).

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do PDS Sepé Tiarajú foi estabelecido entre o Ministério Público Estadual, o INCRA/SP e os beneficiários-concessionários do PDS Sepé Tiarajú em fevereiro de 2007. Com relação à organização territorial e titulação da terra⁵⁴, o TAC estabeleceu que as 80 famílias assentadas deveriam integrar e se dividir em quatro núcleos sociais de moradia, baseando-se nos critérios de afinidade, ilustrado no mapa 05 (INCRA, 2007).

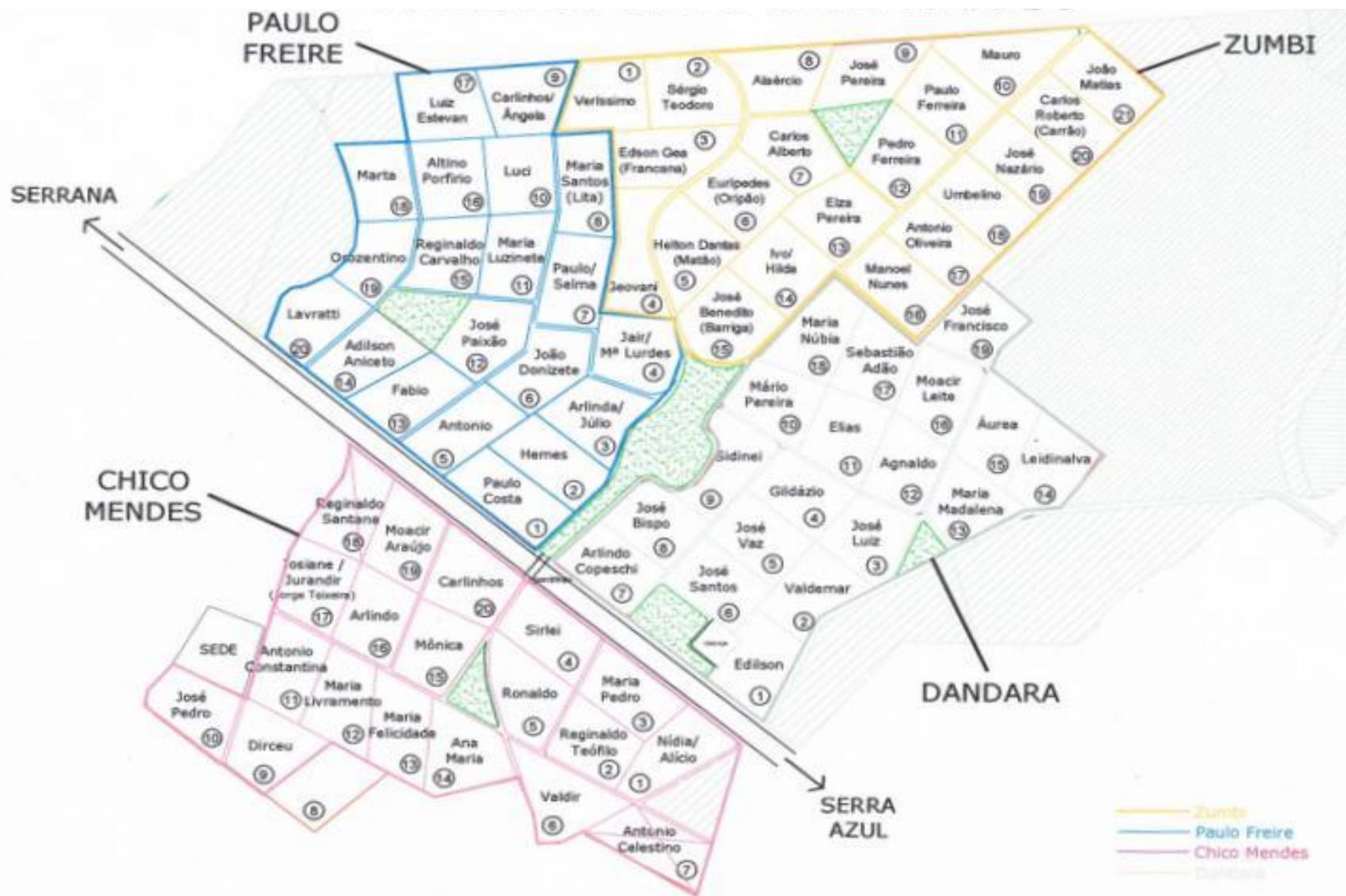
Os núcleos sociais foram denominados de: Zumbi dos Palmares, composto por 21 famílias; Chico Mendes, composto por 20 famílias; Dandara, composto por 19 famílias, e Paulo Freire, composto por 20 famílias. Cada grupo familiar dos núcleos ocupam uma área de 3,0 a 3,9 hectares, com a finalidade de construção de moradia e produção individual. Com relação às áreas de uso comum, foi definido que cada núcleo deve ter uma área de 1 hectare, no mínimo, para a finalidade de atividades socioculturais e de entretenimento, como também, a destinação de 60 hectares para a produção coletiva, seja ela associativa ou cooperativa. Por fim, as famílias não podem emprestar, ceder ou transferir a utilização do lote familiar sem prévia autorização do INCRA, como também fica proibido o arrendamento ou destinação diversa do lote que vá contra as normas estabelecidas com relação a titulação da terra no TAC⁵⁵ (INCRA, 2007).

⁵⁴ No modelo PDS não há a concessão da propriedade individual das parcelas de terra às famílias, como acontece nas modalidades convencionais de assentamentos, a titulação é coletiva, com gestão organizada por associação, cooperativa ou condomínio. Portanto, a cooperação no PDS é uma condição para garantir a posse da terra, não apenas uma forma de operacionalizar os projetos e políticas públicas.

⁵⁵ Observei que, em alguns casos, há a fragmentação do lote em pequenos outros lotes arrendados, indo diretamente contra o pacto firmado no TAC. Porém, esta é forma que alguns encontram para incrementar a renda e continuar no assentamento.

De acordo com o TAC, as áreas de produção coletivas devem seguir os sistemas agroflorestais e os sistemas silvopastoris. Ficou acordado que as famílias e o INCRA devem destinar 35% da área (280 hectares), desconsiderando as Áreas de Preservação Permanente, para uma Reserva Legal do assentamento, sendo que nessa área fica permitido o manejo florestal sustentável. É consentido também, aos assentados, o plantio de culturas anuais nas entrelinhas, seguindo as normas técnicas e legais de conservação do solo, até a completa formação dos sistemas agroflorestais e da recomposição florestal da área de Reserva Legal (INCRA, 2007).

Mapa 5 - A Divisão do PDS Sepé Tiarajú em Núcleos Familiares



Fonte: INCRA, 2008 (Adaptado)

Em relação às culturas agrícolas e das atividades pecuárias, as famílias e o INCRA, se comprometeram, no estabelecimento da TAC, a adotar técnicas ambientais adequadas, conforme o processo de transição agroecológica estabelecido no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), dando prioridade a uma produção diversificada como forma de garantir a segurança alimentar das famílias assentadas e dos destinatários da produção. O INCRA se comprometeu ainda, a assegurar assistência técnica, bem como, realizar ações para adquirir aporte financeiro para os assentados frente aos órgãos competentes, com o objetivo de viabilizar a produção familiar e a recuperação ambiental do assentamento (INCRA, 2007).

O plano de infraestrutura e saneamento básico previsto no TAC declarou o INCRA como responsável em realizar ações junto aos órgãos e empresas competentes para garantir o subsídio financeiro para a instalação de rede elétrica, construção das moradias e galpões, instalação do sistema de abastecimento de água potável, instalação do sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico adequado às normas ambientais e a instalação de telefones públicos dentro do assentamento. Já as famílias assumiram o compromisso quanto à preservação e proteção ao meio ambiente, com plano de ação, expostos no TAC, de recomposição arbórea das Áreas de Preservação Permanente do Córrego Serra Azul com plantas e árvores nativas da região. Ainda assim, o INCRA se responsabilizou em fazer a averbação da Reserva Legal do assentamento e as famílias, ainda, se comprometeram a realizar a reposição arbórea da área da Reserva Legal e a utilizar o controle biológico de pragas e doenças nas áreas de produção coletiva (INCRA, 2007).

Os assentados assumiram o compromisso de implantar, em uma das áreas comuns do assentamento, um espaço educativo que permitisse o acompanhamento pedagógico e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em idade escolar. O INCRA e as famílias assentadas se responsabilizaram por implantar o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para erradicar o analfabetismo no assentamento, como também assumiram o compromisso de implantar um programa cultural voltado para a formação dos assentados tendo em vista o trabalho coletivo, baseado nos valores de solidariedade e cooperação, para a produção adequada as normas ambientais e para o resgate dos fundamentos humanistas e fraternos da cultura camponesa (INCRA, 2007).

Em cumprimento aos planos de ação estabelecidos pelo TAC, já em 2007, o ano de assinatura do Termo, as famílias iniciaram o plantio de cerca de 40 espécies nativas da região, dentre elas: pau-brasil, palmito juçara e mulungu. A recuperação da mata nativa ocorreu para o cumprimento de estabelecer uma Reserva Legal do assentamento que corresponde à 35% da área total destinada ao PDS Sepé Tiarajú, 15% a mais do estabelecido pelo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal 4771/65). O objetivo do plantio das espécies nativas foi o de reverter a degradação ambiental ocasionada pelo agronegócio sucroalcooleiro que se desenvolveu nessa região (BORELLI, 2014). TAC foi um instrumento jurídico que buscou normatizar os processos organizacionais da implantação do PDS Sepé Tiarajú, estabelecendo prazos, medidas e multas para as famílias assentadas e para o INCRA, caso ocorra o não cumprimento da execução do projeto, sob pena, ainda, de intervenção judicial junto ao assentamento por procurador nomeado (INCRA, 2007).

Com a criação do Assentamento Sepé Tiarajú, assim como o Reunidas, constatei que houve uma profunda mudança na organização do território, contrastando diretamente à monocultura da cana, com forte presença na região. Diferentemente do Reunidas, as fronteiras do Sepé podem ser facilmente observadas a olho nu, e são marcantes: a cana – que cerca todos os núcleos, apontando simbolicamente a divisão entre a monocultura e a pluralidade da reforma agrária; a usina desativada de nova união, que também, simbolicamente, impõe-se ao olhar de quem chega à região, traduzindo o poder que o agronegócio ainda possui na região (a usina tentou em vários anos seguidos passar pelo processo de recuperação judicial para retomar as atividades); e a penitenciária de Serra Azul que faz fronteira com o assentamento e impacta diretamente na segurança e infraestrutura da região.

As ruas de terra que compõem o assentamento podem ser percorridas em algumas horas. Com uma grande proximidade da rodovia, as casas e as bananeiras podem ser avistadas mesmo que não se entre pela estrada de terra. Casas formadas de blocos marrons espalham-se nos núcleos, com uma proximidade que me causou estranheza à primeira vista, já que minha experiência anterior com assentamentos contemplava lotes de tamanhos maiores. Os trânsitos de pessoas andando, de veículos e motos são intensos e, mesmo esburacadas, as pequenas ruas não estabelecem

empecilhos para os fluxos de saída e de chegada da cidade, já que, rapidamente, acessa-se a rodovia asfaltada. O ponto de ônibus, localizado na beira da rodovia, sempre está sendo utilizado por algum morador e é comum que os assentados se encontrem nestas idas e vindas.

Os ônibus que conectam Serra Azul a Ribeirão Preto trafegam tendo, como ponto de parada, o assentamento, das 04:00 às 23:00 horas, conectando, a cada 40 minutos, o assentamento às cidades, em uma viagem que dura cerca de 25 minutos. Todos os jovens possuem amigos e visitam duas, as vezes três vezes por semana, a cidade de Ribeirão Preto, isso, quando não trabalham na cidade e viajam todos os dias, dividindo os afazeres “no sítio” e na cidade. Sempre alguém está esperando alguém chegar da cidade ou telefona pedindo para comprar algo, sacar dinheiro e etc. Sendo assim observei, de imediato, um maior fluxo, quase constante, dos jovens para as cidades do entorno.

Observei que, em complemento ao raciocínio de Scopinho (2012) - que observou a composição familiar logo da criação do assentamento -, que, no período que antecede esta pesquisa, o número de jovens e adolescentes parece ter aumentado com o passar dos anos. Mesmo não tendo realizado uma contagem do número de jovens, a partir das conversas com os assentados e anotações de campo, constatei que, com a implementação das políticas habitacionais e um maior engajamento com a produção nos lotes, familiares oriundos de outras cidades e de outros Estados foram incorporando-se a força de trabalho e moradia junto ao núcleo familiar.

Sendo assim, a vinda de primos, sobrinhos, afilhados, esposa etc., significa um incremento na força de trabalho e uma maior “chance” para a manutenção do modo de vida ligado à reprodução do próprio território. Isto pode ser observado também, a partir da disposição das casas e da composição familiar (de pessoas com parentesco variado, incluindo amigos, que contribuíam como força de trabalho no lote ou na incorporação de renda para investimento e manutenção da propriedade), já que a maioria dos interlocutores informavam que possuíam outras casas dentro do mesmo lote.

Apesar do compromisso com o TAC para a prática de técnicas ambientais adequadas e uma produção diversificada, observei que são poucos assentados que conseguem cumprir essa exigência. A maioria produz aquilo que é mais fácil de cuidar e

que acaba se multiplicando facilmente como, banana, abóbora, mandioca e milho. O principal argumento para a pouca diversidade de cultivos é falta da água, que, realmente, constatei ser um dos principais problemas enfrentados. Ronei, um dos entrevistados, relata que pela manhã, quando ligam a bomba de distribuição, a água fica pingando por algumas horas, às vezes não tem força para chegar à caixa d'água. No final da tarde, novamente, isso acontece por algumas horas. Na maioria das vezes a água chega suja e, segundo ele, “não presta” nem para lavar a louça. Muitas famílias abastecem tonéis que ficam abertos ao fundo do quintal como forma de reserva de água. A causa aparente do problema é que as famílias mais próximas aos poços retiram muita água e diminuem a pressão da rede.

Foto 1 - Uso da Água no Assentamento Sepé Tiarajú



Fonte: Lacerra (2017); Acervo do autor

De fato, alguns lotes conseguem produzir hortaliças com maior facilidade e localizam-se, geralmente na parte mais alta, próxima aos poços e bombas. Nem todos os lotes aderiram aos SAFS⁵⁶ e há também aqueles que acabaram deixando de produzir no sistema por acharem que há uma grande demora para obter lucro e uma produção em grande quantidade. Não presenciei o uso de agrotóxicos, porém, os jovens me relataram que muitos assentados usam em sua produção.

Com relação à preservação ambiental, presenciei um engajamento em programas de reflorestamento e de agroecologia promovidos por agentes externos⁵⁷ (dentre os quais um de nossos entrevistados Miqueias trabalhou), porém, permeado pelos incêndios provocados pela seca e pela descontinuidade das políticas e dos projetos, os assentados acabaram por abandonar os programas. Foi relatado que muito era cobrado dos assentados pelos agentes externos, mas, não haviam condições adequadas para o trabalho de reflorestamento e a agroecologia, faltava fiscalização do uso de agrotóxicos, controle de incêndios e provisão de água. A relação com a EMBRAPA permanece e, semestralmente, o programa de vivências agroecológicas⁵⁸ realiza ações de mutirão para

⁵⁶ Os sistemas agroflorestais (SAFS) são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. A tecnologia ameniza limitações do terreno, minimiza riscos de degradação inerentes à atividade agrícola e otimiza a produtividade a ser obtida. Além de contribuir para a conservação do meio ambiente, os benefícios dos sistemas agroflorestais despertam o interesse dos agricultores, pois, como estão aliados à produção de alimentos, permitem oferecer produtos agrícolas e florestais, incrementando a geração de renda das comunidades agrícolas.

⁵⁷ É determinação do modelo PDS a gestão sustentável. Melo (2019) aponta que, antes do assentamento, as experiências de agricultura que os sujeitos traziam envolviam, ao mesmo tempo, o enxadão e a Revolução Verde, ou seja, do uso intensivo da capina, dos insumos químicos, da monocultura e da exploração dos recursos naturais. A partir de 2004 O INCRA, em parceria com a EMBRAPA passou a planejar uma série de ações voltadas para a agroecologia visando a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Esta possibilidade parecia concreta para o INCRA, já que, no período de acampamento, os assentados plantavam uma variedade considerável de cultivos. A EMBRAPA iniciou a parceria com o projeto Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS) e a Unidade de Observação Participativa (UOP), trabalhando a capacitação sobre temas relacionados a conservação genética de sementes e animais, prestação de assistência técnica, início das implantações dos SAFs e trocas de saberes entre outros produtores e SAFs e acadêmicos a área. Foi relatado também a criação de um berçário de mudas e banco de sementes.

⁵⁸ As vivências promovidas pela EMBRAPA, das quais tive oportunidade de participar, consistem na aproximação dos participantes (estudantes universitários, acadêmicos, pesquisadores, agricultores e técnicos) com a realidade das famílias assentadas com a finalidade de trocar conhecimentos sobre o processo de produção, organização e escoamento, discutir as dificuldades dos agricultores, com a finalidade de criar uma rede de suporte externa. Os participantes dividem-se nos diferentes lotes e ficam imersos, durante uma semana em todas as atividades de plantio, colheita e comercialização junto a família.

trabalho e manejo dos SAFs dos assentados buscando manter o sustentáculo da gestão sustentável do assentamento.

Apesar das dificuldades encontradas para a manutenção dos programas agroecológicos, considero relevante a mudança na paisagem promovida pelo assentamento. Nota-se uma grande diferença de temperatura ao adentrar ao assentamento (o que pode ser atribuído a não existência de asfalto), mas, quando se adentra alguns lotes, como o do Sr. Aguinaldo e outros assentados, chega-se a passar frio e sente-se a umidade de pronto. O cheiro da mata e das flores encantam os sentidos dos visitantes que, de imediato, sacam os celulares para registrar este momento de conexão e de observação com a natureza.

Aguinaldo relatou que, tudo era cana e colônã em seu lote quando chegou e que, em apenas em doze anos conseguiu erguer aquela floresta⁵⁹, mesmo passando por um grande incêndio. Seguem as fotos 02 da vista superior do morro (o qual integrou o programa de reflorestamento e que permite observar as fronteiras do assentamento em relação à cana) e a foto 03 do lote de Aguinaldo (em meio a sua Agrofloresta):

⁵⁹ Açaí, manga, acerola, caju, coco-anão, flamboyant, milho, mandioca, abóbora, quiabo, são parte da variedade presente no lote de Aguinaldo. Existem exemplares nativos dos mais diversos ecossistemas brasileiros (Cerrado, caatinga, Mata Atlântica, Amazônia).

Foto 2 - Vista do morro e reservas ambientais



Fonte: Lacerra (2019); Acervo do autor

Foto 3 - Aguinaldo e a Agrofloresta



Fonte: Lacerra (2019); Acervo do autor

No espaço coletivo está localizada a Escola Municipal Ilka Monici Vilela dos Reis, de ensino fundamental, que foi entregue ao assentamento em março de 2011, atendendo a uma demanda de crianças, jovens e adultos. O poder executivo do município de Serra Azul executou as obras em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Prédio conta com três salas de aula, sala de professores, diretoria, sanitários, cozinha, refeitório e campo de futebol. O espaço é bem organizado e conta com excelentes instalações, porém, não supre todas as necessidades do assentamento. Após o ensino fundamental os adolescentes têm que descolar-se para Serra Azul para continuar os estudos. Os jovens relatam que este é um difícil período, pois, têm que acordar uma hora mais cedo, depender da condução e saber que vão encontrar outra realidade “lá fora”, não tão receptiva quanto a do sítio⁶⁰.

Observei também, relatos de professores não preparados para lidar com a realidade do assentamento. Do quadro de professoras, somente duas são assentadas ou tem habilidade para lidar com a realidade do sítio. Percebi que há uma tendência a trabalhar conteúdos permeados de outra racionalidade, a da cidade, entre os quais os problemas cotidianos não condizem com os principais problemas enfrentados pelo assentamento. Também há uma forte resistência, por parte da diretoria e do quadro dos professores, com relação ao uso da escola para atividades pedagógicas de iniciativa dos assentados, que relataram uma grande burocracia e uma série de empecilhos que é colocada na solicitação do espaço.

Ao lado da escola encontra-se o esqueleto da Igreja católica em construção, identidade que foi retomada através da articulação de seus fiéis durante a execução do projeto Microbacias⁶¹. Foram organizadas festas e rifas para arrecadação de materiais e dinheiro para a sua construção. A inauguração da Igreja foi realizada em maio de 2019, mesmo sem os arremates finais, com o casamento de dois assentados que já se

⁶⁰ A maioria lembra que colocavam sacolas de plástico nos tênis para andar até o ponto de ônibus. Muitos ainda têm vergonha da lama que gruda nos sapatos, o que, um dia, foi motivo de chacota dos outros estudantes.

⁶¹ O projeto Microbacias teve por finalidade apoiar iniciativas de negócios, apresentados por associações ou cooperativas, preparando o pequeno produtor para atender as demandas, além de agregar valor a sua produção, possibilitando que o homem do campo se desenvolva, cresça e crie novas oportunidades de acesso ao mercado, aumentando a produtividade e gerando renda. No Sepé Tiarajú, com base na cooperação, ele aportou recursos para o desenvolvimento e a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e para a inserção em novos nichos de mercado através dos equipamentos das unidades de processamento de alimentos nas cooperativas participantes.

encontravam casados no civil, mas que desejavam uma cerimônia religiosa. Este momento foi um marco para o grupo católico, que, até então encontrava-se fragmentado. Foi comemorado com grande festa e a participação de um grande número de assentados, visitantes e parentes.

Ao lado da Igreja encontra-se a casa das irmãs franciscanas (local que até então eram realizadas as missas) que participaram da organização desde o acampamento, trabalhando com a doação de roupas, alimentos e atividades culturais. A Igreja católica foi uma importante aliada no período do acampamento, simbolizada na figura do Padre Chico (muito lembrado pelos assentados) que celebrava missas no acampamento. Na casa das irmãs também ocorre, semanalmente, às segundas-feiras, atendimentos de saúde da médica de Serra Azul. Ela observa quais são as principais queixas e sintomas apresentados pelos assentados, orientando-os para os cuidados básicos a saúde e encaminhando para a cidade os casos que necessitam de acompanhamento.

Assim como Melo (2019), percebi que, por trás dos serviços como estes prestados, também há uma rede de contatos e de apoio que busca consolidar uma manutenção de poder por meio do acesso a recursos que estão fora do alcance do grupo. A estratégia reside na satisfação de necessidades pontuais como uma forma de exercer influência pessoal sobre os outros assentados afim de colher benefícios para interesses pessoais.

Além do grupo católico, outras cinco igrejas evangélicas compõem o campo religioso no assentamento. Assim como no Reunidas, o protestantismo no Sepé simboliza o engajamento em uma nova identidade social, composta pela reforma moral, pelas vestimentas e pelas relações de negócio. Abandonar os vícios, adotar um estilo de vida e tornar-se trabalhador, cumpridor de obrigações da obra de Deus, funciona como uma reconversão para o mundo do trabalho e dos negócios, após a trajetória tão sofrida e precária⁶² da maioria dos moradores do assentamento.

Diferentemente do Reunidas, as igrejas protestantes não se localizam somente nos lotes individuais. Há uma igreja localizada do espaço coletivo, em frente à escola. Enquanto reuniões e eventos que participei ocorriam no assentamento, observei que, rapidamente, ergueu-se a estrutura da Igreja, foram rebocadas as paredes, colocadas

⁶² Muitos que moraram nas periferias das cidades e transitaram entre campo-cidade-campo, tiveram envolvimento com o tráfico, com o mundo do crime, ou, tiveram problemas com o álcool devido ao uso para amenizar as dores corporais desencadeadas pelo trabalho intenso nas culturas do agronegócio.

janelas, telhado e a pintura. Nos dias de clima mais intenso, com calor de 40° que é comum na região, os fiéis dedicavam dias de trabalho para a construção da igreja. Enquanto muitos eventos possuíam baixa adesão, as igrejas, fielmente, continuavam seu projeto de expansão. Há relatos de assentados de que empresários (pastores) de Ribeirão Preto estavam envolvidos nesta expansão, pois, o assentamento é considerado um território favorável para negócios religiosos. Nesse sentido, como também foi observado por Melo (2019), para alguns assentados as igrejas eram vistas como formas de organização dos interesses e de reafirmação das convicções e reordenação dos poderes.

Constatei a dimensão do tráfico e uso de drogas entre alguns assentados, incluindo os jovens. Algumas mães relataram que possuíam a sensação de que haviam perdido seus filhos e que nunca sabiam quando estavam sob efeito ou não de drogas. Foram elas que relataram que uso principal era o de maconha, cocaína e álcool. Crack e chás alucinógenos foram relatados como de uso eventual. Também, observei o uso e a plantação de cipós para chás de fins religiosos como a *ayahuasca* – mas que, nem sempre, é utilizada com este fim.

Em momentos de maior coletividade como festas e vivências da EMBRAPA é de praxe que os jovens não façam uso nem compartilhem nenhuma substância, “preservando o assentamento” da forma como me foi dita. Observei que até a cerveja é tabu quando alguém extrapola os limites da ‘boa imagem” nestes eventos. Em um dos dias de pesquisa me surpreendi ao constatar que boa parte das pessoas com as quais tive contato estava sob o efeito de álcool ou outras drogas. Não existem estudos no campo da juventude rural que explorem o uso de drogas nos assentamentos rurais. Considero que este tema deve passar a compor a agenda de pesquisas deste campo do conhecimento, pois, é uma questão que cada vez mais torna-se recorrente.

Na interação desta comunidade com as cidades e com as instituições, o papel social dos jovens é muito importante. Na Feira do Produtor Rural, realizada na praça central do município de Serra Azul – SP, os jovens são os porta vozes do assentamento no diálogo com os clientes, são eles que explicam o que é um produto agroecológico, como são produzidos, qual a finalidade dessa produção; também são eles que dão o preço do produto, recebem o pagamento. Observei nos lotes que, salvo raras exceções,

são os pais que plantam, cuidam e colhem a produção, os jovens encarregam-se de outros trabalhos, seja na feira ou em outras posições como as apresentadas anteriormente; o trabalho é visto pelos pais como complemento da renda familiar, mas, sem a participação dos mesmos seria impossível dialogar com os desafios que tais projetos modernos proporcionam aos assentados.

O assentamento conta com três cooperativas e uma associação. As organizações foram fundadas, sob tutela do INCRA, com o objetivo de integrar o assentamento aos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), retirando o controle do programa das mãos do MST, que o viabilizava pelo centro de formação. Esse foi um dos primeiros momentos de enfraquecimento da influência do movimento no assentamento (MELO, 2019).

Conseqüentemente observei uma baixa presença do MST no Assentamento, alguns assentados verbalizaram certa repulsa ao movimento, motivada pelos inúmeros conflitos que perpassaram os primeiros processos de organização e de cooperação, até a escolha dos tipos de casa que seriam construídas. Foram também veiculadas representações de que os militantes eram preguiçosos e que não trabalhavam, vivendo às custas dos outros assentados. Em alguns casos pontuais assentados ainda possuem vínculo com o MST. Não constatei nenhum jovem com vínculos com movimento, nem beneficiário de programas como PRONERA que são comumente veiculados pelas secretarias do movimento.

A Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Frutos da Terra (COOPERFT) foi a primeira cooperativa criada, em 2008. Em seguida, foram implantadas a Cooperativa dos Produtores Rurais Agroecológicos do Sepé Tiarajú (COOPEAGROSEPÉ), vinculada ao grupo evangélico de assentados do núcleo Dandara e a Cooperativa Agroecológica de Manejo e Conservação da Biodiversidade dos Agricultores Familiares do Assentamento Sepé Tiaraju (COOPERECOS), vinculada aos moradores do núcleo Paulo Freire, mais próximos do MST e das famílias que chegaram no período de pré-assentamento. Em 2010, foi fundada a Associação Agroecológica de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar (FRATERRA) a partir de uma dissidência da COOPERFT (MELO, 2019).

As cooperativas, junto aos técnicos do INCRA, funcionaram como ponte de acesso à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pela execução do PAA, preparando os documentos das famílias, contratando o frete e o motorista para fazer o transporte aos centros de distribuição, registrando as entregas e gerando notas fiscais para a prestação anual de contas. Todo este processo ocorreu de supetão e arbitrariamente foram elencadas pelo INCRA funções administrativas (presidentes e tesoureiros) aos assentados que atuavam antes como coordenadores dos núcleos vinculados ao MST.

Observei uma extrema conflitualidade entre os membros das cooperativas, seus presidentes e entre as cooperativas. Presenciei cenas de brigas, dentre as quais, em uma, os assentados “saíram na mão” ao presidente ser questionado sobre o uso da caminhonete⁶³. As cooperativas, geralmente disputam entre si quem “emplaca” mais projetos e se relaciona melhor com as entidades externas – poder executivo local, universidades, movimento social, ONGs etc.), utilizando-se desta posição, para acessar recursos financeiros, ganhar prestígio e reconhecimento dentro no assentamento. Esta particularidade também aponta para a criação de redes de contatos e de apoio com a finalidade de colher benefícios sob interesses pessoais.

No geral, as decisões das cooperativas são masculinizadas e com baixa inserção dos jovens, quando presentes, não opinam e não tomam partido. Quando indagados, os presidentes reiteram a importância dos jovens e afirmam que sua inserção na cooperativa poderia ajudar nas questões tecnológicas e de comunicação. Porém, admitem que nada é feito nesse sentido. Geralmente atribuem a culpa ao próprio jovem, dizendo que eles não têm interesse, que não são responsáveis e que só querem se divertir, ou, que não têm aptidão para o trabalho na roça.

Esta concepção aponta para as dificuldades encontradas pelos jovens rurais em seus próprios territórios, que, geralmente, são tratados como adultos em potencial,

⁶³ Em outros momentos eu e Thainara, pesquisadora do NUESTRA, enfrentamos negativas de entrevistas e filmagens, com argumentos rípidos. Também enfrentamos especulações de que estávamos associados a este ou aquele presidente de cooperativa, com assentados perguntando: *Estão visitando o chefe de vocês? Aqui é melhor sabermos com quem estamos andando*. Neste dia sentimos medo e percebemos que havia um limite para nossa atuação e vinculação ao assentamento. Nos deparamos com um território belicoso, no qual as relações entre os assentados extrapolavam nosso controle. Considero que este enfrentamento me desmotivou e dificultou a percepção de algumas dimensões mais profundas da pesquisa.

incompatibilizados com a participação e a tomada de decisões familiares e coletivas, demonstrando que há uma relação de dominação e hierarquia que organiza as posições dos jovens no assentamento, definindo, quem é jovem e quem é maduro o suficiente para ocupar cargos de decisão (CASTRO, 2005; CASTRO et al., 2009). Observei que os jovens geralmente se esquivam e deixam para os pais as negociações de seus lotes com as cooperativas.

Como também observado no assentamento Reunidas, desde a extinção do MDS, os assentados passaram por momentos financeiros delicados. De 2016 a 2018, o PAA sofreu um corte de quase 65% do orçamento previsto - de R\$560 milhões em 2016 o ano de 2018 fechou com 202 milhões (Senado Federal, 2018). No Sepé Tiarajú, o último contrato firmado entre o assentamento e o PAA deu-se em 2017. Em resposta a esta crise, no ano de 2019 as cooperativas uniram-se, mesmo que ainda permeadas por conflitos, voltadas para facilitar os contratos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como “merenda escolar”, um programa mais exigente, que demanda um projeto de venda, cronograma e padrões de tamanho, limpeza e etc., priorizando a produção orgânica. Nesse momento, composta por membros das cooperativas, foi fundada uma Organização de Controle Social (OCS) para certificar a produção orgânicos com a finalidade dar maior competitividade para a concorrência dos programas governamentais. Considero que este foi um importante momento para o assentamento, mesmo que motivado pela conjuntura de crise, no qual os assentados passaram a buscar pontos em comum e soluções coletivas para driblar os problemas da comunidade.

A intenção dos últimos subcapítulos era a de demonstrar que o processo de formação fundiária e conquista destes territórios, são frutos de uma luta camponesa, luta que não deixou de existir e que aparece reconfigurada nos arranjos e na busca de condições para a permanência e reprodução da vida no assentamento. Essa trajetória de lutas, relacionamentos com instituições e de constituição dos assentamentos, implicou em especificidades acerca dos processos de formação social que observamos em nossas pesquisas empíricas e que atribuem características únicas a cada um dos assentamentos estudados, influenciando na reconfiguração de um modo de vida camponês nos territórios.

4.3 Construção de relações e a abordagem metodológica

Esta pesquisa faz parte do campo de conhecimento dos estudos da sociologia rural no Brasil, com enfoque sobre as dinâmicas relativas à juventude rural, especificamente, jovens assentados da reforma agrária. Constitui-se em um estudo de caso comparativo que, a partir de uma perspectiva qualitativa, analisa de que forma heranças e *habitus* de um modo de vida camponês ainda estão presentes nos projetos de vida e estratégias elaboradas entre os jovens rurais, em dois assentamentos localizados no Estado de São Paulo, o Assentamento Reunidas – Promissão/SP e o Assentamento Sepé Tiaraju – Serra Azul/SP.

Os assentamentos foram intencionalmente escolhidos devido as diferenças presentes entre seus modelos, o Reunidas considerado um projeto de assentamento tradicional (PA) e o Sepé um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Além desta principal distinção, os assentamentos também diferem em sua territorialidade (proximidade a grandes centros), nos tamanhos dos lotes, na relação e participação junto aos movimentos sociais, no acesso às políticas públicas etc. Estas características endossam e dão base à análise do modo de vida da juventude.

Em pesquisas teóricas e de campo prévias constatou-se que estamos frente a um mundo rural em transformação e que diversos arranjos e estratégias são criadas para a permanência dos jovens assentados no campo (LACERRA, 2016). Essas estratégias modificaram as relações sociais e a forma pela qual se organizam, internamente, os assentamentos nos últimos anos e também criaram novas relações com as cidades que circundam estes territórios. A hipótese deste trabalho é a de que as estratégias de reprodução social destes jovens podem pautar-se em um modo de vida camponês no momento da tomada de decisões e na implementação de seus projetos de vida.

Tendo como aporte o conceito de *reprodução social* de Bourdieu (1974) não tenho a intenção de analisar uma estrutura rígida da família camponesa na qual os *habitus* - correlacionados ao modo de vida camponês - estão envolvidos na reprodução imediata da cultura dos assentados de uma geração para a outra, mas sim, metodologicamente, analisar quais foram os traços desses *habitus* traduzidos em capital social e cultural que ainda permanecem nas estratégias e arranjos de vida criados pelos jovens. A partir das

teorias estudadas e com os trabalhos de campo que me permitiram uma visão empírica, entendo que o rural está em um processo de transformação, sobretudo em suas formas de organização do trabalho. Não observo mais uma família que somente realiza seu trabalho como um grupo no qual a hierarquia tem papel fundamental entre os jovens e os mais velhos, na qual o jovem aprende com os mais velhos e reproduz as mesmas formas de trabalho e de organização social. Observo uma família que, cada vez mais, está integrada ao mercado, ao uso de tecnologias e que busca canais de comercialização concernentes à esta modernização.

Como apontado por Wanderley (1996), estamos frente a uma família camponesa “moderna”, em transformação, que recorre aos novos arranjos para reproduzir-se (seja com um de seus membros trabalhando na cidade, seja submetendo-se ao trabalho em grandes monoculturas ou agenciando outros trabalhadores para ajudar no trabalho do lote), mas que, como nossa hipótese, pode possuir traços de uma cultura camponesa que se constrói a partir de um modo de vida camponês.

Deste modo, tendo em conta o debate acerca da família camponesa e os jovens rurais, essa pesquisa tem a proposta de fortalecer os estudos da sociologia rural, que, seguindo a proposta de Wanderley (1996), consideram o camponês agricultor e suas famílias vivendo um processo de transformação social e de ressignificação do rural que, como apontado anteriormente, dá continuidade nas suas formas de produção, comercialização e organização social, sob uma lógica particular, adaptada a sociedade moderna. A autora aponta que esse campesinato ainda possui vínculos com o modo de vida camponês e é esse modo de vida que possibilita a resistência e a construção de um modo de organização das relações sociais e econômicas que permite a esses agricultores familiares continuarem a se reproduzir.

Como demonstrado na introdução e no memorial deste trabalho, por um longo período convivi com as temáticas relativas a problematização desta tese (a juventude rural e o modo de vida camponês), desde a construção do objeto de pesquisa e as discussões desenvolvidas no decorrer das disciplinas do doutorado (discussões sobre sociologia rural, questão agrária, trabalho, juventude, infância, educação e movimentos sociais). A discussão deste trabalho foi construída a partir de diversos pontos de vista e contribuições; pela literatura estudada, pelas contribuições dos professores em sala de

aula, por minha orientadora, por meus colegas de grupos de pesquisa NUESTRA e CPEA e, principalmente, pelas contribuições dos assentados do Reunidas e Sepé Tiarajú, com os quais convivi durante as experiências de trabalho de campo, nos momentos de importantes decisões, nos momentos de botar a mão na massa e nas confraternizações. Todas essas contribuições foram balizadoras para a sustentação dos pontos de discussão abordados neste trabalho. Portanto, é primordial, dar voz e reflexão aos sujeitos estudados, por meio de seus relatos orais, fotografias e vídeos.

A partir da literatura apresentada, constatei que, o modo de vida camponês na contemporaneidade, configura-se pela poliprodução integrada à correlação de forças sociais do mundo contemporâneo, ou seja, produtores voltados para o mercado (sejam estes locais, em redes, nacionais ou internacionais), fundamentados na alocação ou no recrutamento da mão-de-obra familiar. Adiciono a estas categorias centrais a relativa autonomia econômica, a capacidade de resistência em momentos de crise e os saberes específicos acerca da agricultura e que são transmitidos através das gerações (LIMA, 2017; MENDRAS, 1976; NEVES, 2008; WANDERLEY, 1996). Portanto, o objetivo, foi o de investigar como os jovens relacionam-se com cada uma destas particularidades apontadas a partir de suas experiências.

Na pesquisa, foi dada muita importância para a construção de relações de confiança e de cooperação com os sujeitos pesquisados, já que, em diversas conversas informais e entrevistas presenciei a afirmação genérica: *“você vem aqui, entrevistam a gente, pesquisam, e não devolvem nada para a gente, o que é que eu ganho com isso?”* (Transcrição literal de anotação de diário de campo). Neste sentido, por tratar-se de uma tese de doutorado, busquei aprofundar estas relações, por meio da minha participação como professor e colaborador em cursos, palestras e atividades, atentando e registrando estas dinâmicas no do diário de campo, não me atendo somente ao superficial ou o que parece ser suficiente para a pesquisa.

A abertura de campo, em ambos os assentamentos, propiciadas pelos grupos de pesquisa, foi o fator que permitiu a aproximação com os jovens estudados, o NUESTRA no Assentamento Sepé Tiarajú e o CPEA no Assentamento Reunidas. As professoras Dra. Rosemeire Scopinho e Dra. Mirian Simonetti possuem, respectivamente, longa trajetória de estudos nesses territórios, o que favoreceu meu engajamento nos processos

já existentes nestas comunidades. Foi marcante, o quanto evoluiu e aprofundaram-se as percepções e as relações com o campo e os sujeitos dentre os anos de 2016 e 2019, o que ressignificou a percepção analítica e empírica.

Dentre os anos de 2016 e 2019, foram realizadas visitas mensais aos assentamentos, algumas com a duração de dois ou três dias seguidos, outras nos finais de semana, priorizando momentos e atividades coletivas, para que, nestas atividades, pudesse me aproximar dos jovens que poderiam contribuir para a pesquisa. Nestas aproximações conversei de forma aleatória com os jovens sobre os temas que explorei na literatura e, depois, ao partir para as entrevistas, por meio dos relatos e de suas experiências, busquei reinseri-los na história que eles mesmo construíram, constroem e estão inseridos. A perspectiva da pesquisa é a de que homens e mulheres são sujeitos ativos de um mesmo processo histórico, parte de uma mesma estrutura que envolve diversos indivíduos, por outro lado, também os considero agentes, pois, dentro dessas estruturas cada indivíduo age de acordo com a sua subjetividade.

Foram meus pontos de observação dois grandes eventos que envolveram as comunidades. No Assentamento Reunidas, estive engajado na condição de professor, na disciplina de “Sociologia e multimeios⁶⁴” na turma Luiz Beltrame do curso Cinema, Juventude e Ruralidades, contando com 20 alunos, jovens rurais, que, durante o curso, a partir de aulas teóricas e práticas, elaboraram materiais escritos e audiovisuais versando acerca da experiência e da memória de suas famílias, refletindo também sobre suas estratégias de vida e projetos futuros. Esta produção de materiais⁶⁵ e vivência teve grande influência na pesquisa, pois, o vínculo entre ser professor e participar das

⁶⁴ A disciplina Sociologia e Multimeios, foi um projeto pedagógico elaborado pelo discente, como a finalidade de utilizar a análise de produções audiovisuais para a discussão de temas específicos da sociologia. A partir da análise da forma e do sentido dos filmes e fotos, é possível identificar, costumes, modos de vida, valores, instituições, normas e etc., presentes nas manifestações artísticas, propiciando a construção de uma consciência crítica acerca dos processos vividos pela sociedade global. No conjunto do curso, foram também produzidos pequenos filmes, os quais, foram embasados por estas problematizações sociológicas, com a finalidade de construir um audiovisual como experiência crítica, consolidando-se num processo de autorreflexão deste grupo. Os vídeos podem ser acessados em: <https://youtu.be/8qmeokDUZeY> ; <https://youtu.be/HkutAdNfu7k> ; https://youtu.be/n7yM2e_R2Vk

⁶⁵ As atividades desenvolvidas pelos estudantes constituem-se de um jornal virtual chamado “A voz do jovem do campo” - <https://www.facebook.com/avozdojovemdocampo/> , de produções audiovisuais do assentamento divulgadas via YouTube e de Fogueiras Culturais que se constituem de saraus de troca de saberes entre os assentados. Estas atividades foram criadas durante o curso, mas, ainda são mantidas como forma de socialização dos conhecimentos construídos.

atividades foi significativo para adentrar a uma dimensão mais profunda acerca da juventude rural. Naturalmente o vínculo de amizade e confiança estabelecido por essa vivência me permitiu novos “trânsitos” dentro do assentamento e também novas leituras da realidade.

Fui bolsista e professor deste curso até o final do ano de 2016 – momento em que recebi a cota de bolsa CAPES deste programa de pós-graduação -, após este período, continuei envolvido com as atividades e seus desdobramentos, pois, em acordo com a Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho, me foi gentilmente concedido participar das atividades de nossos parceiros da Unesp de Marília – de forma não remunerada e, simultaneamente, dando sequência às observações empíricas desta pesquisa. Executei todo este trabalho sempre salientando meu vínculo ao PPGS, bem como, foi propício o intercâmbio de informações entre os já referidos grupos de pesquisa dos quais sou membro pesquisador. Neste sentido, a participação deste projeto, além de ter propiciado o sustento financeiro nos meses iniciais do curso de doutorado e ter dado ensejo à problemática da pesquisa, foi o laboratório, o campo empírico para a análise desta pesquisa. Sem este vínculo com campo não seriam possíveis as percepções, anotações e observações empíricas que corroboram com a literatura que disserta sobre o tema do modo de vida camponês e que dão base para um estudo comparativo.

Foto 4 - Sala de aula e momentos de debate do projeto “Cinema, Juventude e Ruralidades” no assentamento Reunidas



Fonte: Lacerra (2017); Acervo do autor

Foto 5- A técnica no audiovisual



Fonte: Willian (2017); Acervo do autor

Na proposta de encerramento do curso no ano de 2017, além das prestações de contas formais ao CNPq e PRONERA, foi elencada junto aos estudantes, uma proposta de revisão dos materiais produzidos (fotos e vídeos) e também discutida uma sistematização destes materiais para seu arquivamento e divulgação (em formato digital) e organizadas por temas – este processo sofreu diversas alterações e desmobilização por parte dos jovens, portanto, ainda não está disponível para acesso público.

O principal tema escolhido, pelos estudantes, como significativo para registro, foi o do vínculo com a terra, dito por eles, como anotado no diário de campo: “*o modo como se vive no sítio*”. Esta observação reitera, de forma cristalizada, o que eu já observara e registrara em outras ocasiões, que, a vontade de expressar a relação que os jovens têm, com as famílias e com a terra, é elemento central no discurso e na mobilização mental que os jovens fazem quando instigados a raciocinar sobre sua própria vida.

Esta relação aparece como categoria nos discursos, muito antes de questões como, lazer, relacionamentos amorosos e etc., e estão conectadas às possibilidades que a vida no sítio, somada aos conhecimentos apreendidos no núcleo familiar, proporcionam para uma forma diferenciada e especial de se colocar no mundo, numa outra relação, mais emancipada das amarras do capital e com outras possibilidades de planejamento profissional, conjugal e etc. Ou seja, a família e o território possuem centralidade na vida destes jovens, conduzindo-me a pensar que, em alguma medida, foi transmitido um modo de vida camponês dentre os mesmos. É nesta possibilidade que sigo na investigação.

No mês de julho de 2017, foi realizada a formatura dos estudantes, um evento no qual a comunidade participou em peso e, no qual, pude estabelecer conversas que remetiam ao tema da pesquisa, bem como estabelecer uma agenda de entrevistas. Dentre os pesquisadores do mundo rural, é sabido que estabelecer relações com campo de pesquisa é uma tarefa importante e de permanente construção, nesse sentido, momentos como a formatura do curso, me permitiram estabelecer a comunicação com os assentados e dizer “...*olha, eu sou pesquisador. Estudo jovens rurais. Será que eu poderia conversar com você sobre minha pesquisa?*”. Além deste contato, outros “meios de campo” foram necessários, como a resposta ao questionamento e o convite de uma das mães dos alunos: “*Você é o professor Bruno? Não quer almoçar em casa?*”, “...*sim, eu sou professor do seu filho! Claro que gostaria de almoçar na sua casa, aliás, eu havia*

combinado com ele de fazermos uma entrevista, se a senhora autorizar, amanhã mesmo estarei lá”.

Estes diálogos são exemplo da constante negociação que fiz com os sujeitos que pesquisei, já que, o campo empírico não consiste somente de dados, plataformas, artigos e livros. Estes sujeitos exigem de nós uma dedicação que arriscaria chamar de “*moral*”, em um sentido vulgar. Seria como se, aceitar os seus convites, me portar de uma forma aceitável pela comunidade e colaborar nos momentos coletivos, fosse a retribuição dos favores, como a hospedagem, a concessão das entrevistas e todo o conhecimento que eles sabem que necessitamos para o desenvolvimento das pesquisas. Como Scopinho & Santos (2014) dizem em seu texto “*Batismo de fogo e gravador desligado*”, a abordagem qualitativa deve ser pensada como um processo não linear e que está permanentemente sujeita a conflitos, barreiras e interações, ou seja, um processo constante de negociação e construção com os sujeitos do campo de pesquisa.

O envolvimento com o Assentamento Sepé Tiarajú iniciou-se no ano de 2016, a partir dos vínculos da orientadora com o campo de pesquisa. Em um primeiro momento, o pesquisador foi apresentado à comunidade na inauguração da agroindústria da Cooperativa Agroecológica de Manejo e Conservação da Agrobiodiversidade dos Agricultores Familiares do Assentamento Sepé Tiaraju (COOPERAGRO), no momento de formalização da associação Agroecológica de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar (FRATERRA) com o intuito de comercializarem formalmente seus produtos e acessar as políticas públicas. Em um segundo momento, junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), acompanhei a responsável pela área de projetos no assentamento para registrar os Sistemas Agroflorestais (SAFs) que são desenvolvidos pelos assentados. O registro foi realizado e editado no formato audiovisual (fotos e filmes) e apresentado no Fórum de compras públicas do SEBRAE/ Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) em Sertãozinho-SP que visou a aproximação e a troca de informações entre os assentados e as prefeituras da região de Ribeirão Preto – SP. Essa aproximação se deu devido a participação dos assentados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que, na época, condicionava as prefeituras à compra de 30% da merenda escolar da agricultura familiar.

Foto 6 - Elaboração de vídeos acerca da agricultura familiar



Hilda Cooperecos -
Assentamento Sepé Tiaraju

Adilson Cooperecos -
Assentamento Sepé Tiaraju

Fonte: <https://youtu.be/0FQYRD-J3l8> ; <https://www.youtube.com/watch?v=W0SgybojDEs>

No ano de 2017 acompanhei novas atividades propostas pelo SEBRAE concernentes ao programa “Feira do Produtor Rural”, uma parceria entre o SEBRAE, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), Sindicato Rural de Ribeirão Preto (SRRP) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O Programa tem por finalidade criar uma opção de renda para o produtor rural através da venda direta da produção em uma feira. No Sepé Tiaraju, o Programa foi executado em oito módulos que compreenderam a organização de normas e procedimentos para a implementação da feira, a adequação da manipulação, higiene e a escolha de produtos para a comercialização, a construção dos estandes (barracas de exposição dos produtos), a gestão da produção e da venda dos produtos e a consolidação da feira em si.

No mês de outubro de 2017 consolidou-se a feira, no município de Serra Azul/SP, realizada aos Sábados à tarde, ao redor do coreto da praça central. Os principais produtos comercializados refletem a realidade do assentamento: banana e mandioca. Raramente haviam hortaliças e legumes (produtos mais procurados pelos moradores) o que era compensado, às vezes, com a compra da produção de outros produtores e feirantes para “incrementar a sua própria banca”. A expectativa do SEBRAE e SENAR era a de criar um vínculo entre a cidade e o assentamento com a comercialização direta,

valorizando a produção agroecológica e os SAFs, o que não correspondeu à realidade⁶⁶, na qual os moradores não aderiram a feira, preferindo os mercados da cidade que ofereciam benefícios como o uso do cartão de crédito, cheques pré-datados e crediário.

Sinalizo que minha participação, nas atividades já descritas, foi possibilitada por minha orientadora, numa posição de troca de saberes entre nosso grupo de pesquisa e as instituições mediadoras desta política pública (órgãos estatais e movimentos sociais), uma relação muito importante para a divulgação dos trabalhos do programa de pós-graduação em sociologia, bem como, um importante momento de apreciação dos trabalhos destas instituições. Esta participação nunca ocorreu de forma remunerada e, todos os deslocamentos e outros custos, foram totalmente dispendidos desta cota de bolsa cedida pelo programa.

A recepção por parte dos assentados e dos agentes do SEBRAE e SENAR foi acolhedora e criou-se um ambiente no qual me senti livre para opinar e sugerir ideias, colaborando, por meio da fotografia e do registro do processo de construção, com a criação de uma página virtual da feira⁶⁷, com a divulgação em sites, colaborando inclusive na construção dos estandes, na organização do espaço da feira, descarregando a produção, dentre outros afazeres. Estas atividades foram registradas no diário de campo e me permitiram, assim como apontado no Reunidas, estabelecer um laboratório de observação e de criação de relações com os sujeitos que fazem parte desta pesquisa.

⁶⁶ Algumas famílias relataram que estavam pagando para trabalhar. O custo da produção e do transporte (que não era oferecido pelas cooperativas, pois, não houve o envolvimento das mesmas com o projeto) não compensava o dia de trabalho. Foi negociado com o SENAR a mudança do município de realização da feira, processo negado devido aos contratos estabelecidos entre a instituição e a prefeitura de Serra Azul. Poucas famílias permanecem no programa, na última informação que obtive, apenas duas. Outras, levaram por força própria seus estandes para outras localidades.

⁶⁷ Pode ser acessada em: <https://www.facebook.com/feiraprodutora/>

Foto 7 - Feira do Produtor Rural dos assentados do Sepé Tiarajú



Fonte: Lacerra (2017); Acervo do autor

Foto 8 - Montagem dos Estandes e consolidação da 1ª feira



Fonte: Lacerra (2017); Acervo do autor

A partir de 2018, no Assentamento Sepé Tiarajú, também participei das atividades relacionadas à utilização de técnicas do Reflexive Monitoring Action (RMA) pela então doutoranda do PPGPsi e membro do NUESTRA Thainara Granero de Melo, para avaliar os avanços e retrocessos na implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em uma perspectiva longitudinal, a partir de dinâmicas reflexivas dos membros da comunidade.

O RMA é um método de avaliação de políticas e projetos desenvolvido por Mierlo et al. (2010) alocada no grupo de estudos Knowledge, Technology and Innovation Group (Conhecimento, Tecnologias e Inovações) da Universidade de Wageningen – Holanda, na qual a doutoranda fez um estágio de intercâmbio. Constitui-se de uma abordagem metodológica na qual são oferecidas um conjunto de estratégias flexíveis para o monitoramento e a avaliação reflexiva de projetos voltados para agricultura e sustentabilidade, com o objetivo de construir mecanismos de reflexão sobre os projetos implantados em determinado setor para avaliar os objetivos a longo prazo, ações concretas implementadas e os resultados e aprendizados obtidos.

O processo foi conduzido pelos próprios assentados implicados na construção do PDS Sepé Tiarajú e apoiado por monitores (Thainara e eu). Lançamos mão das estratégias de uso de Workshops, para a construção de uma linha do tempo com os momentos mais marcantes da trajetória e o uso da História Audiovisual da Aprendizagem (HAVA), com a finalidade de registro audiovisual no formato documentário com os depoimentos dos principais envolvidos acerca dos pontos levantados no workshop. O uso destas duas ferramentas do RMA foi parte das estratégias metodológicas utilizadas por Melo (2019) para construção de sua pesquisa acerca dos processos de cooperação no assentamento. Esta colaboração e a elaboração dos materiais resultantes foram importantes para a observação e a investigação do campo empírico para esta pesquisa⁶⁸.

No contexto dessas experiências, no envolvimento com o curso Cinema, Juventude e Ruralidades no Assentamento Reunidas e as atividades da Feira do Produtor Rural, RMA e Vivências Agroecológicas no Assentamento Sepé Tiarajú é que foram constituídos os trabalhos de campo desenvolvidos para elaboração desta tese.

⁶⁸ Os resultados obtidos foram sistematizados em vídeo com direção e edição de Bruno Lacerra, Thainara G. Melo e Rosemeire Ap. Scopinho (2019) e uma versão preliminar pode ser visualizada em: <https://www.youtube.com/watch?v=743zFtl0poU>

Foram entrevistados nove jovens, dos quais, cinco são moradores do assentamento Sepé Tiarajú e quatro moradores do assentamento Reunidas. A escolha destes jovens deu-se primeiramente a partir da construção metodológica encontrada na discussão sobre juventude rural, ou seja, a partir de critérios estabelecidos nas relações sociais e percepções comunitárias que determinam quem se vê, é visto e se percebe como jovem, ou seja, a partir das relações estipuladas entre a comunidade e as famílias e dentro do próprio núcleo familiar (BOURDIEU 1983b). Não menos importante, foi a escolha dos jovens a partir das diferentes formas de entrada para o assentamento e as motivações para a construção de seus projetos de vida. Estes jovens perpassaram diferentes processos em suas infâncias, com suas famílias, no ambiente escolar, nos movimentos sociais e nos vínculos com os agentes externos – todos processos de socialização elementares para o aprendizado e a elaboração de diferentes estratégias de vida e planejamento futuro.

A escolha foi feita respeitando as diferentes origens e trajetórias familiares, gênero e etnicidade, considerando e buscando demonstrar a diversidade social que forma os assentamentos, como apresentadas no início do capítulo. Dentre os jovens, o estabelecimento no assentamento não ocorreu somente na forma tradicional, na qual os pais e os filhos participaram (ou nasceram durante o período de ocupação/assentamento) da luta pela terra e hoje moram e dividem o trabalho no mesmo lote, nem figura, necessariamente, enquanto projeto futuro a transmissão desses lotes como herança para os seus filhos, futuros agricultores.

Algumas famílias entraram na luta via Sindicatos e MST, dentre as quais os jovens puderam experimentar os processos de engajamento e politização criando uma consciência política, outros, vieram somente após a luta, quando alguma estabilidade advinda das políticas públicas passou a compor o cotidiano do assentamento. Alguns são agregados e vieram a compor o corpo do assentamento em diferentes momentos. É importante a constatação de que a maioria dos jovens que entrevistamos ou que convivemos no período da pesquisa não esteve em uma condição imediata de sem-terra ou de expropriado. Somente um entrevistado em sua infância perpassou a situação de necessitar migrar sucessivamente entre campo-cidade-campo. A experiência de retorno ou de necessidade de ida para a terra figura para os jovens então, na maioria dos casos,

como mediata (estava no horizonte familiar dos pais, mas não do próprio jovem), a maioria já vislumbra, lembra-se ou passou a infância e adolescência na terra ou no período de luta. Segue um quadro ilustrativo contendo o perfil dos jovens entrevistados:

Quadro 2 - Perfil dos Jovens Entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Assentamento	Ocupação
Miqueias	22	Masculino	Sepé	Estudante Universitário / Agricultor Familiar
Ronei	32	Masculino	Sepé	Agricultor
Edna	24	Feminino	Sepé	Autônoma / Agricultora
Maria	21	Feminino	Sepé	Agricultora / Estudante
Vitor	18	Masculino	Sepé	Estudante
Willian	24	Masculino	Reunidas	Agricultor
Rodrigo	27	Masculino	Reunidas	Estudante Universitário / Administrador de Cooperativa / Extensionista
Erika	27	Feminino	Reunidas	Agricultora / Estudante Universitária
Diego	27	Masculino	Reunidas	Agricultor / Estudante Universitário

Fonte: Lacerra (2019); Elaborado pelo autor

Somente alguns trechos das entrevistas foram transcritos, respeitando a necessidade da pesquisa e das categorias de análise estipuladas (isto deu-se devido a extensão das entrevistas, que totalizam quase 15 horas de gravação). A estratégia foi a de selecionar excertos específicos e elucidativos, selecionados e transcritos com cautela, respeitando a fala e o modo como os entrevistados colocaram-se, não expondo os entrevistados em posição desvalorizada ou pejorativa a partir do uso de determinada linguagem. Foram também registradas percepções do ambiente em formato fotográfico e outras informações em diário de campo, o que facilita a organização e a junção de elementos que compõem o real, dando uma maior profundidade no trabalho do pesquisador (WHITAKER, 2002).

As entrevistas basearam-se no quadro (ANEXO F) contendo um roteiro semiestruturado, que foi elaborado em conjunto com os membros do grupo de pesquisa

NUESTRA e a orientadora, nas reuniões de discussão dos projetos de pesquisa dos discentes. Porém, nos momentos de entrevistas, outras questões apareceram e caminharam de forma diferente para cada um dos entrevistados, abarcando questões pessoais, frustrações familiares, planejamentos profissionais e etc. dos jovens.

Este estudo dos assentamentos Reunidas e Sepé Tiarajú, configura-se enquanto um estudo de caso comparativo⁶⁹, pois, trata de realidades específicas da juventude rural em diferentes territórios da reforma agrária - um assentamento tradicional e um assentamento construído a partir da lógica do desenvolvimento sustentável. As particularidades e fenômenos específicos da juventude em cada um dos assentamentos, correlacionados ao modo de vida camponês, estão condicionados ao território onde moram esses jovens, às suas relações familiares, subjetivas e outros fatores culturais e estruturais. Portanto, o movimento que busquei entre a teoria estudada e o campo empírico foi o de analisar os pontos comuns acerca do modo de vida camponês, que permeiam a juventude rural segundo a compreensão acadêmica desta temática, buscando validar essas categorizações através das experiências desses sujeitos que estão inseridos no emaranhado das relações da realidade social e que foram produzidas na vida e nas relações materiais desses sujeitos.

Para esta construção, me aproximei ao debate de Mills (1975), no qual o autor defende o pensamento sociológico como uma prática criativa, que envolve a imaginação junto ao método sociológico. Para o autor a imaginação sociológica é a tomada de consciência para pensarmos a relação entre o indivíduo e a sociedade de uma maneira

⁶⁹ O estudo de caso é caracterizado pela investigação de uma entidade definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social, que visa entender em profundidade como e por que uma formação possui aspectos de unicidade, essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode ocorrer em consonância a uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002). Para Alves-Mazzotti (2006) os estudos pautados em estudo de caso analisam somente uma unidade, como um indivíduo (a autora cita os casos clínicos descritos por Freud), ou um pequeno grupo (o autor cita o estudo de Paul Willis sobre um grupo de rapazes da classe trabalhadora inglesa), uma instituição (o autor cita o exemplo de uma escola ou um hospital), um programa (como por exemplo programas governamentais), ou um evento (como por exemplo eleição de um presidente). Para a autora, podemos realizar também estudos de casos múltiplos e comparativos, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente incluindo vários indivíduos ou instituições que estão dentro de um mesmo processo. Este é o caso das juventudes dos assentamentos Reunidas e Sepé, uma unidade social que pode ser investigada e apresentada a partir de uma mesma concepção teórica.

ampla, relação a qual, segundo Bourdieu (1983a), ainda é o nó que movimenta a sociologia.

Para Bourdieu (1983a) a noção de indivíduo biológico impede a compreensão de que os corpos dos indivíduos não se opõem à sociedade e são, sobretudo, uma das formas da existência da própria sociedade, sendo que o *habitus* é a forma pela qual se expressa o coletivo no indivíduo, ou seja, indivíduo e sociedade estão imbricados em um processo de reprodução social. Para analisarmos esse processo de reprodução social necessitamos exercitar a capacidade de conectar situações que estão dadas na realidade, como por exemplo, os mais diversos interesses que se colocam em disputa, construindo uma sociedade que se apresenta como resultado destas disputas e não formada ao acaso dos acontecimentos (MILLS, 1975).

Mills (1975) aponta uma relação entre a história e o indivíduo, pois, é a partir da história que o sentido das ações dos indivíduos em determinado momento revela determinadas formações sociais, devendo o sociólogo relacionar estes acontecimentos aos nossos comportamentos. Para o autor, a história, a biografia e a estrutura social são elementos fundantes do método de análise da imaginação sociológica. Avaliar, compreender a experiência individual dentro de seu tempo histórico, entendendo como a sociedade chegou até determinada formação é tarefa desta pesquisa. Nesse sentido, ao analisar as estratégias de jovens rurais pautadas em um modo de vida camponês, considero todo o processo histórico de formação das comunidades nas quais eles habitam - os assentamentos de reforma agrária, que possuem vínculos com a produção na terra, com movimentos sociais, pastorais, sindicatos e etc., ou seja, têm bases na vida em comunidade.

Toda essa bagagem de vida é introjetada e portada pelos indivíduos ao longo do cotidiano e reproduzida na interação entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, pensando em um processo histórico, analiso as estratégias de jovens rurais em interação com suas famílias, com o mercado, com as cidades. Nesta interação, descrevo os valores camponeses, traduzidos em *habitus*, que influenciam nas tomadas de decisão. A chave de análise Bourdiesiana do *habitus*, à luz da Imagem sociológica permite a inventividade de realizar uma pesquisa consciente dos processos que vivenciamos juntos

dos agentes investigados e conscientes do próprio papel de pesquisador dentro dessas comunidades.

A imaginação sociológica permite pensar nas implicações e nas relações que se dão na estrutura (organização social) e como essas relações estão colocadas na vida dos indivíduos, a partir dela, posso pensar aspectos da interação entre o indivíduo e o meio social, uma vez que a metodologia clarifica as influências deste sobre a trajetória pessoal, que está dada e representada também em estruturas objetivas. Nesse sentido, este estudo busca caminhar para além do empirismo e não é uma verificação sustentada por processos de correlação e estatísticos ou acúmulo de fatos. Ele é um estudo dos processos fundamentados nas estruturas histórico-sociais que também são objetivados nos corpos e comportamentos dos indivíduos, consolidando-se em uma abordagem qualitativa do campo de estudos.

Busquei, como Mills (1975), evitar esquemas rígidos de procedimentos, nem me coagir por métodos e técnicas - aplicando métodos para problemas específicos e determinadas teorias para certos fenômenos, adotei aqui o modelo do artesanato intelectual. Portanto, identifiquei os procedimentos mais adequados para responder os problemas que se apresentaram como relevantes para a juventude, alinhando esses problemas com métodos, teorias e valores.

Discuto aqui as origens e as concepções que norteiam a pesquisa para não recair, como diria Bourdieu (1983a), em técnicas que permitem manipular o mundo colocando a sociologia a serviço da gestão e da ordem. Como aponta também Canguilhem (1956) ao questionar os perigos da revolução tecnológica: que ciência queremos construir e a serviço do que e de quem? É nesse intuito que escolhi trabalhar em uma abordagem qualitativa, que foca o caráter subjetivo do agente analisado, estudando as suas particularidades e as experiências individuais dos jovens rurais, construindo a pesquisa junto aos sujeitos estudados.

Na abordagem qualitativa as experiências dos jovens são caras e foram registradas a partir de entrevistas realizadas em pesquisas de campo, abarcando os relatos orais, que permitem a análise das estratégias de reprodução construídas em suas trajetórias. As entrevistas foram coletadas individualmente, sob consentimento e no local indicado por cada jovem (MINAYO, 1993). Elas foram executadas durante trabalho de

campo e, junto à observação participante, no envolvimento das atividades com os grupos de jovens e com a comunidade. Cada uma das entrevistas será problematizada na pesquisa para efeitos de comparação (MINAYO, 1993), observando, a partir da literatura do campo de estudos, quais são as particularidades das estratégias dos jovens, ou seja, como um *habitus* de um modo de vida camponês está presente na forma pela qual constroem e organizam seu cotidiano.

Resgato também a contribuição de Whitaker (2002), que afirma que o conhecimento deve ser elaborado no conjunto formado pelos sujeitos estudados em sua relação com o pesquisador, em um processo de interação que dê conta da diversidade de situações que possam ocorrer. No bojo da diversidade das situações que podemos encontrar, devemos ter em conta os conhecimentos produzidos por essas populações, a partir de uma noção relativa de verdade, já que, naquele contexto o conhecimento produzido pelo próprio pesquisador pode não ter sentido, ou pode até contrapor o sentido estabelecido pelos sujeitos. Ter o cuidado de não “profetizar”, como diria Bourdieu, de não se considerar o portador da verdade e de não tendenciar os sujeitos na pesquisa é uma importante posição na construção da pesquisa. Considero esta posição como poliocular, ou seja, que vê e leva em conta os diferentes pontos de vista.

Para Whitaker (2002) o processo de escolhas do campo teórico é importante para os posicionamentos do pesquisador, já que, toda produção é construída a partir de um acúmulo de saberes em determinado campo, com influências de determinadas tradições de pensadores. Conhecer essa trajetória do pensamento é importante para entendermos para quem e com que finalidade estamos fazendo ciência, já que, as pesquisas sociológicas podem contribuir para transformações sociais nas comunidades e no plano da construção de políticas. Será que estamos, somente, contribuindo para a construção de informações e dados que visam colocar o Brasil em uma posição confortável no cenário mundial, com relação à educação, preservação da natureza, condições de vida da população etc.? Ou estamos preocupados em investigar quais são as condições reais de vida dos agentes? Estas são compatíveis com as análises que estamos realizando?

A vivência de observações participantes em trabalhos de campo possibilita este contato direto com os agentes, nas quais pude entender profundamente a operacionalização das instituições, práticas, transformações em curso e as implicações

que se relacionam para a construção desta realidade social. Nesse sentido a abordagem qualitativa permite a percepção de diversos aspectos do real e possibilita a comunicação entre os diversos pesquisadores.

4.4 Relatos orais: juventude rural e o modo de vida camponês

As análises que seguem foram motivadas pelas pesquisas desenvolvidas anteriormente por Scopinho (2013), Simonetti (1999), Castro et al (2007) e Lacerra (2016). Foi através destas pesquisas que me deparei com as diversas estratégias criadas pelos jovens para permanecerem vinculados ou compondo estratégias de vida no campo, orientando suas ações pelas condições objetivas familiares. Estas estratégias, em constantes transformações e adaptações, são alvo da análise desta pesquisa. Ademais, constatei que a juventude é marcada sobretudo pela diversidade de condições sociais, culturais, de gênero e geográficas, então, me cabe, dentro dessa diversidade e dinamismo, situar a juventude rural assentada neste período histórico com relação à bagagem camponesa herdada de seus familiares, analisando como estes jovens experimentam e sentem o mundo a partir do contexto sociocultural no qual se inserem.

Foram estas constatações que me impeliram a realizar este estudo que quer entender em que medida, hoje, o modo de vida camponês contribui para a construção destas estratégias entre os jovens, já que, para seus familiares, sobretudo a primeira geração de assentados, os ideais de autonomia, liberdade e autossuficiência propiciados pela terra eram os que definiam valores e orientavam ações, colocando o projeto camponês como central na motivação da luta pela terra.

Estes trabalhadores, mesmo que vivendo situações ligadas à sociedade contemporânea individualizada e mercadológica, vivendo à margem da terra, quando foram assentados retomaram aspectos e valores fundamentais das sociedades tradicionais, como foi observado por Simonetti (1999) no momento da criação do assentamento Reunidas. Para a maioria dos assentados da comunidade, o ideário camponês estava presente e se manifestava através de um estilo de vida, de um *habitus* baseado no trabalho familiar, propiciado pela conquista da terra. A autora analisou este estilo de vida de forma dialética, vinculando-o às categorias terra, trabalho e família. Neste sentido, o trabalho do camponês é um fruto concreto e palpável de sua colheita, da atividade de sua família, parte deste fruto, que é condição de sua sobrevivência, é provido pelo trabalho na terra e o saber produzir, envolvendo o não ser mandado por outro, a liberdade, o controle do tempo, a segurança para si e para a família (WOORTMANN, 1990; SIMONETTI, 1999). Todos estes elementos, articulados e

imbricados dão características a este estilo de vida e, segundo a autora, foram eles que possibilitaram a reconstrução do território camponês em Promissão.

Porém, diferentemente dos sujeitos investigados por ela, formadores das primeiras gerações possuíam algo em comum: o desejo de retorno à terra (fato que mobilizou a luta pela terra). Nas gerações jovens este elemento é mobilizado de forma diferenciada, ou seja, não há o desejo de retorno à terra, mas sim, todo um referencial simbólico herdado de suas famílias. A maioria dos jovens já nasceu na terra, ou, veio da cidade para o assentamento ainda durante a infância, vivenciando um contexto de relativa estabilidade política, econômica, social e educacional⁷⁰, no qual movimentos sociais como o MST, instituições parceiras (Universidades e institutos) e políticas públicas forneceram outras condições de permanência e de sociabilidade nestes territórios. Ao mesmo tempo, as cidades nunca foram tão atrativas em relação à cultura, lazer, formação profissional, remuneração segura, dentre tantos outros fatores que estimulam a saída dos mesmos.

A juventude, enquanto categoria portadora de diversidade, passível de análise política e social, nos assentamentos de reforma agrária, herdou de seus familiares esta bagagem material e simbólica constatada pela autora, sendo assim, me carece entender como esta bagagem foi adquirida e incorporada nas estratégias de cada jovem e diversificadas a partir de questões particulares à juventude e também pertinentes aos seus diferentes territórios. Então, a partir destas constatações e da vivência no campo é que coloco novamente a questão central da pesquisa: como este modo de vida, após 20 anos de análise de Simonetti (1999), articula-se entre os jovens? Como as categorias, terra, trabalho e família estão articuladas nas estratégias de vida e de reprodução dos jovens? O que os mobiliza? Perduro na análise para responder a estas questões.

No assentamento Reunidas, observei durante as oficinas e cursos temáticos, que a presença de uma identidade para com a terra e para com as famílias permeava as falas, os escritos, as fotos e os vídeos que esses jovens estavam produzindo. Estes exemplos de pertencimento remontam à centralidade da categoria *terra*. A paixão e zelo pela terra, a necessidade da valorização do campo estava presente na fala dos

⁷⁰ Dito isto de forma crítica, já que, a consolidação dos assentamentos deu-se pós Constituição de 1988, focada na dignidade da pessoa humana, pós ditadura militar, um contexto bem diferente do qual enfrentado pelo campesinato até então.

estudantes: *“temos que mostrar como é aqui dentro, a bonança que a gente vive na terra!”*.

Neste caso, a produção audiovisual permitiu a estes jovens dar vazão (a partir de outra linguagem⁷¹), sobre a forma pela qual suas famílias conseguiram, com a conquista da terra, desenvolver seus projetos nos lotes, alcançar a segurança alimentar e comercializar seus produtos no mercado (constituindo uma autonomia financeira). Nesse sentido, sustento, me aproximando da ideia trazida por eles, de que é a terra que propicia e garante a reprodução e a moradia, a partir de relações de trabalho livres, organizadas no núcleo familiar e que, ela é central na tomada de decisão e planejamento de vida de cada um dos membros. Os nomes dos grupos que organizavam os estudantes, os núcleos de base (NBs), foram nomeados pelos jovens de: Netos da Terra, Filhos dos Avós, Fotógrafos da Terra e Jovens Protagonistas, são exemplos concretos da identidade coletiva dentre esses jovens que perpassa a terra, a família e o trabalho/protagonismo em ser jovem no assentamento.

Com relação ao trabalho dos jovens, em ambos os assentamentos, boa parte dos jovens está cursando nível médio e nível superior (agronomia, veterinária, geografia e enfermagem) visando, na maioria das vezes, a inserção futura no assentamento desempenhando estas mesmas funções, em possíveis novos arranjos, ou seja, nem sempre na profissão de agricultor, mas, buscando responder a outras necessidades que o assentamento possui.

Os que afirmaram trabalhar no lote, na maioria das vezes, também estudam ou trabalham na cidade mais próxima, realizando uma dupla jornada, também combinada com a prestação de serviços em outros lotes, ou, com o trabalho na cidade - com idas e vindas diárias como andorinhas - (Scopinho, 2013). Observei que estes trânsitos são um pouco mais intensos no Sepé Tiarajú devido à proximidade das cidades, no qual os jovens intensificam a divisão da jornada, trabalhando meio período no sítio, meio período na cidade e, em alguns casos, ainda estudam à noite. O que é universal é a percepção de integração com a família: é necessário compor estas jornadas para a ajuda ou a total responsabilidade financeira pelo sustento da família dando sequência à luta.

⁷¹ Vale a pena ressaltar a importância da linguagem audiovisual como conteúdo de análise. Produzidos de forma coletiva, os materiais resgatam as narrativas dos jovens e de seus familiares, compondo um repertório genuíno que também versa acerca da temática desta pesquisa.

De uma forma geral, inicio uma conversa com os jovens me aproximando da categoria terra. Como apontado anteriormente *terra, trabalho e família* estão imbricadas dialeticamente e, sendo assim, as tratarei em um *continuum* para melhor apreender seus significados dentre os jovens. Como exercício de análise e síntese produzi o **Quadro 3 – Terra, trabalho, família e estratégia** no intuito de melhor desenhar o perfil dos entrevistados e, sobretudo, no esforço de sistematizar as principais associações às categorias centrais da análise (expressas no título do quadro), facilitando a construção metodológica e a condução do raciocínio

Quadro 3 - Terra, trabalho, família e estratégia (por assentamento)

ASSENT.	NOME	AUTO RECONHECIMENTO	TERRA	TRABALHO	FAMÍLIA	ESTRATÉGIAS
Reunidas SP	WILLIAN	Agricultor	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança no plantar e colher (resultado garantido) - Gerações passadas na terra 	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade e controle do processo de trabalho - Liberdade de escolha - Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> - Mãe concentra as decisões e partilha o \$ - Cada um trabalha quando dá 	<ul style="list-style-type: none"> - Atravessadores - Tentar chegar no CEASA - Venda direta e comunicação via WTSP
	DIEGO	Agricultor Estudante	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Segurança - Gerações passadas na terra - Conhecimento plantio - Alimento vivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o que gosta sem obrigação - Gerência sobre o tempo - Retorno do trabalho - Parcerias - Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de trabalho entre familiares - Trocas entre parentes - Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - Plantio de orgânicos e cestas WTSP - Curso técnico Agronomia - Trabalho no IBS assistência - Servente e outros \$
	ERIKA	Agricultora Estudante	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade de vida - Comer o que planta - Aprendizado - Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - Trocas (+restritas + dinheiro) - Controle do tempo 	<ul style="list-style-type: none"> - Lembrança sentimental - Conforto - Conselheiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Agronomia PRONERA - Trabalho na Cooperativa - Tempo estudo cidade
	RODRIGO	Estudante Secretário Cooperativa	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Segurança - Alimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o que gosta - Trabalho pesado no sítio - Família 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de referência emocional - Trabalho em conjunto 	<ul style="list-style-type: none"> - Faculdade na cidade - Organização cooperativa

ASSENT.	NOME	AUTO RECONHECIMENTO	TERRA	TRABALHO	FAMÍLIA	ESTRATÉGIAS
Sepé Tiarajú SP	EDNA	Autônoma Agricultora	- Segurança precária - Meio ambiente	- Agroecologia, orgânico - Difícil nem sempre \$ - Vender para o mercado - Trabalhar profissionalmente - Cooperativa	- Planejamento familiar - Discussão projetos \$ - Calculo racional investimento	- Trabalho no Shopping - Cursar agronomia (futur.)
	MIQUEAS	Estudante Agricultor Familiar Agrofloresteiro	- Aprendizado /novas relações - Segurança - Meio ambiente	- Controle do tempo - Parcerias / coletivo - Familiar	- Agrofloresta com irmão - Pertencimento à terra - Conhecimento da terra (AG) - Apoio projeto de vida	- Geografia UFU - Criação CAJUS - Engajamento movimento Agroflorestal
	RONEI	Agricultor Trabalhador	- Segurança - Refúgio - Garantia de plantar	- Na cidade \$ - No SAF prazer, controle tempo	-Planejamento familiar - Aprendizado plantio - Base da vida	- Participar da Feira - Trabalhos diversos campo – cidade \$\$
	MARIA	Estudante Agricultora	- Conquista, tranquilidade segurança - Não passar fome - Sofrimento para chegar	- Controle do tempo - Cooperativa	- Trabalhar junto - Decisão e apoio planos	- Participa da Feira - Projetos Embrapa - Vestibular PRONERA - Buscar trabalho na cidade
	VITOR	Estudante	- Conquista - Segurança - Refúgio	- Ajuda a plantar - Estudar para se formar	- Referência de luta e persistência - Apoio aos Planos - Trabalho conjunto	- Estudar Medicina Veterinária para trabalhar no assentamento - Abrir um “hotelzinho” no lote

Fonte: Lacerra (2019); Elaborado pelo autor

Para a maioria, a primeira e mais recorrente representação é a segurança propiciada pela terra, desdobrando-se em representações como: plantar e colher com resultado garantido, memória das gerações passadas na terra, lugar de moradia, lugar de conhecimento de plantio, alimento vivo, qualidade de vida, conforto, meio ambiente e sofrimento para chegar a ela. A segurança é vista a partir de questões materiais e simbólicas, tanto pela segurança na reprodução material com a produção de alimentos, quanto na garantia de poder ser livre na reprodução de seus costumes e modo de ser. Vejamos o que Erika (2018) nos explicita sobre a segurança e o significado da terra:

Neste lote, aqui, faz pouco tempo que eu moro, mas assim, eu conheço todo mundo, faz muito tempo que eu moro no assentamento, mas faz pouco tempo que eu moro aqui. Outro dia o meu irmão veio. Vieram tirar mel né aqui e como meu vizinho sabe que quase não vem ninguém aqui, principalmente à noite e chegou gente aqui ele já me ligou: "Oh, tem gente aí no seu quintal e tal". Falei: Não! Fica tranquilo seu Carlos, é meu irmão que está aqui com uns amigos, está tudo tranquilo. Mas assim, a preocupação, ela está aí, ou ela não está aí? Até se meus cachorros têm água eles se preocupam sabe? Quando o Bruno ficou vinte dias no Mato Grosso, que ele estava trabalhando lá, eu fiquei aqui sozinha. Aí seu Carlos a esposa dele vinha as vezes de tardezinha e falava: "Ô, está tudo bem aí? Está precisando de alguma coisa aí?" É uma preocupação sabe? E não é meu parente, não é, não tem laço sanguíneo, mas é como se fosse, sempre foi, então eu acho esse cuidado com a comunidade bacana... Também, quando eu estava na faculdade era sempre a conversa "não vai dar, vou trancar a faculdade por que eu não dou conta de pagar", mas, quando pensamos em casar no futuro e experimentar morar juntos, não pensava em outro lugar, entendeu? Não, não, não, era no assentamento! Nunca me vi na cidade, tanto é que não deu certo o pouco que tentei. Eu não me via morando dentro da cidade, porque aqui você planta, você come uma mandioca, você come uma abóbora. Fome você não vai passar aqui, por mais preguiçoso que for (Risos). Olha aqui! Melancia a gente não plantou e nasceu, entenderam? Então assim por mais preguiçoso, fome a gente não vai passar! Mas na cidade não, é tudo no dinheiro! Tudo no dinheiro.... Na cidade você não tem um conforto. Posso falar: "Ai, minha casa ainda não tem o conforto que eu quero que ela tenha", mas, jamais substitui um conforto que não teria na cidade, sabe, o conforto que tenho aqui. É outro tipo de conforto! Ó é, eu nunca tive uma relação muito boa com a minha mãe e tudo mais, mas, meu pai vem aqui, porque nós vamos por gado aqui. Meu pai vem aqui e ele sempre traz alguma coisa. Mataram uma novilha lá, ele trouxe um monte de carne. "Pai eu nem como esse monte de carne meu filho, que que você veio trazer?". Entendeu? E a mesma coisa se tem alguma coisa aqui, eu mando para lá. E dos vizinhos também. É a mesma coisa! É tudo junto e em família...é diferente, eu não me vejo, nunca me vi morando na cidade, na verdade. A gente mora é, por ocasião, né? Por uma necessidade assim ao extremo (ERIKA, 2018).

Erika (2018), moradora do assentamento Reunidas, leva a uma reflexão ao não referenciar a terra em um sentido mercantil, para ela, assim como para os outros jovens, ela figura como um projeto de vida baseado na autonomia e na liberdade. Erika cursou alguns anos de agronomia no município vizinho de Lins-SP (em uma universidade particular), indo e voltando todos os dias, as vezes ficando dias seguidos na casa de parentes e amigos, ainda colaborando com sua parte na produção de seu lote familiar. No momento da entrevista Erika estava passando por profundas mudanças, havia deixado o curso por não conseguir bancar a mensalidade com a renda do lote familiar e, ao mesmo tempo, havia resolvido ir morar com Bruno, seu noivo, em um pequeno lote desmembrado na comunidade.

Depois de alguns meses da entrevista, entrou em Medicina Veterinária pelo PRONERA no modelo da alternância, o que a permitiu conciliar as tarefas da terra e da formação pessoal. Erika mostrou fotos de alguns partos de que já participou e ajudou, demonstrando um conhecimento que precede a academia construído com os familiares e compadres do assentamento. Este conhecimento motivou Erika a engendrar uma estratégia para o curso superior, estratégia composta na articulação entre o aprendizado na comunidade, mediado pela relação com os agentes externos - o curso promovido pelo CPEA (ela relata que entendeu e vislumbrou possibilidades de ingresso no PRONERA e alternância através das informações veiculadas pelos professores) e o movimento social MST (através do qual obteve contato com representantes regionais que encaminharam a inscrição na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)).

Com o curso de medicina veterinária, já no primeiro semestre, Erika passou a colaborar com a cooperativa de leite COOPLÉNOR, prestando assistência à sua própria família, que tem algumas vacas e novilhos, como também aos outros assentados (“sua grande família” – como ela mesma se refere). Erika relatou que a maioria tem dificuldades em lidar com a alimentação, vacinação, doenças corriqueiras e o parto destes animais. Além de estagiar com a Médica Veterinária contratada pela cooperativa, ela também trabalha na implementação da técnica *CheckMilk*, parte da plataforma digital lançada pelo Instituto Bio Sistêmico (IBS) para qualificar os fornecedores de leite, de acordo com a Instrução Normativa 77 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (I.N. 77-MAPA).

A cooperativa é a primeira a implementar as boas práticas de obtenção de leite, desde 05 de junho de 2019, contemplando todos os itens do rol de boas práticas: saúde animal, nutrição, higiene de ordenha, meio ambiente, gestão e bem-estar animal. Este fato levou a cooperativa a uma valorização dos seus produtos perante os laticínios. Erika relatou que, para os mais velhos, a técnica parece ser complicada, sobretudo na inserção dos dados na plataforma digital, mas que, na verdade é “mamão com açúcar” e que é para isso que os jovens e toda a estrutura da cooperativa estão lá para oferecer.

Simonetti (1999) observou, em seu estudo que a terra possibilitava a realização de um projeto de vida baseado na família, no trabalho e na liberdade, sendo que, a terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família. Não objetificada, a terra é o espaço de desenvolvimento da família e da liberdade, é a natureza e o patrimônio sob o qual se realiza o trabalho, construindo a família enquanto valor.

Erika (2018) partilha das mesmas percepções encontradas na primeira geração de seus familiares e vizinhos. Reconstruída a partir de valores contemporâneos que permeiam a juventude (a comunicação rápida pelos meios digitais, um repertório cultural misto e influenciado pela indústria cultural, a construção de estreitos laços com as cidades, vínculos com os agentes externos para a formação via educação e o trabalho misto entre campo e cidade – considerando a qualificação através dos estudos como trabalho), a estratégia de Erika confunde-se com os valores apreendidos com seus pais e, mesmo em uma situação atípica em termos de propriedade (morar em um pequeno lote desmembrado com o noivo e cursar uma formação fora do campo), todas as relações centrais que compõe a segurança, o trabalho e a configuração familiar estão atreladas à sua família, vizinhos e à configuração social de compadrio do assentamento.

Também estão presentes na fala de Erika, as intertrocas, realizadas entre ela, sua família e os vizinhos. Essas trocas estão para além da carne de boi. Trocam-se também favores, princípios e interações. Quando um vai viajar, o outro cuida da casa, põe comida para o cachorro, protege de possíveis invasões etc.. São as trocas que também constituem a segurança e o pertencimento destes jovens à comunidade. Todas essas possibilidades estão atreladas à terra não somente como um objeto de trabalho, mas, como expressão de uma moralidade, como ela mesma diz: “*É tudo junto e em família*” (ERIKA, 2018; WOORTMANN, 1990). A autonomia, a segurança e a possibilidade de

trabalho que é propiciada pelo lote e a relação familiar é a motivação central de Erika permanecer no assentamento, mesmo no início de uma nova fase em sua vida.

Ronei (2018), morador do Sepé Tiarajú, apresenta uma percepção com outros nuances sobre a mesma questão:

Sair daqui para a cidade, só se for no último recurso. Se não tiver mais como resistir. Porque sair daqui para a cidade, só se for no último recurso. Se não tiver mais como resistir. Porque você vê, para morar na terra você tem que trabalhar nela né? Tem que plantar para colher, que nem, tem muitos aí que só mora, trabalha na cidade, mora, mas não planta, aí não tem valor. Ou arrenda um pedaço de terra para outra pessoa.... Na cidade já está difícil de viver, você vai desfazer daqui? Não é isso que eu quero. Se você não tiver dinheiro, as coisas da roça pelo menos você tem para a família comer. Isso é a terra, sabe? É segurança. Foi isso que me motivou a ficar aqui, depois de mudar tanto da cidade para o campo. Na cidade se você não tem a casa própria você tem que pagar aluguel, além da energia, água, comprar alimento. Aqui praticamente é um arroz e feijão, que dá mais trabalho e papel higiênico. A mistura sempre tem no terreiro, legumes é só você plantar que você vai ter. E outras coisas que a gente vai agregando para poder ajudar. Na cidade você tem que comprar tudo, sabendo que ali o custo é alto. Tem que ter uma condição boa, salário. Não dá para ficar em beira de vila sem ter o que comer. Antigamente até que dava, porque tinha o corte de cana, hoje está tudo maquinado, não dá mais. A laranja também, a mesma coisa. E depois também tem o transporte dentro da cidade, aqueles ônibus lotados, você cansa mais se transportando. Eu trabalhava na usina engatando carreta, de lá eu fiquei efetivo, fui joga cana no sulco. Trabalhei cinco anos lá em Guariba (RONEI, 2018).

É possível observar claramente a questão da segurança e a relação com a terra mediada pelo trabalho. Ele afirma que tem que trabalhar na terra para ela ter valor, que a terra por si só não produz alimento ou valor econômico. Ou seja, assim como observa Martins (1991 e 1979), o trabalhador envolve-se em um distinto regime de propriedade em relação ao capitalista. Quando o trabalhador se apossa da terra ela se transforma em terra de trabalho, ao contrário do capital que, quando se apropria transforma a terra em negócio e explora o trabalho alheio⁷². Para Ronei a terra é de trabalho, e é só a

⁷² José de Souza Martins (1979) observou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ao estudar o desenvolvimento da indústria brasileira. Esta transição foi mediada pela propriedade e pela renda, não pelo capital e pelo lucro nos termos clássicos. A propriedade da terra, associada ao regime de trabalho livre, era baseada não somente no assalariado, dava-se pela extração de renda por meio do trabalho do imigrante colono, garantindo a extração de uma quantidade exorbitante de mais-valia, empregada para além reprodução dos cafezais, nos bancos e indústrias brasileiros. Sendo assim, a renda advinda da propriedade de escravos ou de terras era manejada como se fosse lucro. Consolidada pela noção de lucro primeiramente a renda advinha do escravo e, com a abolição da escravidão, da renda da terra. “A renda,

transformando que ela ganha sentido, valor e pode dar segurança à sua própria vida e família.

Ao mesmo tempo em que a dimensão da segurança, da importância e do trabalho na terra aparece para Ronei ele aponta a diversidade de situações presentes no assentamento, relatando casos de arrendamento e moradia irregular, fato que também foi observado e relatado no Assentamento Reunidas. Ronei (2018) destacou-se nesta pesquisa por sua trajetória, já que seus familiares vieram antes para o assentamento, ainda quando ele era um adolescente, período no qual ele trabalhou no corte da cana e na usina de laranja. Ele relata que utilizava de pequenos terrenos vagos no meio da monocultura para também plantar sua roça:

Quando eu morava em Ibaté trabalhava na usina na laranja e na cana. Eu tinha que trazer as coisas da roça para casa, alguma abóbora que dava no meio da cana. Tinha que plantar um pouco também no quintal de casa, mandioca, horta, buscava esterco no matadouro para colocar na horta. Aí eu pensei, é na roça mesmo que temos que viver! Isso eu tinha uns doze anos, registrado comecei a trabalhar com 16 anos e saí de lá com 19 quando vim para cá, lá tinha tudo. Na roça de casa dava tudo, até para tirar um dinheirinho dava. Aprendi a trabalhar na roça vendo minha mãe, trabalhando com ela, minha tia, vendo os outros, aprendendo como mexer como fazer cada coisinha... agora a única coisa que eu não gosto, vou ser sincero, é a enxada. Não dá enxada para mim não. É a mesa coisa que dá um tapa na minha cara. Para a roça, limpa bananeira, tirar mercadoria eu adoro, mas falou de enxada.... Eu ganhei da minha mãe e joguei fora. Larguei no meio do mato. Eu mexo com roçadeira, faz o mesmo serviço da enxada, passo ela baixinho sabe, também passo roçadeira para as outras pessoas e ganho um dinheirinho extra, dá até para investir aqui. Agora ficar aí o dia inteiro puxando enxada, não é para mim não. Aqui a gente trabalha sossegado, na hora que quer, que o sol não está tão quente, é bom assim. (RONEI, 2018).

A terra que propicia segurança para Erika, Ronei e outros jovens é, então, a terra pela qual seus pais lutaram, terra que propicia segurança, autonomia e liberdade. Ronei (2018) aponta que não era tão autônomo e seguro assim enquanto trabalhava na usina.

até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2013 [1979], p.47). Era a propriedade da terra que possibilitava ao proprietário extrair renda como se fosse capital, permitindo um ganho nas fazendas de café, semelhante ao lucro, desenvolvendo-se a partir um regime de trabalho de livre, mas não assalariado: o colonato. Argumenta-se então: “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 2013 [1979], p.36).

Tinha que combinar e por assim dizer “*catar*” alimentos no roçado que dava no meio da cana, um pouco do quintal de casa (o qual ele se refere como roça de casa), juntando tudo para ajudar no sustento da casa. Neste período os pais estavam envolvidos com a luta pela terra, sobretudo o pai (já falecido) e o irmão. Ele e a mãe vieram posteriormente com a consolidação do assentamento. Foi neste período de dedicação ao trabalho no corte da cana, simultaneamente à roça e o quintal, que ele percebeu sua verdadeira vocação apreendida com os familiares, a lida na terra.

Com relação à categoria trabalho a maioria dos jovens mobilizaram os elementos: familiar, controle do tempo do trabalho, liberdade, retorno (reconhecimento) e cooperativismo. É importante observar que, para Ronei (2018) todo aprendizado profissional (já que ele considera-se agricultor) “*aprendi a trabalhar na roça vendo minha mãe, trabalhando com ela, minha tia, vendo os outros, aprendendo como mexer como fazer cada coisinha...*” foi construído no ambiente familiar, não no empresarial (no momento do corte da cana) e, foi na vivência da oposição entre trabalho livre e trabalho cativo que Ronei decidiu-se pelo trabalho na roça, no qual “*a gente trabalha sossegado, na hora que quer, que o sol não tá tão quente*” onde a liberdade de decisão do tempo e da forma de trabalho estão sob seu próprio controle.

Mesmo com a possibilidades de financiamento e produção agroecológica propiciadas pelos SAFs e a comercialização da produção nas feiras, Ronei, que é considerado um excelente operador de roçadeira, utiliza esse conhecimento para complementar a renda familiar roçando outros lotes e também terrenos em Serra Azul - SP, Serrana - SP e Ribeirão Preto – SP, porém, com esta estratégia de angariar fundos, Ronei não se sente cativo, continua ainda a ser senhor de seu próprio trabalho.

Uma característica observada por Ronei (2018) com relação ao trabalho no campo é o elemento de penosidade no uso da enxada “*Não dá enxada pra mim não. É a mesa coisa que dá um tapa na minha cara...eu ganhei da minha mãe e joguei fora. Larguei no meio do mato. Eu mexo com roçadeira, faz o mesmo serviço da enxada.*”. Esta característica foi observada por diversos estudos de juventude rural, como apresentado em Castro et al (2009) e Lacerra (2016), e aponta, ora para a falta de motivação para a permanência e o trabalho da juventude no campo, ora para uma nova dimensão

tecnológica introduzida pela juventude no campo, que desemboca no uso de equipamentos sofisticados, redes sociais, conhecimentos acadêmicos e etc.

Esta característica composição de uma trajetória versátil, com diferentes ocupações e diferentes combinações de renda para a manutenção do cotidiano, combinando idas e vindas entre a cidade e o campo, também condiz com as percepções observadas pelos estudos da juventude (CASTRO et al, 2009; LACERRA, 2016, SCOPINHO, 2013) e, numa dimensão mais profunda, demonstram-se profundamente conectadas às dimensões da terra e do trabalho, como apresentado por Ronei, que busca aproveitar o que de melhor a cidade e o campo podem oferecer em seu benefício.

Observo o trabalho de Ronei na terra dirigido para uma produção além do consumo, criando um excedente comercializável, constituindo uma estratégia no meio caminho entre uma vida na cidade (com os bicos dos roçados e a feira), lutando por recursos e a inserção nos mercados regionais. É importante observar que esta configuração social do trabalho voltada para a produção comercializável visando uma inserção no mercado está totalmente de acordo com as principais concepções de investigação do campesinato na atualidade (NEVES, 2008). Esta estratégia também configura o assentamento como lugar central, ele é o território, por excelência, no qual se realiza a vida (BRANDÃO, 2007, SIMONETTI, 1999).

Sobre a liberdade do trabalho a que se refere Ronei (2018), podemos pensar em duas questões, a primeira, relacionada ao tipo de trabalho realizado por ele e em que regime ele se perfaz, a segunda, quais são e como são aproveitados os produtos advindos desta produção. Para ele o trabalho no assentamento é autônomo, livre, e é ele mesmo e a sua família quem decide quando e o que se pode plantar. Ronei (2018) relata que a escolha do que se planta é colocada primeiro pela necessidade da família, pensando no que *“vai direto pro fogão”*, depois, ao que é possível vender na feira e repassar para a cooperativa. Para que isso aconteça, as mais diversas atividades são realizadas pelos membros da família no sentido de incrementar valor na produção a partir de um processo artesanal e de contato direto com os meios e o resultado da produção:

Eu que preparo as coisas aqui para minha mãe levar para a feira, separo as bananas, levo para madurar, limpo as mandiocas, apanho limão, abacate, quiabo. Ela faz pão, tapete, sabão, urucum. Assim a gente vai se dividindo. Ela e meu irmão vão, montam o estande e eu descanso no domingo de manhã enquanto eles ficam na feira. O pessoal vem aqui de

todos os lotes, o pessoal vizinho ao assentamento também, pede para eu passa a motosserra, para podar árvore para eles. Aí eu sempre ganho um dinheirinho fora. Aí eu empresto da cooperativa e tenho que pagar o dia para usar a motosserra. Faço uns bicos também, roçando, limpando.... Tem dia da semana que meu irmão e eu vamos para ribeirão roçar lote da cidade também. Aí tiramos o custo da máquina e do combustível. A banana põe na quarta e sai no sábado na máquina para madurar. Quando a gente corta ela já está bem granadinha. Vem um rapaz de Cajuru gostou das bananas daqui. Ele levava a caixa por 15 reais. Vendi muita banana para ele. É eu amo isso aqui, mesmo se eu tiver serviço lá na cidade, aqui tem que vim primeiro. A cidade espera. No sábado eu descasco a mandioca para ela, adoro isso (RONEI, 2018)

Pensando como Martins (1989) entendo que, para o camponês, o trabalho torna-se concreto no fruto de sua colheita, é algo palpável, que está intimamente ligado à atividade de sua família e é dotado de certa previsibilidade, já que, parte da produção é condição direta e imediata de sua sobrevivência (aproveitamento da produção). Nesse sentido, a luta pela terra é importante e ganha sentido entre os camponeses, pois, restitui o que é propriedade do camponês, seu trabalho, e sua condição enquanto pessoa humana. Estar fora da terra é estar comprometido em sua essência, privado de sobreviver com dignidade. Igualmente coloca-se o assalariamento que não permite a sobrevivência e o priva severamente de sua liberdade. O trabalho do camponês é, então, material, produzido de forma livre, autônomo, com controle do tempo e não mandado pelo patrão (tipo e regime de trabalho) (MARTINS, 1989; PLOEG, 2006).

Sendo assim, o trabalho do camponês é distinto do trabalho na forma capitalista, pois, está sob seu controle, não se baseia na exploração alheia e sim no trabalho coletivo dos membros da família e é, justamente esta coletividade, que permite um maior incremento de valor de mercado dos produtos. Como aponta Ronei (2018), há uma diversificação das suas atividades a partir de novos produtos e serviços, buscando a inserção em novos mercados (feiras), baseando o processo de produção sobre recursos que não são controlados pela agroindústria, reintroduzindo a artesanidade, com controle direto do processo de produção e a geração de tecnologias baseadas na habilidade técnica de cada familiar (por exemplo: um membro da família faz pão, sabão ou outros itens enquanto o outro descansa).

Além do que, esta relação com os novos mercados, constrói-se sobretudo pela afetividade, pelas trocas sociais e simbólicas, antes de tornarem-se, efetivamente, mediadas pelo dinheiro: *“Ela faz pão, tapete, sabão, urucum...assim a gente vai se*

dividindo. Ela e meu irmão vão, montam o estande e eu descanso...O pessoal vem aqui de todos os lotes, o pessoal vizinho ao assentamento também, pede para eu passar a motosserra, para podar árvore para eles. Aí eu sempre ganho um dinheirinho fora”.

Além de uma divisão e organização específica do trabalho a partir da constituição familiar, o que parece à primeira vista uma estratégia econômica, também é uma estratégia identitária e de interação. Entre o núcleo familiar, de forma cooperada, trocam-se o pão, o tapete, o sabão (da mãe), pela colheita (do Ronei) e pela montagem da feira (do irmão), transformando sua família em um trabalhador coletivo. Para o vizinho e para quem mora perto do assentamento, a motosserra é a moeda de troca, que muitas vezes pode ser convertida em dinheiro, mas, este preço é combinado, de acordo com o que cada um pode retribuir. Nesse sentido, para Ronei, ser parente, vizinho, compadre e etc., determina qual o sentido do valor da mercadoria, não necessariamente o seu preço de mercado.

Esta família sobre a qual Ronei nos fala, como unidade de consumo e de produção, não está alheia às trocas mercantis. Como ele bem coloca, são intensos os negócios com múltiplos nos múltiplos mercados, nas cidades, nas feiras e etc., porém, esta família se desenvolve e pensa sua produção e seu consumo a partir das necessidades do próprio grupo doméstico, pois, propiciada pelo território e pela organização do trabalho, têm total autonomia e liberdade para tal lucubração (PLOEG, 2006).

Para Ronei (2018), tanto o trabalho somente pode ser reconhecido como fruto palpável da atividade de sua família realizado na terra, de sua colheita, tanto, parte deste trabalho é essencial para a sobrevivência da família. Esta afirmação, deduzida a partir da análise das falas e das constatações de pesquisas anteriores, além de produzir forte efeito semântico para a correlação entre *terra, trabalho e família*, aponta para a dimensão prática e dialética regida por estas categorias: sem a terra não é possível desempenhar nenhum tipo de trabalho, plantar ou colher, sem trabalho não é possível ter terra, pois, ela não tem valor se não há o que a transforma e, sem terra e sem trabalho, há o aniquilamento da família. Esta afirmação quase tautológica demonstra a profundidade e a umbilicalidade existente entre esses camponeses e a terra, mesmo que, em diferentes gerações e recriada a partir de complexas e novas relações, a terra é o alimento que

nutre imediatamente seus corpos, realizando a mente e a alma, como nos diz Ronei (2018): “*eu amo isso aqui...a cidade espera!*”.

Willian (2017), morador do assentamento Reunidas, apresenta uma compreensão semelhante em relação aos outros jovens. No momento da pesquisa ele morava com a mãe e duas irmãs, gerenciava a produção e trabalhava diretamente na agricultura. Sua principal fonte de renda era a produção, vendida pelos atravessadores e diretamente por ele e sua família em feiras no município de Promissão – SP e Lins – SP. Ele também nos fala sobre a segurança propiciada pela terra, sobre a lógica de produção (para o consumo da família e para a venda nos mercados) apresentando seu diálogo interior de racionalidades:

Acho que a maioria das pessoas deve imaginar, que aqui são todos uns caipiras, né? Aqueles Mazzaropi⁷³, alguma coisa assim, né? (Risos). Acho que nós não somos diferentes. Viver aqui é normal. Acho que o mais importante, assim, é o que eu gosto. É plantar e depois você colher. Tem aquele ditado, né? Só que é muito mais a fundo, né? Você planta, você colhe e você vê o resultado todinho, né? Seria a perfeição, né? É o processo, faz parte, eu faço parte, eu faço fazer, eu ajudo acontecer, né? Dou um dedinho a mais, acho que isso mesmo! Já a cidade eu não gosto muito não. (Risos). Chega na cidade eu quero ficar tipo, o necessário, aí você volta, por que é tipo barreira, né? Aqui você tem liberdade, lá não, lá é uma barreira. Você vai fazer isso, isso e isso, isso no ordenado e regrado. Aqui não, se eu quiser começar agora, eu começo, se eu quiser parar agora, eu paro! Eu tenho minha liberdade, eu tenho meu direito de escolha, eu tenho um livre arbítrio. Só negocio com minha família. Lá não é muito bem isso. Aqui tem minha mãe que manda, tem mais duas que faz “foguinho” e o outro que vai pegar pesado. (Risos). Quando dá, vai todo mundo, quando não dá, vai quem pode. Acho que não tem assim uma divisão, exata. Quem pode fazer mais, faz. Quem não pode, faz do jeito que consegue e assim vai. Se bem que tem algumas coisas que eu tenho um pouco mais de gosto, eu vou fazer. Aí tem uma coisa que ela gosta mais, ela vai fazer. É diferente, por exemplo, que nem assim, se você chegar numa firma e você vai fazer tal coisa e dizer: eu odeio fazer aquilo. Aí você já está fora. Aqui não, a gente vê, tipo assim: ó o mercado vai precisar de abóbora, só que a gente sabe que abóbora vai sair caro, mas tal coisa aqui, vai está boa também de preço eu estou vendo que vai ter. Então, eu vou plantar esse daqui porque gosto mais, talvez esse aqui vai ter mercado, só que eu não tenho muita afinidade, talvez eu não queira plantar agora. Vou plantar esse daqui primeiro, depois eu planto o outro. E assim vai. Tudo o que a gente produz vende, talvez você não venda com o preço que te satisfaça, mas você vai vender (WILLIAN, 2017).

⁷³ Referência ao ator Mazzaropi que interpretava pejorativamente a figura do caipira preguiçoso e simplório que vivia no interior do Estado de São Paulo com sua família. O personagem ganhou força no filme “Jeca Tatu” de 1959.

Willian (2017) aponta, assim como Erika e Ronei, que a liberdade propiciada pela terra rompe as barreiras e as cercas da racionalidade mercadológica, alicerçando-se no equilíbrio entre o trabalho familiar e a terra, no qual o conhecimento subjetivo, o saber produzir e o contato direto com o resultado do trabalho realizam o agente no trabalho que desempenha.

A consciência do trabalho alienado capitalista dá-se na negação expressa em “*eu só negocio com a minha família*”, percepção a partir da qual arregimenta-se a centralidade do trabalho familiar para a manutenção do lote e da família, através da qual, respeita-se o gosto (quem gosta mais de determinada atividade), a habilidade individual (quem tem mais jeito para mexer com determinada cultura), o conhecimento (quem domina a técnica com mais precisão para fazer o cultivo vingar), o próprio corpo (diferenciando o que é pesado e leve para quem está habilitado para tal) e o tempo (respeitando a vontade de quem quer trabalhar podendo escolher o melhor momento para tal), constituindo tendências de organização, percepção e de reação ao mundo social, constituindo um conjunto unificador de práticas, escolhas e gostos, um *habitus*.

Willian (2017) também explicita, de forma genérica, a visão e a representação preconceituosa que a cidade pode ter sobre eles, o que corrobora com os estudos de juventude rural (CASTRO et al; LACERRA, 2016), que apontaram a depreciação do mundo rural como um dos fatores que incentivam a migração dos jovens para a cidade. Porém, no raciocínio construído pelo entrevistado, é justamente a relação estabelecida com o território, com a liberdade de seu trabalho e a sua família, que dão sentido, naquele momento, para a permanência e a manutenção de suas estratégias de vida no campo. Ao mesmo tempo, com o avançar da conversa, Willian traz outros elementos para serem ponderados acerca do trabalho e da forma que produzir que nos motivam a pensar em novos pontos de intersecção que movimentam dialeticamente a roda terra, trabalho e família:

A produção basicamente é uma pesquisa de mercado, vamos dizer assim. Fazemos a pesquisa de mercado e falamos: isso e aquilo vamos plantar, isso aqui eu tenho vontade de plantar, o que eu não uso eu vendo e troco com o pessoal, basicamente nós trabalhamos dessa maneira. E... Sempre vendo, né? Fico pesquisando, olhando, imaginando. É a gente aqui na família que decide. Tecnicamente a maioria das coisas que minha família precisa temos aqui, eu só vou na cidade buscar arroz, feijão, a parte de higiene, uma coisinha diferente que eu queria comer, tipo assim, industrializado, que não tem como eu, aqui no sitio

produzir, em termos, né? Poder podemos, né.... Se acabar o mundo, acabar tudo as indústrias temos como produzir tudo. Eu tenho como plantar arroz, eu sei plantar arroz. Tenho! Tenho como fazer tudo isso, E não faço, por que hoje eu acho que todo mundo ficou um pouco no comodismo, né? Sim, sim, sim. Mas, ao mesmo tempo, aqui também é agronegócio cara. Entrou na cabeça, agora não sai mais. Atenção, cálculo de tudo, vê tudo, imagina tudo. E não é todo mundo que pensa assim: 'É só por que tenho terra que para mim vai ser de graça'. Não, tudo tem que ter um certo controle. Tudo tem um custo, um preço de produção. Aqui o custo é o principal de tudo. Você pesquisa no mercado, aí você vai plantar, que nem a gente estava falando, a abóbora e o maxixe: a abóbora eu vou ter que plantar semente; vou ter que preparar a terra melhor; vou ter que adubar. O maxixe não, eu posso plantar ele, arrumar a terra igual arrumaria para abóbora, com maxixe posso usar uma semente caipira que tenho aqui mesmo, crioula. E a abóbora, não, abóbora eu vou ter que comprar por que ela já vem modificada geneticamente, a maioria delas. Eu consigo submeter ela a um primeiro plantio, já o segundo não. Tem uma cadeia que eu tenho que seguir, eu tenho que plantar então eu tenho de adubar, então, eu tenho que irrigar, se não vai morrer. Ao mesmo tempo eu tenho que fazer outras coisas, eu tenho que seguir, aí acaba talvez praticamente empatando o que eu tenho que seguir com o que eu acho que tenho que fazer, de certa forma. (Pequena pausa, reflexiva) É, de certa forma. (WILLIAN, 2017)

A fala de Willian (2017) é constituída em um duplo raciocínio: ora nos lembra um camponês que raciocina com sua família sobre o que produzir, a partir do que necessitam para se reproduzir, com autonomia e conhecimentos específicos em relação a terra, consolidando-se em uma dupla posição de autonomia e de integração ao mercado. Por outro lado, em sua fala, com a conjectura “aqui é agronegócio” e “é basicamente uma pesquisa de mercado”, demonstra claramente uma expressão empresarial e economicista em seu raciocínio acerca de seu lote e é, justamente nessa relação com o mercado, que se redefinem os costumes familiares e as práticas de produção a partir de uma *assemblage*⁷⁴ entre seu modo de vida e uma adequação ao mercado.

Assim como observou Bourdieu (1963), me parece que o projeto pessoal e familiar é o que toma frente à racionalização do comportamento econômico, já que, a capacidade de decisão, mesmo que limitada pelo mercado, é reconhecida pelo agente “*só negocio com minha família... vou plantar esse daqui porque gosto mais... vou plantar esse daqui primeiro, depois eu planto o outro...e assim vai... tudo o que a gente produz vende, talvez*

⁷⁴ Assemblage é um termo francês utilizado principalmente no campo da arte a partir de 1953. É usado para definir colagens com objetos e materiais tridimensionais. É baseada no princípio que todo e qualquer material pode ser incorporado a uma obra de arte, criando um novo conjunto sem que esta perca o seu sentido original. É uma junção de elementos em um conjunto maior, onde sempre é possível identificar que cada peça é compatível e considerado obra. Esta percepção corrobora com o espectro analítico da pesquisa.

você não venda com o preço que te satisfaça, mas você vai vender”. É neste sentido que Jollivet (2001) e Wanderley (1996) avaliam que há uma relativa autonomia econômica no campesinato, que, mesmo em momentos de profundas crises econômicas, não perde sua capacidade de agência e geradora de estratégias de reprodução.

Willian também aponta para o uso simultâneo de sementes crioulas e modificadas geneticamente, pois, sem a adesão a estas sementes, o cálculo racional de adesão ao mercado não faz sentido e não gera benefício nenhum para a família. O custo das sementes transgênicas impõe-se a ele na medida em que há demanda pelo produto e ele tem que ser plantado e contabilizado, visando o lucro, mesmo que, após o lucro efetivado, ocorra o fim do ciclo da vida da própria planta, estéril e infértil.

Porém, com o uso das sementes crioulas, fica visível que o cálculo da previsibilidade é rompido, sendo substituído por outro cálculo de outra racionalidade, o cálculo da liberdade e da fertilidade, permitindo com que diversas colheitas sejam feitas a partir de uma mesma matriz, livre de barreiras e freios, permitindo que ele faça planos, contendo as mais diversas estratégias para produzir mais e com mais qualidade, livre de insumos e agrotóxicos que medeiem aquele cultivo.

As sementes têm uma importância muito grande nas culturas camponesas devido à relação direta que existe entre segurança alimentar e produção. Se a semente estiver condicionada a um fim de ciclo, os camponeses não podem assim se reproduzir livremente lançando mão de suas próprias estratégias de reprodução, tornando-se cativos. Arrisco a dizer, em complemento à Martins (1975) que, após a substituição da mão de obra cativa, pela terra cativa, hoje estamos diante de um gravíssimo projeto de biopirataria que busca tornar cativa todas as áreas da vida social, incluindo-se os gêrmens da vida, as sementes.

Assim como a roda de fiar de Gandhi era um poderoso símbolo de resistência, criatividade e liberdade do trabalho camponês, frente à colonização Inglesa na Índia, hoje, no período de recolonização pelo livre comércio, a semente ocupa este mesmo lugar frente à manipulação e monopólio de sua diversidade. O poder da semente está na sua pequenez, que comporta a diversidade e a liberdade de continuarmos vivos. Esta diversidade cultural e biológica viva está diretamente correlacionada à justiça social, a paz e a democracia (SHIVA, 2001).

Shiva (2001) analisa o processo de mercantilização das sementes, que são transformadas de recursos regenerativos e integrados a ecossistemas sustentáveis, em mercadoria. Todo este processo de transformação envolve os modelos tecnológicos da agricultura, desde a revolução verde, o uso dos transgênicos e a manipulação da vida, engendrados por um processo de globalização neoliberal que amarra ciência, direitos de propriedade intelectual e sistemas de patentes que endossam e legitimam esse conhecimento como válido.

Compatíveis com valores culturais e organizações sociais locais, as sementes são simultaneamente uma entidade biológica, parte de sistemas ecológicos e produto de desenvolvimento humano, alocadas de acordo às necessidades. A articulação destes itens é fragilizada pela mercantilização da semente, já que, ela nada mais é, do que, a quebra da unidade da semente - de um lado como geradora de uma colheita, de outro como reprodutora de si mesma. Este fato liga-se dialeticamente com a transformação das relações sociais, sobretudo familiares na agricultura, na direção de um crescente domínio do *agribusiness* e da agricultura em grande escala voltada para a exportação, a serviço das corporações multinacionais. A autonomia camponesa frente a sociedade global vê-se sequestrada, em sua gênese e em sua vida, pelos cientistas, piratas que espoliam conhecimentos, saberes e práticas de seus detentores⁷⁵, com finalidades mercantis, em uma releitura neoliberal dos processos colonização – agora estamos diante da colonização da vida.

Como diria Mendras (1976), é nos grupos domésticos que o trabalho familiar garante a produção, as trocas de excedentes de produtos, o uso das variedades de sementes e saberes, fatores que, se cerceados, desarticulam esta autonomia. Willian (2017) nos fala um pouco mais sobre esses saberes e sua transmissão:

Todas coisas que eu aprendi até hoje, nenhuma foi alguém pegando na minha mão e falando é assim, é assim, é assim. Basicamente é olhando. Eu aprendo as

⁷⁵ A Biopirataria é a manipulação, exploração e a comercialização internacional de recursos biológicos em desacordo com as normas da Convenção sobre Diversidade Biológica de 1992. Significa a apropriação do conhecimento e dos recursos genéticos de comunidades de agricultores camponeses e comunidades indígenas por agentes privados ou por corporações que procuram o controle exclusivo e o monopólio sobre estes recursos e conhecimentos. De acordo com a convenção, as informações e a cultura de um grupo de indivíduos são resultantes de um acúmulo de anos e são consideradas um bem jurídico coletivo, não são simples mercadorias ou objetos de mercado, devendo ser tuteladas pelo Estado. As possibilidades de exploração multiplicaram-se nos últimos anos com o avanço da ciência, dos registros de patentes internacionais e o uso da biotecnologia.

coisas olhando, eu gosto de aprender olhando. Sobre tudo meu pai e minha mãe. E também, as pessoas que eu trabalhei para fora, com o tempo. Mas, até então eu sabia que “aquilo” matava, aquele negócio amarelo matava o maxixe, aquele negócio amarelo também prejudicava a abobora, só não sabia o que era “aquilo”. Ai com um certo tempo fui pesquisando, fiz um cursinho ali, um cursinho aqui. Faço curso técnico que agora aprimorou bastante tudo isso, assim vai desenvolvendo. Vai aprendendo muitas coisas, né, sabendo onde controlar, de onde vem, o porquê. Eu sabia que “aquilo lá” vinha na época da chuva, eu não sabia o porquê. Ai depois você vai se aprimorando em algum conhecimento um pouquinho mais, um pouquinho mais técnico, e científico, aí você vai descobrindo outras coisas, tipo. Eu sempre costumo falar na turma lá do técnico. A gente está todo mundo trabalhando na parte técnica, científica, mas ninguém vai superar eu e os outros três alunos que moram no sítio, a gente tem o principal, a gente tem a prática. Quem nasce no sítio não tem como, né? Fazer esse cálculo... Você vai sair correndo no meio da terra, ai você vai chutar, você vai plantar uma semente de mato, de praga que tem por ai, você planta, então, não tem como calcular assim. Mas, acho que a primeira vez que plantei alguma coisa na vida, acho que aí ficou um pouquinho difícil, foi antes de eu me lembrar (risos). (WILLIAN, 2017)

No caso de Miqueias (2018), e também para os demais jovens do Sepé Tiarajú, sobressaiu-se a vinculação da categoria terra a um engajamento com a questão ambiental, agroecologia e sistemas agroflorestais (SAFs) o que me parece consequência do modelo de desenvolvimento sustentável e do tipo de projeto de assentamento⁷⁶. Foi neste modelo de assentamento que os jovens construíram suas infâncias e iniciaram o trabalho na terra. Ou seja, a partir da vivência deste modelo ocorreu uma vinculação e um engajamento dos jovens às políticas públicas, órgãos públicos e universidades que colaboram na produção, nos meios de comercialização e socialização que estejam em sintonia com as discussões atuais sobre meio ambiente, criando uma sociabilidade diferenciada e específica concerne e tangência o meio ambiente. Miqueias (2018) nos fala sobre:

⁷⁶ O modelo PDS, como apresentado anteriormente, foi construído voltado, inicialmente, para a preservação das reservas extrativistas dos seringueiros no ACRE, é um modelo que tem como princípios norteadores o respeito das especificidades regionais com potencial econômico, cultural e social da floresta e das várzeas, com interesse ecológico e na recomposição do potencial original da área. Com a articulação entre CNS, IBAMA, INCRA e MMA passou-se a partir da portaria 477 do INCRA a implementação dos PDS em territórios de interesse ambiental e com populações tradicionais ou não, mas que possuíssem aptidão para desenvolver projetos sustentáveis na agricultura. O desafio era o de possibilitar o desenvolvimento econômico, social e ambiental, a partir de um paradigma diferenciado de ocupação e uso do solo. Foi neste momento que os movimentos socioterritoriais camponeses, sobretudo o MST, organizaram-se para colocar em prática este novo modelo de assentamento, combinando desenvolvimento social, econômico e ambiental, justificando a continuidade de uma política de reforma agrária (FREITAS, 2008).

Eu fazia o curso a noite em Ribeirão e trabalhava de dia no morro⁷⁷, capinando, mantendo as linhas das árvores, adubando. Em Ribeirão Preto foi quando eu comecei a perceber e ter vergonha de dizer de onde eu era. Eu senti isso, eu tinha vergonha de onde eu sou. Eu não tive coragem de dizer, assim, que eu vinha daqui do Sepé. Foi nesse mesmo tempo que eu conheci a agroecologia, aí eu mudei essa concepção. Eu pensava que tinha que ganhar o meu dinheiro nem que tivesse que pagar aluguel. Não importava que eu tivesse que sair, eu tinha essa compreensão né. Eu fui, entreguei currículo e não deu certo, foi onde eu comecei a trabalhar aqui em casa no lote, com meu pai. Aí percebi que eu comecei a conquistar algumas coisas, plantando algumas coisas, tirando uma renda pequena, mas tirando. Aí eu comecei a pensar: o que é que eu estava fazendo lá fora? Realizando o sonho de outra pessoa? E foi a partir dessas desilusões que eu iniciei um projeto de Microbacias II, para a implantação das agroflorestas. Eu estava olhando muito para a cidade, imaginando muita coisa, aí eu comecei a olhar para dentro de mim e eu despertei das limitações que eu tinha. Eu comecei a ver que eu era muito rico, que assentamento tinha muito a oferecer para mim. Os meus pais sempre viveram na terra, sabe, antes de eu nascer, eles trabalhavam na terra né, na região do vale do Jequitinhonha, depois mudaram para próximo a São Carlos. Então voltar para cá, foi realmente me reconectar com esse trabalho e com esse reconhecimento. Não endeusando a terra, mas, ela ocupa um grande espaço nos sentimentos que nós temos por ela. Tem o significado de você conduzir, produzir e consumir aqui, você está intimamente ligado a terra. Você pensa: eu estou vivendo daqui pelo que nós lutamos, isso é um orgulho, saber que é o que fizemos na vida. Por isso, não é? Mesmo estudando, estou vivendo disso, do fruto do meu trabalho e da minha família (MIQUEAS, 2018).

Observo o quanto Miqueias compartilha de seu modo de vida com Erika, Ronei e Willian. Em sua fala estão imbricadas as categorias terra, trabalho e família e a característica segurança e autonomia que as mesmas propiciam. Porém, há uma forte presença da dimensão ambiental, presente na agroecologia, que promove uma ressignificação e uma conseqüente adaptação dos agentes no campo, dialogando com concepções modernas e científicas acerca da produção de alimentos e preservação ambiental, figurando como uma possibilidade de inserção econômica, política e social diferenciada destes jovens rurais. Esta dimensão também remonta à adaptabilidade do campesinato, propiciando um engajamento diferenciado para este público, impactando diretamente na organização do trabalho e familiar.

No momento da entrevista Miqueas estava cursando geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), acessada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o intuito de formar-se e retornar para morar no assentamento, trabalhar na Agrofloresta com sua família e com a juventude, organizando frentes de trabalho da

⁷⁷ Atividade de compensação ambiental promovida pela concessionária pela ampliação da rodovia.

juventude no assentamento. Também expressou a vontade de lecionar no município mais próximo como uma forma de obter renda. Ele expressou que seu papel como futuro professor ou pesquisador poderia ser desempenhado no próprio assentamento, mas que, seria muito difícil construir uma escola de nível médio no assentamento.

É importante ressaltar que sua família possui uma barraca de comercialização direta em Serrana – SP (município vizinho de Serra Azul e com maior número de habitantes), com a pouca renda que ganham, ajudam a sustentar Miqueias na Universidade, junto a sua bolsa de permanência estudantil. Ele expressa que foi uma escolha difícil deixar o assentamento para estudar em um momento que sua família necessitava de sua força de trabalho.

A fala de Miqueias é bem clara ao expressar o papel que o modelo de desenvolvimento sustentável do assentamento Sepé Tiarajú e o consequente envolvimento de agentes externos (universidades e institutos de pesquisa e extensão) teve sob sua formação e desenvolvimento pessoal, sobretudo, na ressignificação do rural e do papel de juventude nos assentamentos: “...*eu comecei a perceber e ter vergonha de dizer de onde eu era... eu tinha vergonha de onde eu sou... nesse mesmo tempo que eu conheci a agroecologia, aí eu mudei essa concepção*”. O referido período coincide com a efetivação dos acordos entre o INCRA e a EMBRAPA para a implantação dos SAFs e outros programas voltados para o desenvolvimento sustentável. A posição que antes era de desvalorização e pejorativa do camponês, ganha novo significado com as concepções da Agroecologia e da Agricultura Familiar e que, mesmo que introjetadas por um agente externo, encontram relativa compatibilidade com as expectativas e trajetórias dos agentes. Miqueias expressa esta relação entre o agricultor e as concepções científicas e acadêmicas sobre a Agroecologia bem como a sua relação com o assentamento:

As vezes essas concepções que o agricultor tem, como quem tem a mão boa para plantar. As vezes não tem explicação, como os hormônios que você tem na mão ajudam na quebra da dormência da planta e a planta nasce mais rápido. E as vezes a ciência consegue explicar isso. O agricultor não tem consciência disso, o agricultor tem o conhecimento prático, tradicional. Essa experiência ele teve com o decorrer do tempo, observando, analisando, pensando: “você vê, eu plantei aqui não nasceu, o outro lá plantou e nasceu, ele tem mão boa para plantar”. Isso é muito legal, quando a agroecologia consegue valorizar este conhecimento tradicional, aí o conhecimento se torna rico. O pessoal que vive em laboratório precisa enxergar do ponto de vista de quem está fazendo na realidade, os agricultores viveram isso, apreenderam com seus pais e isso foi trazido de geração em geração. Quando os teóricos ouvem o agricultor, eles

“ficam de cara” como é que pode, as vezes o agricultor analfabeto falar sobre coisas que a ciência está lutando para tentar entender. E é tudo isso devido a experiência. Eu vejo que tudo isso aconteceu e se tornaram grandes coisas da minha vida, se não fosse isso hoje eu não estaria estudando geografia em Minas gerais contando um pouco sobre minha história, isso tudo me motivou a criar uma estratégia de vida. Eu, particularmente, tinha preconceito contra MST, então, quando as pessoas me perguntavam de onde eu era, eu não dizia que era do assentamento, falava que morava na zona rural, mas nunca falava que era no assentamento. Hoje em dia eu falo que moro no Sepé Tiaraju, perto de Ribeirão, trabalhamos com a Agroecologia, hoje eu tenho um grande orgulho de falar que eu sou assentado sabe. Esse processo de luta que a gente venceu aqui me tornou quem eu sou hoje. Para mim hoje é motivo de orgulho. Isso tudo foi aqui em Serra Azul, mas hoje existe uma coisa boa entre o assentamento e Serra Azul, a gente superou essas fases de preconceito ruins. Mas o bom foi que me tornei numa pessoa que tem orgulho daqui (MIQUEAS, 2018).

Influenciado pela parceria entre o assentamento e a EMBRAPA, voltado para a discussão de temas da agroecologia e da juventude no assentamento surge, em uma articulação de 12 jovens, o Coletivo de Agroecologia da Juventude do Sepé (CAJUS). A princípio, no ano de 2015, o coletivo reunia-se semanalmente para pensar os problemas do assentamento, a partir do olhar da juventude, abordando os projetos e os desdobramentos nas famílias, nas relações das cooperativas e nos possíveis papéis que a juventude poderia desempenhar. Para a articulação entre os jovens foi construída uma página na internet⁷⁸ e um grupo de comunicação via WhatsApp.

Foto 9 - Emblema do CAJUS



Fonte: Página da Organização (2019).

⁷⁸ A página transformou-se no cartão de visitas do Assentamento no Facebook e pode ser acessada em: <https://www.facebook.com/Sepetiaraju2/>

Miqueas relatou que, no início, o grupo tinha muitas dificuldades para colocar as ações em prática, o que causou uma evasão e não aderência de muitos jovens ao grupo, somado ao fato de que, como ele aponta, muitos não tinham paciência para esperar a maturidade das ideias e dos objetivos do grupo, justificando a saída com a necessidade do trabalho na cidade para busca de recursos financeiros e a impossibilidade de lidar com todas as tarefas e o estudo, ao mesmo tempo. Em uma primeira Parceria com a EMBRAPA, o grupo iniciou uma formação profissionalizante de manejo dos SAFS baseada nos mutirões nos quais os jovens reuniam-se para a prática, em cada semana, no lote de um dos membros do grupo. Ao fim do curso, somente três jovens obtiveram a formação completa.

Após esta primeira etapa, os jovens partiram para a organização de feiras de legumes e verduras agroecológicas, itinerantes, no município de Ribeirão Preto, em frente às escolas e praças públicas. A divulgação era feita na página, nos grupos de WhatsApp e grupos de conhecidos. Os legumes e verduras advinham dos lotes individuais dos familiares dos jovens, os quais negociavam com a família o que poderiam oferecer e o quanto lucrariam. O transporte era feito por algum assentado que estava disponível naquela semana e que era pago para tal função. O lucro era voltado para a continuidade das atividades e para o aperfeiçoamento profissional dos jovens agricultores.

Neste momento, também foi pleiteado pelos jovens, no espaço destinado à produção coletiva, alguns hectares destinados somente ao CAJUS, no qual eles pudessem desenvolver um SAF próprio e comercializar suas próprias verduras e legumes. Por meio de abaixo assinado, foi concedida tal doação do espaço da comunidade para o grupo, porém, neste momento a resistência das famílias para que os jovens não se engajassem no projeto aumentou vertiginosamente. O mesmo argumento familiar, na maioria das vezes imposto pelo pai, me foi relatado pela maioria dos jovens, o de que, ao trabalhar coletivamente e ganhar autonomia, os jovens deixariam o trabalho no lote e a ajuda a família, o que causaria um enfraquecimento na produção e no lucro de cada lote.

Este fato que promove conflitos familiares corrobora com a percepção de Castro *et al* (2009), de que os jovens rurais enfrentam um duplo preconceito, na cidade e no

campo, por serem jovens e rurais. Nas cidades enfrentam o estigma do camponês, caipira e jocoso e da vinculação aos movimentos sociais (ressaltada por Miqueas), no campo, enfrentam o preconceito da própria família ao serem considerados jovens demais e urbanizados demais para assumirem espaços de decisão e protagonismo, sendo sempre considerados como ajuda no cotidiano de trabalho do lote. Porém, frente a iminência de outras saídas para o jovem, a moral patriarcal e a imposição (geralmente do pai) ficam mais fortes, restringindo as atividades dos jovens com a finalidade da preservação da família e de sua lógica interna de funcionamento.

Foto 10 - Camiseta utilizada pelo coletivo nas feiras



Fonte: Lacerra (2018); Acervo do autor

Este momento coincidiu com a saída de Miqueas em 2017 para os estudos fora do assentamento. Considero que ele é o principal articulador do coletivo. Nesta conjuntura de enfrentamento da comunidade e de saída de um dos principais líderes, o grupo perdeu forças e, hoje, articula atividades pontuais quando a EMBRAPA realiza as vivências agroecológicas, debatendo junto aos participantes e a comunidade os problemas enfrentados pelos jovens. Nestes momentos Miqueas viaja de volta para o Assentamento e sempre está presente para dar suporte ao grupo. Miqueas nos fala sobre essa conjuntura:

A juventude estava organizada, indo para as feiras em Ribeirão Preto, mesmo com as dificuldades, os meninos queriam continuar. Mas teve um momento que dispersou sabe. O CAJUS, que é o coletivo da juventude do Sepé, ainda acredita nessa força sabe, que trabalha a relação com a terra e com o rural, pensando como isso pode ser benéfico para a juventude. Nesse período que estávamos mais ativos, nós pleiteamos um espaço coletivo aqui no Sepé. E aqui a gente tem este espaço. Nas feiras levantamos uma grana, 500 reais para produzir coletivamente. Tenho plano de chamar a juventude e trocar ideia com o pessoal, aproveitar quando eu estou aqui, porque tem esse dinheiro para usar com os jovens. Quero chamar a juventude para mexer na área, capinar o mato, produzir algo, para ter o que vender e comercializar para a gente. Perto do Sitinho, do lado da casa das irmãs, fica a nossa área. É grande ali, para cima tem o barracão que também podemos utilizar como espaço de formação, aplicar cursos de formação, festas, coisas de jovens né, aliando a questão do aprender com a diversão. Nisso tudo também, quando comecei a estudar juventude na agroecologia eu entendi que a juventude era expulsa do campo. Mas eu não olhava e percebia a questão de gênero, por ser homem né, aí observei nas minhas colegas de assentamento, que quem mais sofre são as mulheres. Por exemplo, quando o pai vai passar a terra para algum filho, ele não passa para a filha né, quem ele escolhe para tocar o lote é o filho. Então a mulher assentada não se enxerga como exercendo uma função no campo. O que que ela vai fazer ali? Vai fazer doce? Sendo que o campo e a agricultura são muito maiores que isso. Vai ficar em casa fazendo comida cuidando da casa? Não, né. Esse papel tem que ser desmistificado, que só o homem tem que ir para a roça, o empoderamento feminino nesta parte é muito importante. Contar com a presença da mulher é muito importante para lutar contra o êxodo rural. O coletivo tem que ajudar a quebrar essas coisas (MIQUEAS, 2018).

É importante ressaltar a tradução e a mobilização de conceitos e símbolos introjetados pelo coletivo que foram veiculados pela relação com a EMBRAPA. Estes conceitos tangenciam um modo de vida camponês e, como ressaltado por Miqueas, foram responsáveis por uma melhora significativa da qualidade de vida dos jovens assentados, reconfigurando noções de pertencimento e conexão com o Assentamento. Esta reconstrução pode ser observada na paródia da canção “Namorar para que? ”,

traduzida para “Cidade para que?”⁷⁹, tida como o lema dos jovens. Ela é cantada nos encontros e nos mutirões dos cajus, e aponta para a dimensão da segurança da terra, dimensão ressaltada pela maioria dos entrevistados, garantida pelo resultado da produção:

Depois que eu conheci o Sepé
Depois que eu vi que a juventude sonha
Depois que eu vi que a terra é boa
Depois que eu vi como se planta⁸⁰
Só agora que eu fui perceber
Cidade para quê?
Cidade para quê?

Prefiro estar no campo pois sei que eu vou colher! (CAJUS, 2016)

Foto 11 – Reunião dos CAJUS nas vivencias agroecológicas



Fonte: Lacerra (2018); Acervo do autor

⁷⁹ A canção interpretada pelo coletivo pode ser acessada em: <https://youtu.be/Mbklwg3-N3Q>

⁸⁰ Refere-se ao contato com a agroecologia como outra forma de conceber o plantar, colher e as relações no mundo rural.

Além da dimensão ambiental prevista no modelo PDS, outro importante pilar já discutido anteriormente, que também é influenciado pelos agentes externos, é a cooperação no Assentamento Sepé Tiarajú. Como indiquei no item 4.2, havia uma extrema conflitualidade entre os membros das cooperativas durante o período da pesquisa (até que, neste momento final, motivada pela crise, ocorreu uma reunião entre as cooperativas para acessar os programas de fomento – o que não significa uma solução de conflitos).

Aqui a gente tem uma solidariedade, inclusive entre os jovens, mas, precisa quebrar algumas barreiras ainda hoje, dentro do próprio assentamento. Foi trabalhado muito e foi discutido muito essa questão da coletividade. Hoje, ainda entre os próprios agricultores e a própria juventude, a coletividade não é tão presente assim. É uma coisa que a gente deve reaprender que a coletividade é extremamente importante e trabalhar todas as relações de uma comunidade como um assentamento. A coletividade que eu falo é das pessoas que devem lutar juntas pelos seus direitos dentro desse espaço, nas cooperativas. Num espaço pequeno como esse você tem quatro cooperativas, isso já mostra e é evidente que existem coisas que deveriam ser solucionadas a muito tempo. Se fossem sanadas o assentamento estaria em outro patamar vivenciando outras coisas. Tipo, era para ter umas duas cooperativas no máximo e aí os agricultores, os associados, iriam trabalhar juntos. Muitas vezes, outras coisas iriam acontecer sabe, inclusive para a juventude, programa sociais virem mais. Essa falta de coletivismo das pessoas que vivem aqui torna a nossa relação mais difícil. Esse ambiente de camponês, de trocar as coisas, de viver um junto com outro, esse existe sim, mas quando é para tratar sobre coisas que vão pouco mais além da xícara de farinha, pó de café, sementes e etc., existe essa distância entre os assentados, essa dificuldade. Essa é a maior dificuldade que a gente se esbarra, no individualismo e subjetividade de cada um. A cooperativa não consegue exercer o papel para qual ela foi definida, a cooperativa trabalha ideia de cooperar com os agricultores e, entre os agricultores, tornando a vida dos agricultores, teoricamente, no relacionado a produção, mais fácil né, ou, pelo menos, menos desumano. Ela não consegue exercer sua função. A cooperativa existe, porém, ela não consegue atender os direitos do agricultor. Então isso vai muito na ideia de que o agricultor tem que produzir e a cooperativa tem que trabalhar apenas na logística. Ela pleiteia apenas por alguns benefícios, e é o agricultor que tem que se virar sozinho, com o processo de produção, tem que pagar trator, comprar semente, pagar para manejar, muitas vezes pagar para trabalhar. Aí é outra relação né... A cooperativa tenta alguns programas como CONAB, PNAE e o PAA e, após isso, ela não existe mais, após conseguir pegar esses programas. Pro agricultor não se torna viável nem rentável, a CONAB é R\$8.000,00 por ano, sabe, então agricultor vai ter acesso apenas a essa quantia por ano. Por ser anual, esses valores são muitos baixos e, após isso, agricultor tem que se virar com a produção dele. Se a ideia da cooperativa é trabalhar a ideia do coletivo, deveriam auxiliar o agricultor no processo de produção, acompanhar ele, dar suporte técnico, ajudar ele a produzir com o maquinário, trazer ele para a economia solidária e conseguir incentivar o agricultor a permanecer no assentamento, pois, muitos querem ir para a cidade porque não conseguem enxergar essa possibilidade aqui dentro, que o campo tem potencial de vida. Isso é função da cooperativa, mostrar para agricultor que isso dá certo. O camponês, quando ele vê, ele acredita, quando ele vê o produto sendo comercializado e que

aquilo vai gerar renda para ele, ele faz, se ele vai ter vontade de fazer de ficar ou não, é outra coisa. Agora, se ele ver que nada está dando retorno, fica só dando trabalho, ele fica desmotivado não quer continuar ali. Então nessas coisas que a cooperativa deveria auxiliar ela fica ausente. Não é somente econômica a questão da cooperativa, tem uma questão social por traz, também a questão ambiental, que é muito importante, auxiliando na assistência técnica, pensando como agricultura vai produzir de uma forma mais ecológica (MIQUEAS, 2018).

Minha percepção é a de que, além das diferenças religiosas e de vinculação aos movimentos sociais que promovem cisões na cooperação, há também uma conflitualidade decorrente do confronto entre os interesses familiares (que buscam a garantir a reprodução de sua família e de seu modo de vida), que destoam do desejo das cooperativas enquanto “representantes” de um planejamento coletivo – e que, por sua vez, também são conduzidas por lideranças específicas e que estabelecem vínculos com os agentes externos visando prestígio e satisfação pessoal. Nesse sentido, Edna (2016) aponta alguns elementos percebidos e enfrentados por ela na condição de cooperação e no coletivo, bem como sobre suas estratégias de vida no cotidiano do assentamento:

Até há muito tempo eu tinha vontade de trabalhar com as cooperativas. Meu pai é sócio da cooperativa, mas, aqui o pessoal tem muita rixa por conta das cooperativas, por conta desse processo de luta e de movimento que eles tiveram antes. Então, é muito difícil trabalhar com todos eles juntos, unindo eles, já que todo mundo não quer se ajudar para trabalhar junto. A gente até está tentando nos projetos, fazer compra junto trabalhar junto. Mas sempre acaba na maior frustração. No final se eles se unissem não precisava de quatro cooperativas. Uma cooperativa na produção, boa e grande, você consegue acessar o mercado na cidade grande e escoar bastante produto daqui de dentro. Não precisa disso, eles ficam brigando por qualquer coisa entre eles, por causa de R\$ 30.000,00. Mas eles levam para o pessoal. Muita gente conseguiria ter uma vida boa aqui se eles se unissem. Muita gente conseguiria se reerguer aqui dentro se eles não levassem para o pessoal. Eu acho que tem muita pesquisa as instituições aqui, mas, eles não fazem alguma coisa concreta que já aconteceu algum lugar e que deu certo e que possa ajudar de fato a gente. Às vezes ficam por fazer uma experiência aqui, vira um campo de experiência e os agricultores não tiram muito benefício disso, pelo contrário, as vezes têm até prejuízo. Ao mesmo tempo é bom ter essas instituições junto ao assentamento, porque a hora que você for brigar por alguma coisa você tem o apoio dela. Faz toda diferença se você for no INCRA ou na prefeitura quando tem o apoio da UFSCAR, da EMBRAPA ou SEBRAE. Isso para o lado da Agricultura e para as cooperativas é bom, mas, tem um lado das pesquisas que é complicado. No meu ver eu acho isso. Que nem, eu sei porque trabalho como estagiária do SAF, você pode até falar “Edna você que trabalha lá e você acha isso”, mas eu vejo o lado do produtor porque meu pai é produtor, eu sou uma futura produtora, eu vi muitas coisas boas e muitas coisas ruins que foram os projetos. Futuramente eles não sabem o que vai acontecer com essas florestas, quem vai ficar aqui e com quem vive aqui dentro. Eles não vivem o dia a dia do Agricultor. A gente tem que estudar isso mas falta vocês se adaptarem à realidade da população aqui dentro, tem que viver a realidade da população um pouco mais aqui dentro para ver onde se encaixa tudo isso.

Quando essas pessoas forem embora, são as pessoas que moram aqui que vão ficar com essas dificuldades aqui dentro sem rumo sem saber para onde ir. É o que eu falo, para agricultura aqui dentro, toda oferta que vier de fora tem que avaliar se vale a pena, se encaixa no que pretendemos fazer futuramente com a vida e com nossa família, se não acabamos ficando com prejuízo e brigando entre a gente. Com essa oferta muito grande de curso tem que saber muito bem o que quer fazer e porquê. Esses dias eu conversei com um agricultor e perguntei sobre o que que era o curso dele, para que ele estava fazendo o curso e do que se tratava. Ele me disse que estava fazendo o curso só por fazer, porque tinha alimentação. Ele estava investindo dia dele de trabalho no curso em algo que ele não ia usar futuramente! As pesquisas também precisam de uma devolução por parte de vocês pesquisadores, para a qualificação dos jovens, uma formação voltada para o mercado, para eles conseguirem se inserir no mercado. Seria uma boa forma de devolver essas pesquisas para comunidade. Muitos jovens saem daqui para trabalhar na cidade porque ainda tem dificuldades. A gente tem a expectativa de trazer eles de volta para a terra. Reativar as agroindústrias, ter trabalho na terra, no campo. Agora, mesmo assim mudou bastante a realidade da gente desde o começo, é bem diferente, graças a deus. Eu mesma, terça feira eu tive que arrumar um novo serviço, como analista de cartão de crédito na Riachuelo lá no shopping em Ribeirão Preto. Assim, o mercado de trabalho aqui dentro do Assentamento é muito pouco, é trabalhar na terra e muito jovem não quer isso. O jovem quer dinheiro fixo, principalmente os homens. Mulher já não liga tanto para isso. Eles têm que sair daqui para buscar o provento porque aqui não tem renda. É uma loucura isso, porque eu continuo trabalhando aqui no PDRS⁸¹ até março e vou trabalhar a tarde na Riachuelo. Como eu já trabalhei antes em Ribeirão Preto eu vou mesmo, porque eu já me acostumei. Vou e volto todo dia para Ribeirão Preto né. Agora vou trabalhar mais um pouco na Riachuelo para conseguir guardar um dinheiro para investir mais aqui. Eu saio às 6:00 da manhã para entrar às 7:30 depois eu saio de lá 13:20 chego aqui lá para as 14:00, até que não é tão difícil, a gente ainda tem sorte porque está próximo da pista (EDNA, 2016).

No momento da entrevista, Edna morava com sua família e estava engajada na organização do projeto Microbacias II, vivenciando também o trabalho na cidade, com a finalidade de complementar a renda familiar, lidando com a dificuldade monetária e as inseguranças em relação futuro. Diferente de Miqueas (2018), Edna (2017) demonstra que a chegada dos projetos e agentes externos não são recebidos e percebidos da mesma forma por todos os jovens.

Ao mesmo tempo em que os projetos são voltados para a reprodução dos assentamentos de reforma agrária e dos seus agentes, Edna demonstra que há também uma dimensão conflituosa e contraditória entre o modo de vida dos assentados, seus desejos familiares e pessoais, e a identidade imputada por estes projetos promovidos pelos agentes externos, *“falta vocês se adaptarem à realidade da população aqui dentro ... tem que avaliar...se encaixa no que pretendemos fazer futuramente com a vida e com*

⁸¹ Referência ao já citado Microbacias.

nossa família, se não acabamos ficando com prejuízo e brigando entre a gente. Nesse sentido a família é o ponto balizador, e é o projeto familiar que se encontra tensionado frente a execução dos projetos. Mas, contraditoriamente, Edna relata que, foi a partir desta relação com o projeto Microbacias que ela construiu uma visão empreendedora da realidade e, é esta visão, que permite a construção de planos futuros para a permanência no assentamento:

Eu quero muito continuar aqui, mas agora eu falei para meu pai, se for para eu ficar morando aqui tem que ter trabalho. Se eu tiver que continuar trabalhando em Ribeirão é mais fácil eu mudar para lá porque não vou estar sobrevivendo daqui. Então eu assim pretendo trabalhar fora para conseguir um dinheirinho para mim investir aqui futuramente no lote, uma produção que seja alguma coisa que dê dinheiro certo futuramente, que eu consiga vender, que consiga mercado e não ficar só na questão de produzir comida para a gente. Por exemplo, vou comer hoje só está bom. Eu penso diferente, eu penso em crescimento, crescimento de vida, melhora financeira, conseguir comprar um carro, arrumar minha casa melhor, ter uma estabilidade financeira. Eu quero ficar aqui, eu quero continuar aqui com minha família, mas o que eu te falei, trabalhar carpindo roçando eu não quero. Eu quero mesmo trabalhar profissionalmente investindo, conseguindo empréstimo para investir alguma coisa que vai me dar um retorno, que dá lucro, para poder viver daquilo. Não dá para a gente fazer isso agora sem uma qualificação, pegar um Pronaf jovem, por exemplo. Porque essas coisas são para produtores que já tem mais experiência, que produz mais quantidades. Futuramente a gente pretende pegar esse tipo de projeto, mas vai muito da qualificação. Tem que ter um foco no que vai investir e no que você pretende trabalhar, se você pegar um dinheiro agora é capaz de você fazer uma dívida. Então tem que ter muito foco no que vai ser trabalhado e a cabeça bem pensada porque muito jovem é capaz de pegar esse dinheiro e gastar com outras coisas, por exemplo, uma moto. Alguns anos atrás quando eu tinha 19 anos saiu essa proposta de PRONAF Jovem e eu mesma já tinha em mente coisa errada. Mas agora que eu estou trabalhando e também ficando junto com um agricultor, convivendo com meu pai, a gente faz o planejamento da família juntos, sabe, agora eu tenho mais cabeça de pegar um projeto desse de pegar um dinheiro desse fazer investimento. Vai dar pelo menos o dinheiro para eu guardar um pouco e pagar o empréstimo. Quero investir primeiro na minha qualificação para não ficar prejudicada futuramente e conseguir planejar minha vida direitinho. A minha visão empreendedora foi construída através de muita dificuldade, vivi ganhando pouco, teve a experiência de acampamento, mas o que me ajudou mesmo foi o projeto Microbacias. Antes eu tinha uma visão totalmente diferente da terra, achava que terra não dava lucro, como eu trabalhava em cidade acho que tinha essa visão só da cidade. Ai com o tempo trabalhando no Microbacias aprendi a trabalhar os gastos, controlar os gastos. Foi a convivência do dia a dia com meu pai também. Então está na hora da gente parar de bater cabeça e começar a se planejar para não acontecer isso de novo e passar por dificuldade. Vamos planejar, vou fazer investimento para futuramente daqui um ano não estar passando por um momento de dificuldade. Os planejamentos que eu comecei a fazer com meus pais, faz um ano mais ou menos, foi quando eu comecei a ficar mais próximo da minha família e a gente começou a pensar o cultivo e no quanto a gente podia investir (EDNA, 2016).

Observo em Edna, diferentemente de Willian (2017), um peso maior da expressão empresarial e economicista em seu raciocínio acerca de seu lote e de seus projetos futuros, apesar da dimensão familiar ser muito presente para ela. Considero que esta característica de Edna é motivada pela extrema precariedade vivida pela entrevistada, envolvida em diversos projetos e com o trabalho na cidade. Como ela mesma apontou, fazia um ano em que ela havia retomado o planejamento familiar e a proximidade com a família. Além do trabalho na cidade, como apontado anteriormente, os projetos, como o Microbacias, são voltados, além da perspectiva agroecológica, para a construção de um ator social moderno e qualificado, o agricultor familiar (formação que contribuiu para a construção da visão empreendedora da realidade de Edna), mas que, ao mesmo tempo também contribuiu para a reconfiguração de sua relação com a terra, com o trabalho e com a família. Ploeg (2006) afirma que são justamente a construção destas concepções modernas e a inserção nos mercados que constituem a adaptabilidade do campesinato, e que, esta é a sua marca na atualidade, não incompatibilizando as análises destes agentes enquanto camponeses.

Fica claro também no relato de Edna (2016) a migração diária, como andorinhas, nas idas e vindas das cidades próximas ao assentamento, como sustentado por Scopinho (2013), sendo que, a principal motivação deste fluxo é a capitalização de recursos, em busca do dinheiro fixo para o lote e para investimento, além da busca da segurança financeira que o trabalho no campo não propicia para os jovens que, também, não encontram outras perspectivas de inserção profissional no assentamento. Edna também aponta para as condições estruturais, políticas e de gestão dificultam a permanência dos jovens que querem continuar morando nos assentamentos e, mesmo assim, eles optam por elaborar estratégias penosas combinando diferentes tipos de trabalho, participação em projetos e organização familiar.

Rodrigo, morador do Assentamento Reunidas, fala sobre a relação do Assentamento com o MST, um agente externo que construiu políticas no assentamento e, como essa relação, possibilitou a construção de sociabilidades entre os jovens:

Eu sou muito grato ao MST, porque, quanto a formação de militância eu tive totalmente com eles, porque assim, eles eram muito ativos aqui no assentamento eles davam curso de formação direto. Na verdade, assim, a gente não ia porque gostava, era cansativo, dois dias, mas íamos obrigados, minha tia fazia parte da

direção do MST e hoje a gente vê como é importante participar do grupo. Embora não gostasse a gente aprendeu muita coisa, criamos essa identidade, que defende a terra, a família e a permanência do jovem aqui dentro. E muitas pessoas que não participaram desse curso de formação não tem essa perspectiva hoje. A maioria dos jovens que tão na faculdade tão nesse pensamento de se formar e não continuar aqui. Mas, muitos dos que estão indo para a cidade, estão voltando. Eu mesmo falo que quem um dia morou aqui no assentamento quando vai para cidade e as necessidades não são supridas, acabam voltando. Muitos dos jovens de agora não participaram desses grupos de formação do MST. Depois de um tempo o MST parou de ser ativo, o curso de militância, não deram andamento por aqui e o jovem se perdeu no sentido de que não tinha mais prática de formação. Quando precisava de terra e o pessoal queria alguma coisa o MST estava mais presente, depois que cresceu o Assentamento, o MST virou mais uma instituição do que qualquer outra coisa, não um movimento social que luta pelos ideais. É isso que aconteceu, depois que o PT entrou no poder, eles deitaram na cama e ficaram dormindo esperando que o governo desse tudo. E deu muita coisa, mas, a luta não para quando se conquista o que você quer, você continua buscando mais, mas é isso que eu acho, que acomodou demais o MST. Eu faço faculdade, eu tenho privilégio de trabalhar aqui na associação de poder contribuir com o pessoal de alguma forma, é gratificante para mim. Recebo um pouco, trabalho aqui na associação de dia e a noite vou para a faculdade. Faço faculdade lá em Lins, é o local mais perto, eu tenho a perspectiva de não ir embora, gostaria de trabalhar na habitação aqui dentro. No sítio, eu e meus irmãos sempre fizemos o mínimo necessário na roça. Meu pai sempre pautou os estudos, então, ele queria que nós fizéssemos o mínimo de trabalho. Agora, graças a Deus todos os filhos, que são 4, terminaram e estão terminando o ensino médio e estão na faculdade. Minha irmã é psicóloga, meu irmão cursa enfermagem e eu engenharia civil. A juventude de hoje do assentamento, pegou uma época onde as oportunidades apareceram, hoje só não faz faculdade quem não quer, porque antigamente os jovens não tinham nem condições de frequentar uma escola (RODRIGO, 2016).

No momento da entrevista, Rodrigo morava com a mãe e dois irmãos, a irmã mais velha já havia saído do Assentamento. Haviam passado pelo recente falecimento do pai, figura carismática e conhecida na comunidade. Diariamente Rodrigo deslocava-se entre o Assentamento e o município de Lins – SP para as aulas do curso de graduação, o trajeto, às vezes, era feito de van, outras de carro. Somando-se aos estudos, ele também ocupava o cargo de secretário da já mencionada ACCEPAR, na qual, recebia uma pequena ajuda de custo, para o preenchimento das burocracias, bem como, orientar o preenchimento dos pré-requisitos para a participação de contratos entre os produtores e os programas PAA e PNAE, mediados pela associação.

No relato de Rodrigo, fica claro o papel do MST como agente externo que veicula concepções, conceitos e símbolos, que articula categorias como terra, família e trabalho, atribuindo identidade a um campesinato, dando novo significado às estratégias de vida, constituindo um novo modo de vida vinculado à luta pela terra. Fica claro pelo relato que,

a necessidade da terra é que motivou a formação do movimento. Isso não ocorreu somente na região de Promissão, mas, em todas as lutas que eclodiram pelo país.

É neste momento que as estratégias e modos de vida encontram-se, constituindo a luta pela terra, pleiteando a terra para, futuramente, serem livres para constituir suas vidas e para trabalhar livremente com sua família. Rodrigo aponta que, após o assentamento, o MST perdeu força. Em ambos os assentamentos, após a luta pela terra, o movimento e suas lideranças entraram em conflito com as expectativas e modos de vida dos outros assentados, criando, algumas vezes, até um clima de rechaço entre alguns grupos e a militância, pois, a partir daquele momento, a luta pela terra não era mais o horizonte das famílias, e sim, diversas estratégias de sobrevivência e reprodução no assentamento passaram a compor o cotidiano das mesmas.

Nesse sentido, apesar das heranças simbólicas recebidas pelos seus familiares e pelo movimento, que consolidaram em Rodrigo uma forte noção de pertencimento ao assentamento, amor pela terra (segurança para a moradia) e importância da família (e do trabalho familiar) para a vida na comunidade, as estratégias de sua família em seu processo de educação, não foram as de consolidar e permitir com que Rodrigo se apropriasse da dinâmica, terra, trabalho e família, já que, nesse ínterim: *eu e meus irmãos sempre fizemos o mínimo necessário na roça. Meu pai sempre pautou os estudos, então, ele queria que nós fizéssemos o mínimo de trabalho.* Rodrigo também relata que, nos poucos momentos que teve contato com o trabalho na terra, sempre achou muito penoso, mas que muito valoriza a luta e todo trabalho que seus pais desempenharam no Assentamento e no lote.

Considero que, mesmo Rodrigo elaborando diversas estratégias de permanência que combinam idas e vindas e futuros projetos para o assentamento, que o modo de vida camponês perdeu força, perdeu autonomia e acabou cedendo a outros esquemas de sobrevivência. É importante ressaltar que, ao serem questionados sobre a reprodução do lote, Rodrigo e sua mãe relataram sentir-se ameaçados com uma possível dissolução, mas, a expectativa depositava-se na consolidação de políticas de habitação (para a reconstrução das casas e melhoria das condições estruturais), comercialização (criação da DAP jovem e outros programas de fomento) e saúde (incorporação de psicólogos e

enfermeiros), que pudessem absorver o trabalho dele e de seus irmãos, no Assentamento, em outras profissões que não a de agricultor.

Bem sabemos que as condições políticas posteriores a esta entrevista não foram favoráveis para a consolidação de políticas públicas para o meio rural. Agora, formado, Rodrigo continua morando com a mãe, trabalhando na Associação e relata que os rendimentos dos agricultores caíram em mais de 50%, e que, como associação, estão buscando outras formas de comercialização direta, cestas e feiras. Mais um dos irmãos mudou-se para uma grande cidade da região e, hoje, a expectativa de Rodrigo é encontrar emprego também em um grande centro.

Com algumas similaridades a Rodrigo, Victor (2018), morador do Sepé Tiarajú relata:

Antes eu vinha com a minha mãe e passava dois ou três dias. Era mais na cidade entende? Aí quando eu fiz uns 05 anos, foi aí que minha mãe decidiu vir. Aí daí para a frente que eu comecei a conhecer mais jovens, foi muito legal. A gente subia até a escolinha, ficava brincando, pegava livros para ler. Tinha uma santinha, uma capelinha, a gente rezava, era muito legal. Foi aí que eu comecei a amizade com a juventude e fazer as trapalhadas da vida (risos). Meus pais estão aqui. Moram aqui. A dona no papel é minha avó. A nossa família é do Maranhão. Que veio primeiro foi meu avô, para trabalhar, aí ele ficou sabendo que tinha luta pela terra, aí minha avó também veio. Foi ficar no acampamento e fazer a luta. No maranhão minha avó cuidava das filhas e era quebradeira de coco, pescava bastante, fazia farinha. Olha, eu não gostava daqui, achava estranho sabe. Pensava: “*Eu que não vou ficar embaixo desse sol capinando!*”. Eu não gostava de mosquito, achava que barro era uma coisa nojenta. Eu sempre fui frescuro. Meus irmãos e meu avô não. Aqui era cheio de cana por tudo, eles limpavam no braço e plantaram banana e mandioca. Passavam a noite sabe, e eu, dentro de casa. Como eu sou o caçula eu sempre fiquei mais *light* sabe, eu sempre ia para a cidade, tinha as melhores coisas. Isso mudou com o tempo. Agora eu pretendo me formar na área veterinária, para isso eu tive que saber, por exemplo, qual capim é bom, se prejudica ou não. Não é qualquer alimento que eu posso dar para qualquer animal. Se eu vou entrar na área veterinária, não é sem propósito, eu quero pegar os cachorros de rua e trazer para cá, tratar deles, porque aqui é um lugar que eu posso fazer o que eu quero, aqui podemos decidir tudo. Eu quero trazer esse conhecimento sabe, compartilhar com meus vizinhos. Não tem veterinário por aqui. Assim eu posso abrir meu próprio negócio também, se futuramente, os outros filhos dos meus vizinhos também quiserem incorporar está aberto sabe. Foi aqui que eu comecei a ver os animais, aí eu pegava amor: porco, vaca, até cobra eu aprendi a entender... Eu ficava vendo os técnicos cuidar da vaca que a gente tinha, foi aí que eu gostei mesmo sabe, senti prazer e percebi que é isso que eu quero. Agora, aqui, minha avó é feirante, descasca mandioca, embala, coloca no carro e vai para a cidade vender na rua, junto da minha mãe. Meus irmãos mudaram, eram jovens e tinham que trabalhar, acabaram saindo... Cansaram da roça. Um está em Ribeirão e outro em Sumaré. Eles casaram de capinar das seis da manhã até ao meio dia e, depois, no fim da tarde. Eu também ajudo a plantar agora, a plantar mandioca, embalar. Mas, ano que vem eu termino todos meus estudos, quero fazer faculdade fora, em São Paulo, depois trazer meu conhecimento para cá. Espero que a escolinha ainda esteja aqui para eu

trazer para a juventude, não é de qualquer jeito que podemos transmitir esse conhecimento, sabe. Tento não pensar muito sobre isso, na verdade, nunca pensei. Meu avô ficaria muito chateado se todo mundo fosse embora. Mas sei lá, eu pretendo voltar. Tem gente que me fala: *Ih, você estudar fora vai sentir o gostinho de cidade e não vai mais querer voltar.* Aí eu falo, *vou trocar isso aqui por uma floresta de pedra?* Não troco, sem chance. Enquanto isso eu estou aprendendo com a minha avó e meu avô. Se eu estou com vontade de comer uma mandioca, eu sei plantar, colher, cozinhar. Não é de qualquer jeito que você pode plantar uma mandioca. Nem com muita terra, nem com pouca terra, tem que ter uma base. Isso me dá uma segurança, fico mais tranquilo de ser dono disso. Eu gostaria que voltasse os CAJUS que o jovem tivesse uma união sabe? Nós temos as cooperativas, as políticas, mas, tipo assim, informática não tem, tem jovem que não consegue pegar ônibus aqui para fazer um curso de informática na cidade por falta de dinheiro. Mas precisa na cooperativa, entende? No lote também precisa, na associação, todo mundo precisa do jovem, mas ninguém leva ele a sério. Essas coisas novas tem que trazer para cá, para resolver as coisas daqui mesmo. Fulano nem consegue enviar um e-mail, tirar pedido e etc. Na cidade também tem preconceito até hoje. Desde a época dos meus irmãos. É só encostar o ônibus na porta da escola e já falam: “nossa lá vem eles. Acabou o pão!”. (Intervenção - Miqueas: tem isso até hoje? Aff...). Eles pegam o leite e saem correndo, dizendo: “vai acabar pra nós!”. Com os meus amigos, tem que subir para na pista para pegar o ônibus, aí a gente põe sacolinha para não sujar de barro, mas se tem uma pedra, já era, rs, fica tudo sujo. Aí quando entramos na sala a professora falou: “nossa chegaram os sem-terra para sujar a sala!” Ai que eu bato mesmo o pé! (risos) Se não fosse a gente o que seria deles? Não iam ter uma fruta, uma mandioca para comer! E ainda tratam a gente assim. Eu não admito isso sabe... Eles me zoam, e eu zoo mais ainda, não me rebaixo. Eu falo que sou sem-terra com orgulho, que meus avós foram, que hoje eu tenho mais terra do que eles (risos). Não dependemos de aluguel, temos a nossa casa. Diferente deles. Mas a escola é duro, sobretudo com essa juventude metidinha de hoje, tem vergonha de barro, lona. Mas sabe, se eu moro em lona, vai vir ouro depois. Eu me sinto seguro por isso aqui viu. Agora sobre esse camponês que você me falou, eu não me vejo como um camponês não, nem sei o que é isso! (risos) Talvez eu me defina mais como um jovem rural, porque eu tenho que plantar né... Mas camponês eu acho que não! (VICTOR, 2019).

Victor (2018), em sua infância, apresenta um estranhamento e preconceito com relação ao assentamento, o que ele atribui a sua criação na cidade. Porém, foi com a sociabilidade construída entre os jovens, com a participação das atividades promovidas pelos agentes externos e o reconhecimento da luta pela terra, construída por sua família, que Victor passa a se reconhecer e se relacionar com o Assentamento em uma dimensão mais profunda: *“...estou aprendendo com a minha avó e meu avô. Se eu estou com vontade de comer uma mandioca, eu sei plantar, colher, cozinhar... Isso me dá uma segurança, fico mais tranquilo de ser dono disso”.*

Victor demonstra que, em uma sociabilidade propiciada por sua incorporação como força de trabalho familiar (mesmo que considerada como ajuda – como é visto pela maioria das famílias), adquiriu conhecimentos e uma noção de segurança propiciada por

este arranjo. Esta segurança é vivida no presente e pensada para os projetos futuros, dentre os quais a estratégia é a de estudar Medicina Veterinária, para, no futuro utilizar os conhecimentos apreendidos no Assentamento. Esta segurança provida pelo território e pela família está expressa em “... *porque aqui é um lugar que eu posso fazer o que eu quero, aqui podemos decidir tudo*” (a família).

É neste território no qual de forma cooperada, cada membro da família executa o trabalho que consegue desempenhar, transformando-se a família camponesa em um trabalhador coletivo. E é imbuído desta concepção de coletividade que Victor afirma: “... *eu quero trazer esse conhecimento, sabe, compartilhar com meus vizinhos... com os filhos dos meus vizinhos*”, reconhecendo sua condição juvenil e os dilemas postos para esse ator social em toda a comunidade.

Victor também reforça outros importantes pontos já mencionados anteriormente, o duplo preconceito vivido pelos jovens rurais, nos assentamentos e nas cidades, demonstrando que há uma demanda pelo trabalho dos jovens nas cooperativas, nos canais de comunicação, no contato com o público e órgãos promotores de políticas, porém, a juventude “nunca é levada a sério”. Na cidade, as mesmas referências de preconceito citadas por outros jovens.

Uma das perguntas que realizei durante as entrevistas foi “Você sabe o que é um camponês?” e “Você se considera um?”. Diferentes concepções foram trazidas sobre estes conceitos e, a de Vitor, é bastante particular, pois, de pronto e em tom enfático e sarcástico ele me respondeu: “*Agora sobre esse camponês que você me falou, eu não me vejo como um camponês não, nem sei o que é isso!*”. Entendo que ele atribuiu o sentido desta resposta à uma representação pejorativa da figura do camponês, como já mencionada por Willian (2017), representação comumente imputada pela escola, poder público e outras redes de contatos nas cidades.

A representação que os outros jovens possuem sobre o campesinato e como se veem a partir desta categoria, ser camponês, nos dias de hoje, passa por uma ressignificação – simultaneamente vista como a vivência de um momento mais coletivo, da vida na cooperativa e também como o trabalho no lote, individual e praticado pela família. Estas diferentes representações podem ser explicadas pela herança do trabalho cooperado vivido no assentamento (a maioria dos jovens passaram por essa experiência

em sua infância), introjetado pelos movimentos sociais (MST, Pastorais, CEBs e etc.) que contribuíram para a organização dos acampamentos e, sobretudo, dos mutirões para a construção das agrovilas, das moradias e cooperativas em ambos os assentamentos. Diego, do Reunidas, fala sobre esta representação:

Um camponês? Vixi! Mudou muito de um tempo para cá. Antes era aquela pessoa que vivia em vila, trabalhando estilo cooperativa, mas, sem saber que era cooperativa, trabalhando unido. Mas hoje eu vejo que não é isso. Camponês hoje é quem tem terra, vive da terra, quem gosta daquilo que está fazendo com a terra e que é livre. Que trabalha no campo com sua família, que vive disso, no caso, para mim. O camponês hoje existe, dentro de cada um, de cada agricultor, isso é sem dúvida. Eu faço o que eu gosto. Você entendeu? E para mim, isso não é me matar de trabalhar. Eu estou fazendo o que eu gosto, para minha família, junto dela. Eu não sou obrigado a fazer isso ou aquilo ali. Eu faço por que eu gosto. Eu amo aquilo que eu faço (DIEGO, 2017).

Diego, morador do Assentamento Reunidas, no momento da entrevista, residia com a mãe e com a irmã. Técnico em Agronomia, durante alguns anos trabalhou no convênio entre o ITESP e o IBS fornecendo assistência técnica para o assentamento. No período noturno, ele estava cursando o nível superior em Engenharia Agrícola em Lins-SP, em uma universidade privada, como forma de obter uma maior graduação profissional. Com a crise e o fim da parceria entre os institutos, Diego iniciou uma nova empreitada, junto a outros amigos produtores (alguns jovens) para a comercialização de cestas orgânicas. Apesar de não contar com certificação, as cestas eram bem aceitas pelo público que já o conhecia e conhecia o Assentamento, via Universidade e outras redes de contato, o que gerava uma alta credibilidade de seu produto. Semanalmente as cestas eram entregues em Promissão – SP, Lins –SP e Marília – SP. No início, Diego utilizava o carro para o transporte das cestas, após alguns meses ele comprou uma carreta de engate para transportar as quase 40 cestas semanais.

Ao mesmo tempo em que Diego apresenta sua concepção de acordo com os pressupostos desta pesquisa: “Camponês hoje é quem tem terra, vive da terra, quem gosta daquilo que está fazendo com a terra e que é livre. Que trabalha no campo com sua família, que vive disso” ele demonstra que há também uma identidade atribuída pela presença do MST no assentamento durante a sua infância, a de que, o camponês era aquele que trabalhava em cooperativas, na coletividade. Em seu raciocínio, muito mudou

de lá para cá, referindo-se justamente ao período do qual Rodrigo (2016) refere-se ao enfraquecimento do movimento no Assentamento.

Maria (2018), que mora e trabalha com sua família no Sepé Tiarajú, complementa Diego em sua representação sobre o camponês:

Camponês para mim é nós que moramos no sítio, na fazenda e que vive da terra. Nós nos consideramos camponeses, o assentamento todo, os jovens no geral também. A terra, a gente luto muito para ter ela, meus pais, eu, todos nós, e continuamos lutando para ficar aqui. Eu não lembro muito bem, eu era muito pequena, só lembro de muito sofrimento até chegar aqui. Eu pensava: o que é que minha mãe está arrumando né? Tanto sofrimento nessa terra. Eu preferia a cidade e achava estranho. Hoje a gente planta todo mundo junto, ajudo minha mãe, vendemos o produto para a cooperativa. Particpei da ferinha do SEBRAE, estou sempre aprendendo muito. A gente vive totalmente daqui agora. Eu passei a me interessar quando o povo da EMBRAPA veio para cá, aí eu me interessei mais pelo plantio e pelo trabalho na terra. Todos os projetos que tiveram aqui me ajudaram a trabalhar na agricultura. Então, eu vejo assim, eu quero cursar biologia, eu quero estudar e mais para a frente me especializar, trabalhar aqui mesmo, tocar meu lote. Porque aqui é tranquilo, aqui com o pouco que a gente tem nós já vivemos e podemos viver. Pelo menos eu acho. Não é muito, mas ninguém passa fome. Agora já pensou o povo da cidade? Não tem para onde correr, não tem como plantar uma mandioca. Se a crise tiver brava, algum produto a gente ainda vende na feira, come alguma coisinha que planta, galinha e etc., mas, mesmo assim, eu não vivo tranquila, eu queria ter um serviço lá fora para eu poder pagar a minha faculdade e tal, tudo certinho, para me sair melhor né. Sempre é bom né, trabalhar lá fora para se manter aqui né, dá uma ajudada. Só com a produção não dá de jeito nenhum, aí é só sobreviver. Eu também cubro folga da monitora efetiva da perua da escola, faço uns bicos, vou ajudando minha renda, com esse dinheiro eu pago o ônibus para procurar emprego na cidade. A minha família é muito importante, é a base né, eles me ajudam e eu ajudo eles, até mesmo nos estudos, eles me ajudam e apoiam em tudo. Acham que eu tenho que estudar, meu irmão mesmo, que é formado em logística, me dá apoio. Esse irmão já foi pra Ribeirão (MARIA, 2018).

É importante observar que os elementos, terra, trabalho e família são centrais para a construção da representação de camponês de ambos, e que, de forma ressignificada, estas categorias são acionadas para a construção de uma identidade que perpassa a vinculação e a construção de um novo sujeito social. Diego (2017) nos provoca esta reflexão ao pensar sobre dois sujeitos, um vinculado ao trabalho cooperado e, outro, vinculado à posse da terra, livre para trabalhar junto de sua família, ora vinculado aos movimentos sociais, ora aos projetos introduzidos pelos agentes externos e a novas formas de organização do trabalho.

Ao avaliar os relatos dos jovens entendo que o modo de vida camponês aparece ressignificado em ambos os assentamentos. Reafirmo que, diferente da primeira geração

(motivada à luta pela terra, justamente, por estarem na categoria de sem-terra e mobilizada pelo modo de vida camponês para realizar suas conquistas), a juventude já nasceu ou passou sua infância na categoria de assentado, vivenciando um contexto de relativa estabilidade política, econômica e social.

Parte dos jovens dos assentamentos demonstraram relacionar-se com as categorias *terra, trabalho e família*, a partir de uma construção e um aprendizado familiar, outros articularam a produção desta família com os mercados, combinando estratégias de comercialização, acesso a políticas públicas, estudos e trabalho na cidade. No geral os jovens possuem estas dimensões em comum, sobrepostas, em maior ou menor grau como apresentado anteriormente. Em alguns casos observei o “enfraquecimento” do modo de vida e do planejamento camponês, porém, isso não significa que ele não possa ser evocado em momentos futuros, em situações precárias e de crise (como foi mobilizado pelas primeiras gerações no momento da luta pela terra).

Dentre as diferenças entre os dois assentamentos, o que mais chamou atenção no processo de construção da pesquisa, foi a dimensão ambiental presente no Sepé Tiarajú, demandada pelo modelo de assentamento e implementada pelos agentes externos parceiros do INCRA e executores de políticas públicas. Esta dimensão, na maioria das vezes, ressignificou e atribuiu novas noções de pertencimento, mobilizando representações e estratégias camponesas dentre os jovens, colaborando para a construção de um território mais democrático e menos austero para os mesmos.

Evoco Bourdieu (2000) para pensar o modo de vida camponês constituído como um *habitus*, nas disposições adquiridas, nas mais diversas esferas que compõem o cotidiano dos jovens nos assentamentos, nos costumes apreendidos com as famílias, com os movimentos sociais, com os agentes externos (representando o Estado), cada um com maior ou menor influência sobre a formação destes jovens, cada um com formas de agir e concepções sobrepostas sobre o campesinato e seu modo de vida. Nesse sentido, o modo de vida camponês é reconstituído e reelaborado a partir de novas disposições introjetadas pelos mais diversos agentes que se relacionam nesse campo, somando-se à capacidade de inovação deste *habitus* frente às concepções e valores específicos da juventude.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei com essa tese demonstrar a construção metodológica da pesquisa, discutindo os marcos teóricos e os avanços no estudo da juventude rural e do campesinato, marcando meu posicionamento frente às discussões que negam o campesinato brasileiro. Sustento a ideia de que o campesinato permanece, mesmo com a integração do meio rural ao sistema capitalista e com a modernização conservadora do campo, reelaborando suas formas explicativas de diferenciação. Ao pensar o campesinato dentro de uma racionalidade capitalista, reconheço o desenvolvimento do rural como não linear, mas sim, composto de recomposições, descontinuidades e singularidades de seus agentes sociais e, ao levar em conta estas recomposições, expus e analisei o quanto estas são sensíveis dentre os jovens moradores dos assentamentos de reforma agrária.

O campesinato, então, não é, para mim, uma categoria anacrônica, nem a agricultura apenas um ramo da indústria e os camponeses seus operários. Busquei comprovar nesta tese, a partir da investigação de jovens assentados, a ideia de que grupos rurais como os assentados, apesar de tantas diferenças entre si, apresentam características de produção e de reprodução social atreladas a um modo de vida camponês, numa nova dimensão recriada especificadamente dentre os jovens rurais. Hoje, o reconhecimento da identidade camponesa é uma reivindicação política e ideológica dos movimentos socioterritoriais e das comunidades camponesas, sobretudo em seus setores de juventude, dando ensejo a pesquisas - incluindo esta - que revisitam interpretações sobre o campesinato e os temas da reforma agrária, soberania alimentar, agricultura sustentável, questão ambiental, modos de vida e juventude.

A partir dos territórios nos quais realizei pesquisa de campo algumas situações apareceram como significativas para a hipótese deste trabalho, apontando no sentido de que as estratégias de reprodução social dos jovens são construídas tendo como referencial um conhecimento que concerne a um modo de vida camponês; elas aparecem no momento da tomada de decisões, na implementação dos seus projetos de vida e nos arranjos de trabalho, mesmo que precários.

Ao longo desta pesquisa busquei compreender elementos relativos ao conceito e da categoria Juventude Rural nas pesquisas brasileiras. Essa discussão é importante por

dois fatores: primeiro, passados 30 anos da promulgação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os Assentamentos que foram concretizados nesse período passam hoje por um processo de envelhecimento de sua população original que foi responsável, por muito tempo, pela força de trabalho e pela organização política dos assentamentos e dos movimentos sociais. Em segundo lugar, pela relevância da temática dos Assentamentos de Reforma Agrária devido ao seu potencial transformador e de desenvolvimento territorial.

Como pano de fundo para essa discussão, não menos importante foi a compreensão sobre a questão agrária brasileira que revelou a formação de segmentos explorados desde o processo de colonização que, no processo de apropriação do território brasileiro foram utilizados como força de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo no país. Esse processo gerou violência e revolta em diversas localidades de nosso país culminou no surgimento dos movimentos sociais enquanto força organizada. Nesse movimento de resistência está a juventude rural organizada em congressos, pastorais e movimentos sociais, reivindicando seus direitos e participação social.

De forma sintética, observei que, nos assentamentos estudados, existem semelhanças e particularidades nas estratégias de reprodução social dos jovens e que, estas estratégias, convergem em determinados momentos ao que a literatura aponta como o chamado modo de vida camponês, e que, existe uma herança diversificada deste modo de vida dentre os jovens. É importante salientar que entendo que este modo de vida é ressignificado a partir da necessidade de novas e modernas relações com as cidades, com os órgãos que promovem políticas públicas e com as universidades, sendo que, nem sempre estas relações se dão de forma harmoniosa. Em anotações do diário de campo e em relatos, os jovens mostraram a centralidade que as categorias terra, trabalho e família possuem em suas vidas e na organização de seus planos para o futuro.

Os jovens apontaram também sobre a autonomia que a produção pode trazer em momentos de crise, mostraram que possuem conhecimentos específicos apreendidos com seus familiares e que colaboram com o trabalho familiar - mesmo em novos papéis que não sejam na agricultura. Esses novos papéis referem-se aos gerados pelo processo educacional vivido em sua maior parte fora do assentamento, e também, gerados pelos agentes externos que veiculam políticas públicas nestes assentamentos, sobretudo no

Sepé Tiarajú, no qual a questão ambiental, a produção agroecológica e a gestão de mercado são projetos e programas governamentais a serem seguidos para assegurar os financiamentos e a continuidade do projeto de assentamento.

As observações registradas em diário de campo indicam que estas estratégias são utilizadas no trabalho na cidade, nas feiras, no envolvimento com as cooperativas e com as instituições que promovem políticas de desenvolvimento rural, no trabalho em outros lotes, nos trabalhos informais (“bicos”) ou nos estudos que buscam uma colocação no mercado. A finalidade destas estratégias precárias, demonstram vínculos com este modo de vida, pois, colocam-se como possibilidade de manutenção da vida no assentamento, buscando a reprodução da vida no campo, seja colaborando financeiramente para seus familiares também permanecerem na categoria de assentados, ou, migrando diariamente entre campo-cidade para obtenção de um incremento da renda. No entanto, são a terra, o trabalho e a família, os vínculos que os unem a estes territórios, pontos balizadores destas estratégias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H.W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**, in PERALVA, A. e SPOSITO, M. (org.), Juventude e Contemporaneidade – Revista Brasileira de educação, n.5/6, São Paulo: ANPED, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo. 1992.

ABREU, Raphael Lorenzeto - Imagem: **São Paulo Meso Micro Municipio.svg**, São Paulo, 2006. Mapa disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/46/SaoPaulo_Municip_Promissao.svg

ALMEIDA, R. A. **Classe camponesa e habitus específico: identidade e distinção no campo**. Avepalavra: Revista de Letras. Câmpus de Alto Araguaia-UNEMAT-MT, pp 08-21, nº5, 2004.

ALMEIDA, R. A. **As contribuições do conceito de *habitus* para o debate da classe camponesa**. Anais III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

ALY JÚNIOR, O. **Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento**. Retratos de Assentamentos. Araraquara/SP, v. 14, nº. 2, pp. 283-303, 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cad. Pesqui. 2006, vol.36, n.129, pp.637-651

ANDRADE, Márcia Regina de O. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. 1998.

ANDRIOLI, A.I. **A Reforma Agrária e o Governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade**. In: Revista Espaço Acadêmica – Nº 31.Edição Dezembro de 2003.

ARBAROTTI, Alexsandro Elias. **Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades**. São Carlos, SP: UFSCar, 2014. 165 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins. UFSCar. CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Col. Os pensadores).

BARONE, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: A Economia Moral dos Trabalhadores Rurais em Três Tempo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UNESP/FCLAR, Araraquara (SP), 1996.

BELLENTANI, N. F. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP.

BERGAMASCO, SONIA M.P.P.; NORDER, LUÍS A.C. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BOXER, Charles R. **O império marítimo português 1415–1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**, Em: Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

BORELLI FILHO, Dorival. **A monopolização territorial e a (re) construção do território camponês em projetos de assentamento de reforma agrária**. 2014. 453 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974

_____. **Algérie 60, structures économiques, structures temporelles**. Paris: Editions de Minuit. 1977a.

_____. **La Production de la croyance: contribution à une économie de biens symboliques**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales. 1977b.

_____. **Le sens pratique**. Paris: Minuit. 1980

_____. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris-La Haey: Mouton. 1963.

_____. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vastsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **A Juventude é apenas uma palavra.** Em: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983b.

Bourdieu, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria Da Ação.** Papirus, 1996.

_____. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade,** Em: Juventude Rural em perspectiva, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CAMPOI, A.M.; FERRANTE, V.L.S. B. Sistemas de Produção e Estratégias de Permanência na Terra: Assentamentos Rurais no Coração da Agroindústria. **Retratos de Assentamentos.** Araraquara – SP: NUPEDOR/UNESP-UNIARA, nº. 10, pp. 45-66, 2006.

CANGUILHEM, G. **O que é a Psicologia?** Disponível em: http://posds.idance.com.br/wp-content/uploads/2009/07/que_psicologia.pdf consultado em 25/08/2017.

CARNEIRO, M. J. Memória, esquecimento e etnicidade na transmissão do patrimônio familiar. In: CARNEIRO, M.J. et al. **Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Juventude rural: projetos e valores.** In: ABRAMO, Helena; BRANCO, P.M. (orgs.), 2005.

CARVALHO, T.A. Os Trabalhadores do setor sucroalcooleiro. **Revista PUC Viva**, nº. 33, out./2008.

CASTRO, Elisa. **Entre ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural.** Tese doutorado. PPGAS. Museu Nacional. UFRJ, 2005.

_____. Terceira sessão: Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B. & CARVALHO, J.G. **Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político.** Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J; STOLCKE, V. (Org.). **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CLASTRES, Helène. **Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CONCRAB, **Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra**. Brasília, CONCRAB/INCRA/CRT, 2004. (Cadernos de cooperação agrícola nº 15).

CORONEL, Daniel Arruda. **A Contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para o processo de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório Técnico Científico para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Santa Maria: Departamento de Ciências Econômicas, UFSM, 2005.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. (Org.) **O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva**. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.

CURADO, F. F. **“Esverdeando” a Reforma Agrária: Atores Sociais e a Sustentabilidade Ambiental em Assentamentos Rurais no Estado de Goiás**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF, 2004.

DAYRELL, Juarez e REIS, Juliana Batista. **Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no ensino médio**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife 2007.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. 2001, vol.15, n.43, pp. 157-172.

DELGADO, Guilherme. **Questão Agrária hoje**. In: **Questão Agrária e Desigualdades no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Ano 35 v. 01 n. 02, Edição Outubro 2014.

DOURADO, Maiara. **A luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar**. Campos - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 15, n. 2, fev. 2017.

DURÁN, F. E. **Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad**. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, n. 11, p. 76-98, 1998.

FAGGIN, J. M. **Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação: o caso do projeto de desenvolvimento sustentável São Luiz, Cajamar – SP**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília (UNB), Brasília/DF, 2009.

FIGUEIREDO, G.C. **Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST**. 2009. 397f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, Ribeirão Preto, 2009;

FERNANDES, B.M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina, v.16, p.273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, B. M. e LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. In: IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia. São Paulo: ANPEGE / USP, 2002. 39 p.

FOLZ, R. R. et al. **Análise do programa de financiamento habitacional que possibilitou a utilização de técnicas construtivas não convencionais no Assentamento Rural Sepé Tiarajú, Serra Azul – SP**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CHIS 2010), Porto Alegre, Anais, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, E. P. de. **O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como Paradigma para a Implementação de Assentamentos de Reforma Agrária: o caso do assentamento Sepé Tiarajú em Serra Azul (SP)**. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo/SP, Anais, pp. 739-773, 2008

FORACCHI, M. M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: EDUSP, 1972.

GARCIA JR., A. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, Editora UNB, 1989.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GONÇALVES, J.C. **Camponês e campesinato: contribuições teóricas de uma evidência empírica no Brasil**. Anais eletrônicos do 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. **Desenvolvimento Rural Sustentável: Um Estudo de Caso sobre as Perspectivas de Sustentabilidade Agroambiental num Assentamento de Reforma Agrária na Região Nordeste do Estado de São Paulo**. In: II SIMPÓSIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA DA USP, UNICAMP, UFSCar, UFRJ e UNESP, 2009, São Paulo, **Anais**, 2009.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto-SP**. Retratos de Assentamentos. Araraquara/SP, nº. 13, pp. 239-262, 2010.

GORENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial**. São Paulo: Ática, 1978

GUERRA, R. **Verificando a viabilidade do PDS São Salvador no Estado do Acre.** Ambiente & Sociedade. Campinas/SP, v.7, nº.1, jan./jun., 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** RJ: Bertrand, 2014.

HOBBSAWN, H. **Era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de São Paulo. **Relatório de Gestão.** São Paulo INCRA – SP, 2005.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS.** Brasília: INCRA/MDA, 2006.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Termo de Compromisso de Conduta do Assentamento Sepé Tiarajú.** São Paulo: INCRA – SP, 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Encontro de Roças – Reforma Agrária e o Meio Ambiente.** São Paulo: INCRA – SP, 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dialogando Conhecimentos - Resultados da Parceria INCRA/FEPAF.** São Paulo: INCRA – SP, 2009

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Retratos do Campo – A reforma agrária que produz e alimenta.** São Paulo: INCRA – SP, 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Divisão de Desenvolvimento de Projetos. **Assentamentos Modalidades.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>. Acessado em: 10 jun. 2017.

JOLLIVET, Marcel (dir.) **Les collectivités rurales françaises; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village.** Paris, A. Colin, 1974.

JOLLIVET, Marcel. L'analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire. IN: JOLLIVET, Marcel (dir.) **Les collectivités rurales françaises; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village.** Paris, Armand Colin, 1974.

JOLLIVET, Marcel. **Pour une science sociale à travers champs; paysannerie, capitalisme (France XX e Siècle).** Paris, Arguments, 2001.

JOLLIVET, Marcel; MENDRAS, Henri (dir.) **Les collectivités rurales françaises; 1. Étude comparative de changement social.** Paris, A. Colin, 1971.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986

LACERRA, B. S. **A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: os desafios e perspectivas dos jovens do Assentamento Reunidas em Promissão/SP**/ Bruno Lacerra de Souza. – Marília, SP, 2016. 119 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe), orientador: Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti.

_____. **Juventude Rural: Um conceito em construção**/ Bruno Lacerra de Souza. – Marília, SP, 2013. 100 p. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais), orientador: Profa. Dra. Angélica Lovatto.

LAMARCHE, H. (dir.). **Agricultura Familiar: 1. Uma realidade multiforme**. Campinas, Unicamp, 1993.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens II: a época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Lucinei Paes. **Tem gente na roça! O modo de vida camponês em Ribeirão Branco – SP**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **La Juventude es más que una plabra**, Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARQUES, M.I.M. **De sem-terra a ‘posseiro’, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO**. São Paulo, Depto. de Geografia da USP, 2000. (tese de doutorado)

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

MARTINETTI, T. H. et al. **Pesquisa-ação participativa para execução de sistema de tratamento local de efluentes sanitários residenciais sustentável: caso do assentamento rural Sepé Tiaraju**. Ambiente Construído. Porto Alegre/RS, v. 9, nº. 3, pp. 43-55, jul./set. 2009.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** v. 1, t. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MELO, T. G. (2019). **Desenvolvimento rural, trabalho cooperado e subjetividades: a trajetória de cooperação do Assentamento Sepé Tiaraju.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Carlos.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes.** Paris, A. Colin, 1976.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après.** Paris, Actes Sud, 1984.

MIERLO, et al. (2010). **Reflexive monitoring in action.** A guide for monitoring system innovation projects. Wageningen, Communication and Innovation Studies, WUR.

MILLS, C.W. **A Imaginação Sociológica** (4ª ed., W. Dutra, trad.) Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1975.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 2.ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco, 1993.

MONIZ, Edmundo. **A Guerra Social de Canudos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MPA. Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês.** 2012.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena.** Revista Nera. São Paulo, v. 7, 2006.

NEVES, Delma P. e SILVA, Maria A. de M. (orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Vol. 1,** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NOBRE, H. G. et al. **Implantação Participativa de Sistemas Agroflorestais no Assentamento Sepé Tiaraju.** In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, Brasília/DF, Anais, 2009.

NORDER, L. A. C. **Políticas de Assentamento e Localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil,** 2004.

NOVAES, Regina R. **Juventude/ juventudes?** in Comunicações ISER, n.50, ano 17. RJ, 1998.

NOVAES, E. D.; RIBEIRO, N. S. Consciência Jurídica dos Assentados da Reforma Agrária: Direito, Justiça e Legitimidade no Assentamento de Serra Azul – SP. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, nº. 11, pp. 71-100, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e indústria no Brasil**. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 58, set., 1981.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia agrária*. São Paulo: contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U.. **A política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio**. São Paulo, 2011. Página do MST. <http://antigo.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valoriza-o-agronegocio>.

PEREIRA, T. G. N. **O MST e as políticas de reforma agrária no Governo Lula: relatos orais da luta pela conquista e pela permanência na terra no Acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas**. Marília 2016. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015

PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Col. Os pensadores).

PLOEG V. D. J.D. **O Modo de Produção Camponês Revisitado**. In: SCHNEIDER, S. (Organizador). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.13-54.

PRADO, Caio, Jr. **Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil**. In: PAIVA, Ruy Miller et al. *A agricultura subdesenvolvida*. Petrópolis: Vozes, 1969.

POKER, J. G. B. **A prática da vida e os desencontros da libertação**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de Ciências Sociais, 1994.

QUEDA, O. et al. **Assentamentos Rurais: alternativas frente ao agronegócio**. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP, nº. 12, pp. 47-68, 2009.

RAMBAUD, P. **L'apport des travailleurs de la terre à la Société industrielle**. *Sociologia Ruralis*, 22, PP. 108 – 121, 1982.

RAMOS FILHO, L. O.; PELLEGRINI, J. B. R. Impactos da expansão canavieira em Ribeirão Preto – SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, nº. 2, pp. 1361-1364, 2007.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife, Condepe, 1957

SANTOS, S.A.S. **A trajetória do assentamento reunidas: o que mudou?** 2007. 148p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001i.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Serei também uma andorinha? sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais**. In: SEVERI, F.C.; ANDRADE Jr., J.R.P de; SILVA, A.P.S. da. (Org.). **O agrário e o ambiental no século XXI**. 1ed.Curitiba-PR: Editora CRV, 2013, v. 1, p. 97-120.

_____. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais**. *Psicol. Soc.* 2007, vol.19, pp.84-94.

_____. **Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**. São Paulo: Annablume, 2012.

SCOPINHO, R.A.; OLIVEIRA, D.R.; RESENDE, J.R.; SANTOS, J.A. **O processo organizativo do assentamento Sepé Tiaraju: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto**. *Reforma Agrária, Revista da ABRA*, São Paulo, v.34, nº1, p. 255-280, 2005.

SCOPINHO, R. A.; SANTOS, C. **'Batismo de fogo e gravador desligado: notas sobre embarços vividos pelo pesquisador no cotidiano do trabalho de campo**. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 17, p. 266-280, 2014.

SHANIN, T. **Lições camponesas**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista**. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980

SHIVA, V. **Biopirataria** - a pilhagem da natureza e do conhecimento. Ed. Vozes, 2001.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. SENNETT, Richard. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. (Agricultura e Sociedade).

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVA, M. A. M. **Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas.** InterfacEHS. São Paulo, v.3, nº. 2, pp. 1-31, abr./ago., 2008.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão.** Tese de Doutorado apresentada ao curso de pós-graduação em geografia humana do departamento de geografia FFLCH, USP, 1999.

SOUZA, Adelma F. **De geração em geração, famílias na luta por um pedaço de chão: estratégias de reprodução social camponesa no Vale do Juari – Tocantins.** Adelma Ferreira de Souza. Defesa de Tese de doutorado. Unicamp, Campinas, SP. 2017.

SPINELLI, Miguel. Sobre as diferenças entre éthos com epsílon e éthos com eta. In: **Revista Transformação**, Marília, vol.32, nº2, 2009: pp.9-44 - <http://www.scielo.br/pdf/trans/v32n2/v32n2a01.pdf>.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil.** O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro - SC.** Florianópolis: Ed. UFSC, UFSC, 2002.

TONETTO, S. M. **Clamores da luta pela terra: Igreja e trabalhadores na busca da transformação social.** 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2007.

THÉVENOT, L. “**Une Jeunesse difficile. Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements**”, in Actes de la Recherche en Sciences Sociales. N. 26-27, março- abril. pp. 3-18, 1979.

TREZZI, Humberto. **Poucos pioneiros restam em assentamento de 40 anos.** Zero Hora, Porto Alegre, 26 Janeiro, 2003.

VINHAS DE QUEIROZ, Mauricio. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** ANPOCS, Caxambu, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2003. PP. 42 – 61.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico**. Brasília: Nead/MDA, 2005.

WELCH, C.A. **Movimento sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores do campo do século XX**. Lutas e Resistências, I, p. 60-75, 2006.

WELCH, C. A. et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WHITAKER, D. C. A. Reforma Agrária e Meio Ambiente: Superando Preconceitos Contra o Rural. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: UNIARA/NUPEDOR/INCRA, 2009, nº. 12, p. 33-46.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, SP: Letras a margem, 2002.

WOORTMANN, E., WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. UNB, 1997.

WOORTMANN, K. Cum parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora UNB, Tempo brasileiro, 1990.

ANEXOS

Anexo A - Carta Nacional da Juventude Camponesa apresentada pela PJR como resultante de Seu 3º Congresso

À todas as jovens e todos os jovens camponeses deste imenso Brasil!

À juventude urbana que luta para ter soberania alimentar!

Somos 1700 jovens e assessores, vindos de 21 estados do Brasil, a saber, RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, TO, GO, MS e AC, e do Distrito Federal. Entre os dias 14 a 19 de janeiro de 2014, na cidade de Recife, inspirados no tema “Na caminhada pela Terra Livre Brasil” e no lema “Juventude Camponesa: Terra, Pão e Dignidade” nos reunimos para estudar, lutar e celebrar nossa caminhada.

Dia 14, após a mística de acolhida, nós montamos a organicidade do Congresso e depois participamos da celebração eucarística, junto com a juventude da PJMP, que estão realizando na mesma cidade o seu 4º Congresso.

Dia 15 refletimos sobre a realidade brasileira para entendermos melhor por que está uma luta a vida dos jovens para permanecer na terra (cf. Jó 7,1), por causa do agrohidronegócio. Também refletimos sobre a questão agrária, a TERRA, neste ano dedicado à Agricultura Familiar Camponesa, que garante alimentação saudável, o PÃO, e, assim, gera DIGNIDADE! E finalmente olhamos para as juventudes que estão no campo (nos fundos de pasto, quilombos, aldeias, assentamentos e reassentamentos) e especialmente a juventude que quer continuar nele vivendo e nele trabalhando de uma forma que respeite a natureza. Também aconteceu uma manifestação espontânea dos participantes numa reação contra a Rede Globo por apoio a ditadura militar. E a noite teve música raiz com Pedro Munhoz, com sua “proposta” para a juventude, e Antonio Gringo: Jovem da roça também tem valor!

Dia 16 participamos de mesas temáticas sobre o acesso a terra, a convivência com o semiárido, economia solidária, produção orgânica e agroecológica. E foram oferecidas muitas oficinas que abrangeram a área da cultura, da educação do campo, da produção e da comunicação, entre outras. Aproveitamos a presença do Ministro Gilberto Carvalho, para entregar para o governo federal a nossa pauta de luta. Também nos alimentamos da mística da PJR a partir de suas raízes: cristã, camponesa e luta popular. E finalmente, forró.

Dia 17 retomamos a nossa Pauta de Reivindicação em vista da elaboração das pautas dos estados e aproveitamos para entregar a pauta de reivindicação nacional e a da juventude de Pernambuco para o Governador do Estado. Fomos em Marcha para a Rua, pois ela nos educa ao protagonismo e a participação democrática, numa denúncia contra o atual Estado e a concluímos no monumento Tortura Nunca Mais, trazendo presente os assassinados pela ditadura militar o padre Antônio Henrique, para nós, mártir da juventude. Também aproveitamos para celebrarmos os 30 anos de Pastoral da Juventude Rural e os 25 anos de sua articulação nacional.

Dia 18 nos debruçamos sobre a nossa Fé, articulada a Vida: a pessoa de Jesus Cristo, o Camponês da Galiléia e as Comunidades Eclesiais de Base, berço onde aprofundamos a Palavra e celebramos a nossa vida. Mas como não existe vida cristã sem compromisso político, forma concreta de viver o amor ao próximo, refletimos sobre a construção do Projeto Popular que leve a TERRA LIVRE BRASIL e, ao mesmo tempo, da luta pela democratização do Estado brasileiro, assumindo nosso o Plebiscito Popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político, forma de darmos concretude aos desafios da Semana Social Brasileira.

Finalmente, na madrugada do dia 19, em romaria dos que gastaram sua Vida pelo Reino, relembramos os mártires e os profetas, entre estes, dom Helder Câmara e Frei Jessé.

No conjunto, animados por nossa fé, em Jesus Cristo, o camponês de Nazaré, repudiamos o agronegócio, que envenena a terra, as águas e os seres vivos, para garantir o máximo lucro, e reafirmamos a agricultura camponesa, nos colocando a serviço da juventude camponesa dispostas a unir sua fé com a vida, como povo de Deus, permanecendo no campo e construindo um novo modo de agricultura agroecológica e cooperada, que respeite a Mãe Terra.

Convocamos toda a juventude camponesa a se organizar, assumindo a resistência e a se afirmar continuadores das lutas camponesas de nosso país, desde a resistência indígena e as revoltas quilombolas, nos somando aos atuais movimentos sociais do campo que lutam por Terra, Pão e Dignidade.

Convocamos todas as juventudes, do campo e da cidade, a se levantar e se somar a resistência histórica dos lutadores e lutadoras do povo brasileiro, em vista do Projeto Popular, assumindo a caminhada pela Terra Livre Brasil.

Recife, 19 de janeiro de 2014.
(Comissão da Pastoral da Terra, 2014).

Anexo B - Principais Políticas Governamentais para a Juventude

Fonte Órgão Governamental	Guia de Políticas 2006	Guia de Políticas 2010	Castro et al. 2009
MDS	Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano		Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano
		Ampliação do Bolsa Família	
ME	Programa Bolsa-Atleta	Programa Bolsa-	
	Programa Segundo Tempo	Programa Segundo Tempo	
ME/MJ		Praças da Juventude	
MEC	Programa Brasil Alfabetizado	Programa Brasil Alfabetizado	Programa Brasil Alfabetizado
	Programa Escola Aberta	Programa Escola Aberta	
	Programa Escola de Fábrica		
	Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED)		
	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)
	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio	
	Programa Universidade para Todos (ProUni)	Programa Universidade para	
			Programa Saberes da Terra

MEC (Continuação)	Programa Saberes da Terra	Reforço à Escolas Técnicas e Ampliação das Vagas em Universidades	
		Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos	
			Programa Nacional de Transporte Escolar – PNTE
Mec/ MMA	Programa Juventude e Meio Ambiente	Programa Juventude e Meio Ambiente	
Mec/TEM			Programa de Expansão da Educação
MDA	Programa Nossa Primeira Terra		Programa Nossa Primeira Terra
	Programa Pronaf Jovem	Programa Pronaf	Programa Pronaf Jovem
			Pronera
			Arca das Letras
MDA/TEM			Consórcio Social da Juventude ***
MinC	Programa Cultura Viva	Programa Cultura	
TEM	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)		
SGPR/Mec/MDS/TEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovem (ProJovem)	Programa Nacional de Inclusão de Jovem (ProJovem)	
MD	Projeto Rondon (relançamento)	Projeto Rondon	
	Projeto Soldado Cidadão	Projeto Soldado Cidadão	
MJ/ME/MinC/Sepir/SNJ		Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania	

Legendas:

* Inclui Projovem Urbano, Projovem Campo/Saberes da Terra, Projovem Trabalhador, Projovem Adolescente

** No âmbito exclusivo do MJ inclui Protejo, Jovem Detento e Geração Consciente. Em parceria com ME inclui: Esporte e Lazer na Cidade, Praça da Juventude e Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania; com MinC: Pontos de Leitura, Pontos de Cultura e Projeto Museus; com Sepir: Projeto Farol e com SNJ: Projovem Prisional

***É uma das ações do PNPE

Fonte: SCOPINHO, R.A. **O que você vai ser quando crescer?** As representações sociais de jovens assentados sobre trabalho familiar e juventude. In: Relatório de Pesquisa FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa no estado de São Paulo. São Carlos, UFSCar, 2011.

Anexo C – Comparação Agronegócio e Campesinato

Agronegócio	Campesinato
Centralização	Descentralização
<ul style="list-style-type: none"> • Controle centralizado da produção, processamento e mercado; • Produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta um menor número de agricultores e de comunidades rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais; • Produção pulverizada, controle da terra, recursos e capital.
Dependência	Independência
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem científica e tecnológica para produção; dependência de <i>experts</i>; • Dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; • Dependência de mercados muito distantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; • Maior autossuficiência individual e da comunidade; • Ênfase em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
<ul style="list-style-type: none"> • Competitividade e interesse próprio; • Agricultura é considerada um negócio; • Ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior cooperação; • Agricultura é considerada um modo de vida e um negócio; • Ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
<ul style="list-style-type: none"> • O ser humano é separado e superior à natureza; • A natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico; • Imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais; • Produtividade maximizada através de insumos industrializados e modificações científicas; • Apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> • O ser humano é parte e dependente da natureza; • A natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem; • Trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado – desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado; • Incorpora mais produtos e processos naturais; • Usa métodos culturais para cuidar do solo.
Especialização	Diversidade
<ul style="list-style-type: none"> • Base genética limitada utilizada na produção; • Predominância da monocultura; • Separação entre agricultura e pecuária; • Sistemas de produção padronizados; • Predominância de uma abordagem científica especializada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampla base genética; incorporação da policultura, rotações complexas; • Integração entre agricultura e pecuária; • Heterogeneidade de sistemas agrícolas; • Interdisciplinaridade, sistema participativo.
Exploração	Conservação
<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a consequências ambiental e social de longo prazo; • Dependência de recursos não renováveis; 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo total contabilizado; • Resultados de curto prazo igualmente importantes; • Amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis;

<ul style="list-style-type: none">• Consumismo impulsiona o crescimento econômico;• Hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura indígenas/locais.	<ul style="list-style-type: none">• Consumo sustentável, estilo de vida mais simples;• Acesso equitativo a necessidades básicas;• Reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.
--	--

Fonte: Adaptado de Queda et al (2009).

Anexo D - Plano Camponês – Movimento dos Pequenos Agricultores

Produção	Sistemas Camponeses de Produção	Sementes, oleaginosas, leite, agrofloresta, alimentos, adução verde e orgânica, etc.	
	Agroindústria	Leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados	
	Desenhos Organizativos	Grupo de base, associações, condomínios, cooperativas	
Educação formação	Escola	Locais, contextualizadas, desenvolvimento local	
	Universidade	Nossa realidade, acesso aos camponeses	
	Informal	Reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
Qualidade de Vida	Moradia	Casa, pomar, horta, sombra, jardim, autoestima	
	Esporte	Futebol, vôlei, bochas, etc.	
	Cultura	Teatro, música, capoeira, mutirão, partilha, alimentos	
	Lazer	Festas, bailes, torneios, encontros	
	Saúde Popular	Alimentação saudável, ervas, saneamento, etc.	
Comunidade Camponesa	Elos Unificados Fator de Resistência	Alguma estrutura comunitária	
		Escola na comunidade	
		Troca de dias de trabalho, mutirões	
Soberania	Alimentar	Comida é local, vinculada à cultura, modo de vida	
		Produzir de tudo um pouco	
		Sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental	
	Energética	Produção, controle e autoconsumo de energia	
		Mudança na matriz energética	
		Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
	Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas	
		Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento	
		Divulgar as experiências existentes	
	Hídrica	Recuperar nossas nascentes	
		Implementar técnicas de coleta e armazenagem de água	
		Desenvolver pequenos sistemas de irrigação	
	Territorial	Material e Imaterial	Espaço de vida
Espaço de produção			
Espaço de disputa			
Contradições	Agronegócio	Multinacionais	
		Latifúndios	
		Estado brasileiro	

Fonte: MPA (2012).

Anexo E – Características dos Projetos de Assentamento PAs x PDS

FASES	PA	PDS
Criação	INCRA, Movimentos Sociais ou Governo	INCRA, Movimentos Sociais, Órgãos Ambientais (gestão compartilhada)
Cadastramento e seleção	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), referendado pelo movimento social
Público	Agricultor Tradicional	Agricultor Tradicional comprometido em trabalhar com o uso racional dos recursos naturais e práticas agroecológicas
Implantação	INCRA	INCRA, Movimentos Sociais, Órgãos Ambientais, ONGs e Universidades
Documentação	Laudo de Vistoria e Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)	Laudo de Vistoria e Plano de Utilização (PU) que rege o uso das áreas comuns e estipula regras
Topografia	Individual	Perimetral
Titulação	Individual	Coletiva
Consolidação	Titulação	Concessão de Direito Real de Uso e Termo de cooperação com instituições ambientais

Fonte: INCRA (2006)

Anexo F - Questões Discutidas Nas Entrevistas

- Você sabe o que é um camponês?
- Você se considera um camponês? Porque?
- Qual é o significado (simbólico) da terra para você?
- Vocês tinham terra antes? Seus avós?
- Quais são os momentos marcantes da sua vida? (Na escola/na vida no assentamento)
- Me fale um pouco sobre sua trajetória de vida (onde nasceu/ como era a vida de sua família/ quando iniciaram o trabalho na atividade agrícola/ houve migração temporária ou definitiva? / como foi a trajetória até a chegada no assentamento?)
- Quais marcas esta trajetória deixou?
- Qual a sua expectativa de vida? Ela foi decidida em família?
- Como você acha que os jovens lidam com o modo de vida camponês?
- Como trabalham conhecimentos específicos: autonomia/trocas/saberes/ (definir)
- Você se interessa por este saber?
- Você acha que as famílias estão no campo por conta deste modo de vida?

Fonte: Elaborado pelo autor.